

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Instituto Multidisciplinar

Programa de Pós-Graduação em História - PPHR

TESE

**Para além do Império da técnica: um estudo comparativo sobre  
reciprocidades e estratégias sociais dos engenheiros Pereira Passos  
e Paulo de Frontin na Primeira República**

**(1889-1906)**

FELIPE MARTINS DOS SANTOS

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Instituto Multidisciplinar

Programa de Pós-Graduação em História - PPHR

FELIPE MARTINS DOS SANTOS

Sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>

**Surama Conde Sá Pinto**

**Para além do Império da técnica: um estudo comparativo sobre reciprocidades e estratégias sociais dos engenheiros Pereira Passos e Paulo de Frontin na Primeira República**

**(1889-1906)**

Curso: Doutorado

Linha de pesquisa: Relações de poder, linguagens e história intelectual

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ

Março de 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – UFRRJ

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Instituto Multidisciplinar

Programa de Pós-Graduação em História - PPHR

Felipe Martins dos Santos

**Para além do Império da técnica: um estudo comparativo sobre reciprocidades e estratégias sociais dos engenheiros Pereira Passos e Paulo de Frontin na Primeira República  
(1889-1906)**

Banca Examinadora:

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ)**

Orientadora e Presidente da Banca

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marilene Antunes Sant'Anna (UERJ)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Leticia Corrêa (UERJ)**

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr. José D'Assunção Barros (UFRRJ)**

---

**Prof.<sup>o</sup> Dr. André Nunes de Azevedo (UERJ)**

---

2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**TERMO Nº 456 / 2023 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.026332/2023-41**

**Seropédica-RJ, 28 de abril de 2023.**

FELIPE MARTINS DOS SANTOS

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTOR EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM 11 de abril de 2023

Dr. ANDRE NUNES DE AZEVEDO, UERJ Examinador Externo à Instituição

Dra. MARIA LETÍCIA CORRÊA, UERJ Examinadora Externa à Instituição

Dr. MARILENE ANTUNES SANT'ANNA, UERJ Examinador Externo à Instituição

Dr. JOSE COSTA D ASSUNCAO BARROS, UFRRJ Examinador Interno

Dra. SURAMA CONDE SA PINTO, UFRRJ Presidente

*(Assinado digitalmente em 28/04/2023 14:33 )*  
JOSE COSTA D ASSUNCAO BARROS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)  
Matrícula: 1168132

*(Assinado digitalmente em 28/04/2023 12:00 )*  
SURAMA CONDE SA PINTO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)  
Matrícula: 1636115

*(Assinado digitalmente em 01/05/2023 21:39 )*  
MARILENE ANTUNES SANT'ANNA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 002.250.317-01

*(Assinado digitalmente em 28/04/2023 18:23 )*  
ANDRÉ NUNES DE AZEVEDO  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 011.883.917-98

*(Assinado digitalmente em 28/04/2023 16:15 )*  
MARIA LETÍCIA CORRÊA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 822.388.557-34

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **456**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **28/04/2023** e o código de verificação: **146605282a**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S 237p Santos, Felipe Martins dos, 1990-  
Para além do Império da técnica: um estudo  
comparativo sobre reciprocidades e estratégias  
sociais dos engenheiros Pereira Passos e Paulo de  
Frontin na Primeira República (1889-1906) / Felipe  
Martins dos Santos. - Rio de Janeiro, 2023.  
235 f.

Orientadora: Surama Conde Sá Pinto.  
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História -  
PPHR, 2023.

1. Reciprocidades. 2. Engenheiros. 3. Estratégias  
Sociais. 4. Primeira República. I. Pinto, Surama  
Conde Sá, 1969-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em  
História - PPHR III. Título.

## **Agradecimentos**

Quero expressar os meus agradecimentos a algumas pessoas que foram importantes para a realização deste trabalho. Primeiramente, à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Surama Conde Sá Pinto, minha orientadora desde o curso de mestrado, com a sua presença doce, me apontou caminhos que enriqueceram esta tese. Ela, que acompanhou os percalços que enfrentei para realizar essa pesquisa, ao longo da pandemia de covid-19, sempre me incentivando a não desistir.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marilene Antunes, que orientou o meu TCC de graduação na Universidade Gama Filho, época em que fiz parte das primeiras gerações de bolsistas do Prouni daquela universidade. Foi através da professora Marilene que tive os primeiros contatos com a historiografia sobre a Primeira República.

Aos professores que, nas diversas etapas deste doutorado, me fizeram colocações que, de alguma forma, estão presentes neste trabalho. Obrigado à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margareth Almeida, pelas suas observações ao meu projeto de tese. À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Borges, com quem tive a oportunidade de cursar uma disciplina no “Profhistória” e nas diversas edições da Semana de História da UERJ, no Simpósio sobre Primeira República, onde tivemos a oportunidade de debater sobre o andamento desta pesquisa. Ao Prof. Dr. André Nunes de Azevedo e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Viscardi, pela contribuição fundamental que me deram durante o meu exame de qualificação e por aceitarem o convite de participar da defesa dele.

Ao Prof. Dr. José D'Assunção Barros, que tive a honra ter a sua participação na banca de avaliação da minha dissertação de mestrado, e à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Leticia Corrêa, agradeço por aceitarem o convite para integrarem a banca examinadora desta tese.

Ao Paulo Longarini, secretário do PPHR- UFRRJ, sempre solícito, sou grato por me lembrar dos muitos prazos, ao longo desses últimos anos, que me permitiram estar “em dia” com a burocracia da pós-graduação.

Agradeço aos funcionários que me receberam tão gentilmente nos arquivos do IHGB, do Museu da República, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, da Biblioteca do Clube de Engenharia e do Arquivo Nacional.

Não posso esquecer da direção e dos meus alunos do CIEP 312 - Raul Ryff pela empatia que tiveram comigo, principalmente, nesses últimos meses, que foram tão exaustivos para mim.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Por fim, um agradecimento especial aos meus familiares e amigos pelo afeto e compreensão nesses últimos anos. Por fim, quero dizer da minha felicidade em poder ver esta tese materializada, com as suas limitações e com os seus acertos.

# Sumário

Lista de Tabelas .....	6
Lista de Gráficos.....	7
Lista de Imagens .....	7
Lista de Mapas Genealógicos .....	8
Resumo .....	9
<b>Introdução .....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1: Duas famílias.....</b>	<b>34</b>
1.1.1 A parentela do Barão e da Baronesa de Mangaratiba.....	37
1.1.2 A aliança com os Andrade Duque-Estrada.....	44
1.1.3 Os herdeiros Oliveira Passos nas primeiras décadas do século XX.....	45
1.2.1 O ramo familiar de João Gustavo de Frontin e D. Hipólita Eulália Villan .....	55
1.2.2 A aliança dos Frontin com os Dodsworth e um ancestral em comum com os Tefé .....	65
1.2.3 Os herdeiros do Conde e da Condessa de Frontin .....	70
<b>Capítulo 2 – As associações.....</b>	<b>73</b>
2. 1. Considerações gerais sobre as mudanças dos cursos de Engenharia Civil nas escolas do Largo de São Francisco no Rio de Janeiro .....	76
2.2 O Instituto Politécnico Brasileiro .....	83
2.3. O Clube de Engenharia.....	93
<b>Capítulo 3 – Os negócios .....</b>	<b>110</b>
3.1. A Serraria da família Passos.....	113
3.2. Paulo de Frontin e a Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil .....	124
<b>Capítulo 4: A função pública e os favores .....</b>	<b>138</b>
4.1 Um prefeito Pereira Passos mais resistente ao apadrinhamento político .....	144
4.2 Um influente Paulo de Frontin, muito mais disposto ao “toma lá dá cá” .....	167
<b>Conclusão .....</b>	<b>183</b>
Fontes .....	191
Documentação .....	191
Livros, teses, dissertações, dicionários e artigos de periódicos.....	193
Anexos .....	209
Anexo 1: Lista de Sócios do IPB por Categoria (1889) .....	209

Anexo 2: Quadro de Sócios do Clube de Engenharia por Categoria e Ocupação (1895) .....	215
Anexo 3: Remetentes dos cartões de pêsames à família Passos (1912-1916).....	231

### **Lista de Tabelas**

Tabela 1: Partilha da herança do casal Francisco Pereira Passos e D. Rita de Andrade Passos (1916).....	52
Tabela 2: Lista de bens penhorados pelo casal Frontin a André Villan em 21/05/1874	59
Tabela 3: Casamento dos filhos de Paulo de Frontin e Maria Leocádia de Frontin (1917-1928).....	71
Tabela 4: Sócios por categorias do IPB (1889).....	84
Tabela 5: Sócios por categorias do Clube de Engenharia (1895).....	96
Tabela 6: Comparativo da lista de sócios do IPB (1889) e do C. E. (1895).....	98
Tabela 7: Sócios Efetivos do Clube de Engenharia por profissão (1895).....	99
Tabela 8: Alterações do nome da Serraria dos Pereira Passos (1887-1917) .....	118
Tabela 9: Conteúdo dos documentos textuais do Arquivo Privado Paulo de Frontin (1889-1891).....	134
Tabela 10: Quantitativo de pedidos pessoais encaminhados a Pereira Passos e a Paulo de Frontin entre 1903 e 1904.....	144
Tabela 11: Cartões de pêsames à família Passos por localidade (1912-1916) .....	151
Tabela 12: Cartões de pêsames enviados à família Passos por ocupação dos missivistas (1912-1916) .....	152
Tabela 13: Pedidos de favores enviados a Pereira Passos por correspondência (1903-1906).....	154
Tabela 14: Tratamento a Pereira Passos por correspondência (1903-1906) .....	154
Tabela 15: Gabinete do Prefeito Pereira Passos no Distrito Federal (1903-1906).....	158
Tabela 16: Principais diretorias da Prefeitura do Distrito Federal (1903-1906) .....	159
Tabela 17: Conteúdo dos pedidos a Paulo de Frontin (1903-1904) .....	170
Tabela 18: Origem dos pedidos a Paulo de Frontin por Estado/Distrito (1903-1904) .	173
Tabela 19: Ocupação dos missivistas de Paulo de Frontin (1903-1904).....	174
Tabela 20: Tratamento dos engenheiros em relação a Paulo de Frontin (1903-1904) .	175

Tabela 21: Origem dos políticos que escreviam a Paulo de Frontin por estados brasileiros (1903-1904) .....	177
Tabela 22: Tratamento dos políticos em relação a Paulo de Frontin (1903-1904).....	178
Tabela 23: Tratamento dos militares em relação a Paulo de Frontin (1903-1904) .....	180

### **Lista de Gráficos**

Gráfico 1: Ensino formal de Engenharia no Rio de Janeiro (Século XIX e XX).....	79
Gráfico 2: Categorias de sócios por proporção de membros do IPB (1889).....	85
Gráfico 3: Sócios Fundadores do IPB por ocupação (1889) .....	88
Gráfico 4: Participação presencial de Pereira Passos e de Paulo de Frontin das reuniões do IPB (1862-1900).....	89
Gráfico 5: Sócios Efetivos IPB por ocupação (1889).....	90
Gráfico 6: Sócios por categorias do Clube de Engenharia (1895) .....	97
Gráfico 7: Conselho Diretor do Clube de Engenharia por profissão (1895).....	101
Gráfico 8: Quantitativo de serrarias a vapor na cidade do Rio de Janeiro (1885-1914) .....	116
Gráfico 9: Capital da Serraria da Família Passos (1887-1910) .....	117
Gráfico 10: Capital da Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil (1890-1908).....	131

### **Lista de Imagens**

Figura 1: Foto da Família Passos feita por Augusto Malta (1910).....	49
Figura 2: Cardápio do banquete do casamento de Maria Dodsworth Paulo de Frontin (1889) .....	68
Figura 3: Ficha de filiação de Francisco Pereira Passos ao Clube de Engenharia (1881). Fundo da reserva técnica de memória institucional do Clube de Engenharia. Sede do Rio de Janeiro .....	101

Figura 4: Ficha de filiação de Paulo de Oliveira Passos ao Clube de Engenharia (1910). Fundo da reserva técnica de memória institucional do Clube de Engenharia. Sede do Rio de Janeiro.....	104
Figura 5: Ficha de filiação de Francisco de Oliveira Passos ao Clube de Engenharia (1903).Fundo da reserva técnica de memória institucional do Clube de Engenharia. Sede do Rio de Janeiro .....	105
Figura 6: Ficha de filiação de André Gustavo Paulo de Frontin ao Clube de Engenharia (1882). .....	106
Figura 7: Ficha de filiação de Pedro Max Fernando de Frontin ao Clube de Engenharia (1913). .....	107
Figura 8: Ficha de filiação do Barão de Tefé ao Clube de Engenharia (1882). .....	107
Figura 9: Ficha de filiação de Carlos Sampaio ao Clube de Engenharia (1880).....	108
Figura 10: Anúncio da Serraria de Santa Luiza (1885). Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) Rio de Janeiro. Ano 1885, Edição:42 p. 885. ....	114
Figura 11: Anúncio da Serraria de Santa Luzia (1891).. .....	115
Figura 12: Fotografias do Incêndio do galpão da Serraria F. Passos & Filho no Rio de Janeiro (1907). ....	121
Figura 13: Caricatura de Ângelo Agostini, "Comissão Frontin - Água vai" (1889)...	129

### **Lista de Mapas Genealógicos**

Mapa Genealógico 1: Francisco Pereira Passos (1786-1958) .....	40
Mapa Genealógico 2: André Gustavo Paulo de Frontin (1841-1990).....	63

## Resumo

Esta tese consiste em um estudo comparativo sobre reciprocidades e estratégias sociais de dois personagens-chave na consolidação da engenharia civil no país: Francisco Pereira Passos (1836-1913) e André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933). Ao longo do trabalho, problematizamos a importância das relações pessoais na trajetória dessas figuras que se notabilizaram com perfil técnico. Para isso, delimitamos como objeto de análise o núcleo de suas redes de relações, tendo como objetivo principal compreender a importância desses mecanismos como dispositivos de inserção social. Neste sentido, adotamos como recorte cronológico os anos de 1889 a 1906, que abrangem um panorama mais amplo que tem o seu início em uma fase de instabilidade política e econômica do início da República e termina na reforma urbana do Rio de Janeiro no início do século XX. Assim, temos como objetivos específicos, o mapeamento dos integrantes do núcleo dessas redes, vinculados por meio de laços de parentesco, de compadrio e de amizade, além da identificação dos bens materiais e imateriais que circulavam nesses circuitos de reciprocidade, dando enfoque ao comportamento corporativo, empresarial e à função pública dessas duas figuras. Para essa análise, recorreremos à teoria da reciprocidade do campo da Antropologia Social, articulada a algumas reflexões a respeito da noção de “estratégia” de Giovanni Levi. Ao longo desta pesquisa, mobilizamos um conjunto diversificado de fontes primárias, que incluíram correspondências, documentos diversos de arquivos pessoais, livros de batismo e de casamento da Igreja Católica, livros de registro civil de casamento, de nascimento, de óbito e documentação notarial testamentária, além de registros de penhora bens, processos de inventários e de partilha de bens da Comarca do Rio de Janeiro. Também analisamos inscrições de empresas na Junta Comercial da cidade e coletamos informações biográficas publicadas em almanaques, retrospectos comerciais, em obituários e no noticiário sobre casamentos, batizados e missas. Além das revistas do Clube de Engenharia, do Instituto Politécnico Brasileiro e de informações levantadas por seus biógrafos.

Palavras-chave: reciprocidades, estratégias sociais, engenheiros.

# Abstract

This thesis consists of a comparative study on reciprocities and social strategies of two key figures in the consolidation of civil engineering in the country: Francisco Pereira Passos (1836-1913) and André Gustavo Paulo de Frontin (1860-1933). Throughout the work, we problematize the importance of personal relationships in the trajectory of these figures who became famous with a technical profile. For this, we delimited as an object of analysis the nucleus of their networks of relationships, having as main objective to understand the importance of these mechanisms as devices of social insertion. In this sense, we adopted the years 1889 to 1906 as a chronological cut, which cover a broader panorama that begins in a phase of political and economic instability at the beginning of the Republic and ends with the urban reform of Rio de Janeiro at the beginning of the 20th century. XX. Thus, we have as specific objectives, the mapping of the members of the core of these networks, linked through kinship, godparents and friendship ties, in addition to identifying the material and immaterial goods that circulated in these reciprocity circuits, focusing on corporate behavior, business and civil service of these two figures. For this analysis, we resort to the theory of reciprocity from the field of Social Anthropology, articulated with some reflections on Giovanni Levi's notion of "strategy". Throughout this research, we mobilized a diverse set of primary sources, which included correspondence, various documents from personal archives, baptismal and marriage books from the Catholic Church, civil registration books of marriage, birth, death and testamentary notarial documentation, in addition to property attachment records, inventory processes and property sharing in the District of Rio de Janeiro. We also analyzed company registrations at the city's Board of Trade and collected biographical information published in almanacs, commercial retrospectives, obituaries and news about weddings, baptisms and masses. In addition to the magazines of the Clube de Engenharia, the Instituto Politécnico Brasileiro and information gathered by his biographers.

Keywords: reciprocity, social strategies, engineers.

# Introdução

E, Senhores, se no pedestal daquele bronze comemorativo, houvéssimos de fazer gravar baixos-relevos dizendo dos valiosos feitos do varão [o ex-Presidente da República Rodrigues Alves] que ele rememora, num desses *painceis* **teriam de ser enlaçados os belos cabelos – brancos, como a neve, mas sempre cuidados com meticulosidade que caracteriza o seu feitio de técnico e de administrador incomparável - do nosso inesquecível velho mestre Pereira Passos, com os fios de ouro da basta cabeleira, sempre em plena revolta, que, ainda hoje, auréola a cabeça leonina de Paulo de Frontin, o cada vez mais querido Presidente desta casa, que ele mesmo levantou, com sua vontade potente,** nesta admirável avenida que foi obra da sua febril atividade e que há de perpetuar, para sempre se não seu nome laureado, seus serviços inolvidáveis **e seu esforço inexcédível de ousadias empreendedoras,** do mesmo passo que esta casa há de perpetuar, nos corações das novas gerações técnicas do Brasil, o culto de estima pessoal de que se torna cada vez mais, credor de quantos na mesma faina laboramos. <sup>1</sup> (Grifos nossos)

Em edição comemorativa do centenário da Independência do Brasil, a Revista do Clube de Engenharia fez uma série de homenagens a figuras que, para a agremiação, desempenharam papel fundamental na consolidação da profissão no país.<sup>2</sup> Entre os primeiros lembrados, estavam os nomes de André Gustavo Paulo de Frontin que, à época, era senador pelo Distrito Federal e presidente do mesmo Clube, e o do ex-prefeito da Capital, Francisco Pereira Passos, que havia falecido nove anos antes. Este reconhecimento, que vinha por meio de sessões solenes, como a de 15 de setembro de 1922, referente à inauguração de um busto de bronze em memória ao ex-presidente

---

<sup>1</sup> Discurso do engenheiro Aarão Reis em cerimônia solene de 15 de setembro de 1922. **Revista do Clube de Engenharia.** Tipografia do Jornal do Commercio. Ano: 1922. Edição única p. 105.

<sup>2</sup> **Revista do Clube de Engenharia.** Tipografia do Jornal do Commercio. Ano: 1922.

Rodrigues Alves, no salão nobre da entidade, ao lado das esculturas do seu sócio fundador, Conrado Jacob Niemeyer, de Paulo de Frontin e de D. Pedro II <sup>3</sup>.

Naquele tributo a Rodrigues Alves<sup>4</sup>, o orador Aarão Reis<sup>5</sup> destacava traços da biografia do político paulista, ressaltando o protagonismo dado por ele aos engenheiros brasileiros e ao Clube de Engenharia durante o seu governo entre 1902 e 1906. Em seu discurso, Pereira Passos e Paulo de Frontin emergiam como os principais técnicos, junto a outras figuras (como o médico e sanitarista Oswaldo Cruz). Reis frisou traços físicos e da personalidade do ex-prefeito Pereira Passos (1836-1913) como um homem já experiente, com os seus “cabelos brancos”, metucioso, que desempenhou o papel de um administrador; enquanto atribuiu a Paulo de Frontin (1860-1933) características mais arrojadas e políticas, ao tratar dos seus “fios de ouro da basta cabeleira, sempre em plena revolta”, com uma personalidade mais ousada em seus empreendimentos e popular entre os seus pares.

Na mesma edição, a sequência de homenageados e o espaço reservado a cada um deles demonstravam a preocupação da agremiação<sup>6</sup> em fazer um encadeamento narrativo que inscrevesse o Clube de Engenharia na História do Brasil<sup>7</sup>. Por esta lógica, nada mais coerente do que trazer o benemérito e fundador do Clube, o comerciante Jacob Niemeyer, como o primeiro da lista. E, a partir de então, a ordem de aparição dos demais nos ajudam a fornecer mais pistas a respeito das diferenças desses dois personagens. Paulo de Frontin vinha logo em seguida ao fundador, em um capítulo sobre uma sessão solene da inauguração de seu busto de bronze (24/12/1914), em 25 laudas, e reaparecia no capítulo seguinte, dedicado a ele e ao ex-Ministro de Viação de Obras Públicas, Lauro Muller, em ata de 25/12/1905, em 15 laudas, sobre a sessão de colocação de seus retratos no salão nobre da entidade. Enquanto a Pereira Passos, o Clube reservava o quinto capítulo, em

---

<sup>3</sup> Cf. *Ibidem*, p. 90-111.

<sup>4</sup> Falecido em 16 de janeiro de 1919.

<sup>5</sup> Aarão Leal de Carvalho Reis (Belém, Pará, 1853 - Rio de Janeiro, 1936) foi engenheiro civil, geógrafo, professor e político. Personagem que se notabilizou por ter feito o levantamento da região onde seria construída a nova capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. O engenheiro também chefiou a comissão que construiu BH. Verbetes Aarão Leal de Carvalho Reis. In: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. v. 1, 1883, p. 1-3

<sup>6</sup> Os editores daquela edição eram os engenheiros Aarão Reis, A. Getúlio das Neves, Adolpho José Del Vecchio e Saturnino Cândido Gomes.

<sup>7</sup> Como parte das comemorações daquele ano, o Clube de Engenharia também divulgou o mapa intitulado Carta Geográfica do Brasil em escala de 1:1.000.000 e organizou o Segundo Congresso Ferroviário Sul-americano e o Congresso Internacional de Engenharia.

breves 9 laudas, com a publicação de seus traços biográficos e as homenagens feitas pelos associados, cinco dias após a sua morte, em sessão de 17/03/ 1913.<sup>8</sup>

Ao longo desta tese, realizamos um estudo comparativo sobre estes dois engenheiros, onde fizemos cotejamentos de traços de suas trajetórias capazes de evidenciar ausências, variações de intensidade e presenças mútuas<sup>9</sup>. Tendo como objeto de análise o núcleo de suas redes de relações, com o objetivo geral de problematizar um enunciado, já amplamente difundido no Brasil, a respeito do “tipo ideal”<sup>10</sup> do técnico que ocupa postos burocráticos no Estado como a antítese do político profissional<sup>11</sup>. Segundo Ângela de Castro Gomes, esta tradição que circula de maneira difusa no país desde, pelo menos, os anos 20 do século passado e atribui, em determinadas épocas de crise, a responsabilidade dos problemas socioeconômicos do país aos interesses dos políticos pelo poder, ao mesmo tempo em que encontra em uma certa elite burocrática, de engenheiros e de economistas, a possibilidade de uma administração conduzida por um “saber técnico” e despolitizado.<sup>12</sup>

Nesta antinomia, caberia aos políticos profissionais, a construção de uma popularidade, a habilidade de fazer articulações que viabilizassem um projeto de poder e a capacidade alimentar redes de clientelas. Além disso, historiadores vêm demonstrando a importância dos laços familiares na construção de carreiras políticas - práticas que eram vitais em sociedades pré-industriais e agrárias no Ocidente e, inclusive, na América portuguesa<sup>13</sup>. Essas permanências foram abordadas por pesquisas que avançaram pelo

---

<sup>8</sup> Completavam a galeria de homenageados D. Pedro II, Santos Dumont, Gago Coutinho, Sacadura Cabral, Senador Ruy Barbosa, Charles Evans Hugues (Embaixador Extraordinário dos EUA) e os presidentes do Clube de Engenharia Silva Coutinho, Fernandes Pinheiro, Oliveira Bulhões, Herculano Pena, Mello Barreto, Teixeira Soares, Ozório de Almeida, Chrockatt de Sá e Paulo de Frontin.

<sup>9</sup> Sobre “iluminação recíproca”, ver BARROS, José D’Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. Edição digital. l. 184/2687.

<sup>10</sup> Sobre o conceito, ver WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociedade compreensiva**. Brasília: Editora UnB, 1991.

<sup>11</sup> Cf. WEBER, Max. **A Política como Vocação**. In: WEBER, Max. *Ciência e Política, Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. p. 53-124.

<sup>12</sup> Sobre, ver GOMES, Ângela de Castro. *Novas elites burocráticas*. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 1-2. É preciso destacar também que a concepção de um Estado despolitizado, posto acima das disputas políticas e movido pelo ideal científico foi um dos princípios do modelo idealizado pelo presidente Campos Sales (1898-1902) para dotar o Regime Republicano de certa rotina institucional na Primeira República. Sobre esta premissa, ver: LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira**. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 43.

<sup>13</sup> FRAGOSO, J. L. R.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

século XIX e que enfatizaram o peso das relações pessoais e do clientelismo político, tal como o trabalho pioneiro de Richard Graham, que focalizou as redes que interligavam as províncias e a capital do Império, ressaltando a família como o ponto inicial dessas relações.<sup>14</sup>

Estudos mais recentes sobre o período retomaram a importância dos laços de parentesco<sup>15</sup> muito influenciados pela concepção de “estratégia” de Giovanni Levi<sup>16</sup>. Para este autor, diante das incertezas provocadas pelas transformações políticas, sociais e econômicas de uma realidade pré-industrial, personagens do Antigo Regime acionavam mecanismos sociais para se proteger e garantir certa previsibilidade que lhes permitissem maiores chances diante das adversidades. Nestas estratégias, as escolhas econômicas estavam inseridas em um mundo social mais amplo, que não obedeciam somente a uma racionalidade abstrata de maximização de ganhos. Assim, eles procuravam responder as contingências, acionando mecanismos como a construção de laços de solidariedades locais, por meio de relações de parentesco, alianças políticas e se inserindo em redes de clientelas, que atravessavam a suas relações com a terra, com a produção agrícola e com a maneira com que mantinham as suas rendas.

A historiografia vem analisando a atuação de membros da elite política<sup>17</sup> do Império brasileiro inseridos em complexas redes de relações que tinham em seu centro a família e que lhes permitia grande poder de inserção social. Estas teias de relações eram

---

<sup>14</sup> GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal de Rio de Janeiro, 1997.

<sup>15</sup> MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **“A velha arte de governar”: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2005 (tese de doutorado); \_\_\_\_\_. Op. Cit, 2007; VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Coleção ANPUH-RS. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. \_\_\_\_\_. **Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, 2013 (Tese de Doutorado em História)

<sup>16</sup> No clássico LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>17</sup> Ao longo do trabalho, o conceito de “elite política” será empregado a partir dos critérios de “posição” e “decisão” de personagens no cenário político, considerando a “posição” que estes agentes ocuparam em cargos formais do Executivo e do Legislativo ou em siglas partidárias tanto no Império como na República. O critério de “decisão”, por sua vez, considera a ação desses atores em determinadas conjunturas e seus comportamentos em questões específicas, sendo possível analisar a participação daqueles que não ocupavam posições formais de poder. Esta orientação se baseia em trabalhos sobre a Primeira República como de FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; VISCARDI, Cláudia Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. e PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados...o jogo político na antiga Capital Federal**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

fundamentais não apenas para a preservação de fortunas familiares, mas também para os seus membros manterem suas carreiras políticas. Esses trabalhos revelaram como tais estratégias, que tinham uma racionalidade limitada, atravessavam gerações de parentesco, que se transformaram em verdadeiras linhagens que se mantiveram no poder por séculos<sup>18</sup>, combinando vantajosos casamentos, construindo vínculos de compadrio e estabelecendo em suas redes de relações amizades que eram úteis politicamente.

Assim, ao longo deste trabalho, demos enfoque à importância destas estratégias na trajetória de dois técnicos. Este caminho que começou a ser trilhado em 2015, na pesquisa que realizamos durante o curso de mestrado no PPHR-UFRRJ<sup>19</sup>. Naquela oportunidade, o nosso propósito era testar os limites desta mesma tradição do “técnico x político”, quando analisamos parte das correspondências enviadas a Paulo de Frontin enquanto diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil e durante as obras de construção da Avenida Central do Rio de Janeiro. O resultado daquela dissertação mostrou que além de engenheiros, parcelas mais amplas da população carioca, que incluíam pessoas mais abastadas e, em menor medida, trabalhadores mais pobres e desempregados, recorreriam a Frontin para lhe pedir favores e proteção para si e para os seus apadrinhados. E, além disso, foi possível constatar como que aqueles postos-chave foram oportunidades importantes para a construção de redes de relações pessoais por parte desses técnicos.

Para enfrentarmos a questão, optamos por enveredar pelos seus domínios familiares, corporativos, empresariais e pelas suas relações pessoais enquanto parte do Estado. Isto foi possível porque ambos desempenharam funções semelhantes nas primeiras décadas do século XX, o que nos serviu como um critério relevante de seleção desta pesquisa, por favorecer o estabelecimento de contrapontos. Pois ambos os personagens foram prefeitos da Capital Federal, diretores da Estrada de Ferro Central do Brasil, se filiaram a associações como o Clube de Engenharia e o Instituto Politécnico Brasileiro e tiveram participação na elaboração e na execução de projetos de intervenções urbanísticas do Rio de Janeiro. Além de terem sido empresários, Pereira Passos e seus

---

<sup>18</sup> Em instigante trabalho, Maria Fernanda Martins identificou a importância das redes familiares dos membros do Conselho de Estado no Império. Muitos deles tinham raízes de parentesco que remontavam aos conquistadores portugueses na Colônia e que nem mesmo as principais transformações políticas do século XIX foram capazes de promover grandes rupturas nesta composição. Sobre, ver: MARTINS, Maria Fernanda. Op. Cit, 2007. p. 403-434.

<sup>19</sup> Cujos resultados estão em SANTOS, Felipe Martins dos. **Trocas políticas entre "amigos" e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911)**. Rio de Janeiro: PPHR-UFRRRJ, 2017. (Dissertação de Mestrado).

filhos deram continuidade à antiga Serraria de Santa Luzia e Paulo de Frontin foi diretor e presidente da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil.

Quanto à seleção do recorte cronológico, privilegiamos o período entre 1889 e 1906, que cobre a fase em que eles foram contemporâneos e ocuparam cargos relevantes na iniciativa privada e no Estado. Este intervalo temporal também nos permitiu reter possíveis transformações do núcleo de suas redes relações, que atravessaram as instabilidades políticas, a euforia por investimentos e a crise provocada por ela, no início da República, até o momento de maior projeção dessas figuras, como reformadores da capital do país.

Este período contempla parte de um processo de engajamento de engenheiros brasileiros para estabelecerem um campo de atuação no Brasil, principalmente na área de infraestrutura, voltada a melhoramentos das grandes cidades do país, ao setor ferroviário, à construção de portos, estradas e na nascente indústria brasileira. Tal movimento foi se consolidando desde as décadas finais do século XIX e ganhou mais relevo na Primeira República. Assim, esta categoria profissional se organizou reivindicando o papel de condutora legítima de uma nova ordem vinculada ao progresso material do país. Por meio do qual buscaram projeção pela sua capacidade de transformação da natureza, como detentores de um saber especializado, aplicando e desenvolvendo inovações técnicas, acompanhadas do discurso de livrar o país dos entraves que impediam o seu desenvolvimento.<sup>20</sup>

Quando revisitamos a historiografia que privilegiou a atuação desses engenheiros<sup>21</sup>, é possível observar uma primeira tendência, composta de biografias laudatórias que foram produzidas por memorialistas. Elas são ricas fontes de dados sobre a trajetória de Pereira

---

<sup>20</sup> Simone Kropf abordou a representação dos conhecimentos dos engenheiros, ao final do século XIX e início do século XX, em termos de um “olhar pragmático”, que instruído pela ciência e pela técnica, propunha a construção de uma nova realidade. Mudanças que seriam efetivadas, em grande medida, por meio de reformas, baseadas em uma perspectiva normativa, que objetivava a garantia da ordem e valores como o novo, o saudável, o limpo; em contraste a uma realidade instaurada, que para eles era “velha”, “doente”, “feia”, “suja”. KROPF, Simone Petraglia. *Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade*. In: **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 104-105.

<sup>21</sup> As obras que integram esse debate historiográfico foram selecionadas pelos seguintes critérios: I) de relevância dentro do campo de estudos sobre os engenheiros, II) que trataram da atuação de Pereira Passos e Paulo de Frontin e III) que tiveram o mesmo recorte cronológico adotado pela nossa pesquisa.

Passos<sup>22</sup> e de Paulo de Frontin<sup>23</sup>, ao mesmo tempo em que são narrativas que não tiveram o compromisso com uma visão crítica sobre a trajetória de seus biografados. Estes autores ressaltaram as grandes realizações dos dois personagens, como fruto das suas qualidades técnicas e de suas habilidades pessoais. Do ponto de vista pessoal e familiar, essas biografias deram relevo às origens mais abastadas de Pereira Passos, como filho de um grande cafeicultor da região do Vale do Paraíba. E Paulo de Frontin é apresentado por seus biógrafos como alguém que teve uma ascensão social, com origens humildes, que foi filho de um imigrante francês, que veio fazer a vida no Brasil. Este que faleceu precocemente e, por conta disso, o próprio Frontin tornou-se um arrimo de família que enriqueceu como engenheiro e se tornou político.

A partir da década de 1980, a historiografia brasileira se empenhou em compreender a atuação especializada desses engenheiros no final do século XIX e no início do século XX. Estes trabalhos foram realizados por historiadores profissionais em programas de Pós-Graduação no Brasil<sup>24</sup> e elaboraram interpretações criticista sobre a atuação de Passos e de Frontin como reformadores da cidade do Rio de Janeiro. Esses autores deram ênfase ao conflito de parcelas de classes sociais e à presença autoritária do Estado no processo de reconfiguração do espaço urbano da Capital Federal. Naquilo que consideraram uma nova correlação de forças entre os interesses dos grandes construtores em associação com o poder público, que reorganizou a *urbe* carioca. Para essa vertente, as reformas urbanas em questão arrastaram as populações mais pobres da região central da cidade, motivadas pela especulação imobiliária. Para Oswaldo Porto Rocha, a “Era das

---

<sup>22</sup> ATHAYDE, Raymundo T. de. **Pereira Passos. O Reformador do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1944; CORRÊA, Sampaio. **Francisco Pereira Passos**. Revista do Clube de Engenharia. N. 23, agosto. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1936, p. 1218-1226. FILHO, Adolfo Morales de los Rios. **Dois Notáveis Engenheiros, Pereira Passos e Vieira Souto**. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1951. PAOLOPOLITANO. **Biografia Histórica do Engenheiro Francisco Pereira Passos**. Niterói, 1941. (mimeo.). SILVA, Gastão Pereira da. **Pereira Passos, o Reformador. Rio de Janeiro**, 1943. (mimeo)

<sup>23</sup> ATHAYDE, Raymundo T. de. **Paulo de Frontin. Sua Vida e Obra**. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1962; MARTINS, Luiz Dodsworth. **A Presença de Paulo de Frontin**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas de Bastos, 1966; JOPPERT, Maurício da. **Paulo de Frontin, o patrono da engenharia brasileira; sua vida, sua obra, sua glória**. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes e Clube de Engenharia, 1972.

<sup>24</sup> Entre as principais obras desta vertente, destacamos: ABREU, Maurício de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN-Rio/ Zahar, 1988; BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: Um Hausmann Tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.; CARVALHO, Lia de Aquino. **Habitações populares**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao Porto. Um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991. ROCHA, Oswaldo Porto. **Era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920**. Rio de Janeiro: [S.n]. vol 11, Coleção Biblioteca Carioca, 1995. VAZ, Lilian F. **Contribuição ao estudo da produção e transformação da habitação popular. As habitações coletivas do Rio antigo**. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 1985 (Dissertação de Mestrado).

demolições” representou o triunfo de uma classe dirigente, que incluía proprietários de firmas da construção civil, industriais, e comerciantes<sup>25</sup>.

Jaime Benchimol destacou como a ação desses reformadores, do início do século XX, agudizou a histórica crise habitacional sofrida pela cidade. Segundo ele, ao final das intervenções urbanísticas, houve o enriquecimento de grande número de comerciantes e proprietários, sobretudo, de áreas centrais da cidade em detrimento da remoção das camadas mais pobres para os subúrbios, enquanto parcelas da “pequena burguesia comercial e industrial” permaneceram na região valorizada<sup>26</sup>.

Esta linha de interpretação foi criticada pelo historiador André Nunes de Azevedo<sup>27</sup> pelo fato desses autores terem concebido a ação desses engenheiros como uma “ação monolítica” orquestrada por parcelas burguesia com o intuito de remover as camadas populares do centro da cidade para fomentar a especulação imobiliária. Azevedo também ressaltou que essa corrente historiográfica não distinguiu os projetos urbanísticos que se procederam na “Grande Reforma Urbana” (1903-1906)<sup>28</sup>. Este historiador identificou dois projetos que fizeram parte de uma mesma reforma, que eram distintos, mas, ao mesmo tempo, se articularam: um deles, o da Municipalidade, liderado pelo prefeito Pereira Passos e o outro, fruto de um *consórcio* político formado por membros o Partido Republicano Paulista com figuras proeminentes do Clube de Engenharia no Rio de Janeiro.<sup>29</sup>

Esta distinção feita pelo autor foi importante para a definição do nosso objeto de análise, pois o seu trabalho revelou comportamentos quase antagônicos desses dois engenheiros na vida pública. O autor demonstrou como Pereira Passos esteve um tanto afastado das articulações dos engenheiros brasileiros, organizados no Clube de Engenharia, e articulados com o poder público na Primeira República<sup>30</sup>. Em sua tese e no

---

<sup>25</sup> . ROCHA, Oswaldo Porto. Op. Cit, 1995. p. 99-100.

<sup>26</sup>BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. Cit, 1992 p. 229-231.

<sup>27</sup> AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2003, p. 190-192. que foi publicada em livro com o título \_\_\_\_\_, **A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2016.

<sup>28</sup> AZEVEDO, André Nunes de. Op. Cit,2003, p. 190-192.

<sup>30</sup> O autor sustenta que Pereira Passos foi um homem do Império, um de seus argumentos é que, quando deixou a Prefeitura do Rio de Janeiro, com 70 anos de idade, cerca de 80% de sua vida havia transcorrido durante o período monárquico, dos quais por muito tempo a serviço do Estado Imperial. AZEVEDO, André Nunes de. Op. Cit, 2016. Ibidem, p. 292.

livro que resultou deste trabalho, André Azevedo mostrou um perfil erudito e cosmopolita do engenheiro, identificando uma ideia de civilização que reunia padrões morais e estéticos de matriz europeia, que serviu de repertório para integrar a cidade do Rio de Janeiro.<sup>31</sup> Por outro lado, Azevedo destacou o consórcio de lideranças do PRP (Partido Republicano Paulista) com o Clube de Engenharia, tendo Paulo de Frontin, como uma das peças importantes dessa aproximação. Este que é apresentado por Azevedo como um “tipo metonímico”<sup>32</sup> de uma geração de engenheiros formados na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que entrou no mercado de trabalho ao longo dos anos 80 do século XIX. Segundo o autor, essa geração

(..) que emergia com o Clube de Engenharia não almejava mais atuar como servidora pública, mas, antes, servir-se, de forma privada das oportunidades de concessões públicas que o Estado brasileiro deferia a entres privados.<sup>33</sup>

Para Azevedo, nas intervenções empreendida na cidade por este *consórcio*, prevaleceu uma visão de sociedade que se consolidou no início da República e teve como valor principal o “progresso”, entendido, sobretudo, em termos de um desenvolvimento material.<sup>34</sup>

Ainda sobre a historiografia da década de 1980, destacamos o trabalho de Maria Inês Turazzi<sup>35</sup>. A autora relacionou o processo de consolidação da engenharia com o surgimento da indústria no Rio de Janeiro, também por uma chave interpretativa da luta de parcelas de classes sociais. Para Turazzi, o contexto de fim da escravidão e da transição para uma sociedade de mercado geraram desafios às novas relações de trabalho em um país calcado em valores paternalistas, agrários e marcado por relações servis de produção. A autora foi uma das primeiras pesquisadoras daquela época a relacionar, através de análise de dados empíricos, a consolidação engenharia no Brasil e o surgimento da indústria na cidade do Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX. Concluindo que esses dois setores estiveram tão intimamente relacionados, que o papel do engenheiro

---

<sup>31</sup> vale registrar que André Azevedo contesta a visão de Pereira Passos como arrasador das populações mais pobres do centro da cidade e a ideia do Prefeito do “Bota-abaixo”. Sobre, ver *ibidem*, p. 258-264.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 140.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 141-142.

<sup>34</sup> Sobre a sua análise da Reforma Urbana Federal, ver *Ibidem*, p. 143-159

<sup>35</sup> TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

e do industrial, por vezes, se confundiam em uma mesma “classe social em formação” que se congregava no Clube de Engenharia<sup>36</sup>.

Turazzi demonstrou como esse segmento ainda em formação atrelou uma certa ideia de “progresso” à consequência do trabalho assalariado e vinculou a pobreza a qualidades morais, como a indolência, o vício, o desregramento e à insalubridade.<sup>37</sup> Segundo a autora, este foi o momento do surgimento de um novo paternalismo que se construiu junto às direções das fábricas, em torno de casas e vilas operárias, que incluíam o assistencialismo baseado no atendimento médico e na assistência de remédios e alimentícia.<sup>38</sup>

Na década de 90, Simone Kropf<sup>39</sup> analisou a autorrepresentação dos engenheiros na formulação de propostas de intervenções para a cidade do Rio de Janeiro. Para a autora, os debates sobre a reforma urbana da capital, desde o final do século XIX, foi um momento privilegiado de consolidação da identidade intelectual e social destes profissionais enquanto promotores dos ideais de progresso e de civilização. Dessa maneira, esses profissionais procuraram legitimar as suas ações por meio de uma proposta de progresso que advinha da transformação do domínio da natureza, por meio das inovações técnicas, que alavancariam o desenvolvimento da sociedade<sup>40</sup>.

A historiadora demonstrou como o Clube de Engenharia, fundado em 1880, foi um espaço de organização desses engenheiros, principalmente, a partir do Congresso de Engenharia e Indústria de 1901. Ao analisar os discursos dos engenheiros civis nas revistas da entidade como o Clube de Engenharia e o Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, além de relatórios e pareceres de comissões técnicas sobre os melhoramentos urbanos, Kropf percebeu como a cidade foi um espaço simbólico de autorrepresentação desses agentes como intelectuais que se viam responsáveis por um processo mais amplo de reconstrução nacional.<sup>41</sup> Para a autora, traços de uma identidade profissional foram se construindo nesse momento, baseados em concepções de uma suposta vocação para ação e para a formulação de soluções na reorganização do mundo social e da superação dos entraves do crescimento material por meio da razão. Essa função social reivindicada, de

---

<sup>36</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 69-71.

<sup>39</sup> KROPF, Simone Petraglia. Op. Cit., 1996.

<sup>40</sup> Ibidem, p.83.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 80-81.

ordenadores da realidade, aparecia em seus discursos sobre a *urbe* do Rio de Janeiro, pautadas em ideias como a de “retinilidade”, “uniformidade”, “proporcionalidade” e de “visibilidade”.<sup>42</sup>

Em tese de doutorado defendida no ano 2000, Vânia Cury também investigou a ação organizada dos engenheiros, em associação com industriais e o empresariado no Clube de Engenharia durante a Primeira República<sup>43</sup>. O recorte cronológico adotado pela autora consiste em todo o período em que Paulo de Frontin foi presidente da agremiação, entre 1903 e 1933. Para a autora, Frontin teve papel fundamental nas articulações dos interesses de uma categoria profissional, que se traduzia na garantia de oportunidades de trabalho e de empreendimentos. A sua tese demonstrou que a presença de Frontin significou uma fase de intensas articulações da entidade com o poder público, principalmente, em questões relativas a projetos de infraestrutura. A autora ressalta que uma orientação pragmática pareceu nortear ideologicamente a organização desses engenheiros brasileiros. Assim, tendo como um dos principais argumentos a solução de problemas relativos ao desenvolvimento econômico brasileiro, os membros do Clube de Engenharia garantiram, por exemplo, a sua hegemonia sobre as intervenções feitas pelo Estado nas reformas urbanas do Rio de Janeiro<sup>44</sup>.

Cury destacou a inserção desses técnicos no Estado como uma categoria que reivindicava uma certa “neutralidade científica”<sup>45</sup>. A autora revela como os agremiados do Clube mantiveram uma atitude de permanente cuidado em relação a temas que, para eles, não se enquadravam nos domínios da ciência, da engenharia e da indústria. Por isso, as atas de reuniões do C.E. analisadas pela historiadora revelam que temas como a política partidária e até mesmo da escravidão não encontravam espaço para serem debatidos, mesmo que a Escola Politécnica tivesse um Clube Abolicionista.<sup>46</sup>

Outro ponto que merece ser resgatado do trabalho de Vânia Cury foi a reconstrução, feita por ela, do processo de ascensão de Paulo de Frontin na instituição, desde sua filiação, em 1882, como uma entrada discreta e que se manteve assim até 1886, quando foi eleito para o Conselho Diretor. Segundo a autora, no final da década de 1890,

---

<sup>42</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>43</sup> CURY, Vania Maria. **Engenheiros e empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)**. Niterói: PPGH-UFF, 2000 (Tese de Doutorado).

<sup>44</sup> Ibidem, p. 86-88.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 136-137.

Frontin passou a se destacar, tendo como marco de sua ascensão vertiginosa o Congresso de Engenharia e Indústria (1900-1901)<sup>47</sup>. Considerando este evento, que representou parte das contribuições da entidade para as comemorações do centenário de “descobrimento” do Brasil, a autora defende que foi de onde saíram as bases para as grandes transformações urbanas que ocorreriam, na cidade, no governo Rodrigues Alves. Ao destacar a presença do engenheiro, que foi um dos organizadores do evento, como um “animador de seus pares”<sup>48</sup>, se apresentando como um “comandante incansável”<sup>49</sup> na defesa da categoria.

Para a autora, quando o engenheiro foi eleito presidente da instituição, ele já havia cumprido uma trajetória intelectual e profissional de grandes êxitos dentro e fora da agremiação. Estabelecendo com o Clube uma relação de “dupla troca”, na qual ele procurou se esforçar para ter o reconhecimento desses agremiados; e estes pareciam ter percebido que a capacidade de articulador de Frontin lhes renderia proveitos.<sup>50</sup>

Destacamos aqui algumas obras que não são propriamente sobre a Primeira República ou que não trataram especificamente sobre Passos e Frontin<sup>51</sup>, mas que foram importantes na delimitação do nosso objeto de pesquisa, pois traçaram um cenário mais amplo da consolidação da engenharia no país. Em “As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930”<sup>52</sup>, Edmundo Coelho realizou um estudo do campo da sociologia das profissões, onde focalizou o prestígio social provenientes das carreiras de engenheiros, médicos, advogados e a participação desses personagens na formação das elites políticas e econômicas brasileiras, assim como as estratégias de cada uma dessas categorias para se firmarem no país enquanto tais. Em relação aos engenheiros, Coelho destacou a Escola Politécnica e suas predecessoras (Escola Militar e Escola Central), o Instituto Politécnico Brasileiro e o Clube de Engenharia como de instituições centrais deste processo<sup>53</sup>, uma profissão que surgiu, segundo ele, em um cenário restrito a funcionários públicos no Império, baseado em uma

---

<sup>47</sup> Ibidem, p. 160-163.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>49</sup> Idem.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 160.

<sup>51</sup> Nesta lista, incluímos o trabalho de Maria Leticia Corrêa, ao qual retomaremos no capítulo 3. CORRÊA, Maria Leticia. **Engenharia, economia política e progresso: a trajetória do engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto como estudo de caso (1849-1922)**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul/dez 2010. pp. 157-169.

<sup>52</sup> COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>53</sup> Idem, p. 94.

economia exportadora e escravista. O autor destacou como esse campo foi sendo construído e se ampliando na segunda metade do século XIX, através da atuação pública e privada desses engenheiros.

Em tese defendida no ano de 2008, Pedro Eduardo Marinho<sup>54</sup> deu destaque à organização e à inserção dos engenheiros civis, enquanto uma categoria profissional e, ao mesmo tempo, uma fração de classe social que estava alijada de postos de comando do poder público. Dentro de um processo de ampliação e de complexificação do Estado Imperial, que se deu ao longo da segunda metade do século XIX. O autor traçou como itinerário de análise a relação entre a formação desses profissionais na Escola Politécnica, e as suas antecessoras, além das agremiações como o Instituto Politécnico Brasileiro e o Clube de Engenharia. Para Marinho, os engenheiros consolidaram suas alianças com empresários ligados às atividades de infraestrutura e, em seu trabalho, fica evidente que, ao longo do Segundo Reinado, a trajetória de uma profissão que visava se legitimar por meio da técnica, impulsionada pelo aumento de demandas por obras e serviços públicos para atender, inicialmente os interesses de setores agrários. Este crescimento gradativo se deu tanto na participação destes engenheiros dentro do Estado Imperial, em postos burocráticos, quanto pelo aumento do prestígio desses profissionais como intelectuais que se fortaleciam na aproximação com empresários e industriais.

A partir deste mapeamento historiográfico, o nosso trabalho se justifica por ressaltar o peso das reciprocidades pessoais como mecanismos que também orientaram o comportamento desses dois técnicos. No nosso entendimento, grande parte das abordagens citadas enfatizou a atuação pública desses engenheiros como representantes de parcelas de classes sociais dominantes (como a historiografia da década de 1980) ou de uma categoria profissional, em trabalhos posteriores. Por isso, considerarmos ser pertinente direcionar o olhar para as trajetórias individuais de Pereira Passos e de Paulo de Frontin, sem desconsiderar o fato de que ambos se inseriam no movimento de organização corporativa da engenharia no Brasil, mas privilegiando o papel das relações pessoais e dos bens materiais e imateriais que circulavam no núcleo de suas redes de relações. Entendendo tais práticas como dispositivos sociais utilizados por eles para protegerem a si e ao núcleo de suas redes de relações. No desenvolvimento desta pesquisa,

---

<sup>54</sup> MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. **Engenharia Imperial: O Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880)**. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de mestrado). \_\_\_\_\_ . **Ampliando o Estado Imperial: Os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888**, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008. (Tese de Doutorado)

nós procuramos investir na observação das diferenças destas trajetórias, onde adotamos uma perspectiva de cotejar estudos de caso, em um jogo de aproximações e de distanciamentos, como fez Surama Conde Sá Pinto ao analisar as gestões de dois engenheiros que foram prefeitos da cidade do Rio de Janeiro em um recorte temporal posterior ao nosso.<sup>55</sup>

Dessa forma, os objetivos específicos deste trabalho são: I) o mapeamento dos personagens que fizeram parte do núcleo de suas redes de relações, por meio de laços de parentesco, compadrio e de amizade, II) a identificação dos padrões de reciprocidades envolvidos nessas interações III) e dos principais bens materiais e imateriais que circularam no núcleo dessas redes, IV) perceber a relação entre essas redes e o comportamento dos dois engenheiros em associações corporativas, como empresários e na função pública.

Como a concepção de reciprocidade é central para esse trabalho, convém definir o uso que fizemos dela ao longo de nossa pesquisa. No campo das Ciências Sociais, o debate a respeito de teorias da reciprocidade pode ser dividido em duas grandes tradições: a da Ciência Política e a da Antropologia Social. A primeira, se notabilizou por abordagens com perfil sociológico e tem suas raízes nas reflexões de Georg Simmel, posteriormente retomadas por Luigi Graziano, ao sistematizar um pensamento sobre o equilíbrio e a coesão das relações em sociedades complexas por meio de relações de troca, mesmo em situações que envolviam formas de subordinação extrema<sup>56</sup>.

A partir dos anos de 1950, cientistas políticos utilizaram o conceito de clientelismo político para a compreensão de sistemas representativos contemporâneos<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> PINTO, Surama Conde Sá. **Do Prefeito da Varinha de Condão ao mordedor esperto: as gestões de Paulo de Frontin e Carlos Sampaio na Prefeitura do Distrito Federal.** In: Só para iniciados...o jogo político na antiga Capital Federal. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011. p. 197-229.

<sup>56</sup> Cf. GRAZIANO, Luigi. **A conceptual framework for the study of clientelism.** In: **Internacional Political Science Review**, vol.4, n4, 1983, p. 153-154.

<sup>57</sup> Diante das inúmeras definições teóricas sobre o tema, privilegiamos aqui os cientistas políticos que tiveram maior destaque ao sistematizar o conceito de clientelismo para sociedades urbanas complexas como GRAZIANO, Luigi. Op. Cit, 1983; LANDÉ, Carl H. **Political Clientelism in Political Studies.** *Retrospect and Prospects.* International Political Science Review, vol. 4, n° 4, 1983. p. 435-454.

LANDÉ, Carl H. Introduction: **The Dyadic Basis of Clientelism.** In: SCHMIDT, Steffen W. (org). Friends, Followers, and Factions. University of California Press, 1977. p. 13-38. LEMARCHAND, Rene (org.) **Political clientelism and development: a preliminary analysis.** In: *Comparative politics.* Vol 4 (2), 1972; e LUZÓN, Javier Moreno. **El clientelismo político: História de un concepto multidisciplinar.** Revista estudios políticos, n.105, 1999. Em famoso artigo sobre o tema, José Murilo de Carvalho também adota essa perspectiva modernizante ao discutir as diferenças conceituais entre o clientelismo, o mandonismo e o coronelismo. Sobre: CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.** Dados [online]. Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003> >.

Entre eles, há algum consenso de que esse tipo de comportamento pode ser definido como um fenômeno construído através de relações diádicas, ou seja, por meio de um contato no qual os agentes envolvidos se relacionam por meio de alguém nível de troca (nas quais todos auferem algum benefício), além de serem marcados por alguma assimetria (pelo fato de seus pactuantes controlarem recursos desiguais) e por se sustentarem em vínculos particularistas, pessoais e afetivos.<sup>58</sup>

No Brasil, alguns antropólogos da política vêm criticando esta perspectiva, que associa o comportamento político a uma escala de desenvolvimento<sup>59</sup>. Esses autores ressaltam o apelo normativo e etnocêntrico dos cientistas políticos que operaram, com certa naturalidade, modelos ideais como o de “democracia” e de “cidadania” em contraponto ao de “clientelismo”. Nesta mesma direção, Ângela de Castro Gomes chamou atenção para o problema de analisar a realidade política brasileira por meio da concepção fronteiriça entre o público (o “Brasil legal”) e o privado (o “Brasil real”)<sup>60</sup>. A partir deste binômio, argumenta a autora, que o país real estaria simbolizado pelas práticas atrasadas de uma sociedade rural, exportadora, dominada pelo poder privado, patriarcal, familiar, clientelista, oligárquico e, do lado oposto, estaria o país legal, representado pelo artificialismo, que emerge da sociedade urbano-industrial na qual o poder do Estado deveria ser sustentado em bases impessoais, racionais e funcionando através de uma burocracia técnica.<sup>61</sup>

Segundo Gomes, essa postura teórica leva à compreensão das mazelas brasileiras a partir do desajuste entre o domínio do público e do privado. E, portanto, uma situação fronteiriça que padece de uma “ambiguidade constitutiva”<sup>62</sup>, por não considerar os fatos e os valores que constituem a própria formação do país. Por isso, para a autora, somente através do remanejamento desta dicotomia, seria possível encontrar novas possibilidades

---

<sup>58</sup> Cf. GRAZIANO, Luigi, Op. Cit, 1983, p. 4-5.

<sup>59</sup> BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases política: política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1999; PALMEIRA, Moacir. **Política, facção e compromisso: alguns significados do voto**. In: **Encontro de Ciências Sociais no Nordeste**. Salvador: CRH/FINEP, 1991; \_\_\_\_\_. **Voto: racionalidade ou significado?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.20, 1992, p. 26-30; \_\_\_\_\_. **Os comícios e as políticas de facções**. Rio de Janeiro: Anuário Antropológico, n. 94, 1995. e KUSCHNIR, Karina. **Eleições e Representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP-MN-UFRJ, 2000. \_\_\_\_\_. CARNEIRO, Leandro Piquet. **As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 13, 1999.

<sup>60</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A política brasileira em busca da modernidade: as fronteiras entre o público e o privado**. In: NOVAIS, Fernando A. (org). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 490-558.

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 502.

e novos caminhos de pesquisa que superassem estes desajustes. Nesta perspectiva, o desafio seria compreender as relações de empenho pessoal sem cair na armadilha de considerar que o país padece de uma “patologia ontológica”<sup>63</sup> a caminho da democracia ou da “modernidade” política. Por isso, a historiadora destacou a necessidade de desnaturalizar o “mito do cidadão democrático”<sup>64</sup>, que se ampara na ideia excessivamente racional de que a sociedade liberal é formada por cidadãos informados, dotados da consciência plena de seus direitos e constantemente preocupados com o bem público.<sup>65</sup>

Em postura semelhante, etnografias da chamada “Antropologia da Política”<sup>66</sup> rejeitaram a percepção das relações clientelistas, que operam sob a lógica da reciprocidade pessoal, como “anomalias” ou práticas de natureza primitiva dentro uma escala de modernização do sistema político<sup>67</sup>. Além disso, esses autores destacaram que esta orientação da Ciência Política deu ênfase aos aspectos materiais das trocas, o que demonstra uma visão econômica e utilitarista destas relações, tendendo a negligenciar os seus elementos imateriais.<sup>68</sup>

Por essa razão, o antropólogo Marcos Bezerra propõe um “estatuto sociológico próprio”<sup>69</sup> dessas práticas, por considerar as relações de caráter clientelistas dotadas de certa racionalidade que são próprias do contexto em que se inserem. Karina Kuschnir também ressalta a necessidade de relativizar o conceito de clientelismo como uma prática deturpadora do sistema político<sup>70</sup>. Para ela, de fato, o fenômeno é um problema do ponto de vista democrático, pois opera dentro de uma lógica de dádivas, que implica relações de lealdade e de empenho individual, mas que do ponto de vista dos atores envolvidos nela, estas relações são legítimas e até positivas.<sup>71</sup>

Assim, a postura teórica adotada pelo nosso trabalho não é negar a existência do clientelismo político que, inclusive, aparece de maneira mais evidente no capítulo 4 desta tese, quando focalizamos a carreira pública desses dois engenheiros. No entanto, a nossa proposta é fazer uma leitura desse fenômeno pela chave analítica das reciprocidades que

---

<sup>63</sup> Ibidem, p. 558.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 551.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 551-554.

<sup>66</sup> KUSCHNIR, Karina. CARNEIRO, Leandro Piquet. Op.Cit, 1999.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> BEZERRA, Marcos Otávio. Op. Cit, 1999. p. 14.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 16

<sup>70</sup> KUSCHNIR, Karina. **Clientelismo Urbano?** In: Cotidiano da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 136-141.

<sup>71</sup> Idem.

operam por equivalências de dádivas. E isto, inevitavelmente, nos leva à teoria do dom<sup>72</sup> formulada no campo da Antropologia e ao trabalho fundante<sup>73</sup> de Marcel Mauss, no clássico “Ensaio sobre a Dádiva”<sup>74</sup>.

Mauss propôs um estudo comparativo de sociedades tribais da Polinésia, da Melanésia e do noroeste americano, ao analisar as trocas rituais entre os seus líderes. Baseando-se em etnografia sobre essas sociedades, o antropólogo percebeu que não havia propriamente uma separação entre as coisas trocadas e as pessoas envolvidas naquelas trocas. Identificando como essas relações, que não eram somente econômicas, estavam impregnadas de características míticas, ao mesmo tempo em que serviam para firmar alianças políticas, além de conferirem poder e prestígio aos chefes da tribo.

O antropólogo francês explicou a reciprocidade através do ponto de vista do nativo, ao demonstrar que em determinados intercâmbios entre líderes tribais, a coisa dada possuía, em si, uma força capaz de fazer com que os seus donatários retribuíssem aquela dádiva recebida. Na visão das tribos polinésias, o *mana*<sup>75</sup> e, entre os maoris, o *hau*<sup>76</sup>, seriam uma espécie do espírito do doador daquela tribo, que acompanhava a coisa dada e este espírito teria uma força capaz de fazer a dádiva circular, através de prestações e contraprestações, até que voltasse, enfim, ao doador inicial. Esse circuito que não era

---

<sup>72</sup> Dom e dádiva serão utilizados como sinônimos ao longo do texto.

<sup>73</sup> Cabe aqui uma explicação do porquê não iniciamos este debate com outro clássico seminal dos estudos modernos da Antropologia Social, que foi a etnografia “Os argonautas do Pacífico Ocidental” de Malinowski, originalmente publicado em 1922, portanto, dois anos antes da obra de Mauss. Malinowski, em seu estudo de campo a respeito do *Kula*, procurou compreender o sentido que os nativos das Ilhas Trobriand deram a um complexo sistema de trocas da região. No nosso entendimento, não há nesta obra o objetivo de elaborar uma teoria sobre a troca, embora muitas das observações feitas pelo autor tenham servido de elementos para a teoria de Mauss. Aliás, como bem ressaltou Lygia Sigaud, o “Ensaio sobre o dom” (1924) só foi recepcionado como um texto que continha uma teoria da reciprocidade nos anos de 1960. Sobre, ver: MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1922]. E SIGAUD, Lygia. **As vicissitudes do Ensaio sobre o dom**. Mana [online]: vol.5, n.2, 1999.

<sup>74</sup> MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974 [1924].

<sup>75</sup> MAUSS, Marcel. Op. Cit, 1974 [1924], p. 197.

<sup>76</sup> Nessas tribos Maori, Mauss identificou no *taonga*, uma espécie de dádiva preciosa, animada pelo *Hau*, um espírito da sua floresta, vinculado ao território, que acompanha o presenteado e, na crença deles, o desejo desse *Hau* é voltar ao lugar do seu nascimento, e o fato de represá-lo o *hau*, guardando o *taonga* implicaria em sérias consequências espirituais a quem o fizesse. “Aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência, de sua alma; a conservação dessa coisa seria perigosa e mortal, e não simplesmente porque seria ilícita, mas também porque essa coisa que vem da pessoa, não apenas mortalmente, mas física e espiritualmente [...] tem poder mágico e religioso sobre nós.” MAUSS, Marcel. Op. Cit, 1974, p. 191-194.

dissociado da religião, de padrões morais, de relações políticas e econômicas, operava, segundo Mauss, a partir das obrigações de dar, receber e de retribuir<sup>77</sup>.

No nosso entendimento, a relevância desta teoria está em captar como estes rituais, aparentemente generosos e desinteressados, tinham em seu cerne a rivalidade e o antagonismo, do chamado *potlatch*<sup>78</sup>: uma maneira específica de prestação, que consistia em festejos de homenagens ao chefe da tribo, que envolviam grandes banquetes, seguidos pela renúncia de todos os bens materiais acumulados pelo homenageado. Carregado de simbolismo, o *potlatch* envolvia a troca de bens imateriais, como a honra, o prestígio e a obrigação de retribuir as dádivas recebidas, sob pena de perder a autoridade advinda delas<sup>79</sup>. Assim, em seu cerne estava uma lógica de combater e de subordinar o outro partilhando aquilo que se tem. Portanto, para Marcel Mauss, a dádiva é uma forma de reciprocidade aparente voluntária, espontânea e desinteressada, mas que tem por conteúdo o interesse e a obrigação, que não tem uma motivação puramente individualista e impessoal, muito pelo contrário: nela, tudo é personalizado, tanto na relação entre os seus pactuantes, quanto nos bens por eles trocados.

Em famosa crítica às formulações de Mauss, Lévi-Strauss reconheceu a originalidade de seu colega naquilo que considerou a “transcendência da observação empírica” no sentido de captar o duplo aspecto de interesse que a dádiva enseja<sup>80</sup>. Mas, foi a partir deste elogio que Lévi-Strauss considerou que o “pecado” de Mauss foi deixar-se mistificar pelo nativo ao entender que a propriedade imaterial da coisa trocada carregava algo de seu doador, o que seria uma teoria nativa, ainda que interessante, pouco satisfatória.<sup>81</sup> A alternativa dada pelo antropólogo foi privilegiar as estruturas sociais, como o significante da linguagem, ao invés das ações individuais ou do significado e, assim, focalizar o exame da reciprocidade obrigatória e interessada como mecanismo de troca.<sup>82</sup>

Posteriormente, Pierre Bourdieu procurou conciliar a visão de Mauss e de Lévi-Strauss. Para ele, a dádiva pode ser desinteressada e reversível, ao mesmo tempo em que

---

<sup>77</sup> Ibidem, p. 243-251.

<sup>78</sup> Expressão nativa que significa “consumir”. Sobre, MAUSS, Marcel. Op. Cit, 1974, p. 191-194.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 239

<sup>80</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. **Introdução à obra de Marcel Mauss**. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974, [1960], p. 24.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 27.

pode ser obrigatória e irreversível<sup>83</sup>. Desta forma, caberia ao observador apreender o intervalo entre a doação e a retribuição; isto porque a circulação de dádivas pressupõe um certo grau de incerteza quanto à sua retribuição, que é própria da sua dimensão espontânea e desinteressada. O autor também refletiu sobre a uma certa racionalidade limitada dos atos desinteressados ao questionar o “olhar um pouco desencantado”<sup>84</sup> dos cientistas sociais na busca por uma razão utilitarista do comportamento social.

Bourdieu destacou como que essas estratégias raramente têm uma consciência puramente estratégica, calcada na presença inscrita no presente e orientada por uma consciência puramente lucrativa.<sup>85</sup> Para o sociólogo, os agentes que se destacam no jogo social são justamente aqueles que incorporam o sentido do jogo, no *habitus*<sup>86</sup>, em que, às vezes, é necessário ser “desinteressado” para se ter êxito, executando atos que podem ser verdadeiramente espontâneos inconscientemente com os seus interesses.<sup>87</sup>

Ter o sentido do jogo é ter o jogo na pele; é dominar no estado prático o porvir do jogo; é ter o sentido da história do jogo. Enquanto o mau jogador está sempre deslocado no tempo, sempre demasiado cedo ou demasiado tarde, o bom jogador é o que antecipa, se adianta ao jogo. Por que é ele capaz de se adiantar ao curso do jogo? Porque possui as tendências imanentes do jogo no corpo, em estado incorporado: porque faz corpo com o jogo.<sup>88</sup>

Bourdieu ressalta a importância do “porvir” na relação sempre complexa entre a estratégia e o comportamento social do sujeito. Esta que tem uma lógica própria que se faz na prática social, que não é posta, necessariamente, como objeto de escolhas

---

<sup>83</sup> BOURDIEU, Pierre. **Marginália: algumas notas adicionais sobre o dom**. Revista Mana, v.2, n.2, 1996, p. 8-9.

<sup>84</sup> BOURDIEU, Pierre. **Será possível um acto desinteressado?** In: Razões práticas sobre a teoria da ação. Oeiras: Editora Celta, 2001. p. 105.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 111.

<sup>86</sup> Segundo o autor, o *habitus* constitui “(...) sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, que dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expreso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente(...)”. In: \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 41. Ver também: \_\_\_\_\_. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, Renato. (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p.46-81 e \_\_\_\_\_. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 8. ed., Campinas: Papius, 2007.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 112.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 110.

conscientes e racionais, mas que podem se inserir nos objetivos daqueles que participam do jogo.

Maurice Godelier também se colocou neste debate, ao revisar a teoria da dádiva, procurando romper com certas cristalizações conceituais. Em relação à crítica de que Marcel Mauss cometeu um erro de método, Godelier concordou que este fracassou por ter sido empirista demais, reduzindo a reciprocidade às escolhas conscientes e se tornando “vítima das crenças que pretendia teorizar”<sup>89</sup>. Mas, em igual medida, reprovou a visão de Lévi-Straus por privilegiar as estruturas mentais, já que o significante não existe em estado puro, sem qualquer referência. Assim, para ele, se Mauss deixou se mitificar pela capacidade de representar (imaginar) as crenças polinésias, Lévi-Straus deixou-se mitificar pelo “big bang” do surgimento da linguagem e da capacidade de simbolizar e comunicar as coisas reais ou imaginárias<sup>90</sup>.

Desta forma, o autor de “O Enigma do Dom” rechaçou tanto a primazia da representação de Mauss, quanto a do simbólico, de Lévi-Strauss. Para Godelier, o significante e o significado são níveis que se completam, sem, necessariamente, se confundirem.<sup>91</sup> Outras reflexões deste antropólogo foram relevantes para pensarmos o nosso objeto de estudo, quando ele rompe com a visão excludente entre as sociedades de dádivas e as sociedades urbanas e comerciais que emergiram no Ocidente, caracterizadas pela individualidade, a impessoalidade e por vínculos anônimos. Para o autor, em qualquer tipo de sociedade considerada, seja ela hierarquizada ou não, a dádiva está presente. E para que seja dom, basta que existam um ato aparentemente voluntário e um caráter pessoal<sup>92</sup> – critério que adotamos ao longo da nossa pesquisa. O autor argumenta que estes dois aspectos que caracterizam a dádiva são perfeitamente encontrados em sociedades contemporâneas:

(...) com as sociedades capitalistas modernas estamos no polo oposto ao das sociedades que Mauss analisa em seu “Essai sur le don”. Pode-se dizer sem exagerar que nossas sociedades são marcadas em profundidade por “uma economia e uma moral de mercado e de lucro” e que, de maneira oposta, as sociedades que figuram no “Essai sur le don” aparecem a Mauss como sociedades profundamente marcadas por

---

<sup>89</sup> GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 31

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> Ibidem. p. 26.

“uma economia e uma moral do dom”. **Isto não quer dizer que as sociedades caracterizadas pelo dom ignoram as trocas mercantis, nem que as sociedades mercantis de hoje deixaram de praticar o dom. O problema é ver, em cada caso, qual dos princípios domina o outro na sociedade e por quê.** (Grifo nosso)<sup>93</sup>

Outro ponto destacado por Godelier<sup>94</sup>, que já estava presente na obra de Mauss sobre as trocas nas ilhas Trobriand, e que gostaríamos de destacar, se refere aos dons inalienáveis. Aqueles que não se ofertam e, por isso, constituem “os pontos fixos, as realidades subtraídas”<sup>95</sup> (ainda que provisoriamente) na circulação das dádivas: aquilo que se dá ao homem e se investe de um caráter valioso e divino e, por isso, é guardado e permanece no interior dos clãs.<sup>96</sup> Uma dinâmica de “guardar para poder dar e dar para poder guardar”<sup>97</sup>

Nós optamos por articular esta concepção de dádivas com a noção de redes sociais, em uma chave analítica que nos permitiu compreender Pereira Passos e Paulo de Frontin inseridos em teias de relações sociais mais amplas, a partir da noção básica dada por Mitchell, como um conjunto específico de vínculos entre um grupo de pessoas, que tem lógicas próprias de conexões que explicam o comportamento social dos sujeitos inseridos nelas.<sup>98</sup> Estas redes mais genéricas também comportavam outras redes mais específicas, como a de troca de favores, definida por Landé como um campo social que comporta um conjunto de relações diádicas significantes, que explicam o aparente consenso no interior destas relações, como troca de favores, lealdade pessoal e ajuda mútua<sup>99</sup>. Essas tramas de contatos pessoais permitiam o intercâmbio de bens recíprocos não comparáveis entre pessoas que detinham diferentes bens e, em função disso, ocupavam diferentes posições

---

<sup>93</sup> Idem. Sobre a análise de dádivas em sociedades complexas, em uma obra clássica da historiografia brasileira, Ângela de Castro Gomes, analisou a relação que o presidente Getúlio Vargas manteve com os trabalhadores durante o Estado Novo, identificando uma relação de dádivas que se dava por um contrato de adesão direta entre o chefe da nação, materializado na “pessoa moral” do presidente Vargas e o povo trabalhador materializado na “pessoa coletiva” e não individualizados. A contrapartida do dom oferecido pelo presidente, nesse caso, consistia em trabalhar para produzir riquezas, possuir uma carteira de trabalho para ser reconhecido juridicamente e o dever moral de reconhecer o trabalho como um direito/dever. Sobre, ver GOMES, Ângela Maria de Castro. **Dar, receber e retribuir – a política brasileira fora do mercado.** In: A Invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3ª edição, 2005, p. 226-233.

<sup>94</sup> O autor resgata questões que estavam em Mauss e que já haviam sido levantadas por Annette Weiner sobre a restrição a objetos na circulação de dádivas, por serem valiosos e que também definiam a identidade entre as tribos. Sobre, ver: WEINER, Annette. **From words to objects to magic: hard words and the boundaries of social interaction.** Man Review. n. 18, 1983, p. 690-709.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 55-58 e 72.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>98</sup> MITCHELL, James C. **Social Networks.** Annual-Review of Anthropology. Volume 3, 1974, p. 279-299.

<sup>99</sup> LANDÉ, Carl H. Op. Cit, 1977.

nesses arranjos<sup>100</sup> que permitam circuitos de trocas tanto horizontadas, como verticalizadas<sup>101</sup>.

Assim, trabalhamos com a hipótese de que esses dois engenheiros estiveram inseridos em redes mais amplas de reciprocidades e também se orientaram, enquanto técnicos, em função do núcleo dessa trama de relações.

Para isso, organizamos este trabalho em quatro capítulos. No primeiro deles, mapeamos o núcleo das redes de parentesco destes dois personagens para compreender as suas estratégias familiares como forma de inserção social e como dispositivos acionados para manter ou adquirir bens materiais e imateriais. Para isso, privilegiamos como fontes primárias os livros de registro de batismo e de casamento da Igreja Católica pertencentes à Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, os livros de registro civil, de casamento, nascimento e de óbito, além de demais documentações notariais de Comarcas do Rio de Janeiro, correspondências de arquivos privados, almanaques, obituários e notas de casamento e de missas publicadas na imprensa. Utilizamos também informações levantadas pelos seus biógrafos.

No segundo capítulo, demos destaque as duas principais associações que atraíram engenheiros brasileiros na Primeira República: o Instituto Politécnico Brasileiro e o Clube de Engenharia. Nesta etapa, demos destaque a essas formas de associativismo, onde mapeamos não só a presença de Passos e de Frontin, como também a de seu núcleo familiar. Para isso, analisamos os quadros de sócios das duas agremiações, procurando compreender a forma de associação adotada por cada uma delas e sua relação com a organização dos interesses de uma categoria profissional.

No terceiro capítulo, acompanhamos o comportamento empresarial de Pereira Passos como proprietário da Serraria de Santa Luzia (1887-1913) e de Paulo de Frontin (1890-1933), um dos fundadores, diretor-técnico e presidente da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil. Onde procuramos entender melhor a relação dos destinos dessas companhias com as estratégias sociais de seus mandatários. Em relação às fontes primárias, nos valem, principalmente, dos registros da Junta Comercial do Rio de Janeiro e de retrospectos comerciais da imprensa.

---

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Cf. LANDÉ, Carl H. Op. Cit., 1977.

No último capítulo, analisamos os pedidos de favores recebidos pelo Prefeito da Capital Federal, Pereira Passos e pelo diretor da Comissão Construtora da Avenida Central do Rio de Janeiro, Paulo de Frontin durante do governo Rodrigues Alves (1902-1906). Etapa em que problematizamos o comportamento desses dois agentes públicos em relação aos assédios recebidos por dádivas do Estado. Oportunidade em que verificamos se Paulo de Frontin teve um comportamento mais político, por ser mais inclinado ao atendimento de pleitos e se Pereira Passos foi mais resistente à prática do empenho pessoal, como destacaram os seus biógrafos. Para responder a essas questões, utilizamos as correspondências de seus arquivos privados.

Por fim, apenas algumas considerações ao leitor. Com já foi discutido nesta introdução, as práticas de favorecimento mediante a influência desses personagens não foram entendidas, ao longo dessa pesquisa, como deturpação da política e muitos menos tem esta tese um caráter de denúncia ou de julgamento moral. Pois, já que a nossa postura consiste em fazer um exercício de compreensão do “outro”, procuramos evidenciar as concepções que esses personagens deram às suas práticas. Um outro ponto está relacionado com as histórias das famílias aqui abordadas, sobre as quais suprimimos informações sensíveis que, no nosso entendimento, são da privacidade delas e que não mudam o argumento central do trabalho. E em relação às transcrições, atualizamos a grafia dos textos, sem acréscimo ou retirada do emprego de qualquer elemento ortográfico.

# Capítulo 1: Duas famílias

O nosso ponto de partida é o mapeamento do núcleo de parentesco de Francisco Pereira Passos e André Gustavo Paulo de Frontin para compreender melhor as suas estratégias familiares como formas de inserção, de preservação e de enriquecimento desses personagens. Um primeiro desafio, neste caminho, foi estabelecer critérios de identificação destes parentes e, para isso, recorreremos a alguns estudos que trouxeram a família para o primeiro plano de suas análises.

De modo geral, essas obras demonstraram a impossibilidade de uma definição rígida sobre modelos de família do século XIX e XX, considerando apenas os marcadores como o de consanguinidade ou de compartilhamento uma mesma residência. No caso específico da Primeira República, esses estudos enfatizaram contextos agrários, caracterizados pelo domínio do chefe local ou por facções oligárquicas estaduais. Maria Isaura Pereira de Queiroz chamou atenção para os grupos de parentela de pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Para a autora, tais agrupamentos consistiam em redes de reciprocidades, que envolviam deveres e direitos entre os seus membros e tinham, na figura do coronel, o chefe desta “parentela”, definida como:

(...) um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é, que ultrapassam, o grupo pai-mãe-filhos). (...) Sua característica principal é a estrutura interna complexa, que tanto pode ser de tipo igualitário (por exemplo, nas regiões de sítiantes, em que as famílias tendem a estar todas colocadas no mesmo nível socioeconômico), quanto do tipo estratificado (o que acontecia sobretudo nas regiões de agricultura de exportação e também nas de pastoreio, existindo no interior da parentela várias camadas sociais). Fosse igualitária, fosse estratificada a parentela apresentava forte solidariedade horizontal, no primeiro caso, vertical e horizontal no

segundo, unindo tanto os indivíduos da mesma categoria, quanto os indivíduos de níveis socioeconômicos diversos.<sup>102</sup>

Linda Lewin abordou o tema do parentesco ampliando a sua escala de observação do município para a organização de uma oligarquia de base familiar no estado da Paraíba, com foco na hegemonia mantida pelos Pessoa, entre 1912 e 1930. Além de identificar as grandes famílias e as suas relações com a estrutura econômica da região, a autora analisou a trajetória de Eptácio Pessoa<sup>103</sup> como um líder oligarca que expandiu a sua rede de parentesco no estado em paralelo com a sua base política. Lewin demonstrou como essas articulações se davam por meio de alianças matrimoniais, de apadrinhamentos e através de laços de amizades políticas. Ao longo do seu trabalho, é possível observar a rivalidade, por vezes belicosa, entre essas poderosas famílias pelo monopólio do Estado, através do controle de cargos públicos e da exclusão de seus rivais na representação das Assembleias.

Lewin identificou uma “rede de base familiar” coordenada pelos Pessoa que produziu uma máquina eleitoral de dimensão estadual. Tal fenômeno só foi possível graças à fragilidade de uma coalizão política no plano estadual e à falta de uma estrutura partidária, que se conjugava à pobreza opressiva da região que produzia a extrema dependência dos grandes proprietários de terras por meio de laços de patronagem<sup>104</sup>. Para a autora, a falta de um critério rígido para definir quem era ou não era da família, dava a esse agrupamento social tão estratificado maior capacidade de se adaptar às mudanças<sup>105</sup>.

Richard Graham, em sua clássica obra sobre o clientelismo no século XIX ressaltou a importância da família na formação de redes de clientelas, um canal privilegiado de oferta e de retribuição benéficos, que poderia se conectar a um amplo sistema de trocas de alcance nacional:

As famílias representavam importante fonte de capital político. Naturalmente, como em outros lugares, elas dedicavam-se a aumentar sua propriedade, e, ao longo de várias gerações sucessivas, famílias bem-sucedidas acumularam recursos significativos. Os vínculos que levavam homens a cargos oficiais e ao domínio local constituíam parte

---

<sup>102</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Coronelismo numa Interpretação Sociológica**. In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol. 1. São Paulo, Difel, 1975., p. 165.

<sup>103</sup> Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865 - 1942) foi Ministro do STF, diplomata, professor universitário, ministro de Estado na República, filiado ao Partido Republicano Mineiro, foi Deputado Federal, Senador e Presidente da República, esta última função que ocupou entre 1919 a 1922.

<sup>104</sup> LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 68-71.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 153

importante desses recursos e, através da política, famílias lutavam para preservá-los, muitas vezes contra outras famílias<sup>106</sup>

Em estudos mais recentes, Maria Fernanda Martins e Jonas Vargas deram enfoque às redes de relações das elites políticas do Império como elementos fundamentais na construção de carreiras políticas. Estes autores demonstram como os laços familiares eram fundamentais na formação desses políticos. Para Maria Fernanda Martins, “no centro da noção de rede encontravam-se as famílias, não apenas a família nuclear, mas uma teia que englobava as relações decorrentes de estratégias de alianças, principalmente através do casamento”<sup>107</sup>.

Estes historiadores evidenciaram como os vínculos de parentesco tinham um sentido de preservação e de acumulação muito mais amplo do que o de uma pura racionalidade econômica. Pela nossa ótica, essas relações consistiam em formas de reciprocidades generalizadas<sup>108</sup>, em que a face material da troca é reprimida pelo seu lado social, o que não significa que a doação, mesmo que para entes queridos, não gere contra obrigação, como categorizou Shalins:

o contador não é estipulado por tempo, quantidade ou qualidade: a expectativa de reciprocidade é indefinida. Recebendo bens estabelece uma obrigação difusa de retribuir quando necessário ao doador e/ou possível para o receptor. A falha em retribuir não faz com que o doador de coisas parar de dar: os bens movem-se para um lado, em favor dos que não têm, por um período muito longo.<sup>109</sup>

Com o foco neste tipo de reciprocidade, o percurso que nós trilharemos nesse capítulo tem similaridade com o caminho já feito pela historiadora Marieta Ferreira<sup>110</sup>, que olhou para o interior de determinados ramos familiares, dando enfoque às suas práticas sociais, como casamentos e vínculos de compadrio que eram feitos de forma estratégica para fazer alianças e fortunas. Entendendo, portanto, que as famílias desses dois engenheiros eram o centro de suas redes de relações, fundamentais na inserção social de todos os seus membros.

---

<sup>106</sup> GRAHAM, Richard. Op. Cit, 1997, p. 35.

<sup>107</sup> MARTINS, Maria Fernanda. Op. Cit, 2005, p. 26

<sup>108</sup> Cf. SAHLINS, Marshall. **Stone Age Economics**. Chicago: Aldine. 1972. p. 193-194.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 194.

<sup>110</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. **Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Para identificar o núcleo familiar dos Passos e dos Frontin, consideramos: I) os vínculos consanguíneos em linha direta e em linha colateral em até três graus a partir de um tronco familiar, que variam entre avós, pais, filhos, netos, tios e sobrinhos, II) os agregados por afinidade, que eram os parentes em linha direta ou colateral do cônjuge (cunhado (a), sogro (a), genro e nora), além dos laços de compadrio. Com essas balizas, traçamos mapas genealógicos a partir do casal tronco Francisco Pereira Passos e D. Maria Rita César de Andrade (1865) e por André Paulo Gustavo de Frontin e D. Maria Leocádia de Toledo Dodsworth (1889). Utilizamos como documentação primária, registros civis e religiosos (nascimento, morte, batismo e casamento), fontes da imprensa (principalmente, obituários, noticiário sobre casamento, batismo, nascimento e referências sobre ocupação profissional em almanaques), documentos notariais, como testamentos e demais registros cartorários, processos de inventários de bens “post mortem”, além dos dados fornecidos pelos biógrafos dos engenheiros.

### **1.1.1 A parentela do Barão e da Baronesa de Mangaratiba**

Francisco Pereira Passos nasceu, em 29 de agosto de 1836, na abastada parentela de um grande cafeicultor do Vale do Paraíba no século XIX. Na Vila de São João do Príncipe, província do Rio de Janeiro, uma região que surgiu como uma freguesia de Resende, no século XVIII, foi elevada à condição de Vila em 1811 e, com a República, se tornou a cidade de São João Marcos.<sup>111</sup> Francisco era filho de Antônio Pereira Passos, o Barão de Mangaratiba, e neto de José Pereira da Fonseca Miranda e de D. Maria da Conceição, grandes proprietários de terras na região de Paraty desde o século XVIII. Antônio foi um rico proprietário de fazenda escravista, além de um grande comerciante em São João do Príncipe, casado com D. Clara Rosa de Oliveira, filha do tenente Francisco José de Oliveira e de Dona Maria Joaquina de Oliveira e Silva, uma tradicional família fluminense.<sup>112</sup>

---

<sup>111</sup> Sobre, ver SERRA, Mozart Vitor Serra (Org). **São João Marcos: patrimônio e progresso**. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cidade Viva. 2011.

<sup>112</sup> ATHAYDE, Raymundo. Op. Cit, 1948, p. 13-14 e sobre as informações dos pais de D. Clara Rosa de Oliveira: Livro de Matrimônios da Igreja Católica (1616-1980 **Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro Igreja Católica. Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro (Brasil)**). Freguesia de Niterói, paróquia de São João Batista. 08/07/1865. Número do Filme: 4620536.

Em meados do século XIX, São João do Príncipe viveu os tempos áureos da produção cafeeira do Vale do Paraíba junto com Resende, Rio Claro e Piraí, tendo como escoadouro e centro comercial o Porto de Mangaratiba.<sup>113</sup> Nas primeiras décadas do século XX, com o fim do dinamismo da produção agrícola da região, São João Marcos sofreu com uma série de surtos de malária em decorrência das contínuas terras alagadas pela *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company* que deram lugar à represa de Ribeirão das Lages, parte do complexo de usinas hidrelétricas de Fontes, na região de Piraí. Na década de 1940, o então município foi completamente despovoado e demolido para se tornar uma represa da companhia.<sup>114</sup>

Antônio Pereira Passos fez carreira pública como 1º tabelião e escrivão da Câmara de São João do Príncipe, entre 1825 e 1835, foi vereador, entre 1835 e 1841, procurador e provedor na região até 1850. Na sua Fazenda do Bálamo, eram cultivados café, cana, mandioca, arroz, milho e feijão, chegando a produzir 4.000 arrobas de café por ano, além de hortaliças e cereais diversos. Segundo o biógrafo Paopolitano, a propriedade foi assim batizada por conta da sua abundância de árvores de bálsamo, que produziam um tipo de madeira resistente utilizada em construções<sup>115</sup>. Inclusive, o ramo de carpintaria, marcenaria e a comercialização de madeiras foi explorado pela família após a morte do Barão em 1866. A nossa pesquisa identificou registros de carpintarias no nome dos irmãos Pereira Passos, na Corte, nos anos de 1870<sup>116</sup> e, na década seguinte, Francisco Pereira Passos se tornou proprietário da Serraria de Santa Luzia, que se tornaria uma das maiores fornecedoras de pinho para a construção de palacetes da Capital Federal (capítulo 3).

Antônio Pereira Passos mantinha um administrador contratado em sua fazenda e possuía uma chácara na vila, que era utilizada em ocasiões de festas religiosas e para encontros políticos.<sup>117</sup> Além de suas propriedades em São João do Príncipe, Antônio possuía algo em torno de 1077 alqueires de terra na Vila de Mangaratiba, onde funcionava seu grande armazém na Praia do Saco, que lhe servia de depósito e onde comercializava produtos vindos de S. João Marcos. Com o prestígio político que adquiriu nas duas vilas, o fazendeiro recebeu o título de Barão de Mangaratiba, em 1860, em virtude de serviços

---

<sup>113</sup> OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de Oliveira. **Conflitos e disputas pela memória: as ruínas de São João Marcos**. In: Revista Memória em Rede, Pelotas, v.4, n.10, Jan./Jun.2014. p. 2-5.

<sup>114</sup> Idem.

<sup>115</sup> PAOLOPOLITANO, Op. Cit, 1941, p. 5.

<sup>116</sup> **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, edição 32, 1875, p. 911

<sup>117</sup> PAOLOPOLITANO, Op. Cit, 1941, p. 5-6.

prestados à Câmara Municipal, como vereador, presidente e por sua atuação na lavoura e no comércio.<sup>118</sup>

Os biógrafos de Pereira Passos buscaram a herança imaterial do Barão ao seu filho, em traços de sua personalidade, com o perfil austero, autoritário e voltado à ação. Gastão Pereira da Silva identificou esses traços nas características fisionômicas de Antônio Pereira Passos, com seu semblante fechado, olhar perscrutador, de quem fazia valer a sua própria vontade<sup>119</sup>. Raymundo Athayde destacou,

No exame mais detalhado e profundo da vida de Pereira Passos, encontramos em certas atitudes e atos por ele praticados, não só do ponto de vista pessoal, mas também na órbita mais ampla do interesse da sociedade, na qual ele teve influência muitas vezes decisivas, **traços denunciadores do meio patriarcal onde hauriu eles os primeiros ensinamentos e exemplos. Aquele modo especial de impor a vontade sem admitir contestações, o seu espírito demasiadamente autoritário**, são resultantes, sem dúvida, das primeiras impressões que lhe marcaram o caráter, **reminiscências do austero fazendeiro, senhor absoluto de inúmeros homens, os quais lhes obedeciam as ordens cegamente.**<sup>120</sup> (grifos nossos)

A nossa pesquisa procurou avançar sobre essa transmissão familiar do Barão de Mangaratiba para compreender até que ponto os seus sucessores deram continuidade ao seu patrimônio em fins do século XIX. Nós identificamos 8 filhos que chegaram à idade adulta, dos quais cinco eram homens. Com escassos dados biográficos sobre eles, recorremos a almanaques da província do Rio de Janeiro e da Corte, e as informações ali obtidas nos mostraram que eles deram continuidade aos negócios do pai em São João do Príncipe, onde atuaram na produção agrícola, com o comércio, nas fileiras da Guarda Nacional<sup>121</sup> e mantiveram casas comerciais e de serviços voltados à construção na cidade do Rio de Janeiro.

---

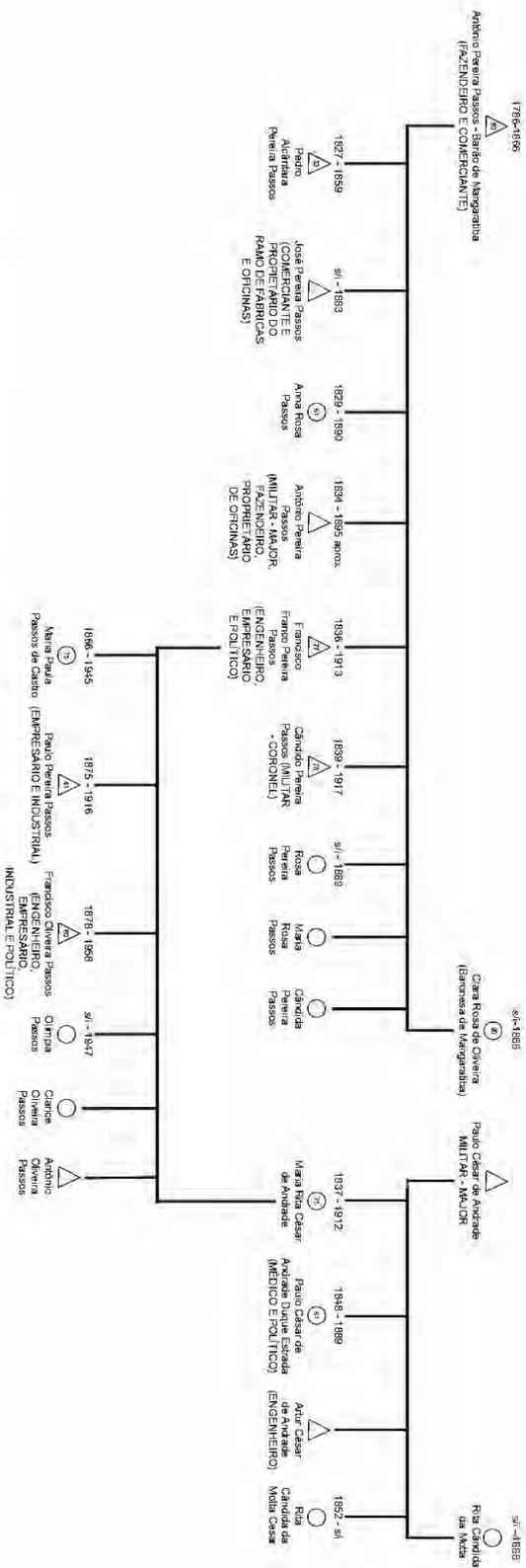
<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> SILVA, Gastão Pereira da. Op. Cit, 1943. p. 4.

<sup>120</sup> ATHAYDE, Raymundo. Pereira Passos...Op. Cit, 1948, p. 15

<sup>121</sup> Força Militar organizada, em 1831, em substituição às milícias e ordenanças do período colonial. Em sua hierarquia, a patente de coronel correspondia ao maior posto de comando municipal ou regional, onde estas guardas policiais tinham o efetivo e remuneração definidos pelas Câmaras Municipais, além de estarem sob as ordens da autoridade judiciária e da Câmara. O seu custeio decorria de subsídios voluntários dos moradores da região. Segundo Victor Nunes Leal, a medida em que se consolidava a centralização do poder nas mãos do governo Imperial, a partir de 1850, foram abolidas gradativamente as nomeações e promoções através das Câmaras Municipais e “não tardaria a tornar-se predominantemente e, depois, meramente honorífica e decorativa: com as suas patentes, distribuídas somente a correligionários, preveniam-se rebeldias ou premiavam-se devoções”.

## Mapa Genealógico I : Pereira Passos (1786 - 1958)



Fonte: Livros de Registro Civil (1829- 2012) – Circunscrição de pessoas naturais do Rio de Janeiro (Arquivo Nacional) disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Último acesso: 11/09/2020.

Livros de Batismo da Igreja Católica (1888-1935). (Arquivo Nacional). Disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Último acesso: 11/09/2020.

Periódicos: Jornal do Commercio (RJ) (1880 – 1889).  
Diário do Rio de Janeiro. Edição (1857).  
Correio Mercantil (RJ). Obituário. 17 mar 1859. Edição:076, p.1.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) – (1844 a 1885)  
Almanak Laemmer. Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) (1891 - 1940)

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV  
Observações: I) Em relação as patentes militares, foram consideradas as últimas referências encontradas nos almanques citados e II) privilegiamos o nome de batismo das três gerações. III) Foram desconsideradas informações de integrantes que não chegaram a idade adulta.

Em 1859, o obituário do Correio Mercantil noticiava o falecimento de Pedro de Alcântara Pereira Passos, aos 32 anos de idade, em decorrência febre amarela<sup>122</sup>. Ao que tudo indica, este era o primogênito que chegou à idade adulta, sobre o qual não obtivemos registros de sua ocupação. O seu irmão, José Pereira Passos foi negociante na Vila de São João e na Corte, onde manteve um armazém, no qual produzia sabão, azeite e óleos na Rua do Rosário e na Senador Eusébio<sup>123</sup>, além de uma oficina de carpintaria e serviços de mestres de obras na rua da Ajuda em sociedade com seus irmãos<sup>124</sup>.

Os irmãos Antônio e Cândido Pereira Passos integraram a Guarda Nacional e foram comerciantes. O primeiro aparece nas páginas do Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Rio de Janeiro como major da Guarda Nacional, na Vila de São João do Príncipe, além de ser proprietário de uma marcenaria na Rua Teófilo Ottoni, no Rio de Janeiro, em sociedade com José da Costa Lima.<sup>125</sup> Cândido Pereira Passos, o filho mais novo, foi coronel e assumiu o Estado Maior da milícia na região, em 1880, como comandante superior em São João do Príncipe<sup>126</sup>. Tais postos dependiam de algum prestígio político local e, geralmente, eram ocupados por grandes proprietários da região ou por seus indicados. Isso reforça a influência da parentela do Barão de Mangaratiba após a sua morte, em 1866, marcada pela diminuição da dinamização da produção do café no Vale do Paraíba, a partir da década de 1870<sup>127</sup>.

De todos estes irmãos, foi Francisco Pereira Passos aquele que fez a maior inflexão nesta tendência de continuidade familiar. Pelo que conseguimos mapear, ele foi o quinto filho desta geração a chegar à idade adulta e foi quem mais se afastou das atividades econômicas e políticas de São João do Príncipe. Após realizar os primeiros estudos na Fazenda do Bálsamo, com professor contratado, foi enviado para a Corte para frequentar o Colégio São Pedro de Alcântara, em 1850, uma instituição privada composta por alunos de camadas abastadas da cidade e do interior da Província do Rio de Janeiro<sup>128</sup>.

Naquele momento, o destino clássico de curso superior para um filho de grande cafeicultor seria a faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro e da Bahia, ou o Direito, em

---

<sup>122</sup> **Jornal Correio Mercantil**, 17/03/ 1859, p.1

<sup>123</sup> **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, edição 30, 1873, p. 706

<sup>124</sup> **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, edição 32, 1875, p. 911

<sup>125</sup> **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, edição 42, 1885, p. 720.

<sup>126</sup> **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, ,edição 37, 1880, p. 27.

<sup>127</sup> Sobre, ver COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 6.ed. 1999.

<sup>128</sup> ATHAYDE, Op. Cit, 1944, p. 37.

São Paulo e no Recife. Mas, em 1852, Francisco optou pelo curso engenharia ofertado pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Uma escola superior que era frequentada por filhos de militares e por jovens de camadas sociais menos abastadas que buscavam alavancar a vida como oficiais do Exército<sup>129</sup>.

Em 1856, Passos se formou bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, e como engenheiro em um cenário ainda pouco promissor, em um país de realidade agrária, exportadora, escravista, com uma organização de trabalho baseada na monocultura e com pouco espaço para as inovações técnicas. Neste período, a carreira de engenheiro civil, no Brasil, era fundamentalmente assalariada, tendo a burocracia imperial como principal empregadora e poucos técnicos recebiam altos salários, como o de diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II<sup>130</sup>.

Assim, em 1857, Pereira Passos iniciou a sua vida profissional, nomeado para um posto da carreira diplomática, como adido à delegação brasileira à Paris, como frequentemente acontecia com filhos de outros grandes fazendeiros<sup>131</sup>. Nesta viagem, que durou até 1860, o jovem engenheiro frequentou aulas das cadeiras de Arquitetura, Estradas de Ferro, Portos, Rio e Canais, Direito Administrativo e Economia Política na *École de Ponts et Chaussées*. E conseguiu licença para atuar na construção de uma seção da Estrada de Ferro de Paris a Lyon e em obras do porto de Marselha.<sup>132</sup> Esta foi a primeira de diversas outras longas viagens que ele faria ao longo da sua vida.

Pereira Passos se manteve distante da política profissional, mas fez carreira pública, atuando em funções burocráticas no Império e na República. O último cargo que exerceu foi o de prefeito da Capital Federal, com o famoso plano de transformações urbanística entre 1902-1906, nomeado pelo presidente Rodrigues Alves. Em relação às origens de sua trajetória como homem público, além do posto diplomático que exerceu como adido na França, assumiu o cargo de inspetor de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro, ao final de 1865, quando foi designado engenheiro-fiscal da Estrada de Ferro de Cantagalo, que faria o transporte desses municípios para Niterói.<sup>133</sup>

---

<sup>129</sup> CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporã: o ensino superior da colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 95.

<sup>130</sup> COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit, 1999, p. 197.

<sup>131</sup> Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. Cit, 1992, p. 192.

<sup>132</sup> FILHO, Adolfo Morales de los Rios. Op. Cit, 1951. p. 14.

<sup>133</sup> PAOLOPOLITANO. Op. cit, 1941. p. 31.

Em 1870, foi nomeado pelo Conselheiro João Alfredo para ser consultor técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas<sup>134</sup>. Quatro anos depois, ascendeu à função de engenheiro do Ministério do Império, com a responsabilidade de acompanhar as principais obras em prédios públicos na Corte, além de ter integrado a comissão que elaborou o Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro entre 1875 e 1876.<sup>135</sup> Pereira Passos chegou ao cobiçado cargo de diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1876, mantendo-se nele até 1880, a mesma ferrovia que dirigiu, na República, com o nome de Central do Brasil (1897-1899).<sup>136</sup>

Passos atuou na iniciativa privada, trabalhando como engenheiro ferroviário<sup>137</sup>, na indústria naval, em serviços de transportes urbanos e como administrador de diversas companhias. Destacamos aqui a restauração do sistema de construção naval da Ponta da Areia de Niterói, em 1873, em parceria com Visconde de Mauá e, posteriormente, na implementação do sistema de cremalheira na Estrada de Ferro da Raiz da Serra de Petrópolis<sup>138</sup>. Em 1882, assumiu a direção da Companhia de Carris de São Cristóvão, quando chegou a propor aos trinta maiores acionistas da companhia de bondes o projeto de uma grande avenida central na Corte, que foi apadrinhado pelo senador Francisco Belisário Soares de Souza, concessão que foi dada pelo governo e prorrogada até 1889.<sup>139</sup>

O engenheiro adquiriu a serraria de Santa Luiza em 1887 (capítulo 3), depois de seu investimento malogrado na construção a primeira via férrea de turismo da Corte, em parceria com Marcelino Roma e Lopes Ribeiro. Este era um projeto do próprio Pereira Passos de aproximadamente 2750 metros de extensão. Batizada de Estrada de Ferro do Corcovado, o empreendimento contava também com um restaurante de vista panorâmica, que não teve o retorno do capital esperado, e a partir de então, Passos procurou recuperar seus prejuízos com negócios de madeira na cidade.<sup>140</sup>

Esses traços da trajetória de Pereira Passos revelam um engenheiro que se notabilizou como um homem da técnica e com uma vida mais urbana, com grande parte dela vinculada à cidade do Rio de Janeiro. Isto representava uma mudança no rumo de

---

<sup>134</sup> SILVA, Gastão Pereira da. Op. Cit, 1943, p. 13.

<sup>135</sup> Ibidem, p. 14-15

<sup>136</sup> Ibidem, p. 22-23.

<sup>137</sup> Sobre a série de ferrovias nas quais o engenheiro trabalhou no Império, ver ATHAYDE, Raymundo. Op. Cit, 1944, p. 151-184.

<sup>138</sup> ATHAYDE, Raymundo. Op. Cit, 1944, p. 137-138.

<sup>139</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. Cit, 1992, p. 196.

<sup>140</sup> Cf. PAOLOPOLITANO, Op. Cit, 1941, p. 247-248.

continuidade de sua parentela em São João do Marcos. O peso da família do Barão de Mangaratiba foi fundamental na sua inserção na carreira pública e de quem herdou bens imateriais, como a personalidade de seu pai, um homem centralizador, influenciado por uma realidade patriarcal e escravista do baronato do café. Tais razões, nos permitem considerar que essa inflexão não foi propriamente uma ruptura. Após o falecimento de seu pai (14/12/1866), o engenheiro começou uma sociedade com a sua mãe, em 26 de novembro de 1867, para assumir a Fazenda do Bálsamo. Segundo o contrato firmado, um terço dos lucros da produção e do comércio ficariam com ele e os dois terços restantes com a baronesa. O negócio, no entanto, durou pouco tempo, por conta da morte dela em 26 de abril de 1868.<sup>141</sup>

### 1.1.2 A aliança com os Andrade Duque-Estrada

Sinhá

Consagro-lhe verdadeiro e puro amor, e diz-me o coração que meu afeto é correspondido. Se assim é rogo à V. Exa que não me prive por muito tempo do prazer de ter essa certeza e me permita que peça tua mão em Casamento à Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>. D. Rita

Rio, 29 de maio de 1865.

Francisco Pereira Passos<sup>142</sup>

Francisco Pereira Passos se casou com D. Maria Rita César de Andrade em julho de 1865. Ela era filha do major Paulo César de Andrade, já falecido naquela ocasião, e de D. Rita Cândida da Motta, uma família que tinha origem na Fazenda do Engenho Novo, em Itaboraí.<sup>143</sup> De acordo com o livro de registro da paróquia de São João Batista, em Niterói, o casamento ocorreu no oratório particular do médico e capitão João José Pimentel, em sua Fazenda de Itaitindiba, em São Gonçalo, e teve como testemunhas Joaquim Bandeira

---

<sup>141</sup> Contrato de Francisco Pereira Passos e Clara Rosa de Oliveira. 26/11/1867. **Coleção Família Passos.** Museu da República. Código: FP/df/mpc 1857.07.23

<sup>142</sup> Carta de Francisco Pereira Passos a Maria Rita de César Andrade. 29/05/1865. Rio de Janeiro. **Coleção Família Passos. Museu da República.** Código: FP/pp/cr/mrap 1865.05.29 (1).

<sup>143</sup> **Livro de Matrimônios da Igreja Católica (1616-1980).** Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Freguesia de Niterói, paróquia de São João Batista. 08/07/1865. Número do Filme: 4620536.

de Gouveia e Joaquim Cesar de Andrade Duque Estrada.<sup>144</sup> Os Andrade Duque Estrada pertenciam a uma família tradicional de fazendeiros, com raízes escravistas e alguns deles foram eleitos para o Legislativo Municipal e na Câmara dos Deputados durante o Império.

Esta rede de parentesco tinha, entre seus membros, engenheiros que atuaram na urbanização de Niterói e tiveram sucessivas passagens pelas pastas de obras públicas da Província do Rio de Janeiro. O avô de D. Maria Rita, Augusto César de Andrade Duque Estrada foi vereador em duas legislaturas na Câmara de Niterói, entre 1877-1880 e 1881-1885.<sup>146</sup> João Anastácio Ferreira Duque Estrada (1822-1881), irmão do major César de Andrade, se formou pela Escola de Arquitetos Medidores de Niterói e trabalhou na Diretoria de Obras Públicas da Província, se elegendo vereador da região em 1877.<sup>147</sup> Os irmãos Paulo Cesar e Artur César de Andrade tinham ensino superior e participaram da política. O médico Paulo Cesar foi eleito como vereador em Niterói e

deputado provincial pelo Rio de Janeiro.<sup>148</sup> Arthur César de Andrade Estrada se formou em engenharia e seu filho, engenheiro de mesmo nome, foi prefeito de São Gonçalo em 1917<sup>149</sup>.

### 1.1.3 Os herdeiros Oliveira Passos nas primeiras décadas do século XX

Eu Francisco Pereira Passos, estando de saúde e são entendimento, e no gozo pleno de minhas faculdades mentais, resolvi fazer meu testamento e disposições de última vontade, o que faço pela maneira seguinte: Sou Católico, apostólico, romano e nesta crença tenho vivido e protesto morrer. Declaro que sou natural de São João Marcos, Município de São João do Príncipe da antiga Província e hoje Estado do Rio de Janeiro onde nasci a vinte e nove de agosto de mil oitocentos e trinta e seis, e filho legítimo do **Barão e da Baronesa de Mangaratiba**. Sou casado de primeiras núpcias com **D. Maria Rita d'Andrade Passos**, tendo

---

<sup>144</sup> **Livro de Matrimônios da Igreja Católica (1616-1980)**. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Freguesia de Niterói, paróquia de São João Batista. 08/07/1865. Número do Filme: 4620536.

<sup>145</sup> Sobre, ver, CAMPOS, Maristela Chicharo de. **O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói (1835-1890)**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História – UFF, 2004. p.109- 110. (Tese de Doutorado)

<sup>146</sup> Ibidem p. 109-110.

<sup>147</sup> Idem.

<sup>148</sup> Ibidem, p.110.

<sup>149</sup> PALMIER, Luiz. **São Gonçalo cinquentenário: história, geografia, estatística**. São Gonçalo: Serviço Gráfico do IBGE, 1940. p. 217.

sido o casamento realizado a oito de julho de mil oitocentos e sessenta e cinco, deste consórcio existem os seguintes filhos, **Maria Paula**, nascida a trinta e um de outubro de mil oitocentos e sessenta e seis, viúva de Ernesto Teixeira de Castro; **Olympia**, nascida em quatro de maio de mil oitocentos e setenta e nove, **Paulo** nascido a cinco de Novembro de mil oitocentos e setenta e cinco e **Francisco** nascido a dois de Julho de mil oitocentos e setenta e oito.<sup>150</sup>

Do casamento de Francisco Pereira Passos e D. Maria Rita Passos surgiu a geração dos irmãos Oliveira Passos: Clarice, Antônio (que não chegaram à idade adulta), Maria Paula, Paulo, Francisco e Olympia. Este ramo familiar de perfil cosmopolita e abastado foi marcado pela formação superior de seus membros homens, que se voltaram a atividades de comércio, da indústria (no ramo de serraria a vapor) e Francisco Oliveira Passos teve carreira pública.

Nas décadas iniciais do século XX, é possível perceber como foram notáveis algumas oportunidades aproveitadas por Pereira Passos para transferir parte de seus bens materiais e imateriais aos seus filhos. Em circunstâncias que envolveram mais a administração dos negócios da família e a ocupação de cargos públicos, do que a construção de alianças através de matrimônio. Esses quatro filhos e mais duas netas (o núcleo de sua rede de parentesco) receberam não apenas uma fortuna em dinheiro, imóveis, obras de arte e em patrimônio da antiga Serraria de Santa Luzia; como também herdaram bens imateriais como o prestígio de Pereira Passos, sua rede de relações e o seu capital cultural.

A primogênita, Maria Paula (1866-1945), foi casada com Ernesto Werneck Teixeira de Castro (1857-1897), filho do Visconde de Arcozelo. Uma rica família proprietária de três grandes fazendas no Vale do Paraíba (Monte Alegre, Piedade e Freguesia), que mantinha uma casa e uma loja de exportação de café na cidade do Rio de Janeiro<sup>151</sup>. Tal como os seus pais, vinte anos antes, Maria Paula foi a única, entre seus irmãos, que se casou, ainda no Império, em regime de comunhão de bens<sup>152</sup>, em um matrimônio que envolveu famílias que possuíam títulos nobiliárquicos, donas de fazendas e que atuavam no comércio.

---

<sup>150</sup> Trecho do testamento de Francisco Pereira Passos, 14/12/1910. Rio de Janeiro, folha 1. **Coleção Família Passos**. Museu da República. Código: FPmpc/ab 1916.08.30

<sup>151</sup> **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**, edição 42, 1885, p. 669.

<sup>152</sup> Registro do Casamento de Maria Paula de Oliveira Passos. **Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro - Igreja Católica. Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro (Brasil)**. Rio de Janeiro: Livro de Casamento da Freguesia de Nossa Senhora da Glória Rio de Janeiro, 1829-2012. 30/10/1886, p. 89. Filmagem: 004000300.

Na República, com o crescimento dos negócios dos Passos (capítulo 3), nós conseguimos perceber uma mudança nesse padrão de matrimônios no sentido de preservar o patrimônio da família em seu próprio núcleo. Isso se comprova com os casamentos das filhas de Maria Paula e netas de Pereira Passos: Maria Passos de Castro se casou com Rodolfo Malempré, em 1933, e Ernestina Passos de Castro, como Idelfonso Brant de Bulhões Carvalho, em 1920. Ambos os consórcios em regime de separação total de bens<sup>153</sup>.

O seu tio, Paulo de Oliveira Passos fez carreira como empresário e industrial na empresa da família. Nascido em Niterói no dia 05 de novembro de 1874, época em que seu pai foi diretor do estaleiro da Ponta da Areia, do Barão de Mauá. Paulo fez seus estudos preparatórios no Colégio Pedro II e, em seguida, foi estudar na Real Escola Superior Politécnica da Saxônia, em Dresden, na Alemanha, onde ficou por cinco anos. Embora, não tenhamos nenhum registro de que tenha concluído estes estudos e, de fato, o filho homem mais velho de Pereira Passos que chegou à idade adulta não exerceu carreira de engenheiro. Em seu retorno ao Brasil, dedicou-se à atividade comercial na serraria da família, como auxiliar de seu pai. Anos depois, se tornou sócio da mesma empresa, onde adquiriu reputação na praça do Rio de Janeiro.<sup>154</sup>

Com um perfil mais discreto, Paulo não enveredou pela carreira pública - uma das razões da pouca documentação primária a seu respeito. Este que foi o herdeiro dos negócios da família, que, por pelo menos duas décadas, estiveram concentrados nas mãos do patriarca dos Oliveira Passos. Coube a este filho o papel de chefe da família na ausência de Pereira Passos, no papel de sucessor natural, por ser o filho homem mais velho. Algumas correspondências que encontramos na Coleção Família Passos, no Museu da República, corroboram para esta avaliação. Nelas, percebemos, em alguns momentos, as preocupações de Paulo com as finanças dos Passos, como na carta do irmão Francisco prestando contas de gastos em viagem à Europa e outra do próprio Paulo à sua

---

<sup>153</sup> Registro do Casamento de Maria Paula Castro: Livro de Registro Civil do Rio de Janeiro, 1829-2012. Arquivo Nacional. 04ª Circunscrição Matrimônios de 1933. 09/11/1933, p. 22, Registro 1396. Sobre o Casamento de Ernestina Passos de Castro: Registro Civil, 1829-2012 Rio de Janeiro 04ª Circunscrição Matrimônios 1920. **Arquivo Nacional**. Livro de Registro Civil do Rio de Janeiro (1829-2012). 04ª Circunscrição Matrimônios. 20/09/1920 p.179, Registro 155.

<sup>154</sup> Obituário, **Jornal A Noite**, 31/12/1916, p. 2

mãe, em que se queixava com os gastos feitos pelo pai em suas viagens.<sup>155</sup> Paulo faleceu em 31/12/1916, não se casou e não deixou herdeiros diretos.

Francisco de Oliveira Passos – que, em família, era chamado de “Chico” -, nasceu na Capital do Império do Brasil, em 2 de julho de 1878. Fez carreira pública e foi o grande herdeiro do prestígio de seu pai como engenheiro. Fez os seus ensinos preparatórios no Colégio Abílio e no Pedro II, também seguindo para a Alemanha, como o irmão, onde se formou como engenheiro civil, em 1901, na mesma universidade da Saxônia. Em sua volta ao Brasil, atuou como engenheiro ferroviário, iniciando a sua trajetória em cargos públicos como auxiliar da Estrada de Ferro Central do Brasil e, logo em seguida, foi nomeado consultor técnico na Diretoria de Obra da Prefeitura do Rio de Janeiro na gestão de seu pai (1902-1906). Francisco Passos, nesta mesma oportunidade, foi um dos vencedores concurso para a construção do Teatro Municipal da Capital Federal (capítulo 4).

Com o falecimento de seu pai, em 1913, e de seu irmão, em 1916, Francisco assumiu a empresa da família, que à época se chamava *Comércio e Indústria Paulo Passos S.A.* Este herdeiro foi também uma liderança de industriais, ocupando a presidência da Confederação Industrial do Brasil (CIB)<sup>156</sup>. Em 1935, casou-se com Maria Eliza Seixas Corrêa da Rocha, então viúva de José Gaspar da Rocha, falecido em 1931<sup>157</sup>. Francisco e Maria Eliza se casaram em regime de completa separação de bens, assegurando, assim, o seu patrimônio ao núcleo familiar dos Oliveira Passos. Francisco faleceu em 01/01/1858 e não deixou herdeiros diretos.

Olympia Passos faleceu em Paris em 03/11/1947. A caçula não se casou e não deixou herdeiros.

Assim, esses dados podem ser tomados com evidências de estratégias que foram se construindo entre os Passos para dar continuidade às atividades iniciadas por Francisco Pereira Passos e, assim, preservar o patrimônio da família.

---

<sup>155</sup> Carta de Paulo de Oliveira Passos a D. Maria Rita Passos. Adelboden, Suíça. 22/01/1910. Coleção Família Passos. Museu da República. Código: FPpp/cr/mrap 1910.01.22. Carta de Francisco de Oliveira Passos ao irmão, Paulo de Oliveira. Hamburgo, Alemanha. 23/03/1909. **Coleção Família Passos**. Museu da República. Código: FPpp/cr/pop 1909.03.23.

<sup>156</sup> Fundada em 1933, um dos objetivos desta instituição foi o estabelecimento de uma associação mais sólida entre os diversos grupos empresariais do Brasil.

<sup>157</sup> **Livro de Registro Civil**, Arquivo Nacional. Circunscrição de Matrimônios. Rio de Janeiro. 19/12/1935. Registro 5025, p. 166.



Figura 1: Foto da Família Passos feita por Augusto Malta (1910). Ao centro, está casal Francisco Pereira Passos (identificação 1) e a sua esposa, D. Maria Rita César Passos (2). A geração de filhos: Maria Paula Passos de Castro (5), Francisco de Oliveira Passos (3) e a filha caçula Olympia Passos – o irmão Paulo Pereira Passos não está presente. As netas de Pereira Passos, filhas Maria Paula de Castro (5): Maria Passos de Castro (4) e Ernestina Passos de Castro (7). Augusto Malta. Família Passos. (Coleção Família Passos – Museu da República) 1910. Site Brazilianas Fotográfica. Disponível em: < <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=8414>. Último acesso: 28/09/2020.

O testamento deixado por Francisco Pereira Passos é uma importante fonte que nos permite compreender melhor essa transmissão de bens deixados pelo ex-prefeito e para mapear o núcleo de sua rede familiar e as hierarquias contidas nela. Em suas “últimas vontades”, o patriarca deixou registrado, em 1910, um conjunto amplo de medidas a serem tomadas logo após a sua morte, que incluíam desde o destino da empresa da família à propriedade de sua residência na rua das Laranjeiras, com todas as suas obras arte e móveis, como também os seus demais imóveis – todos na cidade do Rio de Janeiro-, além de provisões em dinheiro para as suas netas, afilhadas e crianças no exterior (todas meninas, algumas órfãs de pai) como um ato piedoso de reciprocidade generalizada.

Neste instrumento jurídico de transmissão patrimonial<sup>158</sup>, composto de fórmulas notariais a serem seguidas para que ele tenha validade, que envolve um testador, o notário e as pessoas ou instituições afetadas por ele. Geralmente, este é um ato solitário do testador, feito em função da percepção da morte e da continuidade de seus descendentes, ao mesmo tempo que é marcado pelo seu caráter íntimo, devendo ser guardado secretamente, para que o seu valor jurídico seja preservado. A historiadora Claudia Rodrigues nos dá alguns subsídios para refletir sobre o papel do notário como alguém que auxiliava na redação de um testamento, para que sejam cumpridas algumas exigências protocolares, mas que caberia ao próprio testador a responsabilidade de definir os aspectos mais subjetivos do documento, que também se revela como uma declaração de fé, tendo em vista a possibilidade de se estabelecer cláusulas piedosas, a eleição do próprio túmulo e a forma do funeral.<sup>159</sup>

Os bens materiais declarados por Pereira Passos representavam uma espantosa fortuna de 1.344.000\$000, investida basicamente em participação societária na firma Paulo Passos & Companhia, em imóveis, obras de arte e em dinheiro:

**Sou sócio mandatário da firma Paulo Passos & Companhia,** estabelecida à rua de Santa Luzia e a Praia de São Cristóvão com negócios de madeiras e materiais e serrarias a vapor, conforme o contrato devidamente registrado na Junta Comercial desta cidade sob o número cinquenta e dois mil e trinta e seis. **O Capital da firma é de mil e oitocentos contos de reis, sendo setecentos e setenta e quatro contos de reis a parte que me pertence.** No caso do meu falecimento a quota de meus haveres uma vez somado os lucros do meu capital serão liquidados pela firma estabelecida na cláusula décima do contrato social. Além dos haveres que tenho na dita sociedade possuo mais os seguintes: prédios números duzentos e cinquenta e um antigo cento e

---

<sup>158</sup> Na Primeira República, o decreto sobre o Casamento Civil de 1890, publicado na esteira do processo de separação entre a Igreja e o Estado, manteve as disposições sobre herança do Império que tinham raízes no título 96, livro IV das Ordenações Filipinas (1603), com algumas alterações, das quais destacamos: I) o casamento civil como o único a ser considerado válido legalmente e, portanto, fundamental no direito sucessório, II) a legislação também estabeleceu idades mínimas para a pessoa contrair matrimônio (14 anos para mulheres e 16 anos para homens). A Constituição de 1891 incorporou o conteúdo do decreto de 1890. Sobre, **BRASIL. Lei nº 181, de 24 de janeiro de 1890.** Em 1907, houve mais uma alteração na legislação, que impôs a restrição ao tamanho da família que vinha do código filipino, reduzindo a extensão do parentesco de 10 para 6 graus em laços colaterais e definiu em 50% a parte dos herdeiros legítimos (descendentes e ascendentes) e os demais 50% poderiam ser designados por testamento, Sobre, ver **BRASIL. Decreto nº 1.839, de 31 de dezembro de 1907.** A promulgação do primeiro Código Civil brasileiro só viria a ocorrer em 1916, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1917. Sobre: **BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.**

<sup>159</sup> RODRIGUES, Claudia. O Uso de testamentos nas pesquisas sobre atitudes diante da morte em sociedades católicas de Antigo Regime. In: In.: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (org). **Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII).** Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p.38

vinte e três da rua das Laranjeiras com grande jardim e todos os móveis objetos de arte e alfaiais existentes no mesmo, prédio número duzentos e duzentos e vinte quatro da rua de Santa Luzia, sendo este de dois andares e aquele de sobrado. Prédio número vinte e três da rua Conde de Lages de sobrado, Prédio número sessenta e dois da rua Alice de sobrado. Prédio número cento e sessenta e cinco da rua Vinte e Quatro de Maio no Engenho Novo. **Todos esses prédios são meus particulares e não fazem parte do acervo da firma Paulo Passos & Companhia que possui outros. Todos eles e os móveis existentes na rua das Laranjeiras número duzentos e cinquenta e um estão avaliados em quinhentos e sessenta contos de reis e livres e desembaraçados de quaisquer ônus.**<sup>160</sup> (Grifos nossos)

Este ano dei a meu filho Paulo procuração bastante para hipotecar estes prédios se porventura fosse preciso sobre eles levantar dinheiro para os fins da sociedade de que sou mandatário, mas essa necessidade não se manifestou e espero de que não manifestará. **Dos bens de que posso dispor na forma da lei deixo livre de todos os impostos o prédio da rua das Laranjeiras número duzentos e cinquenta e um com tudo o que está dentro do mesmo a minha mulher:** dez contos de reis a cada uma de minhas netas **Maria e Ernestina**, cinco contos de reis a minha **afilhada Baby, filha do Doutor B. da Silva Barauna**, já falecido; cinco contos de reis a minha **sobrinha Pepita, neta do meu irmão Pedro**, já falecido, cinco contos de reis a minha **afilhada Aristolêa** filha do fotógrafo **Augusto Malta**; cem mil marcos moeda alemã à mesma **Elsa Betha Iurack**, filha digo alemã à menina **Elsa Bertha Iurack**, filha de **Alberto Iurack e de Emma Iurack** nascida em Berlim, a quinze de Março de mil oitocentos e noventa e cinco; pelo muito bem que me quer essa criança e cem mil marcos também moeda alemã **Luschen Clara Johanna Roser** nascida em Berlim a dezessete de Janeiro de mil oitocentos e oito, filha de Henrique Roser e de Anna Roser, todos atualmente moradores de Berlim; para que cuide da educação e instrução da menina Elsa que reside com sua tia e avó em Stenimetr Satrasse número quarenta e cinco segundo andar. Todos esses legados serão satisfeitos dentro do prazo improrrogável de três meses depois do meu falecimento e livre de impostos. O legado da menina Elsa será convertido em títulos da Dívida Pública alemã de quatro por cento ao ano ou em outros títulos equivalentes do mesmo País, averbados em nome dela para lhes serem entregues quando completar vinte e um anos de idade, sendo até essa época confinados a guarda de sua tia Lurchen Klara Johanna Roser, a qual serão igualmente pagos durante o tempo digo durante o mesmo tempo os respectivos juros para ocorrer as despesas com a educação e instrução da menina. Se ela falecer antes de receber o legado reverterá este em benefícios de seus irmãos.<sup>161</sup> (Grifos nossos)

**Peço que meu enterro seja feito com a maior simplicidade não se fazendo convites para o mesmo. Desejo que meu corpo seja sepultado no jazigo perpétuo número quarenta que tenho para meus pais e seus descendentes no cemitério do Cajú, colocando-se**

---

<sup>160</sup> Trecho do testamento de Francisco Pereira Passos, 14/12/1910. Rio de Janeiro, folhas 1-2. **Coleção Família Passos**. Museu da República. Código: FPmpc/ab 1916.08.30

<sup>161</sup> Ibidem, 1910, folhas 2-3.

**sobre a tampa meu busto em bronze que está em minha casa. -** Nomeio meus testamenteiros e inventariantes de meus bens em primeiro lugar minha mulher dona Maria Rita de Andrade Passos em segundo lugar meu filho Paulo de Oliveira Passos e em terceiro lugar meu filho Francisco de Oliveira Passos, os quais dou por abonados em juízo e fora dele. Ao testamenteiro que aceitar o cargo peço que liquide meu testamento no prazo de um ano. Por esta forma dou por concluído este meu testamento por mim escrito e assinado em três vias, feito por minha livre vontade sem constrangimento de espécie alguma o qual dou por bom, firme e valioso, pedindo as justiças competentes o seu rigoroso cumprimento – Rio de Janeiro, quatorze de dezembro de mil novecentos e dez. Francisco Pereira Passos. <sup>162</sup> (Grifos nossos)

Por serem casados em regime de comunhão de bens e pelo fato de os dois cônjuges terem falecido em um curto prazo de tempo, foi realizado no mesmo inventário de bens uma primeira partilha da herança de D. Maria Rita Passos e uma sobrepartilha em decorrência do falecimento de Francisco Pereira Passos, em nome de seus filhos e dos demais herdeiros testamentários.<sup>163</sup> A tabela abaixo detalha como as “últimas vontades” expressas por Pereira Passos foram cumpridas em 1916.

---

<sup>162</sup> Trecho do testamento de Francisco Pereira Passos, 14/12/1910. Rio de Janeiro, folha 3. **Coleção Família Passos. Museu da República**. Código: FPmpc/ab 1916.08.30

<sup>163</sup> Cf. Inventário de bens deixados por Maria Rita de Andrade Passos e Francisco Pereira Passos. Inventariante: Paulo Pereira Passos. Cartório do 1º Ofício da Provedoria e Resíduos da Cidade do Rio de Janeiro. Sentença de 11/05/1916. Disponível na **Coleção Família Passos – Museu da República**, através do Código: FPmpc/ab 1916.08.30

**Tabela 1: Partilha da herança do casal Francisco Pereira Passos e D. Rita de Andrade Passos (1916)**

Herança		Herdeiros
Bens	Valor**	
Imóvel - Rua de Santa Luzia, 200	875.331\$000	Maria Paula Passos de Castro (25%) Paulo de Oliveira Passos (25%) Francisco de Oliveira Passos (25%) Olympia Passos (25%)
Imóvel - Rua de Santa Luzia, 224		
Imóvel - Rua Conde de Lages, 23		
Imóvel - Rua 24 de Maio, 175		
Imóvel - Rua Alice, 72		
Imóvel - Rua das Laranjeiras, 251		
Móveis que guarneciam o prédio em Laranjeiras, 251		
Capital investido na empresa Paulo Passos & Cia.		
Dinheiro		
Dinheiro	7.255\$400	Maria (neta)
Dinheiro	7.255\$400	Ernestina (neta)
Dinheiro	3243\$100	Baby (afilhada)
Dinheiro	3243\$100	Pepita (sobrinha)
Dinheiro	3243\$100	Aristolia (afilhada)
Dinheiro	DM 78.000,00	Elza Bertha Jurach
Dinheiro	DM 78.000,00	Clara Johanna Roser
Dinheiro	Fr 156, 00	Marthe Janny Will

Fonte: Inventário de bens deixados por Maria Rita de Andrade Passos e Francisco Pereira Passos. Inventariante: Paulo Pereira Passos. Cartório do 1º Ofício da Provedoria e Resíduos da Cidade do Rio de Janeiro. Sentença de 11/05/1916. Disponível na Coleção Família Passos – Museu da República, através do Código: FPmpc/ab 1916.08.30

\* Foram considerados os valores líquidos do espólio, sendo deduzidos valores de custeio processual e de impostos.

\*\*Valores foram arredondados na casa das centenas de réis.

Pereira Passos expressava o desejo de que sua esposa continuasse proprietária do solar do casal à Rua das Laranjeiras e que a empresa fosse dissolvida para que o seu capital fosse dividido, além de uma série de provisões que contemplavam, basicamente, suas duas netas, uma sobrinha neta, uma afilhada órfã de pai e duas meninas alemãs. Em um ato voluntário de generosidade e de caridade, que guardava similaridades com as cláusulas piedosas, embora não fossem propriamente sacramentais, que se faziam em função da morte e de uma certa percepção da própria vida em relação à salvação.<sup>164</sup> A este respeito, a eleição da sepultura por parte de Passos e o pedido para que tivesse “a maior simplicidade não se fazendo convites”, reforça a percepção da desconfiança do

<sup>164</sup> Tais prática eram muito comuns testamentos no Antigo Regime, em favor de obras pias, esmolas, escolha de irmandades religiosas. RODRIGUES, Claudia. Op. Cit, 2015. p.38.

engenheiro com a política, em que se revela uma certa preocupação de Passos de que não se fizesse daquele ato um grande palanque.

Em relação aos seus herdeiros eleitos, o testamento evidencia vínculos de reciprocidades generalizadas mais assimétricas, como a herança destinada à Pepita, neta do seu irmão Pedro, que, como vimos anteriormente, morreu aos 32 anos de idade. Outro personagem que se ligava ao engenheiro por laços de compadrio foi o fotógrafo Augusto Malta<sup>165</sup>, nomeado por Passos para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Em entrevista à Revista da Semana conduzida por Raymundo de Athayde, Malta falou sobre como conheceu Pereira Passos e acabou revelando um pouco do papel que teve na rede de relações do ex-prefeito, este que acabou se tornando padrinho de sua filha.

– Eu, no entanto, continuei a vender fazendas, a pé. Quanto à máquina, tomei gosto pela fotografia e, aos domingos, em companhia de um amigo, também amador da arte, tirava vistas da cidade, grupos de amigos, etc. Confesso que sentia grande sensação quando via surgirem no papel as belas e surpreendentes imagens que o sal de prata revelava e o hipossulfito fixava nos meus olhos, na camera escura improvisada da minha casa. E vivia assim nesse ingênuo amadorismo, quando um fornecedor da Prefeitura, meu amigo, levou-me para tirar fotografias das obras que então o grande Pereira Passos realizava em 1903. Na época, o Rio começava a mudar de indumentária e remoçar. Por acaso o insuperável Prefeito viu as fotografias que eu tirava por esporte e gostou. Propôs-me um emprego na Prefeitura e eu, sem relutâncias aceitei.

**(...) Daí por diante transformei-me em fotógrafo oficial. Passei a conhecer, “de visu” os grandes homens do país. Desde aquela época comecei a fotografar os corifeus da política, as figuras notáveis da República.** Escritores, jornalistas, pintores famosos, historiadores, de todos eu tenho lembrança não só na memória como no meu arquivo. As obras que transformaram a Cidade colonial e a de hoje, ali se encontram em milhares de capas e cópias. **Passos foi num grande animador da minha arte, dava me conselhos e protegia-me.**

(...)

Esse mister deu-me enchanças de conhecer, como disse, muitos homens ilustres, para além de Passos que era meu compadre, gozei da amizade de Paulo de Frontin e Carlos Sampaio, Rodrigues Alves, Joaquim Nabuco, Oswaldo Cruz, Francisco Glicério, Afonso Pena, tendo este

---

<sup>165</sup> O alagoano da região de Mata Grande, que se tornaria a cidade de Paulo Afonso; Augusto Cesar Malta de Campos (1864 -1957) foi morar na cidade do Rio de Janeiro em 1888. Atuou Integrou na Guarda Municipal do Distrito Federal de 1889 a 1893, após este período, trabalhou como guarda-livros e comerciante e do gênero de “secos e molhados”, e se dedicou à fotografia, ofício no qual se tornou um dos principais cronistas da paisagem carioca e suas profundas transformações no início do século XX. Foi contratado na gestão do prefeito Pereira Passos, com o objetivo de documentar em fotografias as reformas urbanísticas promovidas naquela administração. Malta só deixaria o cargo de Fotógrafo Oficial da Prefeitura com a sua aposentadoria, em 1936. Sobre ver: LOUREIRO, Elizabeth Cristina Marques de. Dados biográficos. In: Augusto Malta: catálogo da série negativo em vidro/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994. p. 15-17.

assinado a patente de major que possuo da Guarda Nacional; Campos Sales, Rui Barbosa, Lauro Muller e tantos outros ilustres e poderosos. Todos eu conheci de perto.<sup>166</sup> (Grifos nossos)

Assim, Pereira Passos acabou sendo um importante intermediário de Malta fazendo pontes com outros nomes “ilustres e poderosos”, muitos deles também prefeitos do Rio de Janeiro, como Paulo de Frontin e Carlos Sampaio, além de Joaquim Nabuco, Rodrigues Alves, Oswaldo Cruz, Francisco Glicério, Afonso Pena<sup>167</sup>. Uma relação de amizade que lhe rendeu proteção e projeção calcadas em reciprocidades desiguais e que não se sustentava pela lógica do lucro financeiro, mas por uma reciprocidade construída por um apreço estético que o ex-prefeito tinha pela obra de Malta.

Além disso, o testamento não pode ser tomado como uma representação de tudo que o testador legou, porque para além do conjunto de medidas a serem tomadas após morte, o seu autor pode ter tomado essas medidas antes de seu falecimento.<sup>168</sup> Retomaremos a essa questão de transmissões de bens materiais e imateriais aos Oliveira Passos nos capítulos 3, quando abordaremos o seu comportamento empresarial e os seus esforços em fazer o filho Paulo o continuador dos negócios da família, e no capítulo 4, quando daremos enfoque no empenho do prefeito Pereira Passos em relação ao seu filho mais novo, Francisco, ao levá-lo para a sua gestão no Executivo Municipal.

### 1.2.1 O ramo familiar de João Gustavo de Frontin e D. Hipólita Eulália Villan

(...) Em mesmo dia, mês, ano e lugar então declarados [14/12/1874, na sala de despachos do juiz da Segunda Vara de Órfãos do Rio de Janeiro], **compareceu a inventariante [D. Hipólita Eulália Lourenço de Frontin] e por ela foi dito, que o inventariado [João Gustavo de Frontin] faleceu no dia dezoito de julho do corrente ano [1874] no Município da Vila da Estrella, suicidando-se.** Que o mesmo era casado em primeiras núpcias com ela inventariante de cujo consórcio ficavam os seguintes filhos e Herdeiros

---

<sup>166</sup> *Revista da Semana*, edição 51, 1944, p. 19-20.

<sup>167</sup> *Revista da Semana*, edição 51, 1944, p. 19-20.

<sup>168</sup> *Ibidem*, p. 29.

<b>André aos 14 anos</b>	<b>1</b>
<b>Maurice aos 12 anos</b>	<b>2</b>
<b>Pierre aos 7 anos</b>	<b>3</b>
<b>Marie aos 6 anos</b>	<b>4</b>

Que os bens deixados pelo finado inventariado não chegaram a salvar o passivo (...) de que não tem bens de que deva fazer inventário por falecimento de seu marido por ter o mesmo ficado a dever mais do que possuía. (...) Grifos nossos <sup>169</sup>

Em 1874, a viúva D. Hipólita de Frontin ajuizava junto à Segunda Vara de Órfãos e Ausentes da cidade do Rio de Janeiro uma ação de inventário em busca de um atestado de sua penúria e de seus filhos, por não poder honrar com o pagamento das dívidas contraídas por ela e por seu marido. Na petição inicial, de dezembro de 1874, a requerente expôs as suas dificuldades após a morte trágica do marido, João Gustavo de Frontin, ocorrida naquele mesmo ano; deixando sob a sua responsabilidade o sustento de quatro filhos menores – André (com 14 anos), Maurício (12 anos), Pedro (7 anos) e Maria (6 anos). O pedido de D. Hipólita foi acatado pelo desembargador Francisco de Faria Lemos, e o processo foi arquivado no ano seguinte, já que não havia bens a serem inventariados.

Dentre os menores citados no processo, o filho mais velho era André Gustavo Paulo de Frontin, nascido em 17 de setembro de 1860, na Raiz da Serra de Petrópolis, que pertencia à freguesia da Vila da Estrela<sup>170</sup>. O seu pai descendia de uma família de franceses que imigrou pela Europa ao longo do século XVIII, tendo como ascendente André Pedro de Frontin, que deixou a França por conta dos conflitos políticos e religiosos

<sup>169</sup> Inventário de João Gustavo de Frontin. Inventariante: Hipólita Lourença Eulália de Frontin. Arquivo Nacional. **Fundo: Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara do Rio de Janeiro**. Ano: 1874. Maço: 324. Número: 6036. Folhas 4-5.

<sup>170</sup> Desde o período colonial, a região foi rota para o escoamento da produção agrícola local e servia como caminho da mineração de Minas Gerais e Goiás. Na segunda metade do século XIX, o Porto da Estrela foi um dos mais importantes da província, inclusive para a exportação de café do Vale do Paraíba, e por conta de suas movimentadas casas de comércio. O povoado foi elevado à categoria de vila, em 1846, e teve sob sua jurisdição a colônia imperial de Petrópolis, até 1857, além das freguesias de Inhomirim (Raiz da Serra), Nossa Senhora do Pilar e Guia do Pacobaíba. Em 1891, a sede do município foi transferida para o povoado de Inhomirim e no ano seguinte foi oficialmente extinta. A decadência da região teve relação com a chegada da ferrovia do Barão de Mauá, cuja primeira estação era ligada ao Porto Mauá, em Guia de Pacobaíba, há poucos quilômetros do ancoradouro da Estrela. A partir da década de 1870, a tradicional rota de exportação da região passou por um declínio econômico, com a crise provocada pelo fim da Guerra do Paraguai e com a concorrência com o porto de Mauá. ABREU, Antônio Izaías da Costa. **A Ex-Vila da Estrela e seu porto**. Artigo - Instituto Histórico de Petrópolis, 1996. Disponível em: <<http://ihp.org.br/?p=960>>. Último acesso em: 20/08/ 2020.

decorrentes da suspensão do Édito de Nantes, por parte de Luís XIV. Após breve passagem por Londres, este ramo familiar foi para Portugal, na região do Tejo, onde ficaram até 1755, atuando no comércio, na produção de vinhos e na venda e aluguel de imóveis. Após este período, retornaram à França.<sup>171</sup>

Em maio de 1844, João Gustavo de Frontin chegou ao Brasil, vindo da região de Havre, uma comuna do noroeste da França, como registrou o *Jornal do Commercio* em sua coluna “Movimento do Porto”<sup>172</sup>. O francês foi contratado pelo major Júlio Frederico Köeler para trabalhar na construção da Estrada Normal da Serra da Estrela (hoje, Estrada Velha da Estrela), que liga a Raiz da Serra à Petrópolis. Com o fim das obras e com a escassez de oportunidades na região, Frontin foi nomeado, em 1848, pelo príncipe de Joinville (Francisco Fernando de Orléans) para ser uma espécie de administrador de suas terras em Santa Catarina, propriedade recebida como dote pelo casamento com D. Francisca, irmã do imperador D. Pedro II.<sup>173</sup> Ainda que não fosse abastado e precisasse trabalhar para sobreviver, essas indicações demonstram como ele mobilizou, no Brasil, uma rede de relações, mantendo um perfil inclinado à construção de amizades que foram importante para o sustento de seu núcleo familiar.

Em seu retorno ao Rio de Janeiro, João Gustavo de Frontin comprou terras na Raiz da Serra de Petrópolis, onde também manteve uma casa de negócios. Em 1873, o *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Rio de Janeiro* incluía João Gustavo no grupo de 21 fazendeiros da Vila da Estrela, com a sua Fazenda do Cannavial dispendo de engenho a vapor (1873, p. 133). Anos antes, as suas terras já tinham se tornado uma das maiores produtoras de algodão da região, tendo João de Souza Rezende como administrador (1867, p. 89).

Entre os anos de 1850 e 1870, a nossa pesquisa identificou padarias na Corte em nome de João Gustavo<sup>174</sup>. Segundo o seu sobrinho-neto Luiz Dodsworth, o francês adquiriu, em 1851, uma loja de panificação na rua São Pedro, na Cidade Nova, onde residia com a família. Posteriormente, o negócio foi transferido para a rua da Assembleia, n. 71, embora grande parte de seus recursos estivessem investidos em sua fazenda.<sup>175</sup>

---

<sup>171</sup> ATHAYDE, Raymundo de. Op. Cit, 1961, p.20.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>172</sup> *Jornal do Commercio*, 1844, edição 140, p. 4.

<sup>173</sup> Cf. MARTINS, Luiz Dodsworth, Op. Cit, 1966, p. 20.

<sup>174</sup> *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1854, p. 556 e 1874, p. 847.

<sup>175</sup> MARTINS, Luiz Dodsworth. Op. Cit, 1966, p. 20.

Em 1857, o francês se casou com D. Hipólita Lourença Eulália Villan, de uma família natural de Grenoble, comuna do sudeste da França, que, no Rio de Janeiro, foram comerciantes e fabricantes de guarda-chuvas na Rua do Ouvidor, n. 89<sup>176</sup>. Este era um ramo familiar mais modesto e menos influente do que as grandes parentelas de cafeicultores do Vale do Paraíba. Além do mais, esse perfil socioeconômico dos Frontin propiciava reciprocidades de parentesco mais horizontalizadas, na medida em que eram menos estratificadas internamente e por não serem totalmente dependentes de outras famílias mais poderosas<sup>177</sup>, embora João Gustavo não tivesse dispensado a ajuda de algumas delas. Entre 1850 e 1870, o casal desfrutou de alguma prosperidade e teve o amparo de alguns padrinhos poderosos, como o Major Köeler e o príncipe de Joinville.

Um episódio que reforça a importância do apadrinhamento para o casal de franceses foi lembrado por outro biógrafo de Paulo de Frontin: o pedido feito por João Gustavo para conseguir uma vaga para seu filho no tradicional Colégio Pedro II. Este que tinha iniciado os estudos no colégio São Luís, em Petrópolis, e, posteriormente, havia se matriculado no educandário Pinheiro, na Praça XI, já na cidade do Rio de Janeiro. Em 1873, o pai mobilizou as suas redes de relações e conseguiu uma vaga para que o filho fizesse o curso preparatório no Colégio Pedro II, aos trezes anos. Valendo-se da amizade que tinha com o jornalista Francisco Otaviano de Almeida Rosa, então senador do Império e diplomata, seu pai conseguiu uma carta de recomendação do ministro João Alfredo Correia de Oliveira.<sup>178</sup>

A origem humilde de Paulo de Frontin foi explorada pelos seus biógrafos, que relataram as condições de dificuldade de João Gustavo para manter o sustento dos seus filhos<sup>179</sup>. Luiz Dodsworth abordou a ascensão da família e o fracasso de seus negócios na década de 1870, que, segundo ele, ocorreu por problemas de produção da Fazenda do Cannavial piorada pela crise econômica posterior à Guerra do Paraguai (1864-1870)<sup>180</sup>. Para compreender melhor essa questão, nós localizamos nos Livros do 3º Ofício de Notas da cidade do Rio de Janeiro uma dívida em nome João Gustavo de Frontin e de sua esposa para com o seu sogro, o comerciante André Villan, em 21 de maio de 1874. Um empréstimo de 2.000\$000, no qual o casal penhorava as suas terras na vila da Estrela e

---

<sup>176</sup> ATHAYDE, Raymundo. Op. Cit, 1961, p. 20.

<sup>177</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Op. Cit, 1975, p. 165.

<sup>178</sup> ATHAYDE, Raymundo. Op. Cit, 1961, p. 23.

<sup>179</sup> Ibidem, 1962, p. 22; SILVA, Maurício Joppert da. Op Cit, 1972, p. 7.

<sup>180</sup> MARTINS, Luiz Dodsworth. Op. Cit, 1966, p. 28-29.

demais bens, se comprometendo a quitá-la em um prazo de 2 anos, com juros de 8% ao mês.<sup>181</sup> Segue a lista dos bens penhorados.

**Tabela 2: Lista de bens penhorados pelo casal Frontin a André Villan em 21/05/1874**

1 Fazenda de 5 hectares - Município da Estrella	Utensílios
	Engenhos
	Fábricas
	Plantações
	Animais
1 Padaria - Rua de São Pedro, n. 73 na Cidade Nova	Todos os pertences
4 pessoas escravizadas e com seguro*	

Fonte: Livro do Notas – Dívidas do 3º Ofício de Notas do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Código do fundo: BR RJANRIO 5F. Livro: 277. Folha: 65-66. Número do rolo: 010.32-79. Data: 21/05/1874.

\* Consta na lista de bens penhorados pelo casal, em 1874, a posse de quatro pessoas escravizadas, que são citadas da seguinte forma: “Samuel, preto, de trinta anos; João, idem, quarenta; Mariano, idem, quarenta e dois, e Mathias, idem, trinta e cinco, todos matriculados em vinte e seis de outubro de mil oitocentos e setenta e dois na Recebedoria desta Corte sob número de ordem na matrícula doze mil e trinta e sete a doze mil e quarenta”. (folha 66). Sobre, ver: **Livro do Notas – Dívidas do 3º Ofício de Notas do Rio de Janeiro**. Arquivo Nacional. Código do fundo: BR RJANRIO 5F. Livro: 277. Folha: 65-66. Número do rolo: 010.32-79. Data: 21/05/1874.

Conseguimos localizar também, no retrospecto feito pelo Jornal do Commercio, as ações do Banco do Brasil em nome de João Gustavo de Frontin. Este aparecia na lista dos cem maiores acionistas banco, detentor de 150 ações, em 1867, e 100 ações em 1869<sup>182</sup>. Assim, considerando o I) seu falecimento em 18 de julho de 1874, II) após apenas dois meses do registro de sua dívida (21 de maio de 1874) e III) a ação de D. Hipólita Frontin que tramitou na Vara de Órfãos, iniciada em 2 de dezembro de 1874, não foi possível identificar quem realmente ficou com os bens do casal. Entre as hipóteses possíveis, esse patrimônio pode ter ficado com André Villan, já que uma das cláusulas da penhora previa, que ao longo daqueles dois anos, o outorgante não poderia se desfazer de

<sup>181</sup> **Livro do Notas – Dívidas do 3º Ofício de Notas do Rio de Janeiro**. Arquivo Nacional. Código do fundo: BR RJANRIO 5F. Livro: 277. Folha: 65-66. Número do rolo: 010.32-79. Data: 21/05/1874.

<sup>182</sup> **Jornal do Commercio**, ed. 202, 1867, p. 8; Ed. 209, 1867, p. 2, Ed. 201, 1869, p. 2; Ed. 286, 1869, p. 5

nenhum bem dado como garantia. Embora não possamos descartar uma outra hipótese de que João Gustavo tivesse perdido seus bens para outros credores.

Fato é que os biógrafos de Paulo de Frontin atribuíram ao filho mais velho de João Gustavo, o papel de arrimo de família neste momento de penúria e desprezam a importância de sua mãe neste processo. De acordo com a legislação da época, ainda amparada pelo título 96 do livro IV das Ordenações Filipinas<sup>183</sup>, em caso da morte do chefe de família, a função de “cabeça de família” era dada à mulher<sup>184</sup> - situação que coloca em relevo o papel de D. Hipólita de Frontin. Ela que, com a morte de André Villan, em 26 de março de 1884, herdou, sozinha, 2/7 de um imóvel na rua do Ouvidor no valor de 14.026\$800<sup>185</sup>.

A história dos Frontin começou a mudar, de fato, na virada para o século XX, quando esses irmãos tiveram uma extraordinária ascensão social, por meio da diversificação de suas atividades profissionais, pela ampliação de suas redes de relações, no investimento em formação no superior e através de casamentos com famílias tradicionais.

André Gustavo Paulo de Frontin, o primogênito, teve uma trajetória híbrida, se destacando inicialmente como professor e engenheiro. Atuou também como empresário e se tornou uma das principais lideranças da política carioca. Formado em Engenharia Civil e Geográfica pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, além de ser bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, em seguida, conseguiu o diploma de engenheiro de minas e de doutor em Engenharia Civil e de Minas. Foi professor catedrático do curso de Ciências Físicas e Matemáticas da Escola Politécnica e de filosofia no Colégio Pedro II.<sup>186</sup>

Como empresário e industrial, foi um dos sócios-diretores e presidente da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil, que atuava no ramo de infraestrutura, melhoramentos urbanos e de construção civil. Como político profissional, foi prefeito da

---

<sup>183</sup> Cf. Sobre, ALMEIDA, Cândido Mendes de (comentador). PORTUGAL. **Código filipino ou Ordenações e leis do reino de Portugal: recopiladas por mandado d’el-Rey D. Filipe I** /. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012 p. 947-949.

<sup>184</sup> Sobre MELO, Hildete Pereira de, & MARQUES, Teresa Novaes. **A Partilha da Riqueza na Ordem Patriarcal**. Revista de Economia Contemporânea, IE/UFRJ, vol.5 n° 2 – julho/dezembro, 2001.

<sup>185</sup> Inventário de André Villan. Inventariante: Hipólita Lourença Eulália de Frontin. Arquivo Nacional. Fundo: Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1884. Maço: 419. Número: 7973.

<sup>186</sup> ATHAYDE, Raymundo T. de. Op. Cit, 1962, p. 31-36

cidade do Rio de Janeiro, teve assento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal<sup>187</sup>. Além de presidir agremiações como o Clube de Engenharia<sup>188</sup> e o Derby Club, uma agremiação de turfe da cidade do Rio de Janeiro. À semelhança de Pereira Passos, presidiu a Estrada de Ferro Central do Brasil em duas gestões, a primeira entre 1896 e 1897 e a segunda entre 1910 e 1914.

No ano de 1912, ingressou oficialmente na arena política carioca com a sua filiação ao Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF). Cinco anos depois, foi eleito para uma cadeira do Senado, com representação pela Capital, mandato que não completou por aceitar o convite feito, em 1919, pelo presidente Delfim Moreira para chefiar prefeitura do Rio de Janeiro. Após seis meses no comando do Executivo Municipal, voltou ao Legislativo Federal, só que desta vez para a cadeira de deputado. Retornaria ao Senado em 1921, de onde só sairia por conta do fechamento do Congresso em 1930.<sup>189</sup>

Além de vitorioso nas urnas e de gozar de popularidade junto a parcelas da população carioca, o engenheiro foi uma importante liderança partidária do Distrito Federal. Ajudou a fundar e chefiou Aliança Republicana (AR), uma das principais legendas cariocas. Com a dissidência do partido, em 1922, saiu derrotado em sua proposta de liberar os aliancistas para decidirem qual candidato apoiar na sucessão presidencial daquele ano, que elegeu Artur Bernardes. Mesmo com o racha que culminou com sua saída da AR, continuou alcançando resultados eleitorais expressivos<sup>190</sup>

O seu irmão, Henrique Maurício Leão de Frontin se formou, em 1884, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e foi professor de francês no Colégio Pedro II. Atuou como empresário, como uma espécie de homem de confiança de Paulo de Frontin, sendo eleito sócio-diretor e tesoureiro da Sociedade Anônima Companhia Brasil Territorial, no processo de incorporação pela Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil<sup>191</sup>. A Brasil Territorial atuava na área concessão de contratos com o poder público e em obras de infraestrutura, de melhoramentos e transportes urbanos. O mesmo ocorreu com a

---

<sup>187</sup> Sobre, ver PINTO, Surama Conde Sá. Op. Cit, 2011, p. 62-63. FREIRE, Américo Oscar Guichard. **Paulo de Frontin: discursos parlamentares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

<sup>188</sup> CURY, Vânia. Op. Cit, 2000.

<sup>189</sup> Cf. PINTO, Surama Conde Sá. Op. Cit, 2011, p. 62-63 e FREIRE, Américo Oscar Guichard. **Paulo de Frontin: discursos parlamentares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

<sup>190</sup> Idem.

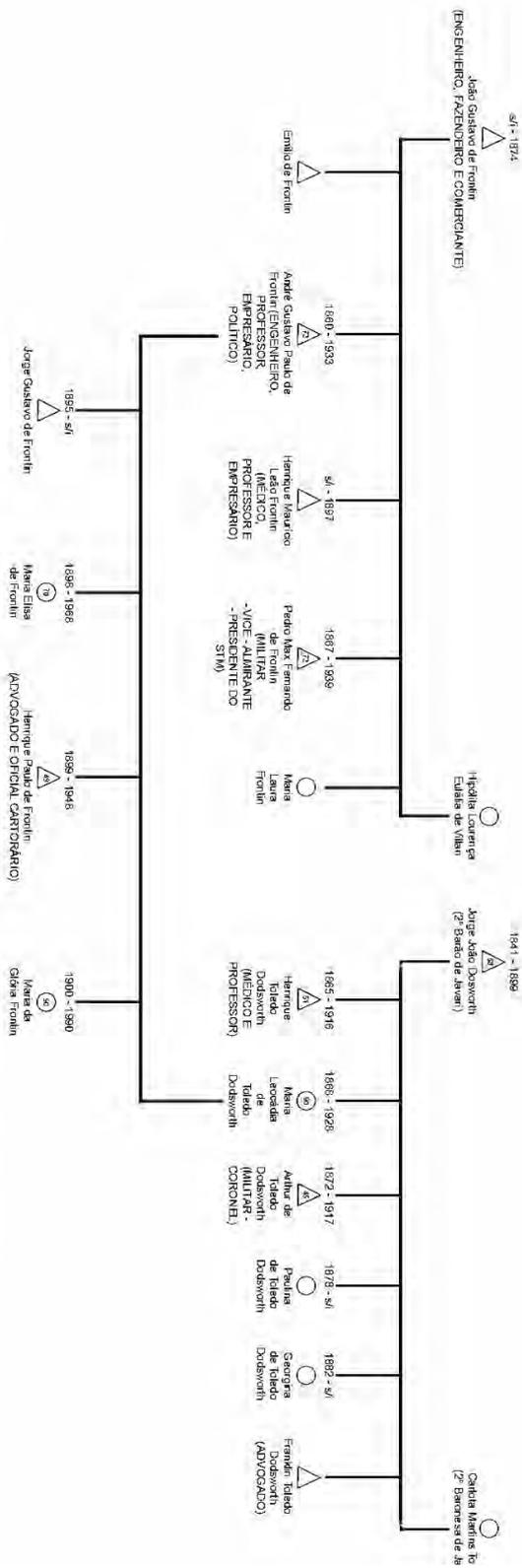
<sup>191</sup> **Jornal do Commercio**, edição 109, 1891. p. 5.

Companhia Ferro Carril e Hotel Corcovado, em 1892, que teve seu conselho fiscal dissolvido, por deliberação de seus acionistas em reunião presidida pelo irmão, Paulo de Frontin<sup>192</sup>. Henrique Maurício de Frontin não se casou e não teve filhos.

---

<sup>192</sup> **Jornal do Commercio**, edição 223,1892, p. 6.

## Mapa Genealógico 2: Paulo de Frontin (1841 – 1990)



Fonte: Livros de Registro Civil (1829- 2012) – Circunscrição de pessoas naturais do Rio de Janeiro (Arquivo Nacional) disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Último acesso: 11/09/2020  
 Livros de Batismo da Igreja Católica (1688-1935). (Arquivo Nacional). Disponível em: <https://www.familysearch.org/>. Último acesso: 11/09/2020.  
 Periódicos: Jornal do Commercio (RJ) (1880 – 1889).

Diário do Rio de Janeiro. Edição (1857).  
 Correio Mercantil (RJ). Obituario, 17 mar 1859. Edição:076, p.1.  
 Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) – (1844 a 1885)  
 Almanak Laemmer: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) (1891 - 1940)  
 Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – CPDOC/FGV  
 Observações: I) Em relação as parentes militares, foram consideradas as últimas referências encontradas nos almanaques citados e II) privilegiamos o nome de batismo das três gerações. III) Foram desconsideradas informações de integrantes que não chegaram à idade adulta.

Pedro Max Fernando fez carreira como oficial da Armada e chegou à presidência do Supremo Tribunal Militar (STM). Em 1882, ingressou na Escola Naval, se tornando guarda-marinha e dois anos depois chegou à patente de segundo-tenente. Galgando os postos e graduações da corporação, foi promovido à Vice-Almirante em 1920. Também participou de momentos conturbados da vida política do país, como na reação do governo ao levante da Escola Militar e na repressão à Revolta da Vacina, em 1904, além de atuar na ação que debelou a Revolta da Chibata, em 1910. Foi escolhido para comandar a Divisão Naval que lutou ao lado da Tríplice Entente na Primeira Guerra Mundial<sup>193</sup>

O filho de João Gustavo de Frontin comandou importantes instituições da Armada, como a Escola de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Sul (1905-1906), foi diretor da Escola Naval de Guerra (1919-1920) e diretor-geral do Arsenal de Marinha no Rio de Janeiro em 1922. Em 1926, foi nomeado, por Artur Bernardes, para o Supremo Tribunal Militar (STM), cargo que presidiu nos biênios de 1934-1936 e 1936 -1938. Aposentou-se em 1938, falecendo no ano seguinte na cidade do Rio de Janeiro.<sup>194</sup> Pedro Max de Frontin também não se casou e não teve filhos.

A única irmã desta geração, Maria Laura de Frontin, foi casada com Rodolpho Hess, proprietário de terras na Província do Rio de Janeiro e que atuou no ramo de insumos farmacêuticos, na fábrica Hess & Huber, que tinha como sócio José C. Huber. Uma casa comercial especializada em recipientes e acessórios de vidro, borracha, madeira e porcelana para farmácias e drogarias<sup>195</sup>

---

<sup>193</sup> **Revista Marítima Brasileira**, edição 137, 1939, p. 1133-1135

<sup>194</sup> **Revista Marítima Brasileira**, edição 137, 1939, p. 1133-1135

<sup>195</sup> **Almanack Laermmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)**, edição 58, 1901, p. 629

### 1.2.2 A aliança dos Frontin com os Dodsworth e um ancestral em comum com os Tefé

Nesse dia, ao escurecer, Carlos Sampaio, de casaca e gravata branca, saltou do elegante “coupé” em frente à casa, que ainda existe embora desfigurada, na Rua da Ajuda n.º 33 (hoje rua Melvin Jones n.º 31). Solenemente recebido no austero salão de mobília dourada e vasos chineses, desempenhou-se da missão com o desembaraço que lhe era peculiar. Consultada a filha como era de estilo, foi marcado pelo conselheiro o dia da apresentação do noivo. Seguiu-se breve período de visitas, sempre às 5 horas da tarde (hora do jantar do conselheiro, prorrogada das 4 ½ em favor das ocupações do noivo. (...) Realizou-se o casamento a 18 de fevereiro de 1889, data de aniversário do conselheiro. Foram padrinhos do noivo o marquês de Paranaguá e Carlos Sampaio., e da noiva o conselheiro José da Silva Costa e sua esposa D. Elisa da Silva Costa.<sup>196</sup>

Em novembro de 1888, Carlos Sampaio, um amigo próximo de Frontin desde os tempos em que estudaram engenharia na Escola Politécnica, intermediou junto ao Conselheiro Jorge João Dodsworth, um pedido de casamento de Frontin com D. Maria Leocádia de Toledo Dodsworth.

Carlos Sampaio acabou se tornando padrinho de casamento de Frontin<sup>197</sup>, com quem manteve laços de amizade e de negócios, ambos que foram professores da Escola Politécnica e se tornam sócios-diretores da Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil (capítulos 2 e 3). Os dois engenheiros tiveram trajetórias que guardavam semelhanças: filhos de imigrantes e pequenos proprietários, atuando como negociantes, ascenderam por meio do ensino superior e como empresários do ramo da infraestrutura, além de serem responsáveis por importantes obras que alteraram a urbe carioca ou por

---

<sup>196</sup> MARTINS, Luiz Dodsworth. Op. Cit, 1966, p. 44-45.

<sup>197</sup> **Livros de Registro Civil do Rio de Janeiro. 6ª Circunscrições de Matrimônios.** Arquivo Nacional. Livro 1 (1889-1891) Registro: 23, p. 17-18. Número do Filme: 004337532.

meio de concessões junto ao poder público, enquanto entes privados, ou em cargos públicos.<sup>198</sup>

A cerimônia de casamento ocorreu na Igreja de Nossa Senhora da Glória e os seus festejos aconteceram na residência de Jorge João Dodsworth, com um suntuoso banquete feito pela tradicional Casa Paschoal, como noticiava o Diário do Comércio em 19/02/1889:

O Dr. André Gustavo Paulo de Frontin, nosso estimável companheiro de trabalho, distinto lente da Escola Politécnica e presidente do Derby Clube, realizou ontem o seu consórcio com a gentilíssima Mlle. Maria Dodsworth, filha do Sr. Conselheiro J. Dodsworth, diretor da secretaria da Câmara dos Srs. Deputados. O préstito nupcial, composto de 20 carruagens, chegou à matriz de N. S. da Glória às 6 horas da tarde. A igreja regurgitava de curiosos, em geral, pessoas da nossa sociedade que todos queriam ver o gracioso par que ia ligar os seus corações pelo sacramento do matrimônio.

O pessoal do Diário do Commercio compareceu também para prestar essa homenagem no seu estimável amigo e colega. Depois de ligeira e eloquente prática do celebrante, Revmd, P. Lustosa, efetuou-se o casamento, servindo de paraninfos os Srs. Marquês de Paranaguá, Drs. Silva Costa, Carlos Sampaio e conselheiro Dodsworth. Voltou então a comitiva nupcial para a casa dos pais da noiva, à rua da Ajuda, n. 33, onde depois dos cumprimentos serviu-se uma lauta ceia na qual foram saudados noivos e famílias. Ao Dr. Paulo de Frontin ofereceu o Diário do Commercio um buquê de cravos naturais, brancos, do qual pendiam fitas da mesma cor, com a seguinte inscrição: Ao Dr. A. G. Paulo de Frontin – e Diário do Commercio.

**Entre as pessoas presentes notamos: senadores Marquês de Paranaguá, Visconde de Ouro Preto, Taunay, e Ignacio Martins; deputados Custódio Martins, conselheiros Araripe, Tito de Mattos e Barão de Loreto; Monsenhor Nuno de Faria Paiva, padre Lustosa, Drs. Fernando Mendes, H. Dodsworth, Pedro Affonso, Vieira Souto, Carlos Maya, Silva Costa, P. Betim, Agostinho dos Reis, Belford Duarte, Buarque de Macedo, Pederneiras, Parreiras, Horta, Paula Lima, Mesquita Barros, Diniz, Carlos Sampaio, Moreira Sampaio, Rodrigues, Ricardo, Júlio e Joaquim Paranaguá, Capitão de Fragata Nascimento, 1º tenente Índio do Brasil, e 2º tenente Leão de Frontin; comendadores Bravo e Lemgruber; Paulo Furquim, e muitas outras pessoas que com suas Exmas. Famílias embelezaram a festa.**  
A casa estava luxuosamente adornada; os pátios e a chácara que se

---

<sup>198</sup> Frontin chefiou a construção da Avenida Central da Capital Federal, atual Rio Branco, e foi responsável pelo grande número de obras realizados em sua gestão na Prefeitura da cidade, que lhe renderam a alcunha de “Prefeito Densidade Máxima” e “Prefeito Varinha de Condão”. Carlos Sampaio, por sua vez, atuou em obras importantes como a demolição do Morro do Senado, o aterro da Praia Formosa, em parceria com o engenheiro Vieira Souto, a demolição do cortiço “Cabeça de Porco”, o arrasamento do Morro do Castelo, onde ocorreram as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, Sobre ver: PINTO, Surama Conde Sá. Só para iniciados...Op. Cit., 2011. p. 198.

estende até o morro do Castelo, estavam iluminados a giorno, produzindo um notável efeito.<sup>199</sup>

Entre os convidados ilustres destacados pelo periódico, estavam políticos que faziam parte da rede de relações de Jorge João Dodsworth, como o Visconde de Ouro Preto e demais membros da elite política imperial, como senadores, deputados e conselheiros. Além disso, da parte de Frontin, estavam presentes os engenheiros Carlos Sampaio, Vieira Souto e Júlio de Paranaguá, que meses depois seriam sócios da Empresa Melhoramentos no Brasil. Além disso, o jornal registrava a presença de militares de patentes mais altas e de seu irmão, Pedro Max de Frontin que, na época, era segundo tenente na Armada. Importante notar que a sua mãe e os Villan sequer foram mencionados nesta cobertura do evento. Assim, o casamento formalizava uma aliança dos Frontin com os Dodsworth, uma família tradicional com relações muito estreitas com as elites políticas do Império.

---

<sup>199</sup> **Diário do Comércio**. Rio de Janeiro, 19/02/1889, Edição: 78, p. 1.

**Menu**

du 18 Février 1889

A L'OCCASION DU MARIAGE  
DE  
**M<sup>elle</sup> Marie Dodsworth**  
AVEC  
M.<sup>R</sup> LE DR. PAUL DE FRONTIN

**BUYETTE :**  
*Sirops glacés - Bières - Eau de Seltz - Cognac*  
*Liqueurs variées - Sandwichs*  
*Gâteaux et biscuits assortis - Cosaques*

**VINS :**  
*Xérès - Vesuvio - Chablis - Bordeaux - Bourgogne*  
*Champagne - Porto*

**SERVICE AU SALON :**  
*Glaces moulées variées - Gauffres à la vanille*  
**PUNCH AU CHAMPAGNE**

**BUFFET :**  
*Crème de volaille - Poisson fin, sauce aux écrevisses*  
*et à la tartare - Petits pâtés de crevettes et*  
*de volaille - Petites caisses de gibier - Crevettes farcies*  
*Mayonnaise de homard et de volaille*  
*Langue écarlate - Gâteaux aux crevettes*  
*Aspic de foie-gras - Galantine de dindon*  
*Dinde à la brésilienne - Jambon d'York*  
*Gelée aux fruits - Bavaroise*

**DESSERT ASSORTI**

*Fornecido pela casa Paschoal* Arm. 35.4.1 (73) 73  
G. LEUZINGER & FILHOS

Figura 2: Cardápio do banquete fornecido pela Casa Paschoal em 18 de fevereiro de 1889 por ocasião do casamento de Maria Dodsworth Paulo de Frontin. O impresso foi produzido pela famosa Casa Leuzinger, uma oficina de gravuras e tipografia do suíço Georges Leuzinger Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, RJ: G. Leuzinger & Filhos, 1889.

Jorge João Dodsworth foi proprietário de fazendas na região de Miguel Pereira e secretário encarregado pela mesa diretora da Câmara dos Deputados no Império. Em 7 junho de 1889, subia ao poder o Gabinete do Visconde de Ouro Preto, quando Dodsworth recebeu o título de Barão do Javari por decreto Real em 3 de agosto de 1889<sup>200</sup>. Affonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, foi concunhado de Jorge João Dodsworth por ser casado com D. Francisca de Paula Martins de Toledo, a Viscondessa de Ouro Preto, que era irmã de D. Carlota Martins de Toledo, esposa do Conselheiro Jorge João Dodsworth.<sup>201</sup> Os Frontin, que não tinham tradição na política começavam a se vincular a outras redes familiares, cujos membros estavam no poder.

Dessa forma, é possível notar a ampliação e a diversificação da rede de relações de Frontin, que vai se tornando mais poderosa à medida em que agregava novos personagens por meio de reciprocidades familiares, profissionais e de figuras que eram parte do Estado. Carlos Sampaio esteve presente no núcleo desta rede mais ampla de relações e em redes mais específicas contida nela, com quem Frontin também manteve relações de compadrio. Além de padrinho de casamento de Frontin, este foi padrinho de batismo dos filhos gêmeos de Sampaio: Paulo Luiz de Oliveira Sampaio e Luiz Raphael de Oliveira Sampaio.<sup>202</sup>

Outro grupo de parentesco imbricado nessas teias de relações eram os Tefé, tendo como ancestral em comum o escocês George John Dodsworth<sup>203</sup>. A irmã do Barão do Javari, Maria Luiza Dodsworth, se casou com o Almirante Luiz von Hoonholtz, o Barão de Tefé, com quem teve os filhos Álvaro, Oscar, Otávio e Nair de Tefé<sup>204</sup>. Este entrelaçamento de parentesco teve estreita relação com a vida pública desses personagens. Nair de Tefé se casou com o então presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca,

---

<sup>200</sup> Conselheiro Jorge João Dodsworth. O centenário de seu nascimento. In: **Revista da Semana**. Rio de Janeiro: 22 de janeiro, 1941. Edição 8, p. 36

<sup>201</sup> Árvore genealógica de Affonso Celso de Assis Figueiredo da plataforma Family Search com base nos livros de Registro Civil (1829- 2012) e Registro da Igreja Católica (1616-1980). Disponível em: <<https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/L6JY-ZL1>>. Último acesso: 26/08/2022.

<sup>202</sup> Cf. Árvore genealógica de Carlos César de Oliveira Sampaio da plataforma Family Search com base nos livros de Registro Civil (1829- 2012) e Registro da Igreja Católica (1616-1980) .Disponível em: <<https://www.familysearch.org/tree/pedigree/landscape/GQ96-RHT>>. Último acesso: 04/07/2022.

<sup>203</sup> O escocês George John Dodsworth que foi leiloeiro público na Corte do Rio de Janeiro além de manter um antiquário na rua da Misericórdia nos primeiros anos da Independência. Conselheiro Jorge João Dodsworth. O centenário de seu nascimento. A família logo se vinculou à aristocracia do Império e, Jorge João Dodsworth, que se tornaria o segundo Barão do Javari, foi estudar Direito na Faculdade de São Paulo, onde se casou com D. Carlota Martins Toledo, uma das filhas do coronel Joaquim Floriano de Toledo, membro da elite política paulista. In: **Revista da Semana**. Rio de Janeiro: 22 de janeiro, 1941. Edição 8, p. 36

<sup>204</sup> **Revista da Semana**, 1941. edição 8, p. 36.

em 1913. Ela que era prima de Maria Leocádia Toledo de Frontin. Durante todo o governo do Marechal (1910-1914), Paulo de Frontin comandou a Estrada de Ferro Central do Brasil, maior ferrovia pública do país e um cobiçado cargo do segundo escalão do governo federal<sup>205</sup>. Neste mesmo período, o seu irmão, Pedro Max que já vinha de ascendente carreira na Armada foi promovido a Capitão-de-Mar-e-Guerra, em 1912, e chefiou da 1ª Seção do Estado-Maior da Armada (EMA) até maio de 1913<sup>206</sup>.

### 1.2.3 Os herdeiros do Conde e da Condessa de Frontin<sup>207</sup>

Em relação aos herdeiros de Paulo de Frontin e D. Maria Leocádia de Frontin, identificamos quatro deles: João Gustavo (que não chegou à vida adulta), Maria Elisa, Henrique Paulo e Maria da Glória de Frontin. Estes três últimos se casaram em regime universal de comunhão de bens – mantendo o padrão de seus pais de diversificação dos campos de atuação e do patrimônio da família por meio do casamento. Os herdeiros de Frontin adotam um padrão de comportamento familiar muito distinto do adotado pelos descendentes de Pereira Passos que evitaram este expediente, evitando, assim, fragmentar a fortuna amealhada pelo seu patriarca.

O filho de Frontin não deu continuidade à carreira do pai e nem suas filhas tiveram casamentos com figuras da engenharia ou da política. O grande herdeiro político de Paulo de Frontin foi seu sobrinho, Henrique de Toledo Dodsworth Filho. Durante os seis meses em que chefiou a prefeitura do Rio de Janeiro, em 1919, Frontin nomeou Henrique para ser seu chefe de gabinete – numa clássica forma de iniciação de familiares na política. Formado em Direito e Medicina, Henrique exerceu, anteriormente, o cargo de inspetor

---

<sup>205</sup> SANTOS, Felipe Martins. Op. Cit, 2017, p. 106-120.

<sup>206</sup> **Revista Marítima Brasileira**. edição 137, 1939, p. 1134.

<sup>207</sup> Título do Conde concedido, em 1909, pela Santa Sé, durante o papado de Pio X, a Paulo de Frontin. Cf. BARATA, Carlos Eduardo de Almeida Barata. **Subsídios para um Catálogo dos Títulos de Nobreza concedidos pela Santa Sé aos Brasileiros**. Colégio Brasileiro de Genealogia - Arquivos Genealógicos - Tabela I, N° 8. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20101011232921/http://cbg.org.br/arquivos\\_genealogicos\\_t\\_01.htm](https://web.archive.org/web/20101011232921/http://cbg.org.br/arquivos_genealogicos_t_01.htm). Último acesso em 12/08/2021.

do ensino secundário, organizando fiscalizações em diversos estado do país entre 1917 e 1921.

Depois da experiência com seu tio, Henrique Dodsworth foi eleito deputado federal, em junho de 1924, e reeleito, em 1927, permanecendo na Câmara até o seu fechamento em 1930. Foi também o candidato carioca mais votado para a Assembleia Nacional, que elaborou a Constituição de 1934. Ele voltaria mais uma vez à Câmara dos Deputados, onde exerceu mandato até a instauração do Estado Novo, em 1937, quando foi nomeado interventor da Capital Federal durante a vigência de todo aquele regime<sup>208</sup>.

**Tabela 3: Casamento dos filhos de Paulo de Frontin e Maria Leocádia de Frontin (1917-1928)**

<b>Noivos</b>	<b>Testemunhas</b>
Ismael Américo Muniz Freire ( <b>Médico</b> )	D. Helena Rocha
	Rodolpho Hess ( <b>Comerciante</b> )
	Álvaro Werneck ( <b>Advogado</b> )
Maria da Glória de Frontin	Laura de Frontin Hess
	Geraldo Rocha ( <b>Engenheiro</b> )
	Jorge Dodsworth Martins ( <b>Capitão de Corveta</b> )
Henrique Paulo de Frontin ( <b>Advogado</b> )	Custódio José Coelho ( <b>Advogado</b> )
	Rodolpho Hess ( <b>Comerciante</b> )
	Luiz Dodsworth Martins ( <b>Comerciante</b> )
Ilka Aristéa Figueira	D. Maria Luiza de Toledo Dodsworth
	Zélia Cista
Maria Elisa de Frontin	Barão de Werneck ( <b>Proprietário</b> )
	Luiz Santos Werneck ( <b>Funcionário Público</b> )
	Laura de Frontin Hess
Álvaro Werneck ( <b>Advogado</b> )	Custódio de Ferreira Martins ( <b>Médico</b> )
	Henrique Santos Dumont ( <b>Engenheiro</b> )
	Oscar de Teffé ( <b>Diplomata</b> )

Fonte: Livros de Registro Civil do Rio de Janeiro. 4ª e 5ª Circunscrições de Matrimônios. Arquivo Nacional. Livro 54 (1927-1928), Registro 380, p. 24; Livro 37 (1923-1924), Registro 286, p. 23 e Livro 223 (1917), Registro 180, p. 152.

<sup>208</sup> Cf. PECHMAN, Robert. **Verbete Henrique de Toledo Dodsworth Filho**. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/henrique-de-toledo-dodsworth-filho>> . Acessado em: 22, ago, 2020.

Os dados da tabela acima podem ser lidos como evidências de como os Frontin não apostaram as suas carreiras em uma área. Além disso, a lista das testemunhas de casamento civil indica para um núcleo de relações sustentadas por reciprocidades de parentesco muito mais horizontalizadas, com a presença de figuras com formação superior, profissionais liberais (advogados e médicos) e comerciantes.

Assim, Henrique Paulo de Frontin se formou em Direito e atuou como advogado e como oficial do 2º Ofício de Registro Especial de Títulos e Documentos da Capital, o 1º Ofício tinha como titular o seu primo Álvaro de Tefé<sup>209</sup>. Maria Elisa se casou com Álvaro Cordeiro da Rocha Werneck, que foi atleta, sendo um dos fundadores do Botafogo Futebol Clube e, posteriormente, se tornou bacharel em Direito e delegado de Polícia na cidade do Rio de Janeiro<sup>210</sup> e Maria da Glória, que se casou com o médico Ismael Américo Moniz Freire<sup>211</sup>. A nossa pesquisa não teve acesso a testamentos e nem a inventários de Paulo de Frontin Frontin e de nenhum de seus descendentes.

---

<sup>209</sup> **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. edição 86, 1930. p. 399.

<sup>210</sup> **Boletim Policial – RJ**, fevereiro-março, 1913, p. 36.

<sup>211</sup> **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. edição 83, 1927, p. 2079.

## Capítulo 2 – As associações

Neste capítulo, deslocamos o foco de análise para as duas principais associações brasileiras que atraíram engenheiros na virada do século XX: o Instituto Politécnico Brasileiro (IPB) e o Clube de Engenharia (CE). Ambas as entidades foram fundamentais na organização de um campo técnico-científico<sup>212</sup> e na consolidação da profissão de engenheiro civil no país. Por isso, consideramos relevante o mapeamos dos integrantes dessas agremiações, tendo como objetivo compreender a participação de Pereira Passos e de Paulo de Frontin nessas formas de associativismo<sup>213</sup>.

A historiografia sobre a Primeira República deu maior destaque ao Clube de Engenharia do que ao IPB, este que foi o primeiro esforço associativo que congregou engenheiros no Brasil e que durou até a segunda década do século XX. No nosso entendimento, esse destaque dado pelos historiadores ocorreu pelo fato de o IPB não ter sido propriamente uma entidade representativa de interesses corporativos e porque esteve intimamente relacionado ao Estado Imperial desde a sua fundação, inclusive, auxiliando o governo com pareceres e propostas em temas ligados à infraestrutura. Além disso, a agremiação acabou sendo superada por associações mais dinâmicas na virada para o

---

<sup>212</sup> Entendido pela nossa pesquisa como a estruturação de um espaço de produção científica, de inovação técnica e de ampliação do campo de trabalho e de investimentos, que envolviam agentes públicos e entes privados, que, no Brasil, se construiu em espaços como as escolas civis e militares de formação de engenheiros, de bacharéis em ciências da natureza, física e matemáticas; que integraram a burocracia do Estado e se organizaram em associações privadas que foram centrais para a articulação de seus interesses.

<sup>213</sup> Faremos uso desta noção como um conceito a ser elucidado pela forma na qual os seus integrantes se organizavam e procurando compreender os seus objetivos. Partindo da ideia de que essas organizações fazem parte de estratégias acionadas por um grupo como forma de articulação de interesses em comum, nas quais partilham solidariedades, experiências e hierarquias. Sobre uma obra recente que tratou do tema no Brasil, ver VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Experiências de economia social: mutualismo, filantropia e corporativismo**. Juiz de Fora. Editora UFJF, 2021.

século XX, como o Clube de Engenharia, que organizou interesses de uma categoria profissional<sup>214</sup>.

Como demonstrou Pedro Marinho, ao longo do Segundo Reinado, o IPB tinha, entre seus filiados, engenheiros civis e militares, funcionários públicos, professores, políticos - alguns deles com títulos nobiliárquicos, e havia uma participação menor de industriais se comparados aos quadros do Clube de Engenharia. Além disso, esses agremiados tiveram ligados aos diversos escalões da administração estatal, o que reforça a vinculação dos princípios do IPB à direção do próprio Estado Imperial.<sup>215</sup>

Em relação ao Clube de Engenharia, há algumas sobre o papel dessa entidade de caráter privado que contribuiu tanto para o debate sobre saberes técnico-científicos e para a organização dos interesses de engenheiros, industriais e de empresários. Em todas estas análises, Paulo de Frontin aparece como um personagem-chave na projeção da associação, na condição de seu presidente entre 1903 e 1933. A já mencionada corrente pioneira de historiadores dos anos de 1980 identificou no C.E uma instituição representativa de parcelas das classes dominantes em associação com a nascente burguesia no país, que, para eles, esteve à serviço da especulação imobiliária nas reformas urbanas da Capital Federal e na organização do trabalho em fábricas que cresciam na cidade. Nesta vertente, Maria Inês Turazzi identificou no C.E. a entidade que consagrou a aliança entre engenheiros e industriais<sup>216</sup>. Em sua análise sobre a admissão ao quadro de sócios da instituição, entre 1880 e 1930, a autora demonstrou que dos seus 1.517 sócios, 22% se declaravam como “capitalistas”, “proprietários de estabelecimento industrial” ou “negociantes”.<sup>217</sup>

Em perspectiva semelhante, Oswaldo Porto Rocha tratou da composição social do Clube de Engenharia sob a ótica dos conflitos entre parcelas de classes sociais nas reformas urbanas da cidade do Rio Janeiro do início do século XX. Para o autor, a entidade esteve à serviço de frações das classes dirigentes, cujos participantes não eram somente engenheiros ou arquitetos, mas também comerciantes, industriais e proprietários de firmas da construção civil.<sup>218</sup> Rocha argumentou que, em virtude da inoperância da municipalidade em relação à elaboração de projetos de obras da cidade, foi o Clube de

---

<sup>214</sup> Cf. COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit, 1999.p. 206.

<sup>215</sup> MARINHO, Pedro Eduardo de Mesquita. Op. Cit., 2008.p. 150-179.

<sup>216</sup> TURAZZI, Maria Inez. Op cit,1989.

<sup>217</sup> Ibidem p. 40-46.

<sup>218</sup> ROCHA, Oswaldo Porto. Op. cit., 1995. p. 51.

Engenharia o principal responsável por manter o debate sobre saneamento e a urbanização da cidade do Rio de Janeiro.<sup>219</sup>

Obras historiográficas posteriores deram enfoque ao C.E. como um espaço central para o debate intelectual a respeito das intervenções dos engenheiros sobre a realidade brasileira. Por este percurso, Simone Kropf reforçou como o Clube de Engenharia foi uma entidade privilegiada para a consolidação de um campo de atuação de engenheiros e industriais, e na promoção do debate sobre questões relacionadas à modernização econômica do país, com destaque para os sistemas viários e de melhoramentos urbanos. Para Kropf, a entidade foi relevante para a construção da identidade do “engenheiro” – que, enquanto categoria, se autoconheciam e queriam ser vistos pela sociedade como intelectuais comprometidos com uma missão regeneradora, pleiteando junto ao Estado republicano o papel de uma elite dirigente dotada de um saber especializado.<sup>220</sup>

Em 1996, Cezar Teixeira Honorato organizou o livro "O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil"<sup>221</sup>, uma edição comemorativa publicada pela própria associação. Esta obra enfatizou o papel da instituição nas discussões que envolviam a ciência e a tecnologia. Anos depois, Vânia Cury destacou o fortalecimento institucional do C.E. na gestão de Paulo de Frontin, este que foi uma figura central na ação organizada de engenheiros e de empresários para garantirem campos de atuação e de investimentos durante a Primeira República.

A historiadora revela que mesmo se afastando de questões partidárias, a agremiação atuou no sentido de estabelecer uma interlocução com o poder público. Cury analisou a lista de sócios do Clube de 1909 e identificou a mesma tendência já observada por Turazzi: a presença de 887 engenheiros e 290 industriais.<sup>222</sup>

O nosso trabalho retoma este tema abordando as formas de associação destas duas entidades, das quais Pereira Passos e Paulo de Frontin fizeram parte. Para isso, demos destaque aos seus quadros sociais, questionando uma ideia de certa homogeneidade e horizontalidade dessas instituições na Primeira República. Para isto, utilizamos como fontes primárias as listas de sócios publicadas pela Revista do Instituto Politécnico

---

<sup>219</sup> Idem.

<sup>220</sup> KROPF, Simone Petraglia. Op. cit., 1996.

<sup>221</sup> HONORATO, Cezar (coord). **O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil**. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1996.

<sup>222</sup> CURY, Vânia. Op. cit., 2000. p. 91.

Brasileiro, em 1889, e pela Revista do Clube de Engenharia, em 1895. A escolha da lista de 1895 do C.E. se deve à sua riqueza de informações, com dados sobre data de filiação, ocupação e a categoria de todos os seus sócios desde a fundação.

Neste caminho, propomos uma leitura dos conteúdos indíceis<sup>223</sup> dessas categorias de sócios, que embora protocolares, rígidas, convencionais e estereotipadas, essas formalidades estiveram abertas à experiência de seus participantes. E, por isso, as suas formas associativas nos ajudam a compreender os valores comuns partilhados e as movimentações de Passos e de Frontin dentro delas. Em função do elevado número de associados, estes dados foram organizados dentro das rubricas de sócios da própria instituição, onde fizemos um cruzamento dessas informações com as suas ocupações profissionais. Nas situações em que o associado tinha mais de uma profissão, priorizamos aquela declarada à associação<sup>224</sup>.

## **2. 1. Considerações gerais sobre as mudanças dos cursos de Engenharia Civil nas escolas do Largo de São Francisco no Rio de Janeiro**

O IPB e o C.E fizeram parte de um processo mais amplo de consolidação da Engenharia Civil no Brasil, que atravessou o século XIX. Neste período, a formação destes profissionais acontecia na cidade do Rio de Janeiro, nas escolas superiores que se sucederam no Largo de São Francisco.<sup>225</sup> Luiz Antônio da Cunha identificou, através de

---

<sup>223</sup> Cf. PEIRANO, Mariza (Org.). **O dito e o feito: ensaios de Antropologia dos Rituais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. e \_\_\_\_\_. De que serve um documento? In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. *Política no Brasil: visão de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006. p. 13-37.

<sup>224</sup> As informações biográficas foram coletadas na Revista do Instituto Politécnico Brasileiro, na Revista do Clube de Engenharia, no Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro e no Almanak Laemmert :Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ).

<sup>225</sup> Com exceção da Escola de Minas de Ouro Preto, fundada em dezembro de 1876, idealizada por D. Pedro II e criada por Claude Henri Gorceix. A instituição se destinou, inicialmente, à formação de engenheiros de minas e metalurgia. O ensino superior de Engenharia se concentrou no Rio de Janeiro até o fim do século XIX, com a criação paulatina de demais cursos em outros estados, como a Escola Politécnica de São Paulo (1894), a Escola de Engenharia do Instituto Mackenzie - SP (1896), a Escola do Recife (1895), Porto Alegre (1896), Salvador (1896), Belo Horizonte (1911), Curitiba (1912), Juiz de Fora - MG (1914), Itajubá - MG (1917) e Belém - PA (1931). Cf. TELLES, Pedro Carlos da Silva. **Evolução Histórica da**

pesquisas em dicionários, que o qualitativo “civil” era utilizado como forma de distinção da engenharia militar até o início do século XX. Termo que tinha o sentido de uma engenharia de caráter “geral” e, apenas na década 1950, a expressão passou a ser entendida como uma especialização no país.<sup>226</sup>

Embora não seja o nosso objetivo esmiuçar todas as transformações do ensino de engenharia no país, destacamos as observações feitas por Pedro Carlos da Silva Telles sobre o seu surgimento como uma profissão que nasceu de dentro de escolas militares:

A engenharia quando considerada como arte de construir é evidente tão antiga quanto o homem, mas, quando considerada como um conjunto organizado de conhecimentos com base científica aplicada à construção em geral, é relativamente recente, podendo-se dizer que data do século XVIII. Da mesma forma, o conceito atual de engenheiro, isto é, uma pessoa diplomada e legalmente habilitada a exercer alguma das múltiplas atividades de engenharia, data da segunda metade do século XVIII. (...)A engenharia moderna nasceu dentro dos exércitos; a descoberta da pólvora e depois o progresso da artilharia obrigaram a uma completa modificação nas obras de fortificação, que, principalmente a partir do século XVIII, passaram a exigir profissionais habilitados para seu planejamento e execução. (...) O surgimento da engenharia moderna, ou da engenharia propriamente dita, foi grandemente influenciado por dois grandes acontecimentos que ocorreram na história do mundo no século XVIII: a Revolução Industrial e o movimento filosófico e cultural denominado Iluminismo ou de Ilustração.<sup>227</sup>

O ensino formal de engenharia no Brasil tem raízes nos estudos de fortificações nas Aulas de Arquitetura Militar (1699) na cidade do Rio de Janeiro e de Artilharia em Salvador (1710)<sup>228</sup>, que tinham a defesa territorial da Colônia como finalidade. Com as reformas pombalinas que puseram fim ao controle dos jesuítas na Universidade de Coimbra, a Coroa portuguesa se voltou para um projeto de segurança de seus territórios que conciliasse uma instrução científica com ênfase nas matemáticas, em táticas,

---

**Engenharia no Brasil.** In: Revista do IHGB. Ed. 158 (397), out/dez, 1997, p. 1108-1112. Sobre a Escola de Minas de Ouro Preto, ver CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

<sup>226</sup> CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era de Vargas.** São Paulo: Editora UNESP, 3a ed., 2007. p. 95.

<sup>227</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil (século XVI ao XIX).** Rio de Janeiro: Clavero, 1994. p. 2-4.

<sup>228</sup> Ibidem, p. 84-85.

fortificações e artilharia que auxiliassem na defesa do território que já vinha sendo praticada por Portugal.<sup>229</sup>

Em 1792, foi criada a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho no Rio de Janeiro, com estatuto aprovado em 17 de dezembro do mesmo ano pelo Vice-Rei D. Luiz de Castro, o 2º Conde de Rezende. A instituição foi construída nos mesmos moldes da escola homônima de Lisboa, fundada em 1790. Inicialmente instalada na ponta do Calabouço, na Casa do Trem de Artilharia, os seus aspirantes a oficiais de infantaria e artilharia concluíam o curso entre três e cinco anos e os oficiais de engenharia tinham um ano para cursar as disciplinas de arquitetura civil, materiais de construção, estradas e calçadas, hidráulica, pontes e canais. Durante a instalação da Corte no Rio de Janeiro, a instituição foi transformada na Real Academia Militar, em 1810, e dois anos depois foi transferida para o Largo de São Francisco, com o objetivo de formar uma elite militar e científica, inspirada na Escola Politécnica de Paris.<sup>230</sup>

Em 1852, Pereira Passos ingressou na Escola Militar da Corte – que sucedeu a Academia Real Militar, em 1839, no Largo de São Francisco<sup>231</sup>. Naquele momento, os cursos eram realizados em até sete anos, dos quais somente no último havia disciplinas voltadas à Engenharia (Arquitetura, hidráulica e construção). Para se obter o título de bacharel em Matemática e em Ciências Físicas, era necessário que o aluno - civil ou militar-, concluísse os quatro primeiros anos do curso. A partir de então, ele poderia optar pela formação de oficial militar, em que, do quinto ao sexto ano, cumpriria disciplinas de fortificação, tática, estratégia, artilharia e Engenharia Militar ou um curso teórico de Engenharia, de um ano, voltado para as técnicas de construção de estradas, pontes e edifícios.<sup>232</sup>

---

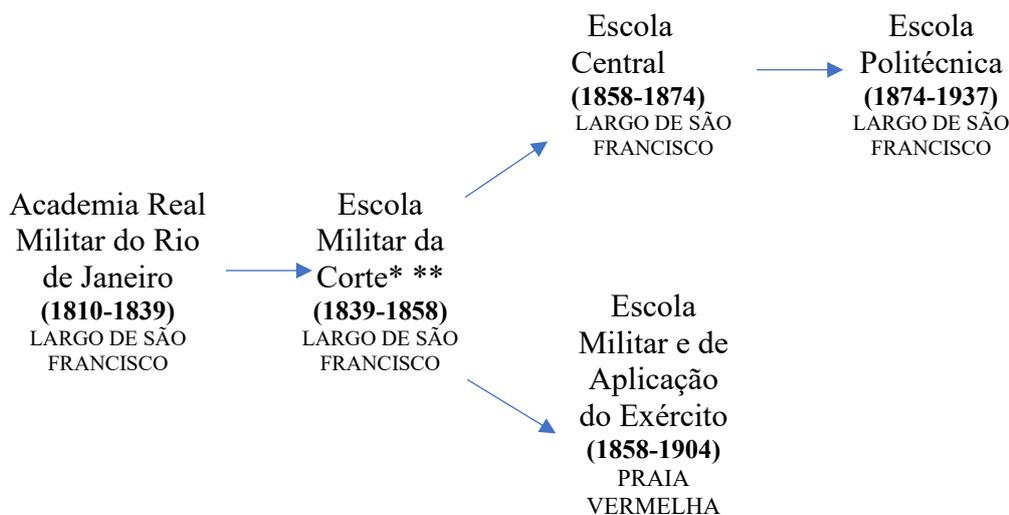
<sup>229</sup> Ibidem, p. 84-86.

<sup>230</sup> Sobre ver, MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do exército**. Rio de Janeiro.: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

<sup>231</sup> Depois da Independência, teve o seu nome alterado para Academia Imperial Militar e Academia Militar da Corte. Cf. TELLES, Pedro Carlos da Silva. Op. Cit., 1994, p. 100.

<sup>232</sup> COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit., 1999. p 195.

### Gráfico 1: Ensino formal de Engenharia no Rio de Janeiro (Século XIX e XX)



Fonte: CUNHA, Luiz Antônio. Op. cit, 2007. p. 96.

\* Entre os anos de 1832 e 1834, a Imperial Academia Militar e a Academia de Guardas-Marinha se fundiram.

\*\* Entre 1855 e 1858, a Escola de Aplicação do Exército já funcionava nas dependências da Escola Militar da Corte, com a separação entre a Escola Central, o ensino militar foi para a Escola Militar e de Aplicação do Exército com sede na Praia Vermelha, onde funcionou até 1904.

Embora fosse uma escola militar, a instituição também admitia alunos civis, que poderiam escolher pelo curso de infantaria e cavalaria ou de artilharia e engenharia<sup>233</sup>. Com cerca de 300 alunos matriculados, em 1850, a academia não atraía a alunos que vinham de setores mais ricos e nem das elites políticas do Império; tendo como público-alvo filhos de militares, funcionários públicos, pequenos comerciantes e proprietários, que buscavam uma ascensão social como oficiais do Exército.<sup>234</sup> Os estudantes que optavam por uma carreira civil tinham um cenário ainda pouco promissor em um país de realidade agrária, exportadora, escravista, com uma organização de trabalho baseada na monocultura e com pouco espaço para as inovações técnicas. Naquele momento, a profissão era fundamentalmente assalariada e tinha na burocracia imperial o seu principal empregador.<sup>235</sup>

<sup>233</sup> Cf. MARINHO, Pedro Eduardo de Mesquita. Op. Cit, 2008. p. 100.

<sup>234</sup> MOTTA, Jehovah. Op. cit, 1976. p. 81

<sup>235</sup> COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit., 1999. p. 196-197.

Durante o período em que estudou na Escola Militar, Pereira Passos não se interessou pela política formal<sup>236</sup>, mantendo este comportamento ao longo de sua trajetória de vida, embora tivesse ocupado cargos públicos. Já a formação superior dos seus filhos Paulo e de Francisco Oliveira Passos aconteceu na Real Escola Superior da Saxônia, na Alemanha, e não na Politécnica do Rio de Janeiro, que concentrava o ensino civil de engenharia do país. A nossa pesquisa também não encontrou registros de que os Passos tivessem integrado os quadros de professores das escolas do Largo de São Francisco. O que demonstra que o núcleo dessa rede familiar se distanciou do ensino formal da instituição desde, pelo menos 1856, quando Pereira Passos se graduou pela Escola Militar.<sup>237</sup>

Naquele momento, a Escola enfrentava as tensões entre “paisanos” e os militares em torno da formação de engenharia civil, como explicou Pedro Marinho:

Em março de 1842, apesar de ter sido instituído o curso de Engenharia Civil, o ensino da Escola Militar da Corte não era satisfatório, pois ainda permanecia insuficiente a quantidade de engenheiros civis formados face à demanda de grandes obras. Havia uma verdadeira campanha para a criação de um curso exclusivamente civil.(...) Os militares achavam que a escola não formava adequadamente militares e os paisanos não queriam passar pela rigidez da formação militar<sup>238</sup>

Em 1858, a Escola Militar da Corte daria lugar à Escola Central, em mais um movimento de separação da formação de engenharia civil das escolas militares. A nova instituição manteve ênfase no ensino das Matemáticas, Ciências Físicas e naturais. E foi no programa curricular de 1858, que o termo “Engenharia Civil” começou a ser empregado ao curso, no mesmo ano em que uma disciplina da escola seria dedicada ao

---

<sup>236</sup> ATHAYDE, Raymundo. Op. Cit, 1948, p. 43.

<sup>237</sup> Identificamos a participação de Pereira Passos nas reuniões do IPB durante a década de 1860, que ocorriam nas dependências da Escolas do Largo de São Francisco. É importante ressaltar que essas avaliações não envolvem a contribuição intelectual de Pereira Passos para o campo técnico-científico. Entre a mais famosa delas, esteve a sua “Caderneta de Campo”, que segundo o biógrafo Raymundo de Athayde, foi um manual observações topográficas práticas para engenheiros ferroviários redigida por Passos quando esteve em viagem pela Inglaterra, tendo quatro edições, foi traduzida para o italiano . Cf. ATHAYDE, Raymundo T. de. Pereira Passos. Op. Cit, 1944, p. 56.

<sup>238</sup> MARINHO, Pedro Eduardo de Mesquita. Op. Cit., 2008. p. 100.

ensino de estradas de ferro<sup>239</sup>. As cadeiras militares como Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Estado-Maior e Engenharia Militar foram transferidas para a Escola Militar e de Aplicação do Exército na Praia Vermelha<sup>240</sup>. Assim, o currículo passou a ser formado por quatro primeiros anos de Matemática, Ciências Físicas e naturais e por dois últimos de Engenharia Civil. Cumpridos todos os seis anos, seus egressos recebiam o título de engenheiro civil. Os que optavam apenas pelos quatro primeiros anos, eram diplomados como bacharéis em Matemáticas e Ciências Físicas ou Ciências Naturais.

Na prática, a Escola Central se tornou uma instituição de formação de civis com disciplina militar que continuou sob o comando do Ministério da Guerra. Um modelo híbrido entre militares e civis, que manteve características de uma instituição militar. Esta que era chefiada por um comandante militar nomeado pelo governo e seu estatuto previa penas correcionais de prisão por até quinze dias e o seu currículo era marcado por disciplinas comuns às escolas militares, com ênfase em Matemática e as ciências físicas<sup>241</sup>.

Em 1874, a faculdade do Largo de São Francisco teria mais uma transformação, passando a se chamar Escola Politécnica e deixando a pasta do Ministério da Guerra para o Ministério do Império. Ela passou a oferecer um curso geral, obrigatório e comum a todos os alunos com duração de dois anos. A partir de então, era possível optar pelos eixos de I) Ciências Físicas e Matemáticas, em mais dois anos, II) Ciências Físicas e Naturais, também em 2 anos, III) Engenharia Civil, em 3 anos, IV) Engenharia de Minas, em 3 anos, e V) Arte e Manufaturas, também em 3 anos. A aprovação nas disciplinas básicas e em qualquer desses cursos garantia ao aluno o título de bacharel e a defesa de uma tese, o título de doutor. Este foi o início da especialização da engenharia civil no país.<sup>242</sup>

O surgimento da Escola Politécnica acontecia dentro de um projeto de Império em transformação na década de 1870. A sua criação atendia aos objetivos do gabinete Rio Branco de formar profissionais técnicos através do ensino superior em uma escola civil voltada à modernização do país. Assim, essas escolas ajudaram a promover uma

---

<sup>239</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. Op. Cit., 1997. p. 1108.

<sup>240</sup> CUNHA, Luiz Antônio. Op. Cit., 2007. p. 95.

<sup>241</sup> Cf. COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit., 1999. p 195-196

<sup>242</sup> Idem.

“ascensão social controlada”<sup>243</sup> de uma geração<sup>244</sup> que chegou à faculdade com uma perspectiva de mudança de vida e fazer carreira de funcionário público. Inclusive, muitos deles precisavam dar aulas particulares para poder manter os seus estudos, em função de suas condições econômicas mais pobres, como foi o caso de Paulo de Frontin e Carlos Sampaio.

Como destacou Edmundo Coelho, estas distinções de graus acadêmicos criavam uma espécie de hierarquia intelectual amparada em um ensino livresco, teórico e enciclopédico. A Politécnica e as suas antecessoras tinham a influência da Escola Politécnica de Paris, que priorizava um currículo amparado nas matemáticas, as ciências físicas e naturais, em detrimento de disciplinas que envolvessem problemas práticos e operacionais.<sup>245</sup> Esta escola brasileira formou as primeiras gerações de engenheiros civis marcados por um perfil erudito, com formação ampla, o que lhes rendeu o rótulo de “Enciclopédicos”.<sup>246</sup>

Paulo de Frontin ingressou nas primeiras turmas da Politécnica, em 1874, e teve uma relação longa na instituição como aluno, professor e diretor. Formou-se em engenharia civil e geográfica, em 1879, onde obteve também os títulos de bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas e de Engenharia de Minas<sup>247</sup>. Em 1880, assumiu o cargo de professor substituto do curso de Engenharia civil e, no ano seguinte, assumiu a cadeira de Mecânica aplicada às máquinas.<sup>248</sup>. Obteve título de doutor em Engenharia Civil e de Minas no ano de 1882 e se tornou professor catedrático em 1890. Ainda nos tempos de bacharelado, participou da fundação do grêmio estudantil “A União Politécnica” que contava também com uma revista de mesmo nome. Logo no início de suas atividades como professor, se envolveu na criação do Observatório Astronômico do Morro de Santo Antônio, próximo ao Largo da Carioca, junto com Galdino Pimentel, Pereira Reis e

---

<sup>243</sup> Cf. ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Terra e Paz, 2002. p. 121-122

<sup>244</sup> Concepção de geração no sentido que Ângela Alonso operacionalizou conforme uma “unidade de geração” (Karl Mannheim) de grupos que partilham experiências que são próprias aos indivíduos que a compõem, expostos aos mesmos acontecimentos sociais, onde criam laços concretos em comum e organizam atuações coletivas. E, por isso, cada geração tende a um estilo de pensamento e de ação. Cf. *Ibidem*, 2002. p. 43. Sobre a noção de Mannheim MANNHEIM, Karl. **Ensayos de sociologia de la cultura**. Madrid: Aguilar, 1957.

<sup>245</sup> COELHO, Edmundo Campos. *Op. Cit.*, 1999. p 196.

<sup>246</sup> *Idem*. Sobre a influência do pensamento positivista na Escola Politécnica, ver FERREIRA, Luiz Otávio. **Os Politécnos: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989. (Dissertação de Mestrado em História)

<sup>247</sup> ATHAYDE, Raymundo T. de. Paulo de Frontin. *Op. Cit.*, 1962. p. 27.

<sup>248</sup> *Ibidem*, p. 32-33.

Buarque de Macedo. Por volta de 1881, foi um dos fundadores do Centro Abolicionista da Escola Politécnica liderado pelo engenheiro André Rebouças<sup>249</sup>.

## 2.2 O Instituto Politécnico Brasileiro

Em 1862, o Instituto Politécnico Brasileiro foi fundado no Rio de Janeiro e funcionou nas dependências das escolas do Largo de São Francisco até meados da década de 1920, sem que tenha sido dissolvido formalmente. O instituto foi a primeira associação relevante de caráter técnico-científico a atrair engenheiros no Brasil e atendeu, de maneira difusa aos interesses por infraestrutura de setores ligados à exportação cafeeira durante o Império, tendo como principal objetivo discutir temas relacionados a este campo que então se construía. O IPB não foi, propriamente, uma entidade representativa de interesses corporativos, pois teve propósitos institucionais mais abrangentes, com reuniões que ocorriam semanalmente e contando com a Revista do IPB como o seu principal meio de divulgação.<sup>250</sup>

O instituto nasceu dentro das dependências do Estado Imperial e contou com o empenho pessoal de D. Pedro II, que participou de algumas de suas sessões como presidente honorário e do Conde d'Eu, que foi presidente da agremiação, eleito em ato simbólico em 1867 - cargo que ocupou até o fim do Império brasileiro. O IPB atuou, com frequência, como um órgão de consulta do governo na segunda metade do século XIX em temas sobre a construção de portos, estradas, pontes, ferrovias, distribuição de água e saneamento<sup>251</sup>.

Para ingressar nesta agremiação era necessário a formalização de uma candidatura através da indicação de um membro, sobre a qual o conselho diretor emitia um parecer que ia à votação dos demais filiados. O ingressante efetivo ou correspondente tinha que

---

<sup>249</sup> Ibidem, p. 37-39.

<sup>250</sup> Cf. BRASIL. Decreto nº 3.031, de 17 de dezembro de 1862 que autorizou o funcionamento do Instituto. Disponível em: BRASIL. Decreto nº 3031 de 17 de dezembro de 1862. Coleção Leis do Império do Brasil.

<sup>251</sup> Cf. COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit., 1999. p. 205.

desembolsar uma joia de entrada no valor de 20\$000, além de 2\$000 de mensalidade.<sup>252</sup> Os sócios honorários e beneméritos, muitos deles que já faziam parte do quadro permanente, ficavam isentos dessas obrigações financeiras.

A diretoria do IPB era composta pelo presidente - necessariamente um sócio honorário, seguido do vice-presidente, de dois secretários e de um tesoureiro, que poderiam ser exercidos pelas demais categorias de sócios<sup>253</sup>. Em 1889, o quadro social do IPB era composto por sócios honorários, beneméritos, fundadores, efetivos, correspondentes e associados. Entre eles, a categoria dos honorários representava 12% do total, os fundadores e efetivos (40,5%) e os sócios correspondentes e associados representavam os restantes 47%, como demonstra a tabela a seguir.

**Tabela 4: Sócios por categorias do IPB (1889)**

<b>Categoria</b>	<b>Qtd.</b>	<b>%</b>
Honorário	30	12
Beneméritos	1	0,5
Fundadores (Pereira Passos)	21	8
Efetivos (Paulo de Frontin)	82	32,5
Correspondentes	109	43
Associados	10	4
Total	253	100

Fonte: Revista do Instituto Politécnico Brasileiro. Ano: 1889. Edição: 19

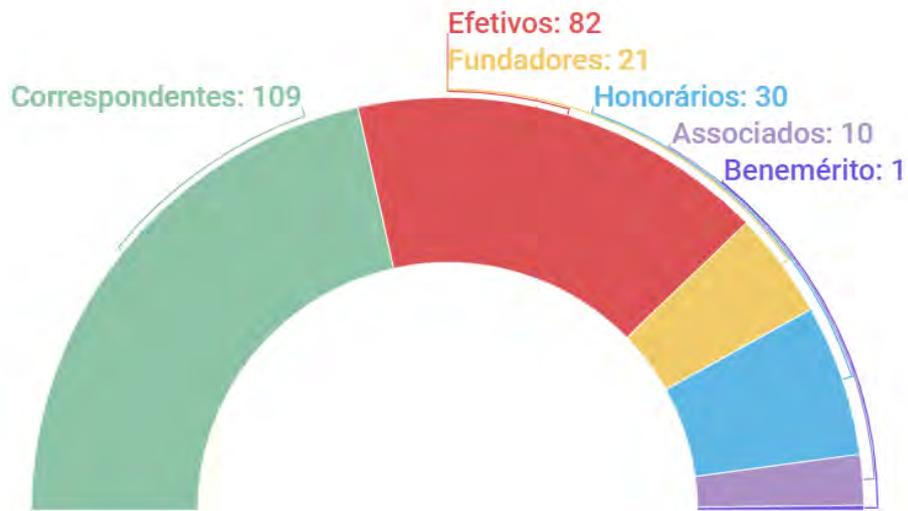
Obs: Foram considerados somente os membros do quadro permanente em 1889.

---

<sup>252</sup> BRASIL. Decreto nº 3.031, de 17 de dezembro de 1862. Disponível em Coleção Leis do Império do Brasil.

<sup>253</sup> Idem.

**Gráfico 2: Categorias de sócios por proporção de membros do IPB (1889)**



Fonte: Revista do Instituto Politécnico Brasileiro. Ano: 1889. Edição: 19

O gráfico acima ilustra como a segmentação societária do IPB manteve relação direta com o prestígio de seus membros. Era preciso muito mais do que apenas relevância no campo técnico-científico para ser um sócio honorário, benemérito ou fundador. Essas categorias eram reservadas para os membros que tinham alguma notoriedade social, como políticos, possuidores de títulos nobiliárquicos, militares de altas patentes ou para aqueles que realizassem alguma benemerência robusta à entidade.

A maior parte dos sócios honorários era composta por estrangeiros (17 de 30), o que reforça a natureza de condecoração do título e um esforço de estabelecer um intercâmbio científico e uma forma de estabelecer reciprocidades diplomáticas com outros países. Entre os brasileiros, 6 possuíam títulos nobiliárquicos do Império, 2 eram políticos sem títulos e entre os militares, 2 eram Almirantes e havia um major da Guarda Nacional (sobre 2 sócios honorários não obtivemos informações). O engenheiro João Ramos de Queiroz, o único benemérito do IPB, em 1889, teve seu título concedido no ano anterior, em razão de uma doação de 10 ações (no valor de 100\$000 cada) ao instituto,

provenientes de sua companhia de bondes, a “Linha Circular de Carris da Bahia”, que operava em Salvador com a autorização do governo imperial desde 1883.<sup>254</sup>

Os sócios estrangeiros eram da engenharia civil e militar, da arquitetura e da cartografia. Entre eles, estavam José Rodrigues Solano, vice-diretor do Instituto Geográfico de Madri, José Joaquim de Castro – o Conde de Castro e diretor de obras Públicas de Portugal; Caetano Maria Batalha, oficial da Marinha e engenheiro hidrográfico português, além de engenheiros e arquitetos ingleses, alemães e franceses. Entre os brasileiros com títulos nobiliárquicos, havia o presidente, Conde d’Eu, os Barões da Passagem, de Jaceguai, o Visconde de Barbacena, o Visconde de Mauá e o Barão de Capanema. Completavam a lista, os Almirante Joaquim Antônio Cordovil Maurity e o vice-Almirante Francisco José Coelho Netto.

Este segmento tinha como elemento de coesão uma horizontalidade socioeconômica e, da parte dos brasileiros, eram figuras que pertenciam às elites políticas e, muitas delas, já estavam integradas aos altos cargos civis e militares do Estado Imperial, o que se traduzia em maior visibilidade dentro dos quadros do IPB. Além do interesse por temas técnico-científicos, fica evidente que o título de sócio honorário lhes conferia algum prestígio por pertencerem a uma categoria de sócios tão restrita e marcada por um sentido de honraria. Quanto à participação dos estrangeiros, o fato do IPB ter mantido proximidade com o próprio Estado Imperial, esses títulos assumiam um caráter diplomático voltado ao campo da técnica mais do que propriamente uma participação efetiva dessas figuras dentro da agremiação. Isto fica mais evidente quando constatamos que essa tendência não se mantém nas demais categorias.

Os sócios fundadores também desfrutavam de alguma distinção. Entre eles, havia civis e militares, tendo a formação superior e a carreira como oficiais superiores das Forças Armadas como o principal elemento de coesão. Este segmento representava 8% do quadro social do Instituto e era composto por figuras formadas na Escola Militar e pela Escola Central. Embora não tivessem o mesmo reconhecimento dos sócios honorários - onde a clivagem política e diplomática era mais forte-, os fundadores se diferenciavam demais categorias. Como bem observou Pedro Marinho, este segmento não era exclusivo

---

<sup>254</sup> Ata de Reunião do IPB em 03/10/1888 e 21/11/1888. Disponível em: **Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro**. Edição 20. Ano: 1890, p. 72, 82.

aos reais fundadores do IPB, porque nomes que despontavam na política ou tinham alguma notoriedade social também eram alçados a este grupo.<sup>255</sup>

Este certo afrouxamento do controle associativo do IPB foi objeto de preocupação de Pereira Passos, que demonstrou receio com um possível esvaziamento da entidade por meio de indicações de novos membros que não tivessem relação com os princípios fundadores da agremiação. Em 1864, na fase de elaboração do regimento interno do instituto, Passos e o engenheiro Monteiro de Barros propuseram um artigo exigindo uma declaração por parte dos membros proponente de novas candidaturas, devendo estes serem aprovados por, no mínimo, 2/3 dos votantes. Além disso, para que não houvesse eleições às pressas, o artigo exigia que o pleito ocorresse mediante um parecer elaborado pela diretoria, podendo ser votado somente em uma sessão posterior. Nesta mesma reunião de 1º de dezembro de 1864, foi aprovada outra proposta de Passos para que os diplomas dos sócios “instituidores” (fundadores) indicassem alguma diferenciação em relação aos demais sócios.<sup>256</sup>

O perfil desses fundadores reflete a própria trajetória do ensino de engenharia no país e sua relação com as escolas militares. Por isso, o quantitativo paritário entre civis e militares que se formaram, em sua maioria, na Escola Militar da Corte e na Escola Central. Os associados civis se dedicavam principalmente à carreira de engenheiros, funcionários públicos, professores da Escola Politécnica e à atividade industrial. Havia também professores como José de Saldanha da Gama, que lecionou Botânica e Zoologia na Politécnica, Domingos de Araújo e Silva, professor de Ciências Matemáticas e Aplicadas; e políticos, como Ignácio Wallace da Gama Cochrane, engenheiro e parlamentar na província de São Paulo.

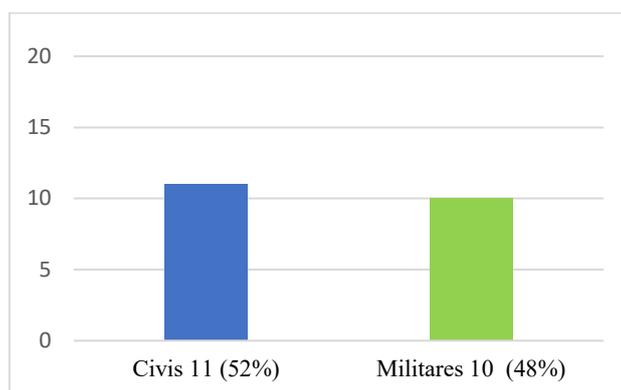
Os fundadores militares eram oficiais do Exército (8) e ligados à engenharia, além de professores da Politécnica. Entre eles, Ernesto Gomes Moreira Maia, que foi capitão honorário do Exército e professor da Politécnica e da Escola de Belas Artes; Américo Monteiro de Barros tenente-coronel, doutor em Matemática, professor de Ciências Físicas da Politécnica e o militar e político Inácio da Cunha Galvão, que foi presidente da Província de Santa Catarina em 1861.

---

<sup>255</sup> MARINHO, Pedro Eduardo de Mesquita. Op. Cit., 2008. p. 160.

<sup>256</sup> **Revista do Instituto Polytechnico Brasileiro**. Ata de Sessão do IPB de 01/12/1864.

**Gráfico 3: Sócios Fundadores do IPB por ocupação (1889)**

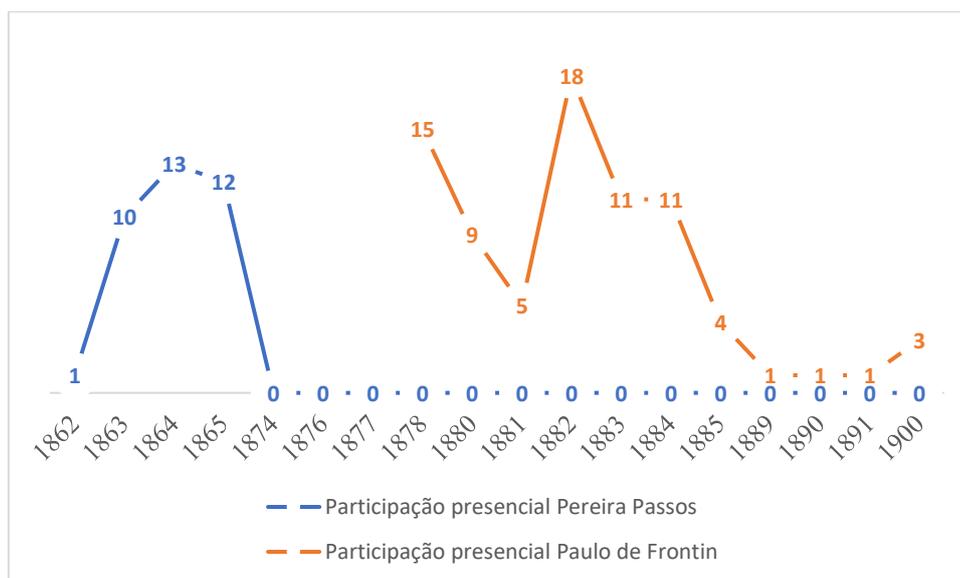


Fonte: Revista do Instituto Politécnico Brasileiro. Ano: 1889. Edição: 19

Pereira Passos foi um dos fundadores do IPB (1862) e se manteve associado até o fim de sua vida como sócio remido, o que não exigia dele contribuições em dinheiro e nenhum empenho nas atividades da associação. O gráfico abaixo compara o comparecimento dele e de Paulo de Frontin nas sessões do Instituto. Ainda que a Revista do IPB não tenha feito a cobertura completa de todas as atas de suas reuniões, percebemos que Passos foi assíduo somente durante os primeiros anos da agremiação, se afastando dela ao final da década de 1860. A partir de 1865, não encontramos mais o seu nome em nenhuma lista de presença das reuniões da associação, da qual os seus filhos sequer foram sócios. O que reforça a hipótese de afastamento dos Passos das Escolas do Largo de São Francisco. Em relação aos cargos ocupados por Pereira Passos no IPB, encontramos apenas um registro de sua candidatura a vice-presidente, em 1863, quando recebeu somente um voto, provavelmente, o seu próprio.<sup>257</sup>

<sup>257</sup> Revista do Instituto Politécnico Brasileiro. Ata de Sessão do IPB de 24/03/1863.

**Gráfico 4: Participação presencial de Pereira Passos e de Paulo de Frontin das reuniões do IPB (1862-1900)**



Fonte: Revista do Instituto Politécnico Brasileiro. (1874-1906)

Em relação à presença de Paulo de Frontin, que entrou na agremiação em 7 de março de 1878 como sócio correspondente<sup>258</sup>, na época em que ainda nem havia terminado o curso de engenharia. O seu título de sócio efetivo só foi expedido em 1880.<sup>259</sup> Dois anos depois, assumiu a tesouraria da agremiação (Cf. ata de 26/04/1880), antes mesmo de se tornar sócio efetivo (Cf. ata de 22/08/1880). De acordo com o gráfico, Frontin manteve participação mais expressiva e contínua entre as reuniões de 1878 e de 1885, deixando a função de tesoureiro ao final de 1884. As alterações referentes aos anos de 1880 e 1881 se referem a lacunas das publicações das atas na Revista do IPB.

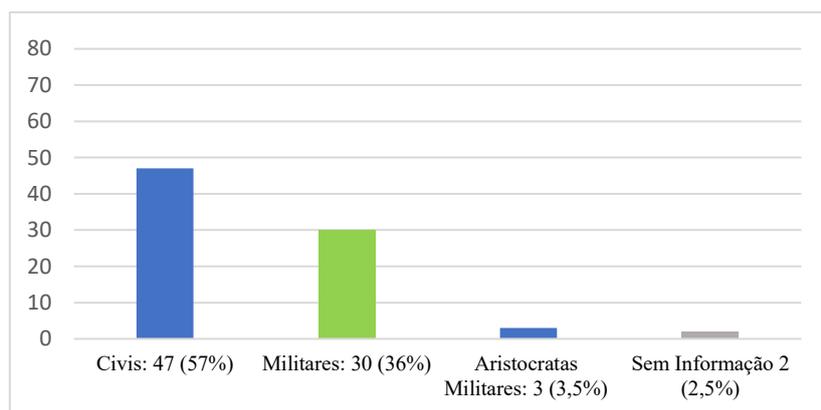
Também houve uma diminuição da participação de Frontin ao final da década de 1880, mas por razões que não foram as mesmas de Pereira Passos. A primeira delas é o fato de Frontin continuar integrando os círculos do Largo de São Francisco como professor da Escola Politécnica desde 1880. Em segundo lugar, essa queda apresentada no gráfico coincide com a sua filiação ao Clube de Engenharia, em 1882, momento em que ocorreu uma certa migração de parte dos associados do IPB para o C.E., que discutiremos mais adiante.

<sup>258</sup> Revista do Instituto Politécnico Brasileiro. Ata de Sessão do IPB de 07/03/1878.

<sup>259</sup> Revista do Instituto Politécnico Brasileiro. Ata de Sessão do IPB de 22/08/1880.

A categoria de sócios efetivos, da qual Frontin fez parte, era composta por civis e militares formados pelas Escolas Militar, Central e Politécnica. Esse segmento manteve como elemento de coesão o diploma de ensino superior e a carreira de oficial militar, o que demonstra ainda uma certa horizontalidade socioeconômica. Além disso, a proporção entre civis e militares se altera se comparada aos sócios fundadores.

**Gráfico 5: Sócios Efetivos IPB por ocupação (1889)**



Fonte: Revista do Instituto Politécnico Brasileiro. Ano: 1889. Edição: 19

Esta foi a segunda categoria com o maior número de associados (82) – o que representava cerca de 32,5% do total. Tendo figuras que tiveram projeção na engenharia civil, principalmente, na Primeira República, como Paulo de Frontin, Aarão Reis, Vieira Souto, Francisco Bicalho, Paula Freitas, Carlos Sampaio, e nomes que se notabilizaram no Império, como André Rebouças, que teve uma formação militar, foi professor da Escola Politécnica e que atuou como empresário em projetos de infraestrutura no Segundo Reinado<sup>260</sup>. Os civis representavam 57% desse segmento, o que indica uma tendência de consolidação da profissão desvinculada da carreira militar; estes que somavam 38,5% da categoria, sendo 3 destes (3,5%) com títulos nobiliárquicos e com altas patentes nas Forças Armadas: o Barão de Miranda Reis (Marechal do Exército), o Visconde de Maracaju (idem), e pelo Barão de Tefé (Almirante da Marinha).

Entre os militares, 21 deles eram do Exército e 9 da Marinha. Esses dados reforçam como a forma de associativismo do IPB incluía uma forte presença de militares, dos quais

<sup>260</sup> Sobre, ver CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan-IUPERJ-UCAM, 1998.

muitos eram engenheiros e professores, como Benjamin Constant que, em 1890, chegou à patente de General de Brigada, além de ser professor da Escola Normal do Rio de Janeiro, do Colégio Pedro II e da Escola Militar; o Contra-Almirante Antônio Alves Câmara (professor da Escola de Aprendizes de Marinheiro), o Contra-Almirante João Justino de Proença (professor e diretor da Escola Naval), o Capitão de Fragata Adolpho Pereira Pinheiro (professor da Escola Naval) e o Capitão de Fragata João Nepomuceno Baptista (professor de Física da Escola Naval). Também identificamos, neste segmento, a presença de políticos, como Eduardo José de Moraes, membro das elites políticas do Pará, e Visconde de Taunay, presidente e senador pela província de Santa Catarina.

Os sócios efetivos civis constituíam um segmento mais diversificado de engenheiros, que atuaram em funções públicas e em companhias privadas, como professores, arquitetos e industriais. Entre eles, é possível perceber uma tendência de professores da Escola Politécnica, como Antônio José do Amaral, Carlos Sampaio, Joaquim Galdino Pimentel, Paulo de Frontin, Luiz Carlos Barbosa de Oliveira, André Rebouças, Manoel Ferreira Garcia Redondo, João Baptista Ortiz Monteiro, José Agostinho dos Reis, Luís Rafael Vieira Souto, Paulo Cirne Maia, além de 15 membros que atuaram em algum momento de sua trajetória com atividades empresariais e/ou industriais, entre eles, Paulo de Frontin, Carlos Sampaio, João Teixeira Soares, André Rebouças, Augusto Teixeira Coimbra, Vieira Souto e Henrique Eduardo Hargreaves.

Os membros correspondentes e associados (listados em anexo), não foram detalhados por algumas razões: I) por serem sócios que não tinham uma relação tão próxima como o IPB para integrar o quadro de sócios efetivos e nem o prestígio político dos honorários ou fundadores e II) por constituírem grupos extensos, com pouca documentação biográfica a respeito. De acordo com Pedro Marinho, esta categoria de sócios representou, ao longo do Segundo Reinado, figuras que tinham origens dispersas pelas províncias do Império e que utilizavam estes títulos de sócios como recurso de distinção em suas localidades, como também no exterior.<sup>261</sup>

Assim, os dados analisados sobre o quadro de sócios do IPB de 1889 mostraram, por um lado, uma associação que engendrava solidariedades mais verticalizadas, com uma lógica aristocrática, ainda que eles mantivessem um perfil socioeconômico mais homogêneo dentro de suas categorias. Vimos que essa forma de associação não levava

---

<sup>261</sup> MARINHO, Pedro Eduardo de Mesquita. Op. Cit., 2008. p. 160-161.

em consideração apenas critérios técnicos, mas também o prestígio social, como a posse de títulos nobiliárquicos, patentes militares do Exército e da Marinha, diploma de ensino superior e carreira política. Isso nos leva a considerar que, embora marcada por distinções em sua forma, os perfis de sócios por categoria revelam um ambiente mais homogêneo composto por membros da elite política, altos funcionários do Estado, militares de patentes mais altas concentrados nas categorias de sócios honorários e fundadores. No entanto, nesta mesma agremiação estavam parcelas dos sócios efetivos, compostas por agremiados formados pela Escola Politécnica, que representavam um segmento social que ascendeu justamente com o ensino superior, a partir da década de 1870, e que estavam alijados dos postos de comando do Estado.

Entre os sócios fundadores, estava Pereira Passos, um profissional já experiente em 1889, que havia galgado altos cargos burocráticos no Estado imperial. Observamos que ele se afastou da agremiação desde a década de 1870 e que demonstrou certa desconfiança com um esvaziamento da agremiação, por meio de indicações que fugissem dos objetivos iniciais daquela organização. E seus filhos, que também atuaram na área, não foram nem sócios da agremiação. Quando relacionamos esses comportamentos com as estratégias de continuidade dos Passos, percebemos que esta instituição teve pouco ou, talvez, nenhum papel em seus propósitos familiares e suas atividades na área da engenharia e da indústria, ao optarem, inclusive, por uma formação distante das Escolas do Largo de São Francisco.

Por outro lado, Paulo de Frontin foi fruto da geração de engenheiros formados na década de 1870, fazendo parte de um grupo que ascendeu socialmente com a criação da Escola Politécnica. Estes dados sugerem que IPB foi importante para Frontin ter mais visibilidade e, com isso, ampliar a sua rede de relações. Logo em que foi admitido, ocupou a tesouraria, antes mesmo de se tornar sócio efetivo e só se distanciou da entidade (o que não representou um afastamento da Escola Politécnica), com a sua ida para o Clube de Engenharia. Além disso, estavam no IPB figuras importantes na construção da sua rede de relações, como o amigo e futuro padrinho de casamento, Carlos Sampaio, Vieira Souto e o Barão de Tefé.

Com a criação de entidades como o Clube de Engenharia e com o fim do Império, o IPB sofreu uma decadência progressiva. A agremiação não foi extinta formalmente e tampouco teve um marco para seu fim, provavelmente, na segunda década do século XX. Já sobre a Revista do IPB, encontramos os seus exemplares na Hemeroteca da Biblioteca Nacional até o ano de 1906. De acordo com Edmundo Coelho, o instituto foi incapaz de

se adaptar a um contexto de associações científicas e profissionais mais dinâmicas, que viriam com a efervescência dos primeiros anos da República atentas aos interesses do nascente empresariado brasileiro.<sup>262</sup>

### 2.3. O Clube de Engenharia

Em 24 de dezembro de 1880, o Clube de Engenharia foi fundado na Rua da Alfândega, no Rio de Janeiro, em um sobrado do comerciante Conrado Jacob Niemeyer<sup>263</sup>. A associação surgiu com o objetivo de debater temas de infraestrutura e de promover a aproximação entre engenheiros e industriais. Esta é uma agremiação que, curiosamente, nasceu em um estabelecimento comercial (e não em um espaço próprio da engenharia ou da indústria)<sup>264</sup>: a casa “Soares & Niemeyer”, uma sociedade de Conrado Jacob de Niemeyer, Júlio Matheus dos Santos e Nicolau Henrique Soares, voltada ao ramo de importação e de exportação de papel, livros e objetos de escritório.<sup>265</sup> Diferentemente do IPB, que nasceu das dependências do Estado Imperial, o C. E. surgiu como uma associação civil, com a pretensão de ser um centro de referência na superação de entraves que, para os seus fundadores, impediam o desenvolvimento econômico do país<sup>266</sup>. Estas intenções estiveram expressas logo em seu primeiro estatuto, aprovado pelo decreto de 1881:

**Art. 1º A sociedade - *Club de Engenharia* - tem por objecto promover e estreitar relações entre as classes de engenharia e as**

---

<sup>262</sup> COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit., 1999. p. 206.

<sup>263</sup> HONORATO, Cezar Teixeira. Op. Cit, 1996. p. 31.

<sup>264</sup> Fernando Atique argumenta que a criação do Clube de Engenharia em um estabelecimento comercial não foi por acaso; o autor desconfia de que essa tenha sido uma estratégia de promover a aproximação de dois agentes empreendedores (engenheiros e empresários) na “sombra” do comércio e de possíveis ataques que poderiam receber dos próprios comerciantes, por um temor de expansão da indústria, ao mesmo tempo em que mantinha relações com membros de uma associação já existente - o IPB, mesmo não reivindicando uma ligação institucional com ela. Cf. ATIQUE, Fernando. **As engenharias do não engenheiro-: Conrado Jacob de Niemeyer e o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro em perspectiva transnacional (1880-1919)**. Tempo: Revista do Departamento de História da Uff., v. 27, 2021. p. 675-676.

<sup>265</sup> Idem.

<sup>266</sup> HONORATO, Cezar Teixeira. Op. Cit, 1996. p. 33.

**dos varios ramos industriaes**, no que diz respeito aos interesses reciprocos das suas profissões.

Art. 2º A sociedade terá sua séde na capital do Imperio e funcionará em edificio para esse fim preparado.

Art. 3º A duração da sociedade será de 90 annos, a contar da data da approvação dos estatutos pelo Governo Imperial.

Art. 4º A sociedade tem por fim:

**1º Estudar e acompanhar o movimento industrial do paiz, empregando todos os meios a seu alcance para promover seus interesses;**

2º Reunir todos os dados e elementos concernentes ao commercio, industria e artes para formular mensal e annualmente suas tabellas estatisticas;

3º Andar em dia com os preços correntes dos generos, materiaes, mão d'obra, salarios, fretes e passagens que interessam aos trabalhos de engenharia e industria, não só na capital do Imperio, como nas provincias, affixando-se no salão da sociedade as alterações que se derem;

4º Colligir cartas geographicas, mappas, relatorios, noticias e informações sobre emprezas, explorações e estudos, tanto officiaes como particulares, que se haja feito, e contratos publicos que se tenha effectuado.<sup>267</sup> (Grifos nossos)

A primeira sede do C.E. funcionou em um sobrado de Conrado Jacob Niemeyer, transferindo-se para a Rua da Quitanda, em 1900, onde ficou até 1910, quando foi inaugurada a sua nova sede na famosa Avenida Central do Rio de Janeiro. Neste mesmo terreno foi construído o edificio Edison Passos em 1957.<sup>268</sup> A principal publicação de divulgação da instituição foi a Revista do Clube de Engenharia, que começou a circular em 1887, tendo como primeiros editores Pedro Betim Paes Leme, André Gustavo Paulo de Frontin e Manuel Maria de Carvalho.<sup>269</sup> A sua circulação não foi contínua, sendo interrompida entre 1913 e 1922, por conta do corte de despesas da agremiação para a construção do seu edificio sede, na Av3. Rio Branco, e por conta do aumento do valor de mão de obra e de materiais em virtude da Primeira Guerra Mundial. Durante esse período, as atas das reuniões foram publicadas no Jornal do Comércio.<sup>270</sup>

Em suas comissões temáticas, eram debatidos e elaborados pareceres de consultas técnicas encomendadas pelo governo, por particulares e pela própria instituição, que

---

<sup>267</sup> Decreto que aprovou o Estatuto do Clube de Engenharia. Disponível em: **BRASIL. Decreto nº 8253 de 10 de setembro de 1881**. Coleção Leis do Império do Brasil.

<sup>268</sup> LAMARÃO, Sérgio; URBINATI, Inoã Carvalho. **Clube de Engenharia**. In: Dicionário histórico-biográfico da Primeira República – 1889-1930. Coordenação: Alzira Alves de Abreu. FGV, 2015.

<sup>269</sup> **Revista do Clube de Engenharia**, nº1, jan-fev, 1887.

<sup>270</sup> Revista do Clube de Engenharia, nº 1, 1922, p. 5-6.

também realizava conferências, exposições e congressos. Entre os eventos promovidos e patrocinados pelo Clube, destacamos o I Congresso de Estradas de Ferro no Brasil (1882), II) o I Congresso de Engenharia e Indústria em 1900-1901, em razão do 20º aniversário de sua fundação e das comemorações do quarto centenário do “descobrimento” do Brasil e, III) em 1922, a agremiação lançou a Carta Geográfica do Brasil (escala de 1/1.000.000), nas festividades do Centenário da Independência, além de patrocinar o II Congresso Ferroviário Sul-Americano e o Congresso Internacional de Engenharia no mesmo ano.

A forma de associativismo adotada pelo C.E. exigia de seus membros um histórico na indústria, na engenharia ou em áreas afins. Para ser sócio, era necessária uma indicação por parte de um associado e a aprovação pelo conselho diretor. Como demonstra a tabela a seguir, o Clube era composto, majoritariamente, por engenheiros e industriais – inclusive, uma distinção difícil de ser feita, pois diversos engenheiros também atuavam como industriais. Identificamos a presença de agrimensores, arquitetos e professores, ainda que menor. Os sócios honorários não tinham direito de votar e nem de serem eleitos para cargos da diretoria e a benemerência era dada em razão de alguma doação ou trabalho prestado ao Clube (todos esses eram sócios remidos). Ao contrário da categoria de associados efetivos, que tinham de desembolsar 50\$000 para o pagamento de uma joia de entrada, que poderia ser parcelada em até três prestações, além de uma anuidade no valor de 12\$000.<sup>271</sup>

O Clube também adotou a figura do sócio assinante para estrangeiros e profissionais de outras áreas interessados em frequentar as dependências da associação. A entrada deles dependia de anuência do conselho diretor, que ficavam dispensados do pagamento da joia de entrada, mas tinham que desembolsar 24\$000 de anuidade para frequentar os salões do Clube, utilizarem jornais e demais publicações da biblioteca e não tinham o direito de participar das assembleias deliberativas.<sup>272</sup>

O conselho diretor era o seu núcleo político-administrativo, contando, no momento de sua fundação, com 15 membros escolhidos em assembleia geral. Cabia ao colegiado, eleger o presidente, o 1º e o 2º vice-presidentes, o secretário e o tesoureiro do C.E. O quantitativo de membros do conselho foi se ampliando do final do século XIX e ao longo do século XX, de modo que, na lista de 1895, eram 30 conselheiros. O quadro

---

<sup>271</sup> Do artigo 10 ao 17 do Estatuto do Clube de Engenharia. Disponível em: **BRASIL. Decreto nº 8253 de 10 de setembro de 1881.** Coleção Leis do Império do Brasil.

<sup>272</sup> Idem, art. 22-25.

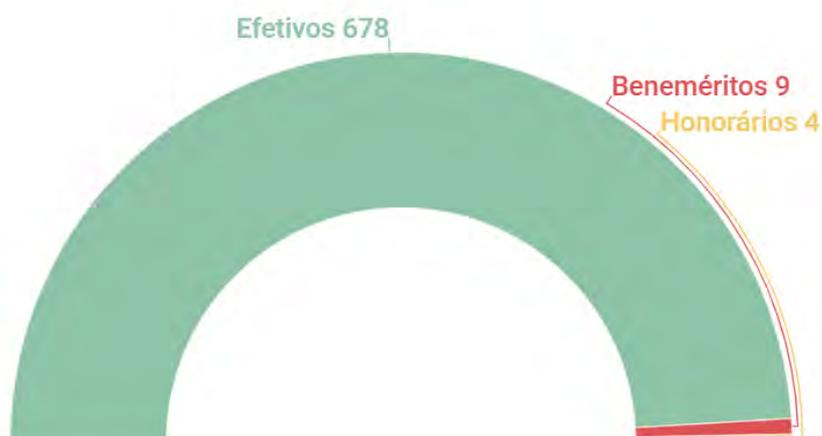
social geral, neste mesmo ano, era de 691 associados ativos, o que representa um alcance muito maior, em termos quantitativos, que o IPB, que tinha 253 filiados em 1889.

**Tabela 5: Sócios por categorias do Clube de Engenharia (1895)**

<b>Categoria</b>	<b>Qtd.</b>	<b>%</b>
Beneméritos	9	1,3
Honorários	4	0,7
Efetivos	678	98
Total	691	100

Fonte: Revista do Clube de Engenharia, n°1, jan-fev, 1895.

**Gráfico 6: Sócios por categorias do Clube de Engenharia (1895)**



Fonte: Revista do Clube de Engenharia, n°1, jan-fev, 1895.

Além de ter quase o triplo de sócios do IPB, o Clube de Engenharia concentrou praticamente todos os seus filiados (98%) em uma mesma categoria. Isso demonstra não

apenas um maior alcance da associação, como também indica um padrão associativo mais horizontal, favorecendo o pragmatismo na representação de seus membros. Havendo, portanto, um espaço reduzido para a cristalização de sócios em grupos de “notáveis”<sup>273</sup> como ocorreu no Instituto Politécnico Brasileiro. Isto fica mais evidente quando consideramos o baixo quantitativo de sócios honorários<sup>274</sup> do C. E. que, inclusive, eram vetados em votações e a se lançarem candidatos ao conselho diretor e à presidência.

Assim, em tese, os demais 98% de filiados que estivessem em dia com as suas contribuições, estavam aptos a serem eleitos à presidência. Entretanto, esse possível dinamismo em virtude da possibilidade de um maior revezamento do Conselho Diretor e da Presidência foi bastante limitado durante a Primeira República. Ao longo dessas quatro décadas, o Clube de Engenharia teve 7 presidentes, dos quais, Paulo de Frontin se manteve no cargo trinta anos (22/01/1903 a 15/02/1933). Mesmo assim, este fato não inviabiliza o nosso argumento, porque, ao longo de todo esse período, o engenheiro passou pelo crivo da agremiação, sendo reeleito sucessivamente.<sup>275</sup> Portanto, esses dados demonstram um modelo associativo que permitia a figuras que tivessem algum cabedal de liderança, chegar ao comando da entidade com a legitimidade de representante eleito por uma categoria de engenheiros e de industriais.

Outro dado empírico que reforça a percepção de como essas reciprocidades de grupo eram mais horizontais foi a presença (ou melhor, a falta dela) de sócios com títulos nobiliárquicos do Império nas categorias de honorários e de beneméritos do C.E. Em 1889, às vésperas do 15 de novembro, o IPB tinha entre condes, viscondes e barões, 11 associados que representavam 4,3% de seu quadro social<sup>276</sup>, sendo a sua maioria de sócios honorários (6 em um total de 9 brasileiros<sup>277</sup>), que contabilizavam um total de 67% daqueles que poderiam assumir a presidência da agremiação. Em contrapartida, mesmo

---

<sup>273</sup> A expressão “Clube de Notáveis” foi utilizada por Pedro Marinho ao analisar o IPB, ver MARINHO, Pedro Eduardo de Mesquita. *Ampliando o Estado imperial...op. cit.*, 2008. p. 150.

<sup>274</sup> Em 1895, integravam este grupo os engenheiros civis Francisco Picanço, George Earl Church, Pictet Caland e William Milnor Roberts.

<sup>275</sup> Os demais presidentes foram Antônio Paulo de Mello Barreto (17/08/1886 a 29/08/1890), Antônio Augusto Fernandes Pinheiro (2/06/1890 a 14/09/1896), Antônio Maria de Oliveira Bulhões (15/09/1896 a 29/01/1899), João Teixeira Soares (4/02/1899 a 8/02/1900), Gabriel Osório de Almeida (8/02/1900 a 27/01/1902) e João Chrockatt de Sá Pereira de Castro (27/01/1902 a 22/01/1903). Até a chegada de Paulo de Frontin, a média de duração no cargo era de 2 anos e 9 meses. Sobre a lista de ex-presidentes da agremiação, ver a página institucional “Galeria de Ex-presidentes do Clube de Engenharia”. Disponível em: <https://portalclubedeengenharia.org.br/timeline/galeria-de-ex-presidentes/>. Último acesso: 11/10/2021.

<sup>276</sup> Foram eles: Conde D'Eu, Barão da Passagem, Barão de Jaceguay, Visconde de Barbacena, Barão de Capanema, Visconde de Mauá, Barão de Miranda Reis, Barão de Tefé, Visconde de Maracaju, Barão de Águas Claras e Barão de Mesquita.

<sup>277</sup> Excluímos os estrangeiros deste cálculo por nunca terem ocupado o comando da entidade.

com a extinção dos foros de nobreza, em 1889, a lista de sócios do Clube de Engenharia apresentava, em 1895, apenas cinco sócios com títulos do Império dentro de um universo de associados muito maior, o que equivalia a 0,72% de seu total de sócios, sem que estes tivessem qualquer diferenciação formal em relação aos demais.<sup>278</sup>

A partir do cruzamento dessas informações, constatamos que 70 nomes estiveram presentes nas listas de sócios das duas agremiações<sup>279</sup>. A tabela abaixo demonstra que, dentro do universo associativo do IPB, essa migração representou cerca de um terço do total de seus associados, mas em relação ao Clube de Engenharia, os egressos do Instituto representavam apenas 10,13% de todo o seu quadro social. O que não significa, em teoria, que os novos sócios do C.E. tivessem saído do IPB, mas na prática, o que se observou foi um esvaziamento das atividades do IPB com a chegada da República.

**Tabela 6: Comparativo da lista de sócios do IPB (1889) e do C. E. (1895)**

Entidade	Total de sócios	Sócios em ambas as entidades	%
Instituto Politécnico Brasileiro (1889)	253	70	27,60%
Clube de Engenharia (1895)	691		10,13%

Fonte: Revista do Instituto Politécnico Brasileiro. Ano: 1889. Edição: 19 e Revista do Clube de Engenharia, nº1, jan-fev, 1895.

E qual era o perfil destes sócios que optaram também pelo C. E.? Eram 68 engenheiros (97%) e 2 industriais (3%). Entre eles, apenas Christiano Ottoni foi sócio honorários no IPB (o que representava 3,3% da categoria de honorários); 9 eram sócios fundadores do IPB (42,8% da categoria); 28 eram sócios efetivos do IPB (34,1%), 1 associado (10%) e 31 eram correspondentes (28,4%). Com base nesses dados, é possível perceber como o modelo associativo do Clube de Engenharia favorecia a formação de uma organização, de fato, mais horizontalizada desses agremiados.

Quando consideramos a ocupação de todos os sócios do C.E., identificamos a forte presença de figuras com diploma de ensino superior na categoria de “engenheiros” (70%)

<sup>278</sup> Barão de Águas Claras, Barão de São Geraldo, Barão de Araújo Maia, Conde de Figueiredo e Barão de Santa Cruz.

<sup>279</sup> Segundo Pedro Marinho, dos 279 sócios do Clube na data de sua fundação, 54 deles vinham do IPB. Cf. MARINHO, Pedro Eduardo de Mesquita. Op. Cit., 2008. p. 181.

e algumas variáveis de difícil delimitação relacionadas aos “industriais” (27%). Entre elas, I) os empresários do ramo industrial, II) os empresários que possuíam algum interesse em investir em inovações da indústria, III) empresários que tinham algum histórico no ramo e que não eram engenheiros, IV) os engenheiros que também eram empresários, V) os engenheiros que tinham empreendimentos no ramo industrial, VI) membros que não eram engenheiros e nem empresários, mas que tinham interesse em investir na área. Isto porque o critério de indexação desta lista era, basicamente, o diploma - que permitia categorizar quem era engenheiro e quase todo o restante de “não-engenheiros” estavam na rubrica dos “industriais”.

**Tabela 7: Sócios Efetivos do Clube de Engenharia por profissão (1895)**

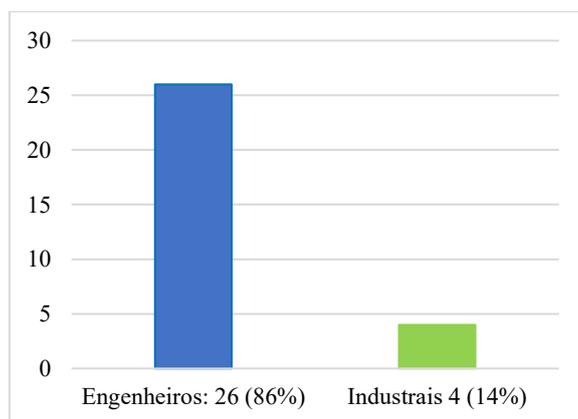
Ocupação	Qtd.	%
Engenheiros	474	70
Industriais	184	27
Agrimensor	6	1
Arquitetos	3	0,5
Advogados	3	0,5
Professores	2	0,3
Geólogo	1	0,1
Higienista	1	0,1
Publicista	1	0,1
Sem informação	3	0,5
Total	678	100

Fonte: Revista do Clube de Engenharia, nº1, jan-fev, 1895.

Os dados acima reforçam uma avaliação sobre o Clube de Engenharia como uma associação central na aliança de engenheiros e industriais, que já vem sendo feita desde, pelo menos, a década de 1980. (ROCHA, 1983; TURAZZI, 1989 e CURY, 2000). Como destacou Maria Inêz Turazzi, esses industriais eram, muitas das vezes, proprietários de oficinas e pequenas empresas, principalmente do ramo de alimentos, construção, calçados, têxtil, mobiliário e metalurgia, marcadas pela baixa concentração de capitais,

de operários e pela base técnica artesanal.<sup>280</sup> O gráfico abaixo mostra uma proporção de aproximadamente 4 engenheiros para cada industrial no conselho diretor do Clube de Engenharia. Em relação ao quadro geral de sócios, essa relação era de 7 para 3.

**Gráfico 7: Conselho Diretor do Clube de Engenharia por profissão (1895)**



Fonte: Revista do Clube de Engenharia, nº1, jan-fev, 1895.

Em 1895, o presidente da associação era o engenheiro Antônio Augusto Fernandes Pinheiro. O mesmo que propôs a candidatura de Pereira Passos, em 20 de abril de 1881, e de Paulo de Frontin em 1º de julho de 1882<sup>281</sup>. O 1º vice-presidente era Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim e o 2º vice-presidente Pedro Dias Gordilho Paes Leme. Frederico Augusto Liberalli e João Gonçalves de Araújo eram os secretários e o sócio benemérito Conrado Jacob de Niemeyer, o tesoureiro. Tanto Passos quanto Frontin estavam no conselho diretor daquele biênio.

<sup>280</sup> TURAZZI, Maria Inez. Op. Cit,1989. p. 49.

<sup>281</sup> Cf. as suas fichas de filiação a seguir.

**+ ( Falleceu a 30-5-1913 ) CLUB DE ENGENHARIA**  
 1-3-1913

Nome **PASSOS - Francisco Pereira** Matrícula n.º **205** Classe **Effectivo**  
 Loger do nascimento **Rio de Janeiro** Titulo **Engenheiro Civil**  
 Data > > **29 de Agosto de 1836** Formado em **1856**  
 Proponente **Antonio Augusto Fernandes Pinheiro** Escola **Penha**  
 Proposto em **20 de Abril de 1881.** Admitido em sessão de **20 de Abril de 1881**  
 Comunicado em \_\_\_\_\_ Carteira do C. R. E. A. n.º \_\_\_\_\_  
 Exerce a profissão \_\_\_\_\_  
 Cargos e funções que tem exercido **Falleceu em 1 de Maio de 1913**

Observações: **O engenheiro Francisco Pereira Passos falleceu a bordo do paquete "Araguaia" de R.M.S.T. em 2 de março em viagem à Europa. seus despoços foram transportados para o Rio no "Cap Finistère" sendo sepultado no Cemitério S. Francisco Xavier em 30-5-1913 com grande pompa. Sobre a personalidade do**

Figura 3: Ficha de filiação de Francisco Pereira Passos ao Clube de Engenharia (1881). Fundo da reserva técnica de memória institucional do Clube de Engenharia. Sede do Rio de Janeiro

Francisco Pereira Passos foi o primeiro de seu núcleo familiar a entrar na agremiação. Em 1881, foi aceito como sócio efetivo e se manteve nesta categoria até o fim de sua vida. Neste mesmo ano, foi eleito 1º vice-presidente para o biênio 1881-1882 e reeleito para o exercício de 1882-1883. Logo em seguida, fez parte do Conselho Diretor em três oportunidades: 1883-1884, 1884-1885 e 1893-1896.<sup>282</sup> Em 1897, retornou à direção da Estrada de Ferro Central do Brasil (1897-1899) e, partir de então, não voltaria a exercer cargos na agremiação.

Também tivemos acesso às fichas de filiação dos Oliveira Passos, que apesar de serem fontes sucintas e, provavelmente, terem sido feitas ou refeitas após à década de 1940<sup>283</sup>, trazem algumas informações sobre o papel da associação dentro das estratégias da família Passos. Uma delas, foi o fato das candidaturas dos filhos de Pereira Passos não terem

<sup>282</sup> Cf. Quadro de sócios. Revista do Clube de Engenharia (1887-1934). Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/per8036/per8036.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per8036/per8036.htm). Último acesso: 14/10/2021.

<sup>283</sup> Por conterem referência aos CREAs (Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia). O CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e os seus respectivos Conselhos Regionais foram instituídos pelo Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e promulgado por Getúlio Vargas. Em 10 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei 8.620 regulamentou o exercício de profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, e estabeleceu que o sistema CONFEA/CREAs como autarquia.

seguido uma praxe de serem oficializadas pelo presidente do Clube - que à época já era Paulo de Frontin. O proponente dessas candidaturas foi Conrado Jacob Niemeyer.

Já é conhecido pela historiografia o papel de Paulo de Frontin na guinada da entidade durante a Primeira República<sup>284</sup>, mas pouco se discutiu sobre a presença de Niemeyer, um personagem que articulou a fundação do C.E. e que atuou como tesoureiro da entidade por mais de trinta anos. Em um artigo recente, publicado em 2021, o historiador Fernando Atique destacou a presença do sócio Conrado Jacob Niemeyer, a quem qualificou como “um dos seus agentes mais estrategistas” e um “estrategista silencioso”, justamente por promover a ponte do mundo social dos engenheiros com os industriais dos quais o próprio Niemeyer não fazia parte.<sup>285</sup> Ele, um comerciante do ramo de papelaria e de materiais de escritório no Rio de Janeiro, que cursou três anos de engenharia na Escola Central (1860-1862), mas que, por conta da morte de seu avô materno, o Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer, acabou abandonando os estudos para ajudar no sustento da família, na Serra de Tinguá, atualmente, o município de Miguel Pereira.<sup>286</sup>

O autor questionou a motivação do falecimento do seu avô como única razão para que tenha saído da Escola Militar e demonstrou que o seu pai, Joaquim Carlos de Niemeyer, assumiu os negócios e o domínio político do sogro na Serra de Tinguá.<sup>287</sup> Além disso, Conrado Jacob já tinha um interesse em seguir as atividades no mundo dos negócios nesse desligamento da Escola do Largo de São Francisco.<sup>288</sup> Atique atribuiu aos conhecimentos adquiridos por Niemeyer durante os primeiros três anos em que estudou na Escola Militar, (com ênfase no ensino de saberes matemáticos) a aptidão do comerciante para integrar conselhos fiscais de dezenas companhias e a tesouraria do Clube de Engenharia por tão longo tempo.<sup>289</sup>

Além da sua participação ativa na fundação do Clube, Niemeyer também se empenhou em levar novos sócios para a agremiação. O historiador estima que uma centena de associados foi indicada pelo tesoureiro, dos quais 34 eram estrangeiros que

---

<sup>284</sup> Destaque para a obra CURY, Vania Maria. Op. Cit, 2000.

<sup>285</sup> ATIQUE, Fernando. Op. Cit p. 2021. p. 668-692,

<sup>286</sup> Sobre os traços biográficos de Conrado Jacob Niemeyer, ver **Revista do Clube de Engenharia**, nº 1, 1922, p. 11-43.

<sup>287</sup> ATIQUE, Fernando. Op. Cit, 2021., p. 672-673.

<sup>288</sup> Ibidem, p. 673-674.

<sup>289</sup> Idem.

atuavam no Brasil ou de brasileiros que estudaram ou tinham negócios no exterior.<sup>290</sup> Sobre este empenho do sócio em inserir a agremiação em redes técnico-científicas internacionais, explicou Atique:

Fica clara a compreensão do clube como uma entidade nodal, transnacional de fato, ao apontar que existiam entidades similares na América e na Europa. Pareando-se a elas, o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro poderia desenvolver intercâmbios científicos, em especial pela doação da revista da casa, e pelo recebimento das congêneres, mas, também, como o fez ao longo das décadas, recebendo inventores, engenheiros e políticos ligados ao ramo das ciências em sua sede. A outra forma de consolidar seu papel numa rede transnacional era receber sócios de outras nacionalidades, nas diversas categorias (...)<sup>291</sup>

No nosso entendimento, as fichas de filiação de Paulo de Oliveira Passos, em 1º de outubro de 1910, e de Francisco de Oliveira Passos, em 16 maio de 1903, foram partes do movimento de Niemeyer de internacionalizar as redes da agremiação. Duas datas também significativas na história da família Passos. O filho mais velho de Pereira Passos se filiou, aos 35 anos de idade, na classe de “industrial”, atuando como sócio de Pereira Passos - uma das maiores serrarias à vapor da cidade do Rio de Janeiro.<sup>292</sup> Meses antes de sua entrada no C.E., a empresa da família passou a se chamar Paulo Passos & Cia e, de acordo com um comunicado à praça do Rio de Janeiro feito por Pereira Passos em 24/07/1910, o patriarca se manteve como sócio comandatário da firma e admitiu Paulo de Oliveira Passos, Arthur Tourinho Lefevre e Tancredo Cordeiro da Cruz como sócios minoritários<sup>293</sup>.

Por isso, é possível considerar que a filiação de Paulo Passos ocorreu em uma fase de ampliação controlada do comando da firma, até então centralizado na figura de seu pai. A sua admissão ao C.E, em outubro de 1910, sugere a procura por uma maior inserção no ambiente de negócios da cidade. Neste mesmo ano, como vimos, Francisco Pereira Passos redigia o seu testamento *post mortem*, em que elegia a esposa e o filho Paulo como os seus primeiros representantes legais. O que pode ser tomado como evidência de como

---

<sup>290</sup> Ibidem, p. 679.

<sup>291</sup> Idem.

<sup>292</sup> Cf. Comunicado à Praça do Rio de Janeiro feito por Pereira Passos em **Jornal do Commercio**, 24/07/1910, p. 20

<sup>293</sup> Idem.

esta filiação assumiu contornos de uma estratégia de transferência do patrimônio não apenas material de Pereira Passos aos Oliveira Passos, como também dos seus bens imateriais, como a sua fama na praça do Rio de Janeiro, o seu prestígio e as suas redes de relações profissionais.

Faleceu 30-12-1917 CLUB DE ENGENHARIA

Nome PASSOS - Paulo de Oliveira Matrícula n.º \_\_\_\_\_ Classe Effectivo  
Logar do nascimento Rio de Janeiro Título Industrial  
Data \_\_\_\_\_ Formado em \_\_\_\_\_  
Proponente Conrado Jacob de Niemeyer Escola \_\_\_\_\_  
Proposto em 1º de Outubro de 1910 Admitido em sessão de 18 de Outubro de 1910  
Comunicado em \_\_\_\_\_ Carteira do C. R. E. A. n.º \_\_\_\_\_  
Exerce a profissão \_\_\_\_\_  
Cargos e funções que tem exercido \_\_\_\_\_  
Observações: \_\_\_\_\_  
Residência particular \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_  
Escriptorio \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_  
Caixa Postal \_\_\_\_\_

ESTR. - PAP. OLIVEIRA

Figura 4: Ficha de filiação de Paulo de Oliveira Passos ao Clube de Engenharia (1910). Fundo da reserva técnica de memória institucional do Clube de Engenharia. Sede do Rio de Janeiro.

Francisco de Oliveira Passos foi admitido, em maio de 1903, após ser nomeado consultor técnico da Prefeitura do Rio de Janeiro do Distrito Federal na gestão de seu pai.<sup>294</sup>

<sup>294</sup> Cf. DIAS, Sônia. Verbete Francisco de Oliveira Passos. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PASSOS,%20Pereira.pdf>> Acessado em 13/09/2021.

Falecido em 1 de Janeiro de 1958

2093

Nome PASSOS, Francisco de Oliveira Matr. 55

Nacionalidade Brasileira 01

Lugar do nascimento Distrito Federal 01

Data 2 de Julho de 1878 02-07-78

Proponente Conrado Jacob de Niemeyer

Proposto em 16 de Maio de 1903

Admitido em sessão de 1 Junho de 1903 01-06-03

Categoria de socio Efetivo 2 Título Eng<sup>a</sup> Civil 01

Formado em 1901 01

Escola Superior Politecnica da Saxonia 203

C. R. E. A. n. 1.972-D Região 5a.

Residência Rua do Flamengo 10 Band Tel. 25-6731

Escritório Rua Mauá 58 Band Tel. 21-0691

Figura 5: Ficha de filiação de Francisco de Oliveira Passos ao Clube de Engenharia (1903).Fundo da reserva técnica de memória institucional do Clube de Engenharia. Sede do Rio de Janeiro

A admissão de Francisco de Oliveira Passos, em 1903, parece ter mais um sentido de uma credencial da principal associação de engenheiros do Brasil para um profissional recém-formado e que já estava encaminhado para participar das reformas urbanas empreendidas pela Prefeitura no período. Por outro lado, o seu ingresso fez parte da estratégia do Clube de Engenharia e, em particular, de Conrado Jacob Niemeyer, de ampliação do alcance das redes dessa associação, trazendo esses dois irmãos formados na Alemanha.

Em 1882, Paulo de Frontin foi aceito na associação e, logo após deixar a tesouraria do IPB, em 1884, assumiu vaga no conselho diretor em diversas oportunidades, começando pelo biênio 1886-1887 e por mais cinco mandatos: 1888-1889 (suplente), 1893-1896, 1896-1898, 1899-1900, 1901-1902.<sup>295</sup> A partir de então, Frontin foi eleito presidente, em 1903, sendo sucessivamente reconduzido até 1933. Como destacou Vânia Cury, durante esse período, o engenheiro adotou um perfil enérgico em defesa da categoria e se demonstrou um habilidoso negociador, mantendo como os membros do C.

<sup>295</sup> Cf. Quadro de sócios. Revista do Clube de Engenharia (1887-1934). Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/per8036/per8036.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per8036/per8036.htm). Último acesso: 14/10/2021.

E. uma relação de “dupla troca”<sup>296</sup>. Nela, os membros organizados garantiam a Paulo de Frontin a legitimidade de articulador político da instituição, em interlocução direta com o poder público e, em troca, os seus pares se valiam dos proveitos dessa inserção, principalmente, com a garantia de postos de trabalho e na consolidação de um campo de atuação e de investimento.<sup>297</sup> Abaixo, a ficha de filiado do engenheiro.

+ ( Faleceu a 15 de fevereiro de 1933 )

Nome FRONTIN - André Gustavo Paulo de Matr. \_\_\_\_\_

Nacionalidade Brasileira

Lugar do nascimento Rio de Janeiro

Data 17 de setembro de 1860

Proponente Antonio Augusto Fernandes Pinheiro

Proposto em 1 de julho de 1882

Admitido em sessão de 2 de setembro de 1882

Categoria de socio Efetivo

Título Engenheiro Civil

Formado em 11 de novembro de 1879

Escola Polytecnica do Imperio do Brasil

C. R. E. A. n. \_\_\_\_\_ Região \_\_\_\_\_

Residencia \_\_\_\_\_

Escritório \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_

Caixa Postal \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_

Figura 6: Ficha de filiação de André Gustavo Paulo de Frontin ao Clube de Engenharia (1882).Fundo da reserva técnica de memória institucional do Clube de Engenharia. Sede do Rio de Janeiro

Personagens do núcleo da rede de relações de Frontin também foram sócios do Clube de Engenharia, como o seu irmão, Pedro Max Fernando de Frontin, admitido em 2 de junho de 1913. Em sua ficha de filiação, consta o título de “engenheiro” seguido de uma rasura, que deduzimos ser a palavra “naval”. Este aparente equívoco e a ausência de mais informações em sua ficha, como o campo sobre a data de formação revelam, mais uma vez, como que o controle associativo do C.E. não era assim tão rígido.

<sup>296</sup> CURY, Vânia. Engenheiros e empresários...Op. Cit., 2000. p.165-166.

<sup>297</sup> Idem.

CLUB DE ENGENHARIA

**+ (Faleceu a 7 de Abril de 1939)**

Nome *Frontin* **FRONTIN - Pedro Max Fernando** Matrícula n.º \_\_\_\_\_ Classe **Effectivo**  
 Logar do nascimento **Rio de Janeiro** Titulo **Engenheiro**  
 Data > \_\_\_\_\_ Formado em \_\_\_\_\_  
 Proponente **André Gustavo Paulo de Frontin** Escola \_\_\_\_\_  
 Proposto em **16 de Maio de 1913** Admitido em sessão de **2 de Junho de 1913**  
 Comunicado em **5 de Junho de 1913** Carteira do C. R. E. A. n.º \_\_\_\_\_  
 Exerce a profissão \_\_\_\_\_  
 Cargos e funções que tem exercido \_\_\_\_\_  
 Observações: \_\_\_\_\_  
 Residência particular \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_  
 Escrip.torio \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_  
 Caixa Postal \_\_\_\_\_

57282 - PAP. OUIDOR

Figura 7: Ficha de filiação de Pedro Max Fernando de Frontin ao Clube de Engenharia (1913).Fundo da reserva técnica de memória institucional do Clube de Engenharia. Sede do Rio de Janeiro

CLUB DE ENGENHARIA

**+ (Fallecido)**

Nome **TEFFÉ - Barão de** Matrícula n.º **354** Classe **Effectivo**  
 Logar do nascimento \_\_\_\_\_ Titulo **Industrial**  
 Data > \_\_\_\_\_ Formado em \_\_\_\_\_  
 Proponente **Antonio Augusto Fernandes Pinheiro** Escola \_\_\_\_\_  
 Proposto em **1º de Fevereiro de 1882** Admitido em sessão de **15 de Fevereiro de 1882**  
 Comunicado em \_\_\_\_\_ Carteira do C. R. E. A. n.º \_\_\_\_\_  
 Exerce a profissão \_\_\_\_\_  
 Cargos e funções que tem exercido \_\_\_\_\_  
 Observações: \_\_\_\_\_  
 Residência particular \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_  
 Escrip.torio \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_  
 Caixa Postal \_\_\_\_\_

54984 - PAP. OUIDOR

Figura 8: Ficha de filiação do Barão de Tefê ao Clube de Engenharia (1882).Fonte: Fundo da reserva técnica de memória institucional do Clube de Engenharia. Sede do Rio de Janeiro.

**CLUB DE ENGENHARIA**

+ ( ~~Fallecido~~ *deleto* )

Nome SAMPAIO - Carlos Cesar de Oliveira Matrícula n.º 158 Classe Fundador  
 Logar do nascimento \_\_\_\_\_ Título Engenheiro  
 Data > > \_\_\_\_\_ Formado em \_\_\_\_\_  
 Proponente \_\_\_\_\_ Escola \_\_\_\_\_  
 Proposto em \_\_\_\_\_ Admitido em sessão de 1880  
 Comunicado em \_\_\_\_\_ Carteira do C. R. E. A. n.º \_\_\_\_\_  
 Exerce a profissão \_\_\_\_\_

Cargos e funções que tem exercido \_\_\_\_\_

~~Entrou em~~ *de junho de 1920*

Observações: \_\_\_\_\_

Residência partic \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_  
 Escritorio \_\_\_\_\_ Tel. \_\_\_\_\_  
 Caixa Postal \_\_\_\_\_

00004 - PAP. CUIDADOR

Figura 9: Ficha de filiação de Carlos Sampaio ao Clube de Engenharia (1880). Fundo da reserva técnica de memória institucional do Clube de Engenharia. Sede do Rio de Janeiro.

O outro irmão de Paulo de Frontin, o médico Henrique de Leão Frontin, faleceu em 1897<sup>298</sup> e não encontramos registro de que tenha participado oficialmente da agremiação. Henrique que manteve relações muito próxima com figuras do Clube de Engenharia, na direção de algumas companhias incorporadas pela Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil nos primeiros anos da República, onde também participaram ativamente Carlos Sampaio, Luiz Raphael Vieira Souto e Conrado Jacob Niemeyer (capítulo 3). Outras figuras ligadas por parentesco ou por compadrio aos Frontin estavam também na associação, como Barão de Tefé, almirante e filiado como industrial.

<sup>298</sup> Vide o mapa genealógico do capítulo 1.

Carlos Sampaio aparece mais uma vez, nesta pesquisa, como um importante ponto nas imbricações dos laços corporativos, familiares e empresariais que integravam a rede de relações de Paulo Frontin. O amigo que, inclusive, parece ter identificado antes de Frontin as vantajosas possibilidades de negócios que a aproximação de engenheiros com o empresariado poderia lhes render, já que foi um dos fundadores do Clube de Engenharia. Sampaio já vinha se envolvendo com concessões relativas à remodelação urbana do Rio de Janeiro desde 1887, quando trabalhou com o engenheiro Luiz Raphael Vieira Souto, que tinha a posse de uma concessão de arrasamento do morro do Senado, cujos escombros seriam utilizados para aterrar a área entre o morro de São Diogo e o morro da Gamboa.<sup>299</sup>

Assim, os dados sobre a participação do núcleo familiar de Paulo de Frontin no Clube de Engenharia revelam que elas tiveram um peso muito limitado dentro do associativismo da agremiação. Esta que teve um alcance muito mais extenso e foi marcado pelo pragmatismo. Por outro lado, na ascensão de Frontin, a agremiação significou um importante ativo para ele— mas não o único, este que foi uma figura-chave em um ramo familiar que não apostou todas as suas fichas em uma mesma área de atuação.

---

<sup>299</sup> Cf. KESSEL, Carlos. Op. Cit, 2001, p.27.

## Capítulo 3 – Os negócios

Este capítulo aborda o comportamento empresarial de Pereira Passos como proprietário da Serraria de Santa Luzia (1887-1913) e de Paulo de Frontin como um dos fundadores, diretor-técnico e presidente da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil (1890-1933). Adotando como recorte cronológico as primeiras décadas da República, momento em que esses personagens tiveram grande capacidade de decisão nos rumos dessas companhias.

A historiografia deu maior destaque à Empresa Melhoramentos no Brasil por conta das concessões públicas adquiridas por ela junto ao Governo Federal, como a de construção do Cais do Porto no Rio de Janeiro. Além disso, esse interesse se explica pelo fato de a empresa ter sido dirigida por lideranças do Clube de Engenharia, entidade que, como vimos, foi central na articulação de interesses públicos e privados de engenheiros, industriais e empresários. A partir da década de 1980, pesquisas sobre a reforma urbana do Rio de Janeiro interpretaram essa empresa como fruto da febre especulativa do Encilhamento<sup>300</sup>, e à medida em que seus dirigentes se viram incapazes de conseguir

---

<sup>300</sup> O Encilhamento foi um fenômeno que propiciou episódios de euforia especulativa na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e de criação de inúmeras empresas por conta de facilidade de créditos (muitas delas artificiais, utilizadas para a emissão e negociação de ações) que foram estimuladas por medidas econômicas adotadas por Rui Barbosa, ministro da Fazenda do Governo Provisório (1889-1891). Tais medidas tinham o objetivo modernizante de fomento à industrialização, que se deu por meio do incentivo ao crédito e de circulação de papel-moeda para resolver um outro problema, que eram as recorrentes crises de liquidez no país. Assim, Rui Barbosa autorizou bancos a emitirem papel moeda sem lastro, uma medida semelhante à já adotada pelo Gabinete Ouro Preto quando, em novembro de 1888, permitiu a determinados bancos o direito de emissão de moedas com lastro em ouro e na dívida pública, a fim de resolver a questão da falta de liquidez, da centralização de emissão monetária e para a indenização de proprietários de terras. O termo “Encilhamento” é uma analogia à euforia de apostas nas corridas de cavalos com os pregões na bolsa de valores, que se consagrou, a partir de 1893, com o folhetim publicado na Gazeta de Notícias, “O Encilhamento – cenas contemporâneas”, do Visconde de Taunay, que explorou o clima de especulação estimulado pelo desejo de lucro imediato em torno das negociações de ações da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e fora dela, como em bares, confeitarias e espaços públicos. Sobre o tema ver TAUNAY, Visconde de (Heitor Malheiros, pseudônimo). **O Encilhamento, Cenas Contemporâneas da Bolsa do**

financiamento para os seus negócios, principalmente na área da infraestrutura, optaram por se desfazer deles, recorrendo a empresários estrangeiros e ao próprio Estado que absorveu parte dos projetos da companhia, como a construção do porto do Rio de Janeiro e a Estrada de Ferro Melhoramentos no Brasil, que se tornou linha auxiliar da Estrada de Ferro Central do Brasil<sup>301</sup>.

Em trabalhos historiográficos posteriores, Carlos Kessel e Vânia Cury também destacaram o fato da companhia ter surgido em uma atmosfera de aparente prosperidade, que facilitou a aquisição de capitais para a sua formação e a sua ascensão inicial meteórica, mas ressaltaram que ela se diferenciava das demais empresas artificiais surgidas no Encilhamento, por conta da capacidade técnica de sua diretoria que tinha aptidão para a realização de seus planos de infraestrutura e de serviços urbanos ao longo do país, o que permitiu à empresa uma vida mais longa, sobrevivendo até 1933.<sup>302</sup>

A Serraria de Santa Luzia foi menos revisitada pela historiografia, onde geralmente é apresentada como um dado biográfico de Pereira Passos. No nosso entendimento, isso se explica pela empresa ter girado, por longo período, sob a firma pessoal do engenheiro e por não ter estabelecido grandes contratos com o poder público.<sup>303</sup>

Por isso, a nossa pesquisa optou por explorar a relação entre essas empresas e as estratégias sociais de seus dirigentes, no sentido de se protegerem dos acontecimentos e de garantirem maior previsibilidade para si para as suas próprias redes de relações<sup>304</sup>. Como já demonstrado por historiadores, em ambos os casos, esses engenheiros-empresários se orientaram por uma racionalidade técnica conciliada a uma busca de maximização de ganhos, ainda que através de duas formas de negócios muito diferentes. Além disso, como vimos no capítulo 1, esses dois personagens construíram estratégias sociais distintas: os Passos com uma origem mais abastada e com inserção em cargos de burocracia no Império e que, na República, continuaram enriquecendo, optando por

---

**Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892**, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1971; FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. **Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana**. Rio de Janeiro, BNDES, 1983. TANNURI, Luiz Antônio. **O encilhamento**. São Paulo: Hucitec: FUNCAMP, 1977.

<sup>301</sup> BENCHIMOL, Jaime. Op. Cit, 1995, p. 214-219; LAMARÃO, Sérgio. Op. Cit, 1991, p. 130-144; ROCHA, Oswaldo Porto. Op. Cit, 1995 p. 59-60.

<sup>302</sup> CURY, Vânia. Op. Cit, 2000. p. 315-320; KESSEL, Carlos. Op. Cit, 2001. p. 28-32.

<sup>303</sup> André Azevedo destacou a figura do especialista com estudos feitos pelo engenheiro sobre características de madeiras que eram empregadas na Estrada de Ferro D. Pedro II. AZEVEDO, André Nunes. Op. Cit, 2003, p. 233-234.

<sup>304</sup> LEVI, Giovanni. Op. Cit, 200, p. 25-26.

matrimônios que preservassem o patrimônio da família. Enquanto os Frontin tiveram ascensão social ao final do século XIX, tendo no primogênito Paulo de Frontin, o papel central nessa trajetória familiar, marcada por maior diversificação em seu campo de atuação.

Neste sentido, procuramos testar uma hipótese específica de que, em que pese as suas diferenças, os negócios mantidos por eles não se reduziam ao puro cálculo utilitarista e a um certo estereótipo sobre o homem que emerge da sociedade contemporânea ocidental, como refletiu Giovanni Levi:

O homem que toma decisões com uma função de utilidade bem definida faz suas escolhas no interior de um conjunto também definido de alternativas e dispõe de uma imagem sólida da distribuição das probabilidades em cada conjunto de eventos futuros, maximizando os valores esperados é também, em larga medida, uma certa ficção teórica mesmo nos casos de sociedades contemporâneas. É, porém, essa imagem de um homem absolutamente racional, psicologicamente uniforme, disposto ao máximo esforço, sem momentos de indiferença quanto aos estímulos econômicos, perfeitamente informado sobre os dados que são necessários à sua ação e sem vínculos sociais e de memória”<sup>305</sup>

Utilizamos, ao longo deste capítulo, a tipologia de reciprocidades de Marshall Sahlins, baseada no imediatismo e nas equivalências das trocas para nos auxiliar na compreensão do intercâmbio de bens materiais e imateriais do núcleo da rede de relações destes dirigentes. Para este antropólogo, a reciprocidade de tipo “generalizada” consiste em transações que têm o caráter de dádiva no sentido maussiano: aparentemente altruísta, com a sua face comercial reprimida pela face social, em um fluxo que é inicialmente unidirecional, como o de parentesco. Neste cálculo, as dívidas pendentes são geralmente deixadas de fora da conta, o que não significa que a doação, mesmo que para entes queridos, não gere uma contra obrigação.<sup>306</sup>

Já as reciprocidades “equilibradas” consistem nas trocas diretas, contratuais, em que a contrapartida da coisa recebida tem prazo e, por isso, a sua expectativa é menos “pessoal” do que aquela de tipo generalizado, na medida em que o lado material da

---

<sup>305</sup> LEVI, Giovanni. Op. Cit, 2000. p.104- 105

<sup>306</sup> SAHLINS, Marshall. Op. Cit, 1972, p. 193-194.

transação é tão ou mais significativo quanto o seu lado social. E, por isso, os interesses distintos de seus pactuantes que não inviabilizam a troca, que é mais pragmática e não se opera por fluxos de mão única.<sup>307</sup>

A partir destes pressupostos, temos como problema central aferir qual o espaço para as reciprocidades generalizadas no comportamento empresarial de Pereira Passos e Paulo de Frontin.

### **3.1. A Serraria da família Passos**

Em 28 de janeiro de 1887, Francisco Pereira Passos comprou a Serraria de Santa Luzia do engenheiro Etienne Bernachot por 104:000\$000, que se localizava na rua de mesmo nome, no Rio de Janeiro<sup>308</sup>. Este negócio se incluía no setor industrial por utilizar máquina a vapor, oferecendo serviços de marcenaria, carpintaria e de serraria. O estabelecimento produzia e comercializava artigos em madeira que iam desde produtos para a construção civil, como assoalhos, forros, esquadrias e escadas, até a produção de vagões de bondes e de trens. Os dois anúncios abaixo, publicados nas “Notabilidades Comerciais” do Almanack Laermmert, divulgavam os seus serviços, em 1885, à época ainda sob propriedade dos engenheiros Etienne Bernachot e Charles Conteville. No segundo anúncio, em 1891, já sob o comando de Pereira Passos.

---

<sup>307</sup> Ibidem, p. 194-195.

<sup>308</sup> Cf. Registro na Junta Comercial do Rio de Janeiro: “O abaixo assinado F. P. Passos, satisfazendo à exigência do art. 11 do Decreto nº 916 de 24 de Outubro de 1890, declara : que é o único proprietário da serraria à vapor sita à rua de Santa Luzia, nº 34 e 19 à 33; que o estabelecimento começou a funcionar sob a firma de F. P. Passos em 1º de Janeiro de 1887, tendo sido a escritura de compra feita à Etienne Bernachot, passada em notas do tabelião Moura em 29 do dito mês de Janeiro em 1887. Rio de Janeiro, 15 de Abril de 1887. Francisco Pereira Passos.” Registro número 227, Livro 3. Fundo BR RJBNRIO: Junta Comercial do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 15/04/1891.

# SERRARIA A VAPOR

CARPINTARIA E MARCENARIA

34, RUA DE SANTA LUZIA, 34

Teleph. n. 347

RIO DE JANEIRO

Esta officina, montada com as machinas as mais aperfeicoadas que existem, acha-se preparada para fabricar qualquer trabalho que lhe concerne, como soalho, forro (saia e camisa), cornijas, cimallas, molduras, tudo feito com a maior perfeição e gosto, tanto em madeira nacional como estrangeira.

**Especialista em esquadrias, escadas de volta,  
obras de carpintaria, madeiramento, etc.**

FABRICAÇÃO DE

**WAGÕES E BONDS.**

Os proprietarios desta officina bem acreditada, encarregão-se da execução de qualquer obra por empreitada ou administração.

**BERNACHOT & CONTEVILLE**

34, Rua de Santa Luzia, 34

RIO DE JANEIRO

(art. 472—562—567—575—581—675—701—705—709—781—857)

Figura

10: Anúncio da Serraria de Santa Luiza (1885). Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) Rio de Janeiro. Ano 1885, Edição:42 p. 885.

# SERRARIA DE SANTA LUZIA

Proprietario: F. P. PASSOS

Serraria, Carpintaria e Marcenaria

A VAPOR

Rua de Santa Luzia, 34 e 19 a 33

TELEPHONE 347

RIO DE JANEIRO

Esta officina, provida das machinas as mais aperfeiçoadas e servida por habéis officiaes, acha-se preparada para fazer qualquer trabalho de madeira, como soalhos, forros, cornijas, molduras, esquadrias, escadas, wagões, bonds. etc., tudo com a maior perfeição e gosto, tanto em madeira nacional como estrangeira.

ESPECIALISTA EM

Esquadrias,

Escadas de volta,

Obras de Carpintaria,

Madeiramentos, etc.

CONSTRUCÇÃO DE

## WAGÕES E BONDS

Esta officina bem acreditada encarrega-se da execução de qualquer obra de madeira, por empreitada ou por administração.

(art. 705—781—701)

2131

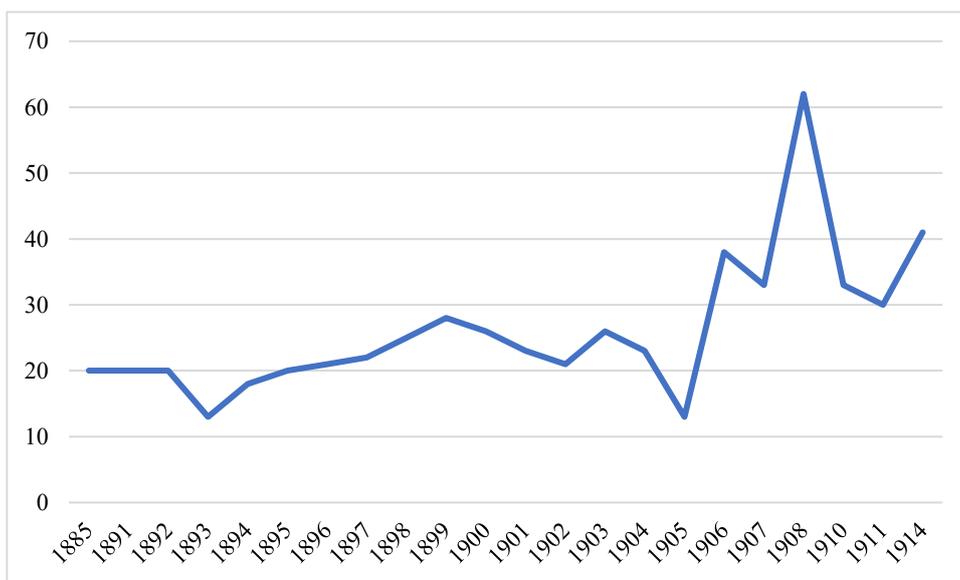
Figura

11: Anúncio da Serraria de Santa Luzia (1891). Almanack Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Rio de Janeiro. Ano: 1891, p. 2131.

O gráfico a seguir traça o quantitativo de serrarias a vapor da cidade do Rio de Janeiro, que mapeamos a partir de almanaques da época, entre 1885 e 1914. A série apresenta uma média de 20 estabelecimentos do gênero entre 1884 e 1892, com uma queda nos anos subsequentes, chegando ao seu menor patamar (13) em 1893. Resultado da queda de atividade econômica da Capital por conta da crise financeira do Encilhamento, que estourou ao longo de 1891 e levou a uma série de falências, liquidações e inflação nos anos posteriores<sup>309</sup>. O gráfico captou os impactos dessa crise no setor que, a partir de 1893, iniciou um processo lento de recuperação, com uma acomodação no patamar médio de 25 estabelecimentos.

Nos anos de 1903-04, referentes às reformas urbanas no Rio de Janeiro, é possível observar um novo declínio que, neste caso, manteve relação com a fase de demolições na região central da cidade, um local onde muitas dessas serrarias se concentravam. A partir de 1906, se iniciou uma remada do número de serrarias a vapor na cidade, que teve o seu auge entre 1907-08 (dentro da série analisada), em razão de um aumento substancial da demanda de materiais de construção civil na cidade.

**Gráfico 8: Quantitativo de serrarias a vapor na cidade do Rio de Janeiro (1885-1914)**

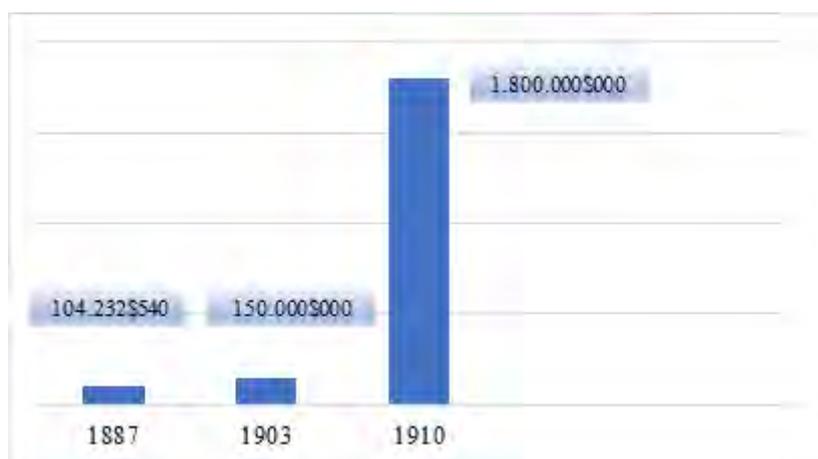


Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) Rio de Janeiro (1885). Almanack Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Rio de Janeiro (1891-1914)

<sup>309</sup> Cf. TANNURI, Luiz Antônio. Op. Cit, 1977, p. 63-65.

Quando consideramos a evolução patrimonial da Serraria dos Pereira Passos, os números indicam uma estabilidade entre 1887-1903, não havendo alterações substanciais em decorrência das turbulências econômicas dos anos iniciais da República. Neste período, a companhia manteve o seu capital fechado e sobreviveu à crise que, como vimos no gráfico anterior, resultou na liquidação ou na incorporação de aproximadamente 35% das serrarias a vapor da cidade, embora a nossa pesquisa não tenha obtido informações a respeito do real impacto na Serraria de Santa Luzia entre 1891 e 1892. A partir de 1903, o que se verifica é um aumento de aproximadamente 50% do capital inicial investido por Pereira Passos e um crescimento ainda mais expressivo em 1910, que acompanhava o *boom* do setor iniciado em 1907.

**Gráfico 9: Capital da Serraria da Família Passos (1887-1910)**



Fonte: Paulo Passos & Cia. In: LLOYD, Reginald. In: *Impressões do Brasil no século XX: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913. n/p. Disponível em: < <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g38f.htm> > . Último Acesso: 05/10/2021.

Como vimos em seu testamento, os vultosos capitais da companhia representavam cerca de 57% de todos os bens do casal Pereira Passos e Maria Rita Passos. Além do patrimônio material, circulavam na empresa bens que eram imateriais, com a tradição da companhia e o prestígio de seu dono na praça do Rio de Janeiro. Este que também foi um importante laboratório da carreira de seu filho, Paulo Oliveira Passos. No quadro abaixo, observamos uma certa estratégia de *marketing* dos donos da companhia, em associar a

figura de Paulo, progressivamente, ao nome da empresa, motivada por uma clara reciprocidade generalizada de parentesco da parte de Pereira Passos, na preparação do filho como o continuador de seus negócios.

**Tabela 8: Alterações do nome da Serraria dos Pereira Passos (1887-1917)**

<b>Ano</b>	<b>Nome da Companhia</b>
1887	<i>Serraria Santa Luzia/ F.P. Passos</i>
1903	<i>P. Passos &amp; Filho</i>
1910	<i>Paulo Passos &amp; Cia</i>
1917	<i>F. Passos &amp; Cia</i>

Fonte: Retrospecto Comercial do Jornal do Commercio. Rio de Janeiro (1891-1917)

Em 1882, Pereira Passos assumiu a presidência da Companhia de Carris de São Cristóvão, função que ocupou por seis anos, ao mesmo tempo em que investiu no projeto de construção da Estrada de Ferro do Corcovado junto com Marcelino Roma e Lopes Ribeiro – que se tornaria a primeira estrada de turismo da Corte, finalizada em 1884. A obra de difícil execução, feita em sistema de cremalheiras<sup>310</sup>, exigiu grandes investimentos que não renderam o retorno financeiro esperado. Após amargar este prejuízo, Passos comprou a Serraria de Santa Luzia, com o objetivo de recompor o capital perdido<sup>311</sup>, dando ao novo investimento um caráter familiar, sem sócios e no ramo que lhe oferecia maior possibilidade de retorno de capital. Assim, no início da década de 1890, o engenheiro trouxe o filho Paulo Passos para a empresa, iniciando o seu herdeiro no mundo dos negócios da cidade do Rio de Janeiro. Paulo começou como auxiliar do pai logo que voltou de seus estudos na Saxônia<sup>312</sup>.

De acordo com a evolução patrimonial da companhia, notamos que Pereira Passos manteve um comportamento conservador nos primeiros anos da República. Enquanto outros engenheiros brasileiros, como Paulo de Frontin, Carlos Sampaio e Luiz Rafael Vieira Souto se empenhavam em projetos de infraestrutura de escopo nacional e financiados por capitais obtidos por meio títulos de ações do mercado financeiro. O que

---

<sup>310</sup> Trilhos dentados utilizados em ferrovias para vencer a resistência em terrenos íngremes.

<sup>311</sup> PAOLOPOLITANO, Op. Cit, 1941, p. 43-46.

<sup>312</sup> Cf. Obituário, **Jornal A Noite**, 31/12/1916, p. 2

resultou na ascensão e na queda vertiginosa do patrimônio da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil, como veremos adiante. Pereira Passos manteve o seu negócio com recurso próprio e blindou a sua empresa da euforia especulativa provocada pelo Encilhamento, sem que a serraria tivesse sofrido grandes abalos no momento de contração do setor entre 1892 e 1893.

Assim, Pereira Passos utilizou a sua empresa não apenas para reaver os seus prejuízos com a Estrada de Ferro do Corcovado, mas que, ao longo desse tempo, conseguiu articular a maximização de seus ganhos, com o crescimento expressivo de sua serraria, e lançar mão de reciprocidades generalizadas de transmissão de bens em relação ao seu filho, preparando-o como herdeiro dos negócios da família.

Em 20 de abril de 1903, a Serraria de Santa Luzia passou a se chamar F. P. Passos & Filho (1903- 1910), mudança que ocorreu em função da ida de Pereira Passos para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e marcou a ascensão de Paulo de Oliveira Passos como sócio da companhia. Nesse momento, houve um aumento do capital da empresa em aproximadamente 43% do que foi investido em 1887. Mantendo-se a empresa como propriedade do núcleo familiar dos Passos, girando com um capital de 150:000\$000, quando diversificaram a sua produção com madeiras brasileiras e demais materiais de construção, como cal, cimento e telhas francesas<sup>313</sup>.

Em 1906, com parcelas significativas das intervenções urbanísticas da prefeitura concluídas e com o fim a gestão de Pereira Passos, a serraria arrendou uma grande faixa de terreno na praia de São Cristóvão de números 20D e 20E, que se tornou uma filial da serraria, onde foram instaladas máquinas aperfeiçoadas para trabalhos em madeiras nacionais e estrangeiras, sendo a maior parte destas movidas à eletricidade. Neste momento, a companhia deixava de ser somente uma serraria e passou a comercializar demais produtos voltados à construção civil em função do aumento de demanda provocada pelas reformas urbanas do Rio de Janeiro.<sup>314</sup>

Em 25 de agosto do ano seguinte, um incêndio destruiu parte da serraria que estava situada na rua de Santa Luzia, onde Pereira Passos mantinha o seu gabinete. O fogo

---

<sup>313</sup> Cf. Registro número 11417, Livro 45. Fundo BR RJBNRIO : **Junta Comercial do Rio de Janeiro**. Arquivo Nacional. 29/04/1903.

<sup>314</sup> PAOLOPOLITANO, Op. Cit, 1941, p. 5.

destruiu maquinário, madeiras armazenadas e documentos particulares da família.<sup>315</sup> Na edição de 27 de agosto de 1907, a Gazeta de Notícias trazia em sua manchete “O incêndio na Serraria Passos”, em que relatava os esforços de bombeiros, da Marinha e de populares para debelarem as chamas, que atingiram grandes proporções. Enquanto o ex-prefeito, que havia deixado o posto em menos de um ano, estava em viagem pela Europa.

Quando a cidade ainda dormia sobre a excitação do domingo vermelho, desse dia de anteontem que se celebrizou na grande crônica da cidade pelo contingente de sangue e de fogo que deu para as páginas dolorosas da história urbana, rompia uma madrugada baça, com nuvens ciclópicas a galoparem no espaço, num pavor de desgraça, numa fuga desesperada...É uma claridade opaca, coada através das nuvens pardas que corriam vertiginosas, pelo céu, veio alumiar o quadro sinistro onde os bombeiros, verdadeiras salamandras humanas, se agitavam numa trabalhosa e insana luta de atirar água, mais água, muita água para dentro daquelas paredes fumegantes, **onde cerca de 900:000\$000 em madeiras** estalavam carbonizadas, faulhantes, zombando da atividade e da coragem daqueles homens vestidos de brins brancos, sopesando as agulhetas, as requintas que vomitavam água sem descanso e sem medida.

Foi que o incêndio tinha ultrapassado as longas horas da noite para se arrastar, ora assolapado, ora irrompendo violento d’aqui e d’além para o dia de ontem, para assinalar entre nós um dos maiores, um dos mais violentos incêndios que já temos presenciado. (...)Os operários da Serraria às 2 ½ horas da madrugada de ontem o incêndio continuava, como já noticiamos ontem também, com uma fúria extraordinária. Então o Sr. Dr. Paulo Passos, por intermédio de um dos nossos companheiros que trabalhavam junto ao incêndio, ofereceu ao Coronel Souza Aguiar, comandante do Corpo de Bombeiros, **o pessoal da serraria para auxiliar os bombeiros. Esse pessoal consta de 54 trabalhadores.** O Sr. Coronel Souza Aguiar aceitou o oferecimento e pediu licença para o Dr. Fábio Rino, delegado do distrito policial em que ocorreu o sinistro, para que aqueles homens trabalhassem. Aquela numerosa turma de homens entrou imediatamente em funções arrombando uma das portas do edifício onde se encostava um enorme girau de madeiras, em parte destruído pelo fogo, e desde logo entrou no serviço de salvação que, em parte, foi eficaz, pois que tirou uma boa dose de combustível à monstruosa fogueira. (...)O Dr. Paulo Pereira Passos disse que estava no teatro S. Pedro de Alcântara quando foi avisado pelo Sr. Dr. Benjamin de Cerqueira Lima, diretor da “Indenizadora”, de que a Serraria de sua propriedade pegava fogo, dirigindo-se rapidamente para o local. Cerca de 5 horas da tarde esteve na Serraria jantando n’um chalé dos fundos da mesma e lembra-se de ter visto então sobre a sua mesa um rascunho do balancete de junho que pedira ao guarda livros da firma. **Não se recorda da expressão exata dos algarismos, mas tem certeza de que acusavam forte lucro.** A Serraria estava no seguro por

---

<sup>315</sup> Ibidem, p. 47.

636:000\$ em seis companhias, cabendo 106:000\$ a cada uma delas. Neste seguro está incluído o do depósito de madeiras em frente à Serraria, estando nas apólices a discriminação do valor dos seguros, por onde lhe parece ser de 300:000\$ o seguro do depósito. **Quanto aos negócios da Serraria, afirma as suas boas condições...**<sup>316</sup> (Grifos nossos)



Figura 12: Fotografias do Incêndio do galpão da Serraria F. Passos & Filho no Rio de Janeiro (1907). Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 27/ 08/1907, Ed. 239, p. 1

<sup>316</sup> Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 27/ 08/1907, Ed. 239, p. 1

O relato do jornal trazia informações da serraria, como o número de operários empregados (54) e sobre a boa fase financeira que ela atravessava em 1907, além da presença de Paulo Oliveira Passos como responsável pelo negócio. Isso nos permite observar como, inicialmente, essas reciprocidades de parentesco se deram de forma unidirecional, da parte do seu pai, que lhe garantiu formação e a sua iniciação profissional. Nas poucas referências sobre Paulo na imprensa, notamos que ele foi um industrial com um perfil discreto, distante da carreira pública, que prezava pela erudição, com formação na Europa e recorrentes viagens internacionais.<sup>317</sup>

Três anos após o ocorrido, a companhia seria transformada na Paulo Passos & Cia (1910-1917), alteração que representou mais um grande aporte de capital na empresa, mantendo-se o patriarca como sócio majoritário.<sup>318</sup> Neste mesmo ano, Pereira Passos, aos 74 anos, registrava o seu último testamento conhecido, Paulo Passos se associava ao Clube de Engenharia e entravam como sócios da empresa figuras de fora da família. Essas mudanças indicavam alterações de direção da companhia no sentido de reciprocidades mais equilibradas e impessoais entre os seus sócios. Quando o patrimônio da antiga serraria, este que saltou de 150.000\$000, em 1903, para 1.800.000\$000, em 1910. E entravam no negócio, o engenheiro Tancredo Cordeiro da Cruz e Arthur Tourinho Lefebvre, que foi diretor da Companhia de Madeira Nacionais, conforme comunicado à praça do Rio de Janeiro feito no Jornal do Commercio:

#### À PRAÇA

DR. Francisco Pereira Passos e Paulo de Oliveira Passos, sócios da firma F. P. Passos & Filho, comunicam à praça que dissolveram esta sociedade, organizando em sucessão a firma PAULO PASSOS & C., da qual fazem parte o Dr; Francisco Pereira Passos como comandatário, Paulo de Oliveira Passos, Arthur Tourinho Lefevre e Tancredo Cordeiro da Cruz como solidários. Comunicam igualmente que são seus interessados os seus antigos empregados e amigos José Martins Pereira Junior e Diogo Alves Costa.<sup>319</sup>

---

<sup>317</sup> Cf. Obituário, **Jornal A Noite**, 31/12/1916, p. 2

<sup>318</sup> Cf. **Jornal do Commercio**, 24/07/1910, p. 20

<sup>319</sup> Idem.

Além dos novos sócios, o comunicado informava sobre a participação de mais dois personagens que integravam a rede empresarial dos Passos, os “antigos empregados e amigos” José Martins Pereira Junior<sup>320</sup>, gerente da filial de São Cristóvão, em 1909, e Diogo Alves Costa, que foi guarda-livros da companhia. Estes que exerciam posições mais intermediárias, além dos 54 operários da serraria em 1907. Notamos que apenas esses dois nomes foram qualificados como “amigos”, o que reforça percepção de que eles eram pessoas de confiança dos negócios da família Passos. Em relação aos operários citados na matéria da Gazeta de Notícias, não obtivemos maiores informações, nem nas trocas de correspondências dos Passos, nem nas demais fontes consultadas, como os almanaques, os registros da Junta Comercial do Rio de Janeiro e no retrospecto comercial realizado pela imprensa.<sup>321</sup>

Assim, os dados até aqui analisados comprovam a hipótese de que o comportamento empresarial de Pereira Passos não se reduziu a um empenho exclusivo de maximização de ganhos, embora a empresa tenha crescido ao longo de sua administração. Por muito tempo, o engenheiro lançou mão de reciprocidades generalizadas de parentesco para fazer de seu filho, Paulo Oliveira Passos, o seu herdeiro naquele negócio. Para além de um ato voluntário, unidirecional e aparentemente altruísta, esse esforço de inserção do seu filho se revela como um expediente familiar de transmissão não apenas do comando da empresa, como do seu próprio prestígio empresarial. No breve retrospecto feito pela nossa pesquisa, constatamos que este foi um expediente bem-sucedido na construção da carreira de Paulo Passos como um industrial no Rio de Janeiro. Além disso, o universo societário mais restrito da Serraria pode ser tomado com mais uma evidência de como os Passos mantiveram um esforço de tornar inalienáveis grande parte dos bens materiais e imateriais.

---

<sup>320</sup> **Almanack Laermmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)**. Edição 66, 1909, p. 335.

<sup>321</sup> De acordo, com o Censo Industrial de 1907, o Distrito Federal tinha 670 estabelecimentos industriais, que representava 20,5% dos 3258 contabilizados em todo o país, e possuía 35.243 operários, ou seja, 23,1% dos 151.841 contabilizados no Brasil. E o setor industrial de madeira empregava um número relativamente baixo em comparação com o capital investido, cerca de 2.078 pessoas, o que significava apenas 5,8 % de todos os operários da cidade. Fonte: **Resultados Gerais do Inquérito Industrial, segundo as Unidades da Federação - 1907**. Disponível :Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990 p. 382.

### 3.2. Paulo de Frontin e a Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil

(...)Peço-lhe o favor de reservar duas mil ações da Companhia Metropolitana de S. Paulo, lançada pela Melhoramentos do Brasil. Bem como qualquer outra que seja lançada (...) (Trajano de Morais)<sup>322</sup>

(...) Pela presente procuração por mim feita e assignada, nomeio e constituo meu bastante procurador ao Snr. Dr. André Gustavo Paulo de Frontin especialmente para transferir a quem lhe convier as ações que possuo na Empresa Industrial Melhoramentos no Brazil: podendo substabelecer esta(...) (Raul Alvares de Castro)<sup>323</sup>

(...) O Senhor Doutor André Gustavo Paulo de Frontin é possuidor de cinquenta e nove ações d'esta Companhia do valor nominal integralizado de Duzentos mil reis cada uma. Diretor: Francisco Fernando Ramos. Presidente: A. de Siqueira. (...) <sup>324</sup>

(...)As outras 1000£ do telegrama são destinadas à compra (...) de um escavador inglês que remetterei com a maior presteza, assim como dous homens contractados para trabalha-lo e ensinar os nossos homens. Assim se poderá experimentar imediatamente o serviço que nos poderão prestar esses escavadores no Morro do Senado (...). Como vão as cousas, e a Escola, e o Derby e as águas? (...) (Carlos Sampaio)<sup>325</sup>

Em 1890, Paulo de Frontin passou a se dedicar a uma intensa atividade empresarial junto com um grupo de associados do Clube de Engenharia, com a criação da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil <sup>326</sup>. Uma companhia de capital aberto que nasceu impulsionada pela facilidade de captação de créditos e em uma atmosfera de prosperidade do Encilhamento. Inicialmente, o negócio incluiu uma gama diversificada

---

<sup>322</sup> Carta de Trajano de Morais a Paulo de Frontin. 13/01/1891. **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1281, Lata: 028.

<sup>323</sup> Procuração de transferência de ações de Raul Alvares de Castro a Paulo de Frontin. São Paulo: 05/01/1891 **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1285, Lata: 002.

<sup>324</sup> Cautela de Ações da Cautela da Companhia de Melhoramentos de São Paulo. Rio de Janeiro: 08/12/1891 **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1286, Lata: 027.

<sup>325</sup> Carta de Carlos Sampaio a Paulo de Frontin. Paris: 26/06/1891. **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1284, Lata: 002.

<sup>326</sup> Sigla nossa.

de atividades de infraestrutura, tendo como primeiro presidente o engenheiro Amarílio Olinda de Vasconcelos, Conrado Jacob de Niemeyer e Eduardo Guinle, como membros do conselho fiscal, Luiz Rafael Vieira Souto, como diretor-secretário, Carlos Sampaio, como engenheiro-chefe, e Paulo de Frontin, como diretor-técnico<sup>327</sup>.

Em menos de um ano de funcionamento da *Melhoramentos*, Frontin assumiu o posto de Amarílio Vasconcelos por desentendimentos com os demais membros da cúpula da empresa.<sup>328</sup> Logo nos primeiros sinais da crise do Encilhamento, o engenheiro passou a acumular as atribuições das demais diretorias técnicas da companhia, fortalecendo o seu poder junto com Carlos Sampaio, à medida em que o patrimônio da empresa foi se deteriorando. Frontin se manteve no cargo até o ano de sua morte, em 1933, e desempenhou papel-chave nos planos da empresa entre 1890 e 1903, período em que nossa pesquisa teve acesso às atas de assembleias da EIMB que foram registradas na Junta Comercial do Rio de Janeiro<sup>329</sup>.

Luiz Rafael Vieira Souto<sup>330</sup> foi outro personagem que manteve relações não apenas empresariais com Frontin, mas também laços de amizade. Nascido em 21 de agosto de 1849, Vieira Souto se formou na Escola Central do Rio de Janeiro e se notabilizou como engenheiro e industrial, além de professor dos cursos de Engenharia Civil e de Minas, e Economia Política da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Assumiu por dois anos (1893-1894) o cargo de Diretor Geral de Obras da Prefeitura e presidiu a Comissão Fiscal e Administrativa encarregada da construção do Porto do Rio de Janeiro. Quando observamos as mudanças do comando da *Melhoramentos* no Brasil, constatamos que ele foi se afastando da sua diretoria, enquanto Frontin e Sampaio atuavam na busca de financiamento ou no repasse dos projetos da companhia, que trataremos mais a diante.

Vieira Souto foi também uma liderança ligada ao empresariado e à indústria, atuando na Associação Industrial do Rio de Janeiro criada em 1880. Esta associação que

---

<sup>327</sup> Cf. Ata da Primeira Sessão de Assembleia Geral de Constituição da Companhia celebrada no dia 7 de julho de 1890. Disponível em **Jornal do Commercio (RJ)**. Rio de Janeiro. Ano: 1890. Edição: 201, p. 6.

<sup>328</sup> MARTINS, Luiz Dodsworth. Op. Cit, 1966, p. 62.

<sup>329</sup> Há uma dificuldade de rastreamento dos acionistas que votavam nas assembleias porque muitos deles eram representados por procuração e as atas não são claras sobre o quantitativo de pessoas presentes, apenas sobre o total de ações representadas, porque eram necessários 2/3 para alterações no estatuto da empresa ou após três convocações consecutivas que não atingissem essa marca, o número poderia ser reduzido.

<sup>330</sup>Sobre, ver CORRÊA, Maria Leticia. **Engenharia, ordem e disciplina sobre a cidade: Vieira Souto e os projetos de “casas para operários” no Rio de Janeiro da década de 1880**. In: CORRÊA, Maria Leticia; ENGEL, Magali Gouveia e SANTOS, Ricardo Augusto. Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012. p. 83-112; \_\_\_\_\_. Op. Cit, 2010. pp. 157-169.

reivindicava a proteção da indústria brasileira “em nome de certo nacionalismo, ganhando apoio, inclusive, nas manifestações contra o comércio estrangeiro, responsabilizado pelas crises de carestia”<sup>331</sup> como ressaltou a historiadora Maria Leticia Corrêa. A agremiação fez parte de sucessivas tentativas da reorganização da antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) que levou à fundação do Centro Industrial do Brasil (CIB), em 1904, por iniciativa de Inocêncio Serzedelo Corrêa, Luiz Rafael Vieira Souto, J. M. Cunha Vasco e Jorge Street.<sup>332</sup>

Júlio de Paranaguá, filho do Marquês de Paranaguá (um dos padrinhos de casamento de Frontin) foi outro engenheiro que se manteve no centro das relações familiares, profissionais e empresariais de Frontin até, pelo menos, 1891, quando deixou os negócios da Melhoramentos, conforme o trecho de sua carta:

(...)Mais uma vez peço-lhe desculpas pelas minhas importunações bastantes e repetidas. Sinto que não devo mais continuar em sua Empresa por me saber doente e mesmo sentir que eu nada mais posso ser útil a ela. Estou com os serviços da Metropolitana e alguns da Comp.<sup>a</sup> Dummont, os quais tomaram-me todo o tempo, não me deixando cumprir como devo as minhas obrigações para com a Empresa. **É inútil dizer-lhe que de si somente tenho motivos de agradecimento, tendo de si recebido sempre e sempre as maiores distinções de que lhe servi sempre e sempre grato e agradecido. Não tenho ânimo para pedir-lhe isto verbalmente, assim confiado na sua amizade peço-lhe que não insista e não me contemple em sua nova organização.** (...) Mais uma vez peço-lhe que me desculpes garantindo-te que sempre e sempre serei o mesmo Amigo e Grato<sup>333</sup>

Júlio de Paranaguá atuou como representante deste grupo em São Paulo e a “metropolitana” a que ele se refere era a Companhia Metropolitana de São Paulo, empresa que foi lançada, em 1890, pelos diretores da Melhoramentos do Brasil em sociedade com o coronel da Guarda Nacional, Antônio Prost Rodovalho. Este que foi fundador da Cia. Cantareira de Esgotos (1877) e que passou a produzir materiais como cal, manilhas e ladrilhos para atender à demanda de urbanização da cidade de São Paulo<sup>334</sup>. Em 1890, o

---

<sup>331</sup> Ibidem, p. 159.

<sup>332</sup> Idem.

<sup>333</sup> Carta de Júlio de Paranaguá a Paulo de Frontin. Rio de Janeiro: 15/05/1891. **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1281, Lata: 029.

<sup>334</sup> Cf. DONATO, Hernani. **100 anos de Melhoramentos: 1890-1990**. São Paulo, Melhoramentos, 1990.p. 57. Apud KESSEL, Carlos. Op. Cit, 2001. p. 31

coronel se tornou sócio da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil e os seus negócios foram revertidos em ações da companhia e em dinheiro, assim, deixou o comando da empresa e passou a integrar o seu conselho fiscal, ao lado de Vieira Souto e Paulo de Frontin<sup>335</sup>. A companhia também atuou em projetos de colonização e produção de café no mesmo estado<sup>336</sup>. A recorrência com que estes engenheiros aparecem atuando de maneira conjugada demonstra com eles constituíam um núcleo de uma rede de relações sustentada por reciprocidades pessoais, empresariais e, como veremos no capítulo seguinte, como parte do Estado. Isto fica evidente no revezamento destes mesmos personagens na direção do corpo técnico destas companhias. Assim, desempenhando funções que eram técnicas, mas também eram relações de amizade, ainda que sustentadas por reciprocidades muito equilibradas.

O outro negócio a que se refere Paranaguá, a “A. F. Dumont” surgiu da Fazenda Dumont, na região de Ribeirão Preto, que inicialmente produzia café e passou a se dedicar à construção de casas para colonos, contando, inclusive com quatro estações da ferrovia Mogiana dentro de suas terras<sup>337</sup>. Um de seus proprietários foi o engenheiro Henrique dos Santos Dumont (pai do avião Alberto Santos Dumont), que manteve estreitas relações de negócios com Paulo de Frontin durante essa fase de incorporações pela Melhoramentos no Brasil. Em seu arquivo privado, encontramos cautelas de Ações do Banco Metropolitano do Brasil, procurações em nome de Dumont para Frontin e um relatório de sua companhia<sup>338</sup>.

Como vimos no capítulo 1, o médico e irmão de Frontin, Henrique de Frontin também atuou como uma espécie de preposto de seu irmão nas empresas que iam sendo incorporadas pela Melhoramentos. Em abril de 1891, Henrique foi eleito sócio-diretor e tesoureiro da Sociedade Anônima Companhia Brasil Territorial<sup>339</sup>. A Companhia Ferro Carril e Hotel Corcovado (aquela projetada e construída por Pereira Passos e sócios) teve

---

<sup>335</sup> Idem.

<sup>336</sup> Idem.

<sup>337</sup> Relatório sobre a Companhia A. F. Dumont. (1891) **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1285, Lata: 074

<sup>338</sup> Documentos referentes a Henrique dos Santos Dumont. **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1285, Lata: 074; Documentos: 1320 A, 1320B, Lata: 013 e Documento 1290, Lata: 031.

<sup>339</sup> Em ata da reunião de 22 de abril de 1891, presidida por Paulo de Frontin, nas dependências da *Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil*, em que propusera aos acionistas a incorporação da *Sociedade Anônima Companhia Brasil Territorial pela Melhoramentos do Brasil*. Aprovada a proposta, foi dissolvida a antiga diretoria e eleito o novo quadro de diretores. O presidente passava a ser Antônio Alves de Carvalho e o irmão Henrique Frontin diretor e tesoureiro. Assinou também a ata da reunião, como sócio, o cunhado de Paulo de Frontin, Henrique Toledo Dodsworth. A ata deliberativa e o novo estatuto da Companhia foram publicados no **Jornal do Commercio**. Edição 109 (1), 20 de abril, 1891. p. 5

seu conselho fiscal dissolvido, em 1892, por deliberação de seus acionistas em reunião presidida por Paulo de Frontin, na qual ficou decidido que Henrique de Frontin seria um dos novos diretores, por 222 dos 227 votos<sup>340</sup>.

Anos antes, no verão de 1889, a Corte passava por mais uma crise de abastecimento de água agravada por uma estiagem, que gerou grande repercussão na cidade, com destaque para os artigos de Rui Barbosa no Diário de Notícias. Neles, Barbosa atribuía ao gabinete João Alfredo a responsabilidade pela falta d'água e de uma proposta viável para solucionar o problema. Enquanto o Ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva, estudava o projeto do engenheiro Francisco Bicalho para canalizar águas da região de Tinguá em 40 dias, Paulo de Frontin - que tinha trabalhado de 1886 a 1887 no sertão da Bahia em projetos de canalização de água<sup>341</sup>-, enviou ao mesmo Diário de Notícias<sup>342</sup> uma carta intitulada “Água em Seis Dias!” em que apresentava a viabilidade de aumentar o abastecimento da cidade em 15 milhões de litros por dia em menos de uma semana. O governo imperial, então, contratou uma comissão organizada por Frontin, que contava com engenheiros o engenheiros Carlos Sampaio, Antônio Saraiva e Júlio de Paranaguá<sup>343</sup>.

A empreitada cumpriu com o prazo e com o volume de água prometido para o abastecimento provisório da cidade. Com isso, Frontin angariou uma certa projeção na Capital do país e passou a construir a sua fama de “grande realizador”, que foi explorada na charge de Ângelo Agostini, publicada em 30 de março de 1889 pela Revista Ilustrada – recorte que também se encontra na lista de impressos do arquivo de Frontin relativos às festividades do seu jubileu acadêmico em 1924<sup>294</sup>. A caricatura mostra a ação de Frontin, diante da letargia e da fragilidade governamental, representada jocosamente por elementos como uma tartaruga, um barco de papel e os representantes do Estado imperial sendo arrastados por esta força representada pelo engenheiro.

---

<sup>340</sup> Ata da reunião deliberativa publicada no Jornal do Comercio (RJ). Edição 223 (1), 11 de agosto, 1892, p. 6.

<sup>341</sup> SILVA, Maurício Joppert da. Op. Cit, 1972., p. 11.

<sup>342</sup> Diário de Notícias. Rio de Janeiro. Edição: 361. 12/03/ 1889. p.1.

<sup>343</sup> Contrato firmado com o governo Imperial sobre a obra de abastecimento provisório de água em seis dias. Rio de Janeiro: 16/03/1889. Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB). Documento: 1281, Lata:009.



Figura 13: Caricatura de Ângelo Agostini, "Comissão Frontin - Água vai" (1889) AGOSTINI, Ângelo. "Comissão Frontin - Água Vai". In: Revista Illustrada, de 30 de março de 1889, p. 4 e 5. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=3527>. Último acesso: 20/10/2020.

O episódio acabou se tornando uma vitrine de Frontin não apenas para o campo técnico, mas também para parcelas mais amplas da cidade. É possível encontrar registros de convites feitos por ele para visitação às obras finalizadas, que indicam como o próprio engenheiro capitalizou com esta obra, além de diversas correspondências de felicitações sobre o ocorrido:

Tenho a honra de convidar a V. Ex. para no dia 2 de Maio próximo, **visitar as obras executadas no prazo de 6 dias**, para o suprimento provisório d'água à Corte e examinar o estado em que se acham atualmente, convindo observar que desde 18 corrente está a conservação das mesmas obras a cargo das repartições do governo.<sup>344</sup> (grifo nosso)

<sup>344</sup> Convite de autoria de Paulo de Frontin e sem destinatário. Rio de Janeiro: 30/04/1889. **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1305, Lata: 049.

Mil parabéns! - Eterna Gloria ao Filho Predileto da Escola Politécnica!  
O mais entusiástico abraço. Com todo o coração!<sup>345</sup> (André Rebouças)

Ao Amigo e Colega Dr. Paulo de Frontin  
Cumprimenta Pedro Betim Paes Leme pelos **triunfos** que tão  
dignamente conquistou e que deverão ser de grande alcance moral para  
este nosso Bairro.<sup>346</sup>

Ao colega e distinto amigo Paulo de Frontin cumprimenta pelo  
brilhante **triunfo** da Engenharia Brasileira" "Mil abraços"<sup>347</sup> (V.  
Belford. Duarte)

É possível identificar vínculos mais horizontalizados em torno dos negócios de Frontin, nesta fase em que se tornou mais conhecido na cidade, ao mesmo tempo em que ele entrelaçava a sua rede empresarial com o núcleo da sua própria rede de relações. Isto se comprova com a recorrente participação de Carlos Sampaio, Vieira Souto, Jacob Niemeyer, Júlio de Paranaguá e familiares como o seu irmão, Henrique de Frontin. Quando comparamos com a lógica familiar da Serraria dos Passos, fica evidente como as reciprocidades em torno Melhoramentos no Brasil eram muito mais equilibradas e pragmáticas entre os seus dirigentes.

A evolução do seu capital mostra como a bonança da companhia durou pouco tempo. Girando com um investimento inicial de 5.000:000\$000, em maio de 1890, a *Melhoramentos* teve um aumento vigoroso nos seus primeiros meses, com a incorporação de antigas companhias privadas, algumas que já eram concessões públicas, além de outras novas. Naquele ano, a empresa se lançou em um amplo segmento atividades na área de infraestrutura, como estradas de ferro, no porto do Rio de Janeiro, em oficinas, na indústria e na produção agrícola.<sup>348</sup>

---

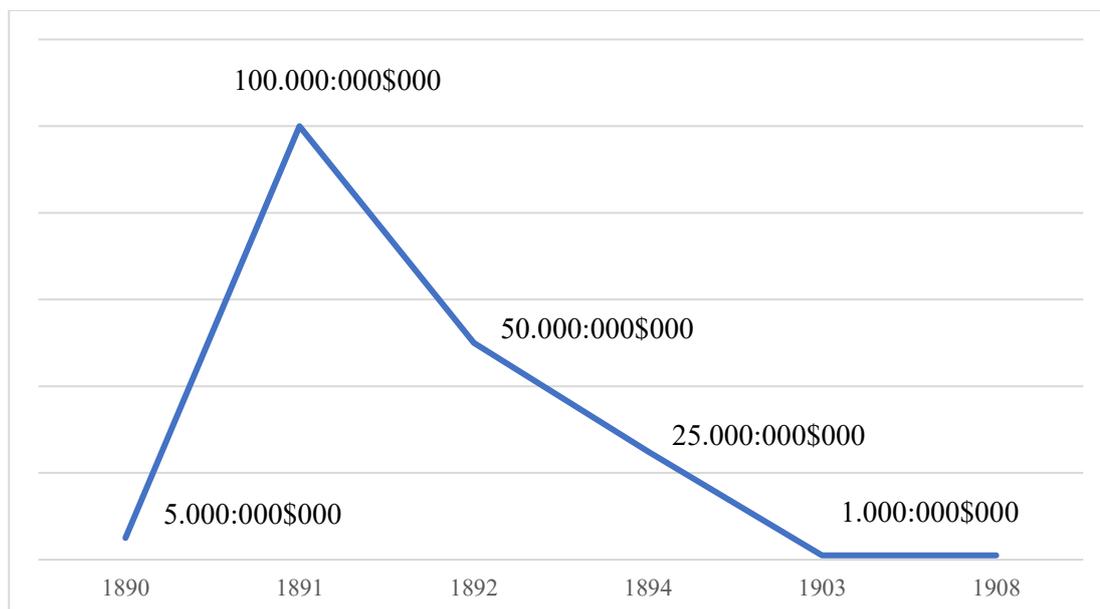
<sup>345</sup> Cartão de visitas de André Rebouças a Paulo de Frontin. Petrópolis: 21/03/1889. **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1316, Lata: 005.

<sup>346</sup> Cartão de visitas de Pedro Betim Paes Leme a Paulo de Frontin. Rio de Janeiro: 1889. **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1328, Lata: 010.

<sup>347</sup> Cartão de visitas de V. Belford Duarte a Paulo de Frontin. Rio de Janeiro: 1889. **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1328, Lata: 010B.

<sup>348</sup> Luiz Dodsworth Martins fez um mapeamento minucioso dos empreendimentos da Melhoramentos no Brasil em sua fase de expansão inicial. **Setor de Ferrovias**: 1- Construção de um trecho de 90 km da Estrada de Ferro Barão de Araruama, Estado do Rio de Janeiro (27/05/1890), 2- Estudos para a Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil, que ligaria a Capital Federal a Minas Gerais, 3 – Concessão de uma estrada de ferro de Santos a São Roque e Itu (07/07/1890), 4 – Deliberação favorável dos acionistas para a

**Gráfico 10: Capital da Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil (1890-1908)**



Fonte: “Quadro de Títulos de Renda e Ações de Companhias” (1890-1891) – Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. Alterações no estatuto da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil registradas na Junta Comercial do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Livro: 62 Registro: 1557, 1891; Livro: 77 Registro: 2257, 1894; Livro 92, Registro: 2858, 1903; Livro: 93 Registro: 2885, 1903.

construção da Estrada de Ferro de Vassouras, Paty do Alferes e Petrópolis (29/07/1890), 5- Decidida a compra da companhia responsável pela construção da linha de Cantuária ao Crato e ao prolongamento da ferrovia de Teresina a Petrolina, com a fundação da Companhia de Melhoramentos de Pernambuco (22/12/1890). **Setor Portuário e de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro:** A construção do Porto do Rio de Janeiro, um dos mais importantes empreendimentos da Empresa, que se formalizou com a decisão de aceitar um acordo com o engenheiro Mello Barreto e demais concessionários que tinham a autorização do poder público para a construção de um cais entre a Prainha e a Gamboa, que foi incorporada à Melhoramentos no Brasil por nova concessão do Governo Federal para a Construção das Obras do Porto que iam da Prainha à Ponta do Caju (07/07/1890). No mesmo ano a companhia adquiriu outra concessão para a derrubada do Morro do Castelo, que não conseguiu realizar por conta das dificuldades financeiras enfrentadas pela companhia no ano seguinte. A Melhoramentos aproveitou os trabalhos de desmonte do morro do Senado – uma antiga concessão de Vieira Souto que teve a participação de Carlos Sampaio, para integrá-la às obras do Porto, utilizando suas terras no aterro da região da praia Formosa, também no ano de 1890. **Setor de Produção Agrícola:** 1 - Incorporação da Companhia Brasileira Torrens, um sistema de registro que simplificasse a propriedade da terra, com o intuito de desenvolver a colonização de imigrantes e nacionais (17/07/1890) 2 - Com o intuito de dinamizar a produção de café, que passava por um processo de decadência no Estado do Rio de Janeiro, concentraram seus investimentos em São Paulo, com a autorização ao engenheiro Álvaro Rodovalho para aquisição de fazendas de café no Oeste Paulista (17/07/1890), 3 – Aprovação de proposta de Paulo de Frontin para a compra de fazendas de café nos municípios de Pântano, São Simão e Pirassununga (14/07/1890), 4 – Aquisição de mais fazendas e estabelecimentos industriais no município de Caieiras (09/07/1890), 5 – Compra da Fazenda do político Martinho da Silva Prado em Ribeirão Preto (06/12/1890). Em função de todos esses negócios mantidos no estado, foi lançada a Companhia de Melhoramentos de São Paulo em 1890, com capital de 15.000:000\$000 (quinze mil contos), que teve como diretores Manoel Vicente Lisboa, Carlos Sampaio e Antônio Alves de Carvalho. Cf. MARTINS, Luiz Dodosworth. Op. Cit, 1966, p. 61-65.

Logo nos primeiros meses, os seus dirigentes souberam aproveitar a fase favorável para a obtenção de capitais dos primeiros anos da República, tendo a empresa aumento de 2000% do seu patrimônio, que chegou ao montante de 100.000:000\$000 (cem mil contos). Com os primeiros sinais da crise do Encilhamento, este montante foi reduzido à metade, mesmo assim mantendo um crescimento de 1000% na comparação com o investimento inicial. Nos anos seguintes, já sob a administração de Frontin e de Sampaio, praticamente todas as atividades da Melhoramentos no Brasil foram abandonadas, quando passaram a se concentrar nas obras do Cais do Porto e da Estrada de Ferro Melhoramentos no Brasil, que ligaria o Rio de Janeiro a Minas Gerais. A empresa deu continuidade a esses projetos com lentidão, enquanto tentava vendê-los à medida em que seu capital também diminuía<sup>349</sup>.

Em assembleia com acionistas de 6 de agosto de 1891, Paulo de Frontin apresentava a proposta, que já tinha sido aprovada pelos conselheiros fiscais Jacob Niemeyer e Eduardo Guinle, de liquidação da metade do capital social da companhia de cem para cinquenta mil contos, divididos em 250.000 ações no valor nominal de 200\$000 (duzentos reis). O presidente alegava as turbulências do mercado financeiro e apresentava a necessidade de recorrer ao mercado estrangeiro como uma solução para dar continuidade aos empreendimentos da *Melhoramentos*. A proposta foi aprovada pela unanimidade dos acionistas presentes.<sup>350</sup>

Em 22 de novembro de 1894, Frontin levava, mais uma vez, para a deliberação dos acionistas outra redução do capital social da companhia de cinquenta para vinte e cinco mil contos, divididos em 250.000 ações no valor nominal de 100\$000, podendo essa redução chegar a 20.000:000\$000 pelo resgate das ações. Além disso, ele propunha reduzir a diretoria para dois membros, que passariam a ser responsáveis pela administração do capital social da empresa. Só que dessa vez, a proposta do presidente não era de liquidação, mas de desvalorização dos papeis da empresa, que segundo o balanço apresentado, estavam defasados em mais da metade do valor dos ativos da

---

<sup>349</sup> Cf. KESSEL, Carlos, 2001. Op. Cit, p. 33.

<sup>350</sup> Ata da Assembleia Geral da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil celebrada no dia 6 de agosto de 1891. **Coleção da Junta Comercial do Rio de Janeiro**. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Livro: 62. Registro 1557 G. 5 Ano: 1891.

Melhoramentos. Assim, essa era a estratégia utilizada pela diretoria para equilibrar o valor dos bens sociais reais com o valor nominal de suas ações.<sup>351</sup>

Em 1903, o capital da companhia chegaria a mil contos de reis, momento em que Frontin assumiu um discurso mais otimista, ainda que o derretimento do capital da empresa mostrasse o contrário:

(...) Firmada, como se acha, a situação financeira e restabelecido o crédito no Brasil, a diretoria está convencida que a situação econômica do país entrará dentro de alguns anos em fase de franca prosperidade, não será então difícil a Empresa obter capitais necessários para realizar os novos empreendimentos industriais que julgar vantajosos e isto adquirido numa experiência que não (...) no início do seu funcionamento (...)<sup>352</sup>

Frontin demonstrava um traquejo para o convencimento dos acionistas, enquanto Carlos Sampaio atuava mais nas negociações dos bastidores.<sup>353</sup> Ainda que muito próximos e ligados por reciprocidades generalizadas de amizade e de compadrio, o comportamento empresarial desses dois personagens se dava por trocas muito mais equilibradas. O fato da Melhoramentos no Brasil ter o seu capital aberto, com um escopo social de acionistas mais amplo, fez com que a dupla procurasse readaptar os rumos da companhia para evitar a sua falência ao longo desses anos. Capacidade que desempenharam também pelas suas reconhecidas qualificações técnicas, pela notoriedade que tinham no ramo e por suas articulações com o poder público, por meio de entidades com o Clube de Engenharia. Como salientou Vânia Cury, a empresa acabou se dedicando a pequenas obras de engenharia e concentrou as suas atividades no ramo ligado à pequena construção e nas obras de urbanização do Rio de Janeiro.<sup>354</sup>

---

<sup>351</sup> Ata da Assembleia Geral da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil celebrada no dia 22 de novembro de 1894. **Coleção da Junta Comercial do Rio de Janeiro**. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Livro: 77. Registro 2257 G. 5 Ano: 1894.

<sup>352</sup> Ata da Assembleia Geral da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil celebrada no dia 24 de novembro de 1903. **Coleção da Junta Comercial do Rio de Janeiro**. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. Livro: 93. Registro 2885 G. 5 Ano: 1903.

<sup>353</sup> Na nossa avaliação, o primeiro trabalho que sustentou essa avaliação foi KESSEL, Carlos. Op. Cit., 2001.

<sup>354</sup> CURY, Vania Maria. Op. Cit., 2000, p. 318-319.

No Arquivo Privado de Paulo de Frontin (IHGB) há uma série de documentos (como vestígio cartas, procurações, cautelas de ações, balanços de companhias e de contas bancárias e contratos) sobre negociações da Melhoramentos, que além de demonstrarem o teor pragmático dessas relações, revelam um Paulo de Frontin já bastante influente no mundo dos negócios do Rio de Janeiro.

**Tabela 9: Conteúdo dos documentos textuais do Arquivo Privado Paulo de Frontin (1889-1891)**

Assunto	Quant.	%
Atividade Empresarial	22	38,6
Felicitações e Convites	13	23
Demais pareceres, documentos técnicos e correspondências oficiais	8	14
Derby Club	5	8,8
Politécnica	4	7
Demandas por emprego	2	3,5
Recorte de Jornais	1	1,7
Documentos pessoais	1	1,7
Sem informação	1	1,7
Total	57	100

Fonte: Documentos Textuais (1889-1891). Arquivo Privado Paulo de Frontin (IHGB)

Observação: Não foram consideradas aproximadamente 20% do corpus documental sobre o período, em virtude da suspensão de consultas presenciais ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro durante a pandemia de COVID-19.

De acordo com a tabela acima, as três principais atividades que mais mobilizavam as trocas de cartas com Frontin, entre 1889 e 1891, foram a sua atuação I) como empresário, II) como professor catedrático de Mecânica Aplicada da Escola Politécnica, desde em 1890, e como III) presidente do Derby Club. Neste momento, ele também já demonstrava uma certa inclinação para o recebimento de pedidos de favores pessoais.

No caso da Politécnica, encontramos pleitos sobre questões cotidianas da escola e temas relacionados à política, como o afastamento compulsório de um professor por parte do governo provisório. Em 1890, o aluno Adherbal de Carvalho, solicitava a Frontin que

fosse favorecido com a abertura de uma lista de assinaturas para custear a publicação de seu trabalho científico<sup>355</sup>. Um pedido aparentemente rotineiro, em que Adherbal subscrevia como “Atento Venerador e Criado Obrigado” ao então “Excelentíssimo Senhor Doutor Paulo de Frontin”, informando ser sobrinho do “Dr. Henrique Alves de Carvalho”, político maranhense, eleito deputado geral, cujo mandato que não chegou a assumir por conta da instauração da República, regime no qual foi eleito mais uma vez deputado constituinte pelo Maranhão (1890) e deputado federal na legislatura seguinte (1891-1893).<sup>356</sup> Assim, por meio do apadrinhamento envolvendo pequenos favores, se abria a oportunidade de estabelecer dívidas pessoais, não apenas como o aluno, mas com o político maranhense. Um tipo de dádiva mais horizontal, ainda que o fato de ambos não controlarem os mesmos recursos os tornassem desiguais naquele contexto.

Em outra oportunidade, em 1890, a solicitação vinha do engenheiro paraense e professor de Economia da Politécnica, José Agostinho dos Reis, que foi expulso pelo governo provisório da Escola e que tornava público o seu caso junto aos seus demais professores. Reis, que assinava como “amigo certo e afetuoso” e que também era sócio do Instituto Politécnico e do Clube Engenharia, assim escrevia:

(...) Passei-lhe ontem mesmo um telegrama dizendo que muito confio nos meus amigos da congregação, de modo que não sejam postos a margem os meus incontestáveis direitos a ser catedrático, havendo a divisão da cadeira de economia. **Sempre estive ao lado dos amigos, na defesa dos seus direitos, é justo que não me abandonem agora, principalmente quando estou ausente.** Motivos justíssimos impossibilitam-me de ir agora já para o Rio; mas, que importa isto se estou licenciado pelo governo provisório, sem contar tempo e sem vencimentos? Desejava escrever particularmente a cada um dos colegas, mas falta-me absolutamente tempo para isto, porque o vapor vai sair, faço, portanto, esta uma espécie de circular. Recomendem-me aos amigos e mandem suas cartas ao seu amigo certo e afetuoso<sup>357</sup> (Grifos nossos)

---

<sup>355</sup> Carta com pedido de Adherbal de Carvalho para custeio de impressão de seu material científico a Paulo de Frontin. Rio de Janeiro: 02/01/1890. **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1291, Lata: 002.

<sup>356</sup> LOPES, Raimundo Hélio. **Verbetes Henrique Alves de Carvalho**. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em << <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CARVALHO,%20Henrique%20Alves%20de.pdf>>>; Acessado em 13/10/2020.

<sup>357</sup> Circular de José Agostinho dos Reis a Paulo de Frontin, Getúlio das Neves, Carlos Sampaio, Nerval, Bello, e demais amigos da Congregação [Politécnica]. Belém-PA: 13/08/1890. **Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB**. Lata 1279, Documento 19.

Em busca de apoio político para ser reintegrado aos quadros da Politécnica, Reis não recorria apenas ao favor pessoal, legitimando o seu pleito como uma espécie de socorro sustentado por solidariedades de uma categoria profissional. José Agostinho dos Reis justificava o seu pedido como uma questão de “justiça” e “incontestáveis direitos” amparada em uma ideia de reparação.

Além disso, a atividade epistolar de Paulo de Frontin relacionada ao Derby Club comprova a importância da agremiação na ampliação e na diversificação da sua rede de relações. O engenheiro foi um de seus fundadores, em 1884, e assumiu a sua presidência no ano seguinte. Este que foi um dos maiores clubes de corridas hípcas da cidade do Rio de Janeiro na década de 1880, junto com o Jockey Club, o Turfe Club, o Hypódromo Nacional e o Prado Guarany. Segundo Victor de Melo, existia uma certa rivalidade entre o Jockey e o Derby Club. O primeiro, fundado em 1848, realizando as suas corridas no Prado Fluminense, entre São Francisco Xavier e Benfica, atraindo os setores das elites mais tradicionais da região, sobretudo a aristocracia rural. Já o Derby Club, com suas corridas no prado do Itamaraty (atual região do Estádio do Maracanã) era uma agremiação que reunia parcelas de uma elite com padrões mais urbanos, de estratos sociais que emergiam no período, além de intelectuais, profissionais liberais, engenheiros, médicos e industriais.<sup>358</sup>

Frontin recebia convites para reuniões no Derby Club, sobre as quais dificilmente os missivistas tratavam do assunto e, por isso, não sabemos se esses encontros eram sobre questões internas de seus sócios, sobre as competições, sobre o sistema de apostas ou até mesmo negociações relacionadas à Melhoramentos. Neste ponto, é preciso destacar a importância do contato pessoal, da conversa privada e da palavra empenhada nessas tratativas. Abordagens que eram feitas de forma muito lisonjeira, aparentemente desinteressadas, mas que eram maneiras desses missivistas articularem os seus interesses. Neste sentido, a correspondência não era o espaço mais apropriado para tratar explicitamente de finanças, tema que, de alguma forma, constrangia (pelo menos retoricamente) esses missivistas.

---

<sup>358</sup> MELO, Victor Andrade de. **Cidade esportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro**. Ed. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2001, p. 84.

Em situações excepcionais, por conta da urgência ou distância, o solicitante dava mais detalhes, como o sócio que lamentava não participar do prêmio do Derby – batizado de Prêmio Frontin-, por estar em Ouro Preto, mas autorizava a execução dos cheques enviados<sup>359</sup>. Em 1890, um comerciante de calçados, que subscrevia como “admirador, muito amigo criado e obrigado” dizia ter entregado papeis no gabinete do presidente do Derby Club, do “Dr. Frontin”, e pedia a proteção para o "Boreas" – um cavalo de competição, que contava com as “mesmas graças da Semana Sportiva" (periódico), e ainda aproveitava para solicitar indenização dos programas gerais da 8ª e 9ª corridas, para atenuar os seus prejuízos.<sup>360</sup> . Mais uma oportunidade, ainda que por meio de reciprocidades mais equilibradas, de se construir créditos por meio dívidas pessoais.

---

<sup>359</sup> Bilhete de Luiz Maximilian Bastos a Paulo de Frontin. Rio de Janeiro: 10/07/1889. **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1328, Lata: 019.

<sup>360</sup> Bilhete de Luiz Maximilian Bastos a Paulo de Frontin. Rio de Janeiro: 10/07/1889. **Arquivo Particular Paulo de Frontin (IHGB)**. Documento: 1328, Lata: 019.

## Capítulo 4: A função pública e os favores

(...)Peço-lhe por tudo, Deus tem-se lembrado mais de si do que de mim, estou retirado e desanimado, auxilia-me n'este momento, **só preciso de suas relações e poder para me salvar** (...) <sup>361</sup> (Carta a Paulo de Frontin).

(...) Condoído das condições difíceis da requerida senhora, o Sr. Dr. Nobrega me pediu que escrevesse **ao meu venerado chefe e generoso amigo, pedindo-lhe, no seu e no meu nome, que ampare a justa pretensão de uma mãe que pede pela educação de seu filho**, e eu o faço confiado na bondade com que V. Exa. tanto me honra e distingue. (...) <sup>362</sup> (Carta a Pereira Passos)

Neste último capítulo, seguimos os vestígios dos pedidos de favores recebidos por Pereira Passos, enquanto Prefeito da Capital Federal, e por Paulo de Frontin, na função de diretor da Comissão Construtora da Avenida Central do Rio de Janeiro durante o governo Rodrigues Alves (1902-1906). <sup>363</sup> Estas foram duas oportunidades que nos

---

<sup>361</sup> Trecho da carta de autor não identificado. Santo Antônio: 23 dez 1903. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**. Lata 1292, Pasta 113.

<sup>362</sup> Trecho Carta de Marthiano Duarte Pereira da Silva enviada a Pereira Passos em 25/02/1905. **Coleção Família Passos (Museu da República)**. Código: FPpp1906.06.16 (15)

<sup>363</sup> Sobre o aumento da participação desses profissionais nas elites políticas da cidade do Rio de Janeiro na Primeira República, Surama Pinto demonstrou que os engenheiros civis e militares representavam, 21,74% das elites políticas cariocas com formação superior entre 1909-1922. Neste *ranking*, os bacharéis em Direito vinham em primeiro lugar (34,78%) e, em seguida, os médicos (23,91%). Sobre Ver **Quadro 18: Formação superior das elites políticas cariocas (1909-1922)/cursos**, em PINTO, Surama Conde Sá. Op. Cit, 2011, p. 46. Flavio M. Heinz também analisou como engenheiros egressos da Escola de Engenharia do Rio Grande do Sul, além de alguns de seus professores e até ex-alunos da Politécnica do Rio de Janeiro foram incorporados na administração pública do estado rio-grandense, principalmente na Secretaria dos Negócios de Obras Públicas (SOP) e, alguns deles fizeram carreira política na cidade. Sobre, ver HEINZ, F. M. **Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930)**. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, v. 29, 2009, p. 263-289,.

ajudam a compreender melhor o comportamento destes agentes públicos diante do assédio por dádivas<sup>364</sup> do Estado, que nada mais eram do que as tradicionais práticas clientelistas.<sup>365</sup>

A nossa abordagem procurou explorar a dimensão interacional e os sentidos que estes atores deram às suas próprias práticas. Assim, o nosso interesse foi em realizar uma análise da reciprocidade<sup>366</sup> do clientelismo. Em artigo publicado na Revista Dados, no ano 2000, José Murilo de Carvalho procurou uma “razão clientelista” nos pedidos enviados a Rui Barbosa quando este foi Ministro da Fazenda (1889-1891)<sup>367</sup>. O seu trabalho revelou que havia, na visão desses pedintes, uma certa obrigação moral de ajudar parentes e amigos, por meio de vínculos assimétricos de patronos e clientes, que justificava o gasto de dinheiro público.

Segundo Carvalho, nesses primeiros anos da República, que se começou a esboçar a separação entre o público e o privado no Brasil<sup>368</sup>, ao citar como o enraizamento do clientelismo político, sobretudo em sua face de trocas desiguais, representava uma extensão da desigualdade social brasileira. E era justamente esta desigualdade que legitimava o direito à proteção, que se dava por meio da lealdade política. Com esses argumentos, o autor defendeu que o valor da igualdade, essencial ao liberalismo político adotado naquele período, não era compatível com as práticas clientelistas generalizadas.<sup>369</sup>

Além disso, o historiador identificou que, entre aqueles que pediam a Rui Barbosa, estavam funcionários públicos civis, militares, profissionais liberais, políticos, colegas de faculdade do jurista, além de parentes e desconhecidos. O seu estudo também chamou atenção para o significativo número de intermediários que apadrinhavam estes

---

<sup>364</sup> Utilizamos os dois critérios de Maurice Godelier, a partir da revisão da teoria de Marcel Mauss, para identificar as dádivas. Pra isso, basta que haja um ato de doação aparentemente voluntário e que ela tenha algum vínculo pessoal. GODELIER, Maurice. Op. Cit, 2001. p. 26.

<sup>365</sup> Conforme apresentada na introdução deste trabalho, o comportamento clientelista em sociedades urbanas complexas é feito através de trocas marcadas por algum nível de assimetria, entre pactuantes que controlam recursos desiguais e que se sustentem em vínculos pessoais. Cf. GRAZIANO, Luigi. Op. Cit, 1983, p. 153-154.

<sup>366</sup> Cf. razões apresentadas na introdução deste trabalho.

<sup>367</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Rui Barbosa e a Razão Clientelista**. Revista Dados. Rio de Janeiro. n.1.v.43,2000

<sup>368</sup> Idem.

<sup>369</sup> Idem.

pedidos, cerca de 72% deles solicitavam algo para os seus protegidos e somente 28% pediam diretamente para si.<sup>370</sup>

Ao longo deste artigo, o comportamento clientelista foi qualificado, pelo autor, como a “pequena política do patronato”<sup>371</sup>, que se dava por “pequenas barganhas e trocas de favores”<sup>372</sup>. Rui Barbosa foi visto como alguém um tanto desconfortável diante desse tipo de prática; “um estranho no ninho da pequena política do patronato”<sup>373</sup> nas palavras de Carvalho, salientando que os estudos sobre a passagem do jurista pelo Ministério da Fazenda não deram destaques a esses pedidos, talvez por influência de seus “biógrafos receosos de que a imagem idealizada de estadista, de financista, de jurista, ficasse arranhada se posta em contato com a política miúda”<sup>374</sup>

A nossa pesquisa retomou este mesmo percurso porque considerar a originalidade desta perspectiva, de captar os valores e os bens imateriais que estavam impregnados no comportamento clientelista. Além disso, ela nos permite articular a abstração de um conceito, geralmente aplicado a grandes massas de eleitores quase anônimos, dando-lhes certo protagonismo, ao demonstrar como essas práticas de empenho pessoal aconteciam na prática. No entanto, considerando ser pertinente olhar para esse conjunto documental praticando um exercício de compreensão do “outro”; sem atribuir, a priori, uma conotação valorativa de que estas práticas foram deturpadoras do sistema político. Pois, como o próprio José Murilo de Carvalho demonstrou, para estes personagens, seus pedidos eram legítimos.

Outros trabalhos historiográficos e das Ciências Sociais abordaram a mesma questão de pleitos pessoais em momentos distintos da história republicana brasileira. E eles vêm demonstrando que os arquivos privados de figuras que desempenharam alguma função pública executiva estão repletos de pedidos de favores<sup>375</sup>. Essas obras deram

---

<sup>370</sup> Idem.

<sup>371</sup> Ibidem, n.p.

<sup>372</sup> Idem.

<sup>373</sup> Idem.

<sup>374</sup> Ibidem, s/p.

<sup>375</sup>: Destacamos CARVALHO, José Murilo de. **Rui Barbosa e a Razão Clientelista**. Revista Dados. Rio de Janeiro. n.1.v.43,2000; FERREIRA, Jorge Luis. **A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, v. 3, no 6, 1990; HEYMANN, Luciana Quillet. **As Obrigações do Poder: Relações Pessoais e Vida Pública na Correspondência de Filinto Müller**. UFRJ: dissertação de mestrado, 1997; PINTO, Surama Conde Sá. **A Correspondência de Nilo Peçanha e a Dinâmica Política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998; REIS, Elisa Pereira. **Opressão Burocrática: O Ponto de Vista do Cidadão**. Estudos Históricos, n. 6, 1990, p. 161-179.

destaque para a conflituosa relação entre os domínios do público e do privado de parcelas da população com o Estado, a quem elas recorriam não apenas para pleitear direitos<sup>376</sup>, mas também favores.

Assim, escolhemos esses dois cargos-chave ocupados por Passos e por Frontin pelo critério de projeção e da grande capacidade de administração de recursos públicos que ambos tiveram. Uma segunda razão para essa escolha foi o fato desses dois engenheiros terem desempenhado funções públicas de forma simultânea. Ainda que não fossem os mesmos cargos e nem tivessem as mesmas atribuições, esse recorte nos permite realizar alguma aproximação para fazer um contraponto entre eles. Além disso, é importante frisar que as transformações urbanísticas da Capital Federal não são o objeto de estudo desta pesquisa, assim como não o são os problemas sanitários historicamente vividos pela cidade<sup>377</sup> e as intenções do poder público em transformar a capital do país em uma vitrine para o Brasil e para o restante do mundo<sup>378</sup>.

Uma reforma que se deu em duas grandes frentes e contou com financiamento que veio por meio de empréstimo estrangeiro tomado pela União<sup>379</sup>. Uma das frentes das intervenções foi feita pelo Poder Municipal, sob o comando de Pereira Passos. Segundo Azevedo, “analisada do ponto de vista urbanístico, esse plano de reformas consistiu fundamentalmente na abertura, prolongamento e alargamento de um conjunto de ruas da cidade, modificando assim o sistema viário da urbe”.<sup>380</sup> Transformações que tinham o objetivo de integrar a circulação urbana da Capital e enfrentar os graves problemas sanitários vividos por ela.<sup>381</sup>

Já a frente empreendida pelo governo federal, através do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas chefiado pelo engenheiro Lauro Muller, se concentrou nas obras do porto do Rio de Janeiro e na construção de vias complementares, como as Avenida

---

<sup>376</sup> SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>377</sup> Desde a segunda metade do século XIX, a cidade sofria com surtos epidêmicos, principalmente, de febre amarela, varíola e tuberculose. Sobre, ver CHALHOUB, Sidney. **A Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, e sobre a atuação da “Medicina Social no agravamento da crise sanitária, ver BENCHIMOL, Jaime Larry, op. cit, 1992, p. 112.122 e p. 181.

<sup>378</sup> Sobre, ver NEEDELL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro da Virada do Século**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

<sup>379</sup> O financiamento se deu através de empréstimo tomado pela União e autorizado pelo Congresso, em 1903, com o banco britânico dos Rothschild no valor de £ 8.500.000 e juros de 5% ano, conforme Decreto 4839 de 18/05/1903. Apud ROCHA, Oswaldo Porto, op. cit., 1995, p. 60.

<sup>380</sup> AZEVEDO, André Nunes. Op. Cit, 2016. p. 170.

<sup>381</sup> Desde a segunda metade do século XIX, a cidade sofria com surtos epidêmicos, principalmente, de febre amarela, varíola e tuberculose.

Central, a Avenida do Cais e a do Canal Mangue, que procurou facilitar a circulação de mercadorias que passavam pelo porto do Rio de Janeiro.

Em 1903, o ministro Lauro Muller presidiu a comissão técnica<sup>382</sup> para a elaboração de um projeto definitivo para as obras do porto, que contou com figuras já influentes no Clube de Engenharia, como Paulo de Frontin e Francisco Bicalho. O projeto aprovado, com algumas alterações, foi baseado no plano da antiga concessionária das obras do Porto, a Melhoramentos no Brasil<sup>383</sup>. A empresa escolhida para a realização das obras foi a britânica *C.H. Walker & Company Limited*, a mesma que havia construído o canal naval de *Manchester* e o porto de *Buenos Aires*. A escolha da empresa foi realizada sem concorrência pública e teve o seu contrato firmado com o governo brasileiro em 1903<sup>384</sup>. Os serviços aconteceram entre 1904 e 1911, com um custo aproximado de 4,5 milhões de libras e um canteiro de obras de mais de dois mil operários.<sup>385</sup>

A decisão de incluir a construção da Avenida Central no conjunto de obras do porto foi de Lauro Muller, que escalou o recém-empossado presidente do Clube de Engenharia, Paulo de Frontin para chefiar a comissão encarregada pelas obras.

Os arquivos privados do então Prefeito e do chefe da comissão construtora da Avenida Central foram manejados pela nossa pesquisa como conjuntos de fontes que não refletem, necessariamente, um retrato fiel da realidade, como destacou Luciana Heymann sobre o equívoco de se “imaginar o arquivo pessoal como espelho da trajetória de seu titular, como repositório seguro a partir do qual se poderia buscar reconstituir todas as atividades

---

<sup>382</sup> Comissão presidida pelo Ministro Lauro Muller, e pelos engenheiros Francisco Bicalho, Gabriel Osório de Almeida, J.F. Parreira Horta, Domingos de Saboia e Silva, Manuel Maria de Carvalho e Paulo de Frontin. Cf. LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer, Op. Cit, 1991, p. 145.

<sup>383</sup> Sérgio Lamarão detalhou os aspectos técnicos das modificações realizadas no novo projeto. Este incluiria a margem do Arsenal da Marinha à embocadura do Canal do Mangue, composto de 3.500 metros de extensão para atracação de navios de grande calado. O Cais seria contínuo, com exceção da entrada da Saúde e no trecho entre do Canal do Mangue. Os 2.000 metros restantes corresponderiam ao trecho do Canal do Mangue à ponta do Caju. Sobre, ver LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer, op. cit, 1991, p. 144-147. Não há consenso entre os historiadores sobre o processo de escolha da empresa *C. H Walker* para realizar essas obras. O mais provável é que esse processo tenha se iniciado ainda em 1897, quando a “Melhoramentos” iniciou os contatos para a venda de sua concessão nas obras portuárias. Para Jaime Benchimol, Paulo de Frontin, então presidente da empresa, cederia o posto ao sócio e amigo Carlos Sampaio, que em viagem de negociação pela Europa transferiu a concessão para um grupo de Londres no valor de £880.000. Porém, não encontramos registro desta empresa em obras do porto até a escolha da *C.H. Walker & Company Limited*. Para o autor, este negócio ficou “em família”, porque a contratada, em 1903, para as obras do porto teria relações com a firma que adquirira a concessão negociada por Carlos Sampaio BENCHIMOL, Jaime Larry, Op. Cit, 1995, p. 216.

<sup>384</sup> LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer, Op. Cit, 1991, p. 147-150.

<sup>385</sup> Ibidem, p. 147.

desenvolvidas por ele.”<sup>386</sup> Neste sentido, não existe uma correspondência automática entre a trajetória desses engenheiros e a cobertura de seus acervos, questão inclusive já enfrentada por Pierre Bourdieu quando desconstruiu a ideia de uma certa “ilusão biográfica” baseada em uma concepção excessivamente racional de uma história de vida acumulativa, linear e sem contradições.<sup>387</sup>

Outro equívoco, segundo Heymman, é considerar “o arquivo como ‘a’ memória, em estado bruto, de seu titular, como resultado de uma seleção estabelecida definitivamente por ele quanto ao que preservar e de que maneira”<sup>388</sup>. Até se tornar um arquivo pessoal, este complexo de documentos passa por etapas acumulativas e por processos de seleção que envolvem desde a participação de seu titular e, após a sua morte ou incapacidade, a guarda por parte de sua família ou de outros responsáveis que os herdaram e, em seguida, pelas instituições que os recebem, organizam, mantêm sua custódia e os disponibilizam ao público. Por isso, destaca a autora, as alterações sofridas pelos arquivos pessoais nesses reordenamentos são responsáveis pelo seu caráter mutável, polissêmico e atualizável.<sup>389</sup>

Neste mesmo sentido, Ângela de Castro Gomes destacou a necessidade de refletir sobre a percepção de uma certa “espontaneidade” desses arquivos, que aparentam se encontrar em estado bruto da vida cotidiana, que podem levar o pesquisador a uma falsa impressão de se “tocar o real”.<sup>390</sup> Gomes alerta que é preciso estar atento aos “encantos” provocados pelo contato mais próximo com a vida íntima dos sujeitos da História, que se revela, aparentemente, sem disfarces, por se tratar da vida ordinária e não dos artificialismos do “espaço público”.<sup>391</sup>

Na Coleção Família Passos, que hoje está sob a guarda do Museu da República, no Rio de Janeiro, e no Arquivo Privado Paulo de Frontin – no IHGB, encontramos correspondências contendo pedidos pessoais durante as reformas urbanas do governo Rodrigues Alves. O elevado quantitativo de fontes relativas a Frontin nos fizeram adotar uma amostragem referentes aos anos de 1903 e 1904 como critério de seleção. Fase que cobre o período inicial desses personagens no cargo e que envolve momentos mais

---

<sup>386</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. Op. Cit., 1997. p. 20.

<sup>387</sup> BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. - 8a ed.– Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 183-191.

<sup>388</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. Op. Cit., 1997. p. 20.

<sup>389</sup> Idem.

<sup>390</sup> GOMES, Ângela de Castro. **Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados**. In: Revista dos Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998, p.121-127. FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

<sup>391</sup> Ibidem, p.125

sensíveis, como o momento de demolições provocadas pelas intervenções na cidade do Rio de Janeiro. E o que encontramos foi uma diferença significativa de pedidos preservados entre os dois arquivos, como demonstra a tabela abaixo.

**Tabela 10: Quantitativo de pedidos pessoais encaminhados a Pereira Passos e a Paulo de Frontin entre 1903 e 1904**

<b>Destinatário</b>	<b>Qtd.</b>
Pereira Passos	4*
Paulo de Frontin	97

Fonte: Arquivo Privado Paulo de Frontin (IHGB) e Arquivo Família Passos (Museu da República). Observação: Em ambos os casos, não foram consideradas petições intermediadas pelo poder Executivo ou pelo Judiciário. Por essa razão, não consideramos o Arquivo Privado de Pereira Passos e de Paulo de Frontin, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, que têm a cobertura de documentos oficiais e administrativos.

\* Esses pedidos foram identificados por meio de dossiês e subséries relativas à atividade de Prefeito, o que não garante que alguns outros pedidos tenham sido arquivados em outra parte da Coleção Família Passos, o que consideramos uma hipótese pouco provável e que não mudaria a tendência demonstrada nessa tabela.

Estes dados dão margem à hipótese de que Paulo de Frontin esteve muito mais inclinado ao atendimento de pedidos pessoais e, com isso, criando uma espécie de crédito generalizado na expansão da sua rede de relações; enquanto Pereira Passos parece ter feito um movimento diferente, ao se mostrar mais resistente a essas práticas.

#### **4.1 Um prefeito Pereira Passos mais resistente ao apadrinhamento político**

**O temperamento de Pereira Passos foi indiscutivelmente contrário à política** e conseqüentemente à diplomacia, que é sua forma mais requintada. **Era demasiado franco e rude** para vencer o meio onde se exige sobretudo o disfarce, a mentira, as situações coleantes, o riso nos lábios quando o coração se inflama de ódio; os gestos violentos e brutais quando a alma se rejubila, tudo isso para produzir o efeito desejado, o que conduz à glória aqueles que se dedicam à arte desse malabarismo

que é fundamental em política. **Era avesso à essa complicada atividade humana.** (...) nunca suportou os corrilhos políticos nem no Império nem na República: desprezava os que sobressaíam apenas pelo brilho falso dos crachás ou comendas ou ainda pelo reflexo de um medalhão poderoso. (...) **Passos não sabia cortejar massas populares e nunca se lhe aninhou no seio para angariar prestígio e nem para justificar um erro ou pedir aplausos; no entanto era um querido e respeitado.** (...) – Ele é turra, mas honesto, afirmavam os doutrinadores das portas dos cafês (..) <sup>392</sup> (Grifos nossos)

Em 1902, Francisco Pereira Passos, que estava afastado da vida pública desde 1899<sup>393</sup>, foi escolhido pelo Presidente da República, Rodrigues Alves, para assumir a Prefeitura do Rio de Janeiro. Um cargo que o engenheiro jamais havia ocupado<sup>394</sup>, ainda que tivesse uma longa ligação com projetos de reformulação da *urbe* carioca, desde a sua participação, com Jerônimo Moraes Jardim e Marcelino Ramos da Silva, na Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro, no Império. Naquela oportunidade, eles estiveram à frente de estudos de um plano pioneiro de reformas urbanas para a região, que foi publicado, em 1875, no “Relatório da Comissão de Melhoramento da Cidade do Rio de Janeiro”.<sup>395</sup>

Rodrigues Alves<sup>396</sup> escolheu para chefiar o Executivo Municipal da Capital uma figura que possuía um perfil austero, com um histórico de “discrição” em relação à política profissional, mas experiente na vida pública, com fama de um homem de ação e de saneador das finanças pelos cargos administrativos que ocupou ao longo da vida.

O emissário do convite presidencial foi o Ministro da Justiça, José Joaquim Seabra, que foi pessoalmente ao Solar da família Passos, em Laranjeiras, e, antes de conversar com Pereira Passos, como relata Raymundo Athayde, teria sido aconselhado por D. Maria Rita Passos que, se quisesse convencer o esposo a assumir a função, seria necessário que não se tocasse em assunto de política<sup>397</sup>. Então, de acordo com o biógrafo, a mensagem

---

<sup>392</sup> ATHAYDE, Raymundo A. de. Op. Cit, 1944. p. 73-74.

<sup>393</sup> Quando deixou a direção da Estrada de Ferro Central do Brasil Cf. PAOLOPOLITANO. Op. Cit, 1941, p. 71

<sup>394</sup> Cf. SILVA, Gastão Pereira da. Pereira Passos...Op. Cit, 1943. p. 39-40

<sup>395</sup> PASSOS, Francisco Pereira; JARDIM, Jerônimo Moraes SILVA, Marcelino Ramos da Silva. **Relatórios da Comissão de Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

<sup>396</sup> Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo, foi Conselheiro do Império, presidente da província de São Paulo e do mesmo estado na República, Ministro da Fazenda (1891-1892) e foi quinto Presidente da República, filiado ao PRP (Partido Republicano Paulista).

<sup>397</sup> Idem.

de Seabra ao engenheiro foi a de que o governo recém-empossado tinha toda a disposição de levar a efeito um plano de reformas da Capital Federal.<sup>398</sup>

Após uma série de reuniões em que Passos exigia que lhe fossem conferidos plenos poderes<sup>399</sup>, em 29 de dezembro de 1902, o engenheiro teve uma conferência com o Presidente da República no Palácio do Catete, onde ficou acertada a sua nomeação e, neste mesmo dia, foi sancionada a lei nº 939 - um decreto que reorganizava a estrutura político-administrativa do Distrito Federal e que, entre outras providências, suspendia o Conselho Municipal do Rio de Janeiro por 180 dias<sup>400</sup>. A lei, no entanto, proibia o Prefeito de criar ou elevar impostos.<sup>401</sup>

Os biógrafos apontaram a contrariedade de Passos com as práticas do favorecimento pessoal ao longo de vida pública e, em especial, enquanto esteve na Prefeitura. Isto nos permite questionar até que ponto, o engenheiro foi avesso ao apadrinhamento, tão comum no cotidiano da política brasileira<sup>402</sup>. Raymundo de Athayde narrou uma série de anedotas que se popularizaram a respeito desse perfil do Prefeito que dão contornos a um personagem quase imune ao “cortejo à popularidade”<sup>403</sup> tão comum aos políticos profissionais. Destacamos algumas delas.

1 – “Em vários dos seus despachos na Prefeitura, descobrimos uma linguagem pitoresca e desabusada. A um requerente ele pergunta se não tem o eu fazer para estar propondo tolices à Municipalidade; a outro diz ser tarde demais para a pretensão: alguém menos vagaroso chegou na frente. Respondendo a um pedido de certo barão remanescente do império, confessa lamentar não poder servi-lo, mas, na certa, existem pelo mundo afora outros negócios que não esse, em que a Prefeitura sairia lesada fatalmente...”<sup>404</sup>

2- “Conta-se que um grupo de bajuladores foi à Prefeitura prestar-lhe uma homenagem descabida. Passos não gostou da novidade, mas nada pôde dizer. Quando, porém, o orador quilométrico começou a ler o

---

<sup>398</sup> Idem.

<sup>399</sup> SILVA, Gastão Pereira da. Pereira Passos...Op. Cit, 1943. p. 39-40

<sup>400</sup> Ibidem, p. 205-206.

<sup>401</sup> Lei **BRASIL. Decreto nº 939, de 29 de dezembro de 1902**. Disponível em: BRASIL. Câmara dos Deputados. Coleção de Leis da República Federativa do Brasil.

<sup>402</sup> Prática em que intermediários atuavam estabelecendo pontes por meio de relações pessoais e tinham a capacidade de facilitar a circulação de bens, entre eles recursos públicos. ver KUSCHNIR, Karina e VELHO, Gilberto. **Mediação e Metamorfose**. In: KUSCHNIR, Karina, op. cit, 1999, p. 84-87.

<sup>403</sup> O “cortejo à popularidade” foi identificado por Surama Pinto como uma das condições para a construção de uma carreira política no Distrito Federal. O que exigia muito mais do que a simpatia. Por isto, a construção de clientelas na cidade demandava prestações de serviços à população, como o oferecimento de serviços médicos, advocatícios, participação em sociedades filantrópicas, manutenção de contato com o operariado e vínculos com a imprensa. PINTO, Surama Conde Sá. Op. Cit, 2011, p. 68-72.

<sup>404</sup> ATHAYDE, Raymundo A. de. Op. Cit, 1944. p. 80.

papelório, Passos simplesmente pede o discurso, dizendo, para não o decepcionar: - eu o lerei mais à vontade em casa, agora estou muito ocupado.”<sup>405</sup>

3- “A um mordedor contumaz que lhe pediu cinquenta milréis, Passos tira da carteira uma cédula de vinte, dizendo com raiva: tome 20, seu malandro, você precisa trabalhar”<sup>406</sup>

4 – “Um amigo do prefeito, querendo homenageá-lo por ocasião de uma visita que este fizera a uma localidade suburbana, manda soltar foguetões em sinal de regozijo. Ao ouvir o estouro do foguetório, Passos pergunta quem desse modo desrespeitava uma postura municipal baixada ultimamente por ele. Sabedor do que se passava, agradecer a homenagem e mandou punir o fiscal da Prefeitura e o infrator”<sup>407</sup>

5- “Certo dia Pereira Passos estava muito atarefado trabalhando em seu gabinete na Prefeitura, quando lhe surge à frente um homem nervoso que queria falar-lhe com urgência. Passos manda-o aproximar-se e o homem, antes de qualquer interrogatório, vai falando – Venho reclamar contra a displicência de um funcionário que há vários dias está para despachar um papel de meu interesse. O prefeito, olhando calmamente para o postulante, interroga-o: - O senhor é capaz de trabalhar sem ganhar dinheiro? É que naquela época, quando Passos entrou na administração municipal, o funcionalismo estava atrasado há vários meses nos seus vencimentos.”<sup>408 409</sup>

Essas anedotas mostram um prefeito rude com os adutores e pouco dado ao clientelismo, o que reforça um estereótipo do técnico como uma antítese do político. Pereira Passos chegou à chefia do Executivo Municipal com uma legitimidade que lhe era peculiar, até mesmo para os padrões dos engenheiros civis formados no Brasil no último quartel do século XIX. Ao questionar a tese de que o prefeito teria copiado, no Rio de Janeiro, as reformas que *Eugène Haussmann* realizou em Paris<sup>410</sup>, André Azevedo

---

<sup>405</sup> Ibidem, p. 81-82.

<sup>406</sup> Ibidem, p. 82

<sup>407</sup> Ibidem, p. 84

<sup>408</sup> Ibidem, p. 81

<sup>409</sup> A respeito da questão fiscal da Prefeitura, ao longo de sua gestão, Pereira Passos resolveu o problema de atraso de salários e equilibrou as contas da Municipalidade. O engenheiro manteve uma boa relação com parcelas do funcionalismo do DF, mesmo após sua saída do cargo, que se verifica nas diversas homenagens prestadas por esses servidores até a sua morte em 1913, em especial quando retornava das suas viagens do exterior. Na Coleção Família Passos há inúmeros documentos a este respeito, como convite para comemorações, cartões, trechos de jornais etc. Passos tinha, no início de sua gestão em 1903, déficit anual na Prefeitura de 605:432\$330 e entregou a sua administração com um superávit anual de 340:469\$976 Cf. PINTO, Surama Conde Sá. Op. Cit, 2011, p. 201 “**Quadro 46: Receita anual arrecadada e despesa paga pela municipalidade do Rio de Janeiro (1889-1922)** Apud FERREIRA, João da Costa. Rio de Janeiro em 1922-1924. Rio de Janeiro: Prefeitura, 197-, p. 27.

<sup>410</sup> Uma obra que já se tornou clássica pelo seu pioneiro e que sustentou essa concepção foi “Pereira Passos: Um Hausmann Tropical.” de Jaime Benchimol. Sobre as críticas esta tese, ver AZEVEDO, André Nunes de. Op. Cit, , 2003; \_\_\_\_\_ Op. Cit, 2016.

demonstrou que Passos não teve a mesma formação dos egressos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que entraram no mercado de trabalho a partir da década de 1880. Para o historiador, Pereira Passos foi um homem do Império, que construiu sua carreira em uma fase de escasso campo de trabalho para a profissão, e que trilhou o início de sua carreira pública, em grande parte, dentro do diminuto corpo de técnicos da administração imperial, formulando projetos técnicos, calcados em uma concepção mais ampla de civilização, sobre a qual a ideia de desenvolvimento material estava subordinada<sup>411</sup>.

O historiador Américo Freire<sup>412</sup> enfatizou a construção da imagem pública de Pereira Passos feita por parcelas da intelectualidade carioca, como o escritor Olavo Bilac<sup>413</sup>, por meio da imprensa, muito antes do engenheiro se tornar prefeito. Segundo Freire, esse personagem foi associado a uma “simbologia heroica”<sup>414</sup> que carregava uma missão salvadora e dotada de atributos como experiência, austeridade e audácia, que seriam necessários à modernização da Capital Federal. Continua o autor:

Se seguirmos os modelos de heroificação sugeridos por Girardet (1987), poderemos afirmar que em Passos estão contidas, ou fundidas, duas formas de exercício da autoridade política: *gravitas* e *celeritas*. A primeira refere-se à experiência e à sabedoria do ilustre e velho combatente encarregado de restaurar com prudência a ordem ameaçada. **A legitimidade do seu poder está no passado de provações e glórias. Pelos hábitos conservadores e experiência, Passos era a encarnação da austeridade e do administrador bem-sucedido** que já havia, como dirigente da Central do Brasil, dado provas do senso de justiça e competência.

**Já *celeritas* refere-se à audácia, à coragem do jovem conquistador que se legitima pela impetuosidade dos atos.** Segundo Girardet: “O gesto do seu braço não é o símbolo de proteção, mas convite à partida, sinal de aventura. Ele atravessa a história como raio fulgurante.” (1987, p.112) Aqui é a energia, a determinação do herói que não vê, ou reconhece, obstáculos. Passos não está interessado em palavras. Não tem tempo a perder. Sabe o que quer. É agitado, enérgico, e provoca “tempestades”.<sup>415</sup> (Grifo nosso)

---

<sup>411</sup> AZEVEDO, André Nunes de. Op. Cit, Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2016, p. 170.

<sup>412</sup> FREIRE, Américo. **A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos.** Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 10, 2003. p. 142-158.

<sup>413</sup> Este que era um amigo próximo de Pereira Passos. Em algumas viagens do escritor à Paris, este se hospedava no apartamento que inferimos ser alugado pelo engenheiro na cidade francesa, isto por conta de uma correspondência de agradecimento de Olavo Bilac a Pereira Passos pela hospedagem. Arquivo Família Passos. Museu da República. Código: FPmpc/df 1857.07.23

<sup>414</sup> FREIRE, Américo. Op. Cit, 2003. p. 145.

<sup>415</sup> Ibidem, p. 155.

Mas, afinal, qual era a postura deste prefeito em relação aos que se valiam da influência que tinham para obter algum benefício público<sup>416</sup>? Para tentar responder a esta questão, voltamos à Coleção da Família Passos<sup>417</sup> e lá nos deparamos com uma infinidade de felicitações sobre os momentos em que Passos assumiu e quando deixou o seu cargo, através de cartas de pessoas próximas e outras, nem tanto, que certamente escreviam para se aproximar do núcleo da rede de relações do engenheiro<sup>418</sup>. Inclusive, estas eram boas oportunidades para se pedir uma dádiva do Estado.

O que encontramos foram poucos vestígios dessas práticas, que sugerem que o engenheiro não propiciava ambientes para que pleitos pessoais lhe fossem encaminhados. Embora houvesse exceções, como a de um primo distante, João Passos, que vivia em Paraty, terra natal de seu avô paterno. O parente parabenizava o engenheiro e aproveitava para pedir uma ajuda para abrir um negócio em sua cidade, para que pudesse manter o sustento dele e de sua família. Um tipo de proteção pautada por reciprocidades generalizadas de parentesco.

(...) Respeitado Amigo Senhor. Primeiro que tudo cumprimento-o desejando-lhe a melhor saúde em companhia de sua Excelentíssima Família, aproveito a ocasião para felicitar lhe pelo nosso nome hoje bem representado nesta Capital e a Capital por encontrar em sua pessoa um homem que a pudesse levantar do estado (...) em que se achava. (...) Desde que juntos por muitos anos vivemos na Chácara dos nossos em S. João Marcos nunca mais tive ocasião de saber de seus irmãos e de sua pessoa, vim para esta localidade aonde me encontro já com os meus 71 anos quase vencidos lutando sempre com as maiores dificuldades (...) sem recursos para os meus venho a sua presença na qualidade de bom parente e velho amigo pedir-lhe sua proteção para aqui ir vivendo, desejando ter um pequeno negócio aonde poderei ir ter algum recurso para a minha alimentação e de meus filhos visto que não tenho emprego algum e nem outros meios de vida. Assim contando que meu apelo não é em vão antecipo os meus agradecimentos, espero sua (...) resposta.

---

<sup>416</sup> Sobre, ver FARIA, Fernando Antônio. **Os vícios da Re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX**. Rio de Janeiro: Notrya Editora, 1993.

<sup>417</sup> Há requerimentos encaminhados a Pereira Passos no Arquivo Particular Pereira Passos no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Estes documentos não foram considerados pela nossa pesquisa por serem enviados por um canal oficial e, assim, terem a mediação institucional do Estado. No nosso entendimento essas demandas perdem a condição dádiva e, por isso, fogem ao escopo do nosso capítulo.

<sup>418</sup> Cartas de contendo felicitações sobre a nomeação de Pereira Passos para a Prefeitura. Arquivo Família Passos (Museu da República). - - FPpp/am 1905.08.13. Correspondências com homenagens de despedida de Pereira Passos, por ocasião de sua saída da prefeitura do Rio de Janeiro em 1906. Arquivo Família Passos (Museu da República). Código: - FPpp/cr/pp1906.11.08. Documentos e cópias datilografadas de textos de abaixo-assinado homenageando Pereira Passos por parte dos funcionários da Prefeitura; homenagens a Pereira Passos – uma delas contém letra de música feita especialmente para Pereira Passos (1905-1909). Arquivo Família Passos (Museu da República). Código: FPpp/dp 1905.05.04

De V. Excelência,  
Parente e Amigo obrigado  
João Passos<sup>419</sup>

Além do caso de seu primo, encontramos mais sete pedidos de favores nas subséries e dossiês referentes ao período. Certamente, esta não era a única forma de se encaminhar um pleito e nem a mais eficaz. Por definição, tais práticas prescindiam de algum vínculo afetivo e pessoal e do contato *tête-à-tête*, mesmo que por puro artifício de retórica e por um jogo de influências daqueles que conseguiam ter acesso ao gabinete do Prefeito. No entanto, esta documentação nos indica que essas práticas eram realmente raras na cúpula da Prefeitura durante a gestão de Passos, tanto no período em que o Conselho Municipal esteve suspenso<sup>420</sup>, quanto posteriormente. Esses números ganham mais relevo quando comparados com os pedidos preservados pelos Frontin no mesmo intervalo de tempo: para cada registro de pedido a Pereira Passos, temos 24 para Paulo de Frontin

Entretanto, essa diferença não pode ser lida de maneira absoluta<sup>421</sup>, pois é preciso considerar variáveis, como a de pedidos ao prefeito que tenham se perdido antes mesmo de irem para o seu arquivo pessoal. E, mesmo que a guarda desse tipo de correspondência fosse usual, não podemos perder de vista o desinteresse de Passos com essas práticas, que se potencializava pela certa autonomia que ele teve na gestão do Executivo Municipal. Por isso, o descarte de correspondências endereçadas ao Prefeito pedindo favores pessoais deve ser também considerado. Além do mais, o arquivo da Família Passos tem como característica a preservação minuciosa de documentos, não apenas referentes à trajetória do seu patriarca, mas do seu núcleo de parentesco, com ricas informações sobre a vida mais íntima desses personagens. Inclusive das mulheres, com destaque para a intensa atividade epistolar da filha Olympia Passos e de suas netas Ernestina Castro Passos e Maria Paula Teixeira de Castro, além de fontes notariais, como testamentos e inventários detalhando os bens da família ao longo do século XX<sup>422</sup>

---

<sup>419</sup> Carta de João Passos a Francisco Pereira Passos. 19/09/1903 **Arquivo Família Passos (Museu da República)**. Código: FPpp1903.06.16 (3)

<sup>420</sup> O Conselho Municipal do Distrito Federal foi empossado a 27 de julho de 1903. Cf. . Lei 939, de 29 de dezembro de 1902.

<sup>421</sup> Como já foi mencionado em observação à tabela 10, este é um universo de pedidos identificados em dossiês e subséries relativos à atividade de Prefeito, o que não garante que outros pedidos tenham sido arquivados em outra parte da Coleção Família Passos. Além disso, foram considerados somente pleitos por dádivas da do Executivo Municipal.

<sup>422</sup> Cf. Inventário da Coleção Família Passos. Museu da República. Rio de Janeiro.

Portanto, esses indícios sinalizam que, na gestão de Pereira Passos, a prática de troca de favores não foi um expediente mobilizado pelo engenheiro para dar coesão ou ampliar a sua robusta rede de relações. Fontes do arquivo da família nos permitiram aferir o perfil desta rede de relações mais ampla, ao longo da década de 1910, por conta de uma enxurrada de correspondências de condolências enviadas à família em decorrência do falecimento de D. Maria Rita Passos, em 1912, de Pereira Passos, em 1913, e do filho Paulo de Oliveira Passos, ao final de 1916.

Nas subséries intituladas “falecimentos”, encontramos nada menos do que 2.325 correspondências, das quais somente de cartões sem datação há 399<sup>423</sup> e, embora estejam catalogados como “enviando pêsames a Pereira Passos pela morte de sua esposa Maria”, é muito provável que eles se refiram não somente ao ano de 1912, mas aos anos posteriores, porque eles não são endereçados apenas ao seu patriarca, mas ao restante da família.<sup>424</sup>

Este número expressivo de correspondências indica uma extensa rede de relações, ainda que muitos desses missivistas escrevessem para mais de um familiar, às vezes a todos os enlutados. Além disso, nem todos esses missivistas pertenciam ao núcleo de relações dos Passos, considerando que havia atos de condolências que eram meramente protocolares à família do ex-prefeito. Mesmo que distantes, eles não deixaram de participar desta teia de vínculos pessoais, que foi um valioso bem imaterial da família.

Para traçar o perfil social desses missivistas, optamos pelo recurso da amostragem aleatória simples dos cartões de visita (399), dos quais consideramos 186 deles, que foram organizados conforme as tabelas a seguir. Por este ter sido um critério de seleção contingencial, a lista nominal dessas pessoas e organizações constarão no anexo deste trabalho.

**Tabela 11: Cartões de pêsames à família Passos por localidade (1912-1916)**

Local	Qtd.	%
Capital	108	58
Rio de Janeiro	22	12
Internacionais	11	6

<sup>423</sup> Cartões de pêsames a integrantes da família Passos. **Coleção Família Passos**. Museu da República. Código: FPpp/cr/pp 0000.00.00. (A referência é com o algarismo zero mesmo).

<sup>424</sup> Houve um outro falecimento neste grupo familiar, Ernesto Werneck Teixeira de Castro, em 1897.

São Paulo	4	2
Minas Gerais	3	1,5
Rio Grande do Norte	1	0,5
Santa Catarina	1	0,5
Sem Informação	36	19,5
Total	186	100

Fonte: Coleção Família Passos. Museu da República. Código da Pasta: FPpp/cr/pp 0000.00.00

**Tabela 12: Cartões de pêsames enviados à família Passos por ocupação dos missivistas (1912-1916)**

Área	Qtd.	%
Engenharia e Arquitetura	24	16
Comércio e Indústria	23	15,5
Funcionalismo Público	16	11
Diplomacia	14	9,5
Medicina	14	9,5
Política	14	9,5
Advocacia	11	7,5
Literária e imprensa	6	4,5
Educação	4	3
Magistratura	3	2
Procuradoria	3	2
Militar	3	2
Agricultura	3	2
Financeira	3	2
Trabalhadores	3	2
Eclesiástica	2	1,5
Cartorária	1	0,5
Total	147	100

Fonte: Fonte: Coleção Família Passos. Museu da República. Código da Pasta: FPpp/cr/pp 0000.00.00  
Observação: Não obtivemos informações de ocupação de 39 missivistas.

Esses dados demonstram uma rede de relações de Pereira Passos concentrada na Capital Federal e no Estado do Rio Janeiro, com um perfil socioeconômico horizontalizado, com forte presença de figuras com ensino superior, como engenheiros e arquitetos, além de representantes da indústria, do comércio e de profissionais liberais

(médicos, advogados). Os cartões enviados do exterior vinham de diplomatas brasileiro, principalmente por cônsules, ministros plenipotenciários e enviados de delegações diplomáticas. Entidades e instituições também prestavam condolências, como a Cooperativa Pastoril Sul-Mineira, a Diretoria da Liga do Comércio (não obtivemos informações de qual região), a Câmara Municipal de Lisboa e a diretoria do Clube de Regatas Boqueirão.

Em relação a essa proximidade com os diplomatas, é preciso destacar o laço de amizade de Pereira Passos com o Barão de Rio Branco, que chefiou o Ministério das Relações Exteriores brasileiro de 3 de dezembro de 1902 até 1912, data de sua morte<sup>425</sup>. Segundo Raymundo Athayde:

O Barão do Rio Branco era amigo pessoal de Pereira Passos, frequentando assiduamente o seu palacete. De ordinário três vezes por semana lá ia ele com o Dr. Pessegueiro do Amaral, às 8 horas da manhã e já sempre esperado pelo criado Genserico, que lhe servia café e biscoitos. Rio Branco palestrava meia-hora e se retirava, o que também fazia Pereira Passos para os seus afazeres. Genserico, o criado, lamentava sempre que Rio Branco permanecesse em Petrópolis, pois que das visitas do Barão em Laranjeiras, resultava sempre uma gorjeta de 5\$000.<sup>426</sup>

Ordinariamente almoçava na cidade, em companhia de amigos. Comia pouco e gostava de vinho fino. Não era como o seu amigo Rio Branco, apreciador de guisados e quitutes de peixe e camarão. À tarde regressava a casa, onde presidia o jantar da família e, como gostasse de música, sua filha mais velha tocava ao piano trechos de óperas ou operetas de sua escolha durante a refeição.<sup>427</sup>

Portanto, esses dados demonstram uma ampla rede de relações de Pereira Passos, calcada por relações mais simétricas. Em relação aos pedidos recebidos pelo então Prefeito, procuramos identificar o perfil desses solicitantes e entender de que forma eles procuraram legitimar os seus pleitos.

---

<sup>425</sup> Cf. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Centenário da morte do Barão do Rio Branco**. Brasil. Publicado em: Publicado em 10/02/2012. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/centenario-da-morte-do-barao-do-rio-branco](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/centenario-da-morte-do-barao-do-rio-branco). Último acesso em: 22/12/2022.

<sup>426</sup> PAOLOPOLITANO, Op. Cit, 1941, p. 76.

<sup>427</sup> ATHAYDE, Raymundo. Op. Cit, 1948, p.78.

**Tabela 13: Pedidos de favores enviados a Pereira Passos por correspondência (1903-1906)**

Data e Local		Missivista	Ocupação/vínculo	Natureza do pedido
16/06/1903	Capital Federal-DF	A. Felício dos Santos	Médico e político	Apresentação de Álvaro Leitão
19/09/1903	Paraty – RJ	João Passos	Primo	Ajuda para a obtenção de um pequeno negócio para o seu sustento e de sua família em Paraty
14/05/1904	Capital Federal-DF	J. J. Seabra	Jurista e político (Ministro da Justiça)	Apresentação de Sá Peixoto (Deputado Federal por Amazonas)
18/04/1904	Capital Federal-DF	José Maria Mettelo	Advogado e Político	Emprego de Guarda Municipal para Alfredo Lourenço Martins
25/02/1905	Capital Federal	Marthiniano Duarte Pereira da Silva	Oficial de escritório da EFCB	Vaga no educandário Casa de São José para o filho da viúva Izabel Constantina dos Santos
28/02/1905	Capital Federal -DF	Alfredo Pedro dos Santos	Vice-Cônsul do Chile no Brasil	Vaga no Instituto profissional o menor de idade e filho de Carlota Batista Pereira Alves
11/05/1905	Teresópolis -RJ	Conselheiro Teodoro M. F. Pereira da Silva	Político no Império	Vaga no educandário Casa de São José para o menor “Arlindo”.
07/08/1906	Capital Federal -DF	Não identificado	S/i	Emprego como ajudante de 2ª classe da Prefeitura a Eugênio Plínio Oliveira

Fonte: Arquivo da Família Passos (Museu da República). Código: FPpp1903.06.16. (1903-1906)  
 Observação: A amostragem adotada neste capítulo é referente aos anos de 1903-04, porém, pelo reduzido número de pedidos, optamos por incluir todos aqueles com datação de 1903 a 1906 que cobrem todos os anos da gestão de Pereira Passos na Prefeitura.

**Tabela 14: Tratamento a Pereira Passos por correspondência (1903-1906)**

Ocupação/vínculo	Imagem de si	Imagem de Pereira Passos
Médico e político por Minas Gerais	Criado Amigo e Venerador	Excelentíssimo Senhor Doutor Passos
Primo	Respeitado Amigo Senhor Primo	Ilustríssimo (...) Senhor Doutor Francisco Pereira Passos
Jurista e político (Ministro da Justiça)	Amigo muito ofertado admirador (...)	Excelentíssimo Amigo Doutor Pereira Passos
Advogado e Político Por Mato Grosso	Amigo grato obrigado	Excelentíssimo Senhor Doutor Passos
Oficial de escritório da EFCB	Amigo criado e muito agradecido	Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Pereira Passos
Vice-Cônsul do Chile no Brasil	Atencioso (...) amigo obrigado	Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Pereira Passos

Teodoro M. F. Pereira da Silva	Amigo velho e criado obrigado	Excelentíssimo Amigo Senhor Doutor F.P. Passos
s/i	Admirador e amigo obrigado	Excelentíssimo Amigo (...) Doutor Francisco Passos

Fonte: Arquivo da Família Passos (Museu da República). Código: FPpp1903.06.16. (1903-1906).  
 Observação 2: Os dados relativos aos quadros sobre o tratamento dos missivistas deste capítulo tiveram como referência a perspectiva adotada por José Murilo de Carvalho nas tabelas de natureza semelhante sobre as cartas enviadas a Rui Barbosa (1889-1891). Sobre ver CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit, 2000.

Com os pedidos elencados, é possível perceber que não havia, neste caso, um padrão de bens públicos solicitados e, muito menos, de grupos sociais específicos que eram favorecidos. Assim, a falta de organicidade e de recorrência de tais práticas na documentação pessoal do engenheiro reforçam a percepção de que ele não se empenhou, enquanto prefeito, em mobilizar uma rede de troca de favores com os recursos públicos que tinha nas mãos - como postos de trabalho, vagas em escolas municipais ou em benefícios referentes à reforma urbana.

Com exceção de seu primo de Paraty, as demais correspondências foram escritas por padrinhos (87%), o que evidencia um ambiente mais homogêneo desses intermediários, alguns deles políticos, que usavam de sua influência para mediar esses contatos com o prefeito. Em todos esses encaminhamentos, os missivistas recorriam a estratégias de dádivas, legitimando seus pleitos através de reciprocidades generalizadas e reivindicando laços de amizade. Na maior parte das vezes, as justificativas se baseavam na proteção e no socorro ao mais fraco. Entre eles, 4 missivistas citavam os méritos, as qualificações e qualidades pessoais de seus indicados, 3 faziam apelo a valores morais do próprio Pereira Passos, como a benevolência, a generosidade e a caridade, principalmente quando se tratava de vagas para menores de idade em escolas da Prefeitura, e um pedido era pautado pelo vínculo de parentesco.

O quadro que compara a visão que esses padrinhos faziam de si e do chefe do Executivo Municipal traz o desenho de uma atmosfera social mais homogênea e de reciprocidades mais horizontalizadas. O que se verifica pela baixa variação de substantivos, adjetivos e advérbios utilizados no tratamento inicial ao remetente e na subscrição dos missivistas. Considerando que eles seguiam certos protocolos<sup>428</sup> e que

<sup>428</sup> O manual “O Secretário Brasileiro”, publicado em 1904, trazia o modelo de 306 cartas sobre diversos assuntos e um deles era justamente sobre pedidos de emprego e dinheiro: "Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor, eu e minha família estamos no maior estado de penúria que é possível imaginar-se. As nossas

convinha assumir uma certa posição de subalternidade, ainda que retórica, é possível constatar variações como “amigo criado”, “amigo obrigado”, “amigo admirador” eram cabíveis e até triviais, em contrapartida ao tratamento de “Excelentíssimo Doutor”, afinal de contas, o destinatário era um bacharel e uma autoridade pública.

Outras informações sobre essa documentação chamam atenção, como o contato do Ministro J.J. Seabra com Pereira Passos, o mesmo que foi o emissário nas tratativas iniciais para o engenheiro aceitar o pedido de Rodrigues Alves e que aparece, novamente, só que dessa vez apadrinhando um indicado seu. O que indica que, naquele momento, o Ministro da Justiça, bacharel em Direito, esteve muito mais próximo do núcleo da rede de relações de Passos do que os reformadores que também pertenciam ao campo técnico, como Lauro Muller, Paulo de Frontin e Francisco Bicalho. Notamos também a ausência de engenheiros na lista dos pedintes, eles não aparecem sequer para pedir uma vaga de emprego em meio à profunda transformação urbana vivida pela cidade do Rio de Janeiro. Essas constatações confirmam um comportamento de Pereira Passos distante das articulações de interesses de engenheiros e empresários que eram galvanizadas pela figura de Paulo de Frontin no Clube de Engenharia.

Esses dados nos levam a concordar, em partes, com o perfil traçado por Raymundo Athayde, ainda que chegassem às mãos do engenheiro alguns pedidos de políticos, de um familiar, um técnico da EFCB e um Vice-Cônsul do Chile no Brasil. Mais uma vez, encontramos o contato de Passos com diplomatas, dessa vez Alfredo Pedro dos Santos, que pedia uma vaga no Instituto profissional um menor de idade, filho da senhora Carlota Batista Pereira Alves. Esta proximidade com diplomatas reforça a presença de Barão de Rio Branco no núcleo da rede de relações de Pereira Passos, como conta o biógrafo Paolopolitano:

Certa vez, Rio Branco chega nervoso e agitado. Pereira Passos, percebe a sua agitação, mas, recebe-o com o seu sorriso, e pergunta-lhe: o que há de novo? Venho pedir a V. Excia.,

---

roupas estão quase em farrapos e há dias que nada arranjamos para comer. Em tão críticas circunstâncias, lembrando-nos da extrema benevolência com que V. Excelência nos tem sempre distinguido e da bondade e espírito generoso de que é dotado, resolvemos suplicar-lhe que nos socorra, arranjando-me um emprego e dando –me o quanto antes alguma quantia para não morrer à fome. Certo de que Vossa Excelência não se recusará pelo menos a fazer-me esta última obra de misericórdia, beijo-lhe desde já as mãos reconhecidamente, no auge da satisfação, por mim e por minha família.” Em: H. GARNIER. **O Secretário Brasileiro contendo 306 modelos de cartas sobre todos os assumptos e um formulario de requerimentos e memoriais.** Rio de Janeiro: Livraria H. Garnier, 1904. p. . 155.

responde o Barão, que não ponha abaixo, com a sua mania de demolição de tudo por abaixo, o palacete do Marquês de Abrantes, monumento histórico que deve ser poupado. E Passos, entre malicioso e zangado diz: Na minha mania de demolições e de tudo por abaixo, conservarei o palacete Abrantes, pois além das pinturas de Debret, tem muitas recordações históricas sobre o Marquês de Abrantes.

Rio Branco ficou aliviado, e despediu-se contente<sup>429</sup>

Entretanto, o fato de Pereira Passos se distanciar de comportamentos clientelistas não deixava de fazer dele um padrinho importante em uma República marcada pela “distribuição de favores”<sup>430</sup>. Em seu arquivo, encontramos registros que demonstram que o engenheiro também usava de sua influência para a proteção de pessoas de sua rede de relações. Como na carta recebida com o timbre do Gabinete do Prefeito Serzedelo Correia, comunicando a Passos que o seu pleito para que a municipalidade não incomodasse um indicado seu tinha sido atendido:

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1909.

Prezado Amigo Dr. Passos,  
Recebi ontem a sua carta e o Dr. Sezerdello atende, com muito prazer ao seu pedido.  
Já dei as providências necessárias para que a pessoa pela qual o senhor se interessa não seja incomodada.  
Receba as minhas mais respeitadas saudações.  
Do amigo muito grato<sup>431</sup>

No ano seguinte, o engenheiro se empenharia, mais uma vez, em favor do seu amigo Augusto Malta<sup>432</sup>, figura que lhe foi apresentada pelo engenheiro Antônio Alves

---

<sup>429</sup> Cf. PAOLOPOLITANO. Op. Cit, 1941., p. 70

<sup>430</sup> Cf. CARVALHO, Op. Cit, 2000.

<sup>431</sup> Assinatura não identificada, com timbre do gabinete da Prefeitura. Rio de Janeiro: 18/08/1909. **Coleção Família Passos**. Museu da República. Código: FPpp1860.05.13 (14).

<sup>432</sup> O alagoano da região de Mata Grande, que se tornaria a cidade de Paulo Afonso; Augusto Cesar Malta de Campos (1864 -1957) foi morar na cidade do Rio de Janeiro em 1888. Atuou Integrou na Guarda Municipal do Distrito Federal de 1889 a 1893, após este período, trabalhou como guarda-livros e comerciante e do gênero de “secos e molhados”, e se dedicou à fotografia, ofício no qual se tornou um dos principais cronistas da paisagem carioca e suas profundas transformações no início do século XX. Foi contratado na gestão do prefeito Pereira Passos, com o objetivo de documentar em fotografias as reformas urbanísticas promovidas naquela administração. Malta só deixaria o cargo de Fotógrafo Oficial da Prefeitura com a sua aposentadoria, em 1936. Sobre ver: LOUREIRO, Elizabeth Cristina Marques de. Dados biográficos. In: **Augusto Malta: catálogo da série negativo em vidro/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994. p. 15-17.

da Silva Júnior. Passos acabou se tornando padrinho de batismo uma das filhas do Malta, Aristocléa (1903-1934), que, inclusive, foi uma das herdeiras eleitas no testamento do engenheiro, como vimos no capítulo 1. Malta foi admitido como funcionário da Prefeitura por Pereira Passos, em junho de 1903, com a criação do cargo de fotógrafo oficial da Prefeitura, função que ocupou até 1936.<sup>433</sup> Esta que foi uma relação de amizade e de compadrio pautada por vínculos assimétricos, como comprova a correspondência abaixo, em que Passos se compadecia com a penúria do amigo, solicitando a sua esposa, que encaminhasse ao Marechal Hermes da Fonseca, então Presidente da República eleito, uma demanda de Malta:

Sinhá

Vê se consegues do Marechal Hermes o [rasurado] que o Malta pede na carta junta. O pobre homem que está com 6 filhos vê nisso provavelmente o modo de fazer algum dinheiro.  
Saudades de teu marido e amigo,  
F. P. Passos <sup>434</sup>

Além disso, outro caminho que procuramos percorrer para entender essas possíveis imbricações das estratégias sociais de Pereira Passos, enquanto parte do Estado, foi o levantamento das pessoas que ele levou ou manteve nas principais diretorias do Executivo Municipal e dos cargos de confiança de seu gabinete.

**Tabela 15: Gabinete do Prefeito Pereira Passos no Distrito Federal (1903-1906)**

Gabinete do Prefeito	Prefeito		Francisco Pereira Passos
	Secretário Particular	1903	Alexandrino Freire do Amaral <b>(Médico)</b>
1904		Aureliano Portugal <b>(Médico)</b>	
1905		Aureliano Portugal <b>(Médico)</b>	
1906		Aureliano Portugal <b>(Médico)</b>	
Auxiliares de Gabinete	1903	Antônio da Silva Moutinho - 1º Oficial <b>(Bacharel em Direito)</b>	
		Manoel Pedro Drago - 2º Oficial <b>(Sem informação de ensino superior)</b>	

<sup>433</sup> Idem.

<sup>434</sup> Carta de Francisco Pereira Passos à esposa. 18/08/1910. Karlsbad (atual República Tcheca). **Coleção Família Passos**. Museu da República. Código: FP/pp/cr/mrap 1865.05.29 (13).

		1904	Antônio da Silva Moutinho - 1º Oficial <b>(Bacharel em Direito)</b>
			José Teixeira de Carvalho - 1º Oficial <b>(Sem informação de formação em ensino superior)</b>
		1905	Manoel Pedro Drago - 2º Oficial <b>(Sem informação de ensino superior)</b>
			Antônio da Silva Moutinho - 1º Oficial <b>(Bacharel em Direito)</b>
			José Teixeira de Carvalho - 1º Oficial <b>(Sem informação de formação em ensino superior)</b>
		1906	Manoel Pedro Drago - 2º Oficial <b>(Sem informação de ensino superior)</b>
			Antônio da Silva Moutinho - 1º Oficial <b>(Bacharel em Direito)</b>
			José Teixeira de Carvalho - 1º Oficial <b>(Sem informação de ensino superior)</b>

Fonte: Repartições municipais e circunscrições urbanas e suburbanas da cidade do Rio de Janeiro.  
Almanack Leammert (1903-1906)

**Tabela 16: Principais diretorias da Prefeitura do Distrito Federal (1903-1906)**

Diretoria Geral de Polícia Administrativa, de Arquivo e Estatística (Antiga Diretoria de Interior e Estatística)	1903	Alexandrino Freire do Amaral <b>(Médico)</b>
	1904	Alexandrino Freire do Amaral <b>(Médico)</b>
	1905	Alexandrino Freire do Amaral <b>(Médico)</b>
	1906	Alexandrino Freire do Amaral <b>(Médico)</b>
Diretoria Geral de Fazenda Municipal	1903	Hermogenes Azevedo Marques <b>(Contador)</b>
	1904	Hermogenes Azevedo Marques <b>(Contador) - Saída por conta de aposentadoria</b>
	1905	Carlos Florêncio Fontes Castello <b>(Contador)</b>
	1906	Carlos Florêncio Fontes Castello <b>(Contador)</b>
Diretoria Geral de Instrução Pública	1903	José Medeiros e Albuquerque <b>(Professor e jornalista)</b>
	1904	José Medeiros e Albuquerque <b>(Professor e jornalista)</b>
	1905	José Medeiros e Albuquerque <b>(Professor e jornalista)</b>
	1906	José Medeiros e Albuquerque <b>(Professor e jornalista)</b>
Diretoria Geral de Obras e Viação	1903	*****

	1904	*****
	1905	*****
	1906	Jeronymo Francisco Coelho <b>(Engenheiro Civil)</b>

Fonte: Repartições municipais e circunscrições urbanas e suburbanas da cidade do Rio de Janeiro. Almanack Leammert (1903-1906)

As informações trazidas nesses dois quadros mostram que Passos manteve, nestes cargos de diretores e em seu gabinete, os funcionários que já faziam parte do corpo burocrático do Executivo Municipal desde meados da década de 1890. A única pasta que teve interferência direta sua foi a Diretoria Geral de Obras e Viação, que ficou sem diretor geral nos primeiros anos da sua gestão. A diretoria só foi assumida interinamente pelo engenheiro Jerônimo Francisco Coelho em 1905. Coelho que era engenheiro civil, formado pela Politécnica do Rio de Janeiro e começou sua carreira na Prefeitura, em 1890, na função de engenheiro de uma circunscrição da Diretoria de Obras do Distrito Federal.<sup>435</sup> Ele assumiu o posto depois que Alfredo Américo de Souza Rangel<sup>436</sup>, engenheiro que se tornou amigo de Pereira Passos, recusar o seu convite para chefiar a pasta de obras,<sup>437</sup> preferindo manter-se na chefia da Comissão da Carta Cadastral da Prefeitura<sup>438</sup>, que foi o centro articulador deste projeto de reformas urbanas.

Passos manteve laços estreitos de amizade com Rangel, que ficaram famosos nas correspondências trocadas entre os dois durante as viagens internacionais feitas por

<sup>435</sup> FERREIRA, Luiza. e VILELA, Amanda. **Verbete Jerônimo Francisco Coelho**. Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/amaral-alexandrino-freire-do/>. Último acesso: 21/12/2022.

<sup>436</sup> “Nascido em 12 de setembro de 1865, na Paraíba do Norte, Rangel veio para o Rio de Janeiro em 1883 para estudar na Escola Politécnica, onde se formou em Engenharia Civil. Na Prefeitura do Distrito Federal, assumiu diversos cargos na comissão da Carta Cadastral, chegando a chefiá-la em 1901. O órgão adquiriu grande relevância para o plano de reforma urbana levado a cabo durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906). Em 1905, o engenheiro foi convidado para exercer o cargo de Diretor Geral de Obras e Viação. Recusando o convite, permaneceu no cargo de subdiretor da Carta Cadastral. Apesar da recusa, seu vínculo com o Prefeito ultrapassou o âmbito da administração da prefeitura, tornando-se amigos até o fim da vida de Passos (1913). Alfredo Américo de Souza Rangel. Faleceu em 01/10/1924.” Sobre: FERREIRA, Luiza. e VILELA, Amanda. **Verbete Alfredo Américo de Souza Rangel**. Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/souza-rangel-alfredo-americo-de/>. Último acesso: 21/12/2022.

<sup>437</sup> Idem.

<sup>438</sup> Na gestão Pereira Passos, o papel da Comissão da Carta Cadastral foi de coordenar o projeto e as intervenções urbanísticas da Prefeitura no Distrito Federal. A Comissão traçou os planos diretores de alargamentos das ruas, de canalização de rios, construção de rede de água e esgoto, além da abertura de novas Avenidas e da elaboração de critérios para a construção de novos prédios na cidade. Cf. ROCHA, Oswaldo Porto. Op. Cit, 1995. p. 65-66.

Pereira Passos após deixar a Prefeitura. Uma amizade marcada por reciprocidades muito mais horizontalizadas, se comparadas com as relações que Passos manteve com Augusto Malta. Uma compilação de parte desse material escrito entre 1906 e 1909<sup>439</sup> foi publicada em 1913 no livro “Notas de viagens, cartas a um amigo”<sup>440</sup>, onde Passos tratava de temas relativos ao Rio de Janeiro e às cidades por onde esteve na Europa, no Oriente Médio e na Rússia.

Fizeram parte do gabinete do Prefeito, Alexandrino Freire do Amaral, médico, que já desempenhava a função de chefe de gabinete de prefeitos anteriores desde 1893<sup>441</sup> e Aureliano Gonçalves de Souza Portugal, também médico, que passou a fazer parte do funcionalismo do município, em 1890, como demógrafo da Inspetoria Geral de Higiene.<sup>442</sup>

O ajudante de gabinete Antônio da Silva Moutinho era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo e havia ingressado no funcionalismo municipal em 1893<sup>443</sup>. Manoel Pedro Drago entrou na Prefeitura como escrevente na Diretoria de Interior de Estatística desde 1898<sup>444</sup>, assim como José Teixeira Carvalho que, antes de 1898, trabalhou em casas de comércio no Rio de Janeiro e, a partir de então, se tornou 2º oficial da Diretoria Geral de Interior e Estatística.<sup>445</sup> Portanto, podemos observar pouca alteração nos postos de comando destas secretarias e em cargos de confiança na gestão Pereira Passos.

---

<sup>439</sup> Maria Isabel Lenzi analisou essas cartas, que têm como datas-limites 3 de janeiro de 1907 e 28 de maio de 1909 e que foram selecionadas por Pereira Passos quando retornou ao Brasil. Há ainda aquelas que não foram publicadas (cerca de 20), que encontram-se no arquivo privado da Família Passos, nas quais, seguindo Lenzi, o ex-prefeito muitas vezes se defende de críticas a sua gestão na Prefeitura e tece comentários sobre a população pobre da cidade e lembrando as casas operárias que foram construídas na gestão. Sobre LENZI, Maria Isabel. **Francisco Pereira Passos - Possibilidade de um outro olhar**. Revista Rio de Janeiro, (10), 133-141, 2003.

<sup>440</sup> Essas correspondências foram publicadas em LENZI, Maria Isabel. Op. Cit, 2000.

<sup>441</sup> VILELA, Amanda. **Verbetes Alexandrino Freire do Amaral**. Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/amaral-alexandrino-freire-do/>. Último acesso: 21/12/2022.

VILELA, Amanda. **Verbetes Alexandrino Freire do Amaral**. Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/portugal-aureliano-goncalves-de-souza/>. Último acesso: 21/12/2022.

<sup>443</sup> JOSÉ, Ygor. **Verbetes Antônio da Silva Moutinho**. Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/moutinho-antonio-da-silva/> Último acesso: 21/12/2022.

<sup>444</sup> **Almanack Laermmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)**. edição 52, 1895. p. 453.

<sup>445</sup> **Almanack Laermmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)**. edição 55, 1898. p. 255.

Hermogenes Marques era responsável pelas finanças da Prefeitura, ingressando na Municipalidade, em 1893, como Subdiretor Geral de Fazenda, depois de já ter presidido o Montepio dos Empregados Municipais da Capital Federal entre 1894 e 1904. A sua saída no meio da gestão de Passos se deu por conta de sua aposentadoria em 19/11/1904<sup>446</sup>. O seu substituto na Diretoria Geral da Fazenda Municipal foi Carlos Florêncio Fontes Castelo Fontes. Este que começou sua carreira no Executivo Municipal como despachante e ascendeu, primeiro, como chefe da Seção da Diretoria Geral de Patrimônio em 1893 e, posteriormente, exerceu a função de pagador do Município e de subdiretor de rendas municipais<sup>447</sup>.

José Medeiros e Albuquerque, que comandou a pasta de instrução, matriculou-se na Escola Acadêmica de Lisboa, onde fez o curso de História Natural e, em 1890, se tornou professor da Escola de Belas Artes. Dois anos depois, foi vice-diretor do Ginásio Nacional. Em 28/01/1897, assumiu o comando da pasta de Instrução Municipal do Distrito Federal e por conta de sua oposição ao presidente Prudente de Moraes, foi demitido em novembro de 1897. Depois de recorrer à Justiça, alegando perseguição política, foi reintegrado ao cargo em maio de 1898, onde se manteve por toda a gestão Pereira Passos.<sup>448</sup>

Francisco de Oliveira Passos (formado em 1901) também trabalhou na Prefeitura por nomeação do próprio pai; oportunidade que aproveitou para se projetar e receber parte do prestígio de Pereira Passos. Este herdeiro assumiu, em 1903, o único cargo de Engenheiro Consultor da pasta de Obras e Viação, que contava à época com 80 funcionários<sup>449</sup>. Esta transmissão de pai para filho teve relação com a elaboração do

---

<sup>446</sup> JOSÉ, Ygor. **Verbetes Hermogenes Azevedo Marques**. Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/marques-hermogenes-de-azevedo/>Último acesso: 21/12/2022.

<sup>447</sup> JOSÉ, Ygor e VILELA, Amanda. **Verbetes Carlos Florêncio Fontes Castelo**. Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/castelo-carlos-florencio-fontes/>Último acesso: 21/12/2022.

<sup>448</sup> JOSÉ, Ygor e VILELA, Amanda. **Verbetes José Medeiros e Albuquerque**. Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/medeiros-e-albuquerque-jose-de/>Último acesso: 21/12/2022.

<sup>449</sup> O quadro de pessoal da pasta, em 1904 era o seguinte: 1 cargo de diretor geral vago, 3 subdiretores, 1 Engenheiro Consultor (Francisco de Oliveira Passos), 15 engenheiros de circunscrição, 12 condutores de 1ª Classe, 8 Ajudantes de 2ª Classe, 8 Auxiliares, 1 Engenheiro Eletricista, 1 Zelador, 1 Engenheiro Mecânico, 1 Engenheiro Secretário, 1 Arquiteto, 2 Desenhistas de 1ª Classe, 2 Desenhistas de 2ª Classe, 3 Desenhistas de 3ª Classe, 1 Engenheiro Praticante, 1 Fotógrafo (Augusto Malta), 1 Almojarife, 2 Chefes

projeto e a construção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Desde o começo de sua gestão, Pereira Passos se empenhou na construção de um Teatro para a Capital e, para isso, mobilizou o Executivo Municipal para a elaboração de um projeto de construção de uma casa de espetáculos que fosse uma referência da cultura erudita na cidade.<sup>450</sup>

Já nos primeiros meses de 1903, Passos iniciou as negociações por uma permuta com o Ministério da Fazenda para trocar o Trapiche Mauá, que era do poder municipal, pelo Teatro São Pedro de Alcântara, que ficava na Praça Tiradentes e pertencia ao governo federal.<sup>451</sup> A negociação com a União, no entanto, não prosperou e a outra opção foi, então, construir um edifício na Avenida Central com a lateral para o novo edifício da Escola de Belas Artes, e a entrada principal para o Largo da Mãe do Bispo.<sup>452</sup> Na mesma região seria construído o prédio da Biblioteca Nacional em 1910.

A escolha para o projeto arquitetônico se deu por meio de um concurso promovido pela Prefeitura, com as obras orçadas, inicialmente, em 1.500:000\$000<sup>453</sup>. O presidente da comissão julgadora foi o ministro Lauro Muller, que tinha como outros membros Paulo de Frontin e Jorge Lossio Seiblit, como representantes do Instituto Politécnico Brasileiro, Aarão Reis, representando o Clube de Engenharia, Pereira Passos, a Prefeitura do DF, Rodolfo Bernardelli, a Escola de Belas Artes, Feijó Junior, a Escola de Medicina, Oswaldo Cruz representando a saúde pública e Saldanha da Gama representando a Escola Politécnica.<sup>454</sup>

Concorreram na primeira fase da disputa 107 projetos<sup>455</sup>, que não poderiam ser cópias de edifícios brasileiros e nem internacionais e, entre outras exigências, o desenho tinha que comportar generosa iluminação à luz elétrica, sistema de ventilação em todas as dependências do prédio, seguir padrões acústicos, sendo, obrigatoriamente, o espaço da orquestra colocado em um nível inferior ao da plateia, para não prejudicar a visão dos expectadores, além de uma usina e uma instalação geral de eletricidade.

---

de Seção, 2 1º Oficiais, 6 2º Oficiais, 1 Amanuense (escrevente), 3 Contínuos e 5 Serventes. In: **Almanack Laermmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)**. edição 61, 1904. p. 501-502.

<sup>450</sup> Cf. AZEVEDO, André Nunes de. Op. Cit, 2016, p. 184-185

<sup>451</sup> BRENNNA, Giovanna Rosso Del. O Rio de Janeiro de Pereira Passos. **Uma Cidade em Questão II**. Rio de Janeiro: Index, 1985. p. 28.

<sup>452</sup> Idem.

<sup>453</sup> Cf. Edital de concurso arquitetônico para a construção do “Theatro Municipal” do Rio de Janeiro. Publicado no JORNAL DO COMMERCIO em 24/03/1904. Edição 84, p. 5.

<sup>454</sup> JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 20/03/1904. Edição 80, p. 5.

<sup>455</sup> Idem.

A Municipalidade se comprometia a premiar os quatro primeiros colocados: o grande vencedor com 10:000\$, o 2º lugar com 6:000\$, o 3º com 3:000\$ e o 4º 1:000\$. O resultado do concurso foi noticiado, em detalhes, pelo Jornal do Brasil, em 22/09/1904:

#### O THEATRO MUNICIPAL

(...)

Em um dos salões do palácio da Prefeitura reuniu-se ontem, à 12h da tarde, conforme estava anunciado, a comissão julgadora dos projetos para a construção do Theatro Municipal. Presentes os srs. Drs. Lauro Muller, Paulo de Frontin, Del Vecchio, Morales de los Rios, Andrade Pinto, Carlos Hargreaves e Chagas Doria, Bernardelli e Arthur Azevedo, faltando apenas o dr. Araripe Junior, o dr. Nascimento Silva, diretor geral de obras e viação leu a ata da sessão anterior, que foi aprovada sem discussão.

(...) Depois de várias discussões, o dr. Frontin propôs, de acordo com o n. 5 do art. III do edital que o 1º e 2º prêmios fossem conferidos conjuntamente aos autores do projeto *Aquila e Isadora*, para dividi-los igualmente entre os dois, por considera-los de igual mérito em seu conjunto e equivalendo as deficiências, aliás, sanáveis, que um e outro se notam sob o ponto de vista estético, higiênico e técnico.

O júri concordou com essa proposta, sendo o 3º conferido ao autor do projeto *Néo*, contra os votos dos srs. Bernardelli e Andrade Pinto.

Aberto os envelopes correspondentes, verificou-se que os autores premiados **foram Francisco de Oliveira Passos e a seção de arquitetura e eletricidade da Prefeitura (Aquila)**; Alberto Gilbert, presidente da Associação de Associação de Arquitetos da França (Isadora) e Victor Dubugreas, professor da escola Politécnica de São Paulo (*Néo*).

Lavrado o veredicto, a comissão convidou o sr. Prefeito a comparecer na sala em que achava reunida e foi-lhe lido o laudo.

S. Excia. declarou-se satisfeito e, agradecendo o comparecimento dos membros da comissão, felicitou-os pelo brilhante resultado.

Os trabalhos terminaram às 5 e ½ da tarde, ficando resolvido que todos os projetos serão expostos no salão da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro.

**Como vêm os leitores do Jornal do Brasil, cabe a primazia de ter com seis dias de antecedência declarado que o projeto premiado seria o de Aquilla, seguindo-se o de Isadora, pois, na sua edição de 16 do corrente isso registramos.**<sup>456</sup>

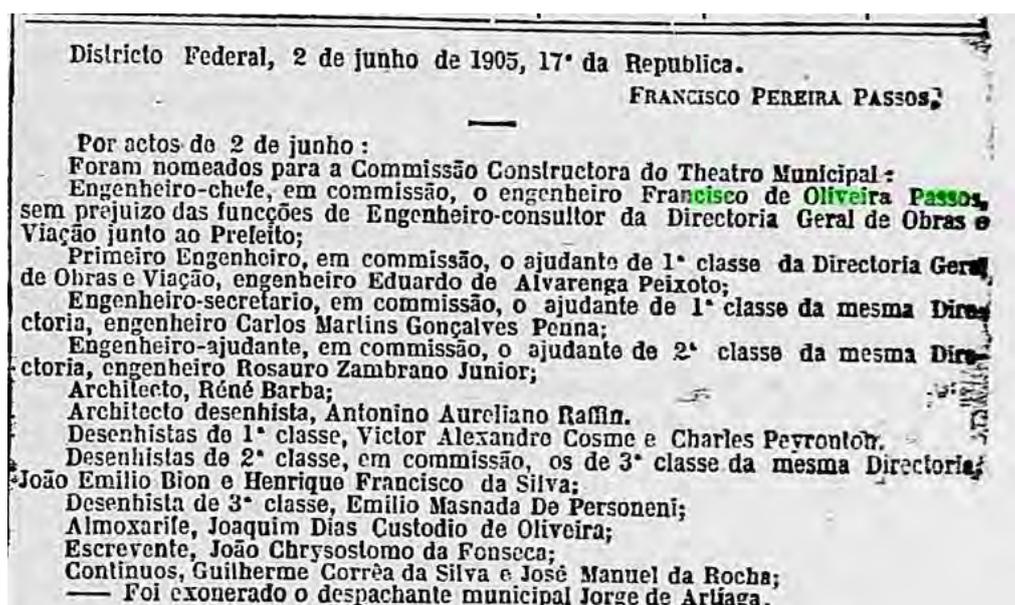
É provável que a satisfação de Pereira Passos com a proposta de Frontin, relatada pelo JB não tenha sido tão genuína assim, já que o projeto de seu filho e de parte do corpo técnico da Prefeitura era dado como o grande vencedor pelo próprio periódico, seis dias

---

<sup>456</sup> JORNAL DO BRASIL. “O Theatro Municipal”. Rio de Janeiro: 22/09/1904. Edição: 266, p. 4

antes. Oliveira Passos acabou dividindo a primeira colocação com o arquiteto francês Albert Guilbert. Além do mais, quando consideramos a composição do corpo de jurados do concurso, que teve como representantes as principais instituições públicas e corporativas do campo da engenharia, das artes, da medicina e contou com representação da União e da Prefeitura, notamos a relevância do projeto de construção do Teatro Municipal da Capital da República.

A construção do edifício foi aprovada por Pereira Passos, sendo o seu filho nomeado para comandar as obras que se iniciaram em 2 de janeiro de 1905, a partir da fusão dos dois projetos vencedores, inspirados na arquitetura da Ópera de Paris<sup>457</sup>. A conclusão da construção aconteceu na gestão do prefeito Souza Aguiar com inauguração em 14 de julho de 1909.<sup>458</sup>



Fonte: Gazeta de Notícias. 03/06/1905, ed. 154, p. 3.

Assim, o conjunto documental aqui analisado demonstrou um comportamento de um Prefeito resistente à prática do clientelismo, na distribuição de cabides de empregos públicos e demais favorecimentos a respeito das transformações promovidas na urbe

<sup>457</sup> Sobre a análise do projeto vencedor e a sua influência francesa, ver NEEDELL, Jeffrey. Op. cit, 1993, p. 65.

<sup>458</sup> Cf. Apresentação da página institucional do teatro, que hoje é administrado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://theatromunicipal.rj.gov.br/apresentacao/>. Último acesso: 26/12/2022.

carioca. Vimos, também, que ele teve no Estado um espaço importante na sua estratégia familiar, com a participação do filho Francisco Oliveira Passos em sua gestão. O que significou não apenas um importante laboratório profissional e político para o seu herdeiro na histórica reforma urbana da Capital, como lhe deu a oportunidade de assinar o projeto “Aquila”, em parceria com técnicos da Prefeitura. Além de comandar a construção do mais importante teatro do país e de se projetar como o seu primeiro diretor geral. Esta alavancagem na carreira do filho demonstra como esses personagens souberam aproveitar esta oportunidade de transmissão de bens imateriais feitas por meio de reciprocidades generalizadas de parentesco, que atravessavam a função pública.

Nestas transmissões, bens imateriais, como o prestígio peculiar de seu pai, procuraram ser mantidos no interior do núcleo familiar dos Passos. Dons que eram guardados justamente por serem valiosos<sup>459</sup>, que foram construídos pelo seu patriarca ao longo de uma vida, e que tinham raízes na parentela do Barão de Mangaratiba. Entre eles, estavam as suas redes de relações, o capital cultural e a mitificação da sua imagem pública.

Em um exercício de compreensão do “outro”, é difícil aferir precisamente o sentido que Pereira Passos e o filho deram a essas práticas, principalmente no episódio de construção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Os biógrafos do engenheiro, no entanto, deram destaque à grandiosidade dessa obra, atribuindo, por vezes, um valor positivo à indicação de Oliveira Passos, como uma espécie de continuador de “imperecíveis tradições de honestidade e honradez de sua venerável pai”<sup>460</sup>.

Percepção parecida vinha da revista satírica “O Malho”, ao noticiar o lançamento da pedra fundamental que marcava o início dessas obras, que contou com a participação do Presidente Rodrigues Alves:

No dia 20, às 2 horas da tarde, realizou-se, com toda a solenidade, o lançamento da pedra angular do grande edifício em construção do Theatro Municipal. Foi uma cerimônia concorridíssima, graças à simpatia que desperta a ideia de dotar nossa capital com um teatro normal, velha aspiração de um grupo numeroso e distinto de homens que veem no progresso da arte dramática uma afirmação da civilização do nosso meio. **O projeto do edifício, já em tempo publicado nestas colunas, é do Dr. Francisco Oliveira Passos, jovem engenheiro que honra o nome de seu ilustre pai, o Dr. Pereira Passos, prefeito do Distrito Federal.**

<sup>459</sup> GODELIER, Maurice. Op. Cit, 2001. p. 31.p. 55-58.

<sup>460</sup> PAOLOPOLITANO. Op. Cit, 1941, p. 87

Quando concluído, será uma das melhores obras arquitetônicas da Avenida Central, e por isso, naturalmente, **era grande a satisfação que no dia dessa festa se refletia tanto no pai, como no filho, satisfação aliás compartilhada por todas as pessoas presentes, muitas das quais assistiam ao começo da realização de um sonho dourado.** (...) <sup>461</sup>

## 4.2 Um influente Paulo de Frontin, muito mais disposto ao “toma lá dá cá”<sup>462</sup>

No arquivo privado de Paulo de Frontin (IHGB) existe um sem-fim de correspondências contendo pedidos de favores recebidos por ele desde a fase em que ainda era um engenheiro recém-formado, na década de 1880, até o fim de sua vida, já como um experiente político, nos anos de 1930.<sup>463</sup> Em relação à amostragem adotada neste trabalho (o biênio 1903-1904), identificamos 97 missivas<sup>464</sup>, muitas delas repletas de formalidades, como a do mestre de obras Gaudêncio de Barros, que adotava uma retórica de subalternidade para tornar o seu pleito legítimo:

**(...) No fim desta, verá V. Ex<sup>a</sup> um nome obscuro sem um amparo se quer, de outro nome ilustre, que advogue perante V. Ex<sup>a</sup> o pedido que faz (...)** hoje sou maior de 60 anos e lembrei de dirigi-me a V. Ex<sup>a</sup> como antigo companheiro em que esforçara-me, como **soldado cheio de entusiasmo**, na campanha honrosa, na qual V. Ex<sup>a</sup> como nosso **chefe supremo**, conseguiu trazer a água para a Capital em 6 dias!! (...) Ofereço-me novamente **como humilde e fraco soldado**, qualquer que seja o posto que V. Ex<sup>a</sup> me designar saberei correr ao menor acesso **do meu general tão querido (...)**<sup>465</sup> (Grifos nossos)

---

<sup>461</sup> **Revista “O Malho”**. Rio de Janeiro. 27/05/1905. Edição: 141, p. 12

<sup>462</sup> Expressão que se refere a uma forma do comportamento clientelista, que consiste na troca de favores horizontais, comumente praticada entre os políticos.

<sup>463</sup> Gráfico com o quantitativo de pedidos de emprego encaminhados a ele de 1889 a 1933 em SANTOS, Felipe Martins. Op. Cit, 2017, p. 34.

<sup>464</sup> Por considerarmos somente aquelas que possuíam datação completa, esse quantitativo é certamente maior, pois diversos missivistas que escreviam por cartões de visitas não se preocupavam em fazer referência a data.

<sup>465</sup> Trecho da carta do mestre de obras Gaudêncio Aristides Leal de Barros. Valença: 26 mar 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB**. Lata: 1288, Documento: 068.

A recorrência de pedidos feitos a Frontin revela que ele esteve muito mais inclinado a atender favores pessoais, estes que eram ferramentas que serviam não apenas para expandir uma rede de relações, mas também eram úteis na criação de uma espécie de crédito pessoal generalizado na cidade. O engenheiro conjugou, assim, uma habilidade de mediar a circulação bens materiais e imateriais com um técnico e representante de uma categoria profissional.

Este perfil mais político era ressaltado por seus missivistas, que faziam referência à sua “valiosa proteção” e cobravam promessas feitas por ele. Inclusive, sendo interpelado por pessoas de estratos sociais mais pobres ou por seus padrinhos, que justificam seus pleitos argumentando se tratar de um socorro ao mais fraco. Isso acontecia no contato direto com trabalhadores e desempregados, que reivindicavam reciprocidades entre desiguais e por aqueles que tinham padrinhos, estes que mantinham com Frontin uma relação mais horizontalizada.

Os diversos trechos a seguir, evidenciam como esses personagens recorriam, ainda que retoricamente, a uma relação patrono-cliente e, além de revelarem a fama de Frontin como alguém simpático a ouvir demandas:

(...) **Sendo V. Ex.<sup>a</sup> o único meu protetor, conforme tem sempre provado para comigo**, imploro a sua valiosa proteção de arranjar-me o lugar de apontador ou outro qualquer, não faço questão de ordenado, mas sim de trabalhar, mediante suas sabias ordens como 1º Engenheiro desta República, que assim tem **sempre demonstrado ser o socorro de minha família** que acha-se atualmente em condições precárias e desde já agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> desta proteção, que por minha felicidade adquiri de V. Ex.<sup>a</sup>.<sup>466</sup>

(...) cumprimenta o Dr. Oscar Godoy e pede toda a sua **valiosa proteção** para o portador deste Gaspar Alves Moreira, que deseja um modesto emprego<sup>467</sup>

(...) **Sei perfeitamente que V. Excia terá milhares de pedidos de emprego** a atender e não ponho dúvida que só com muita benevolência

---

<sup>466</sup> Carta de Luiz Marques Gouvêa. DF: 07/04/1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**. Lata 1292. Pasta: 136.

<sup>467</sup> Cartão de visitas de Oscar Godoy. RJ: 21/04/1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**. Lata 1322. Pasta: 035.

poderá ser feliz o meu amigo Joaquim de Freitas Brandão que me pede para colocá-lo sob **valiosa proteção de V.Exa.**<sup>468</sup>

(...) Peço a V. Ex.cia desculpas pela insistência com que a muito venho lhe importuná-lo com minhas cartas pedindo emprego, o que faço unicamente pela necessidade absoluta de procurar ganhar a subsistência de minha família e confiando na sua reconhecida bondade (...) V. Excia por mais de uma vez **prometeu-me** que havia uma solução logo que organizasse a comissão da Avenida"<sup>469</sup>

(...) Aí vai mais um recomendado meu que V. Excia **prometeu** de novo [ilegível] nas obras da Grande Avenida. Relembro o pedido que fiz e o Compromisso de V. Ex.cia afim de assim ser este contemplado (...) Tamanho é esse obséquio que este terá V.Excia a muita gratidão<sup>470</sup>

O abaixo assignado cumprimenta e relembra a V. Excia a **promessa** que lhe fez - a de dar emprego somente a dois recomendados seus, sendo o portador desta um dos preferidos, como em carta fez contas à V. Excia.<sup>471</sup>

Saúdo-o cordialmente. Vim hoje aqui unicamente a mandado de meu irmão May, no sentido de pedir mais uma vez ao meu mestre uma colocação nas obras da avenida, para o recomendado de meu irmão, o Sr. Dario Novaes, acadêmico de medicina e que já foi recomendado ao meu mestre, que prometeu atendê-lo. (...) Se, por meu lado, alguma coisa valho para o meu mestre e amigo faço todo o empenho em que o candidato de meu mano atenda a colocação pretendida, pois ele merece e necessita de sua **valiosa proteção.** (...)A colocação que ele deseja é uma colocação modesta (de escriturário ou auxiliar de escrita, pois entende muito de partidas simples). Creia o meu mestre que às muitas atenções e provas de amizade que lhe devo, ficaria satisfeitíssimo se lhe devesse mais esta. (...) Quanto à minha entrada para o Club, peço-lhe que não esqueça de que **me prometeu.**<sup>472</sup>

(...) **sem emprego e recursos o que faz-me ir perante ao seu bom coração pedir-lhe arranjar me um lugar nas obras da Avenida** pois, estou a 7 meses sem emprego e lutando com dificuldades e pagando ao meu irmão Moreira, que está dando-me uma mesada mensal para

---

<sup>468</sup> Carta de Joaquim de Freitas Brandão. SC: 28/03/1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin.** Lata 1292. Pasta: 129.

<sup>469</sup> Carta de José Inácio da Rocha Werneck. Barra Mansa. RJ: 10/03/1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin.** Lata 1288. Pasta: 056.

<sup>470</sup> Carta de José Vicente Leite Castro, Comandante Superior da Guarda Nacional da Capital Federal Distrito Federal: 15/03/1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin.** Lata 1288, Pasta 060.

<sup>471</sup> Carta de José Vicente Leite Castro, Comandante Superior da Guarda Nacional da Capital Federal Distrito Federal: 22/03/1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin** Lata 1317, Pasta 097.

<sup>472</sup> Carta do engenheiro que assina como "Hermann" a Paulo de Frontin. Distrito Federal: 23/02/1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin.** Lata 1292. Pasta: 119.

sustento da minha família o que faz-me perder dias de vida pois esta generosidade dele por saber as minhas circunstancias obriga-me a sujeitar-me a qualquer lugar pois o Dr. sabe que eu atiro-me a qualquer serviço e não tenho medo de trabalhar (...)<sup>473</sup>

As vagas por emprego nas obras da Avenida Central (72) eram os bens mais solicitados, seguidos por demandas que envolviam alguma negociação imobiliária (4), indenização (4), além daqueles missivistas que requisitavam o apadrinhamento de Frontin em outras áreas (2). Os “não declarados” (15) eram, geralmente, convites para encontros, reuniões ou para a apresentação de indicados. Essa aparente lacuna de informação, na verdade, fazia parte do próprio caráter diádico desses empenhos pessoais, quando os missivistas alegavam “assuntos particulares”, fica claro que a correspondência não era o meio mais adequado para aquele tipo de tratativa. Como também era um indicativo da pouca familiaridade que possuíam com Frontin.

**Tabela 17: Conteúdo dos pedidos a Paulo de Frontin (1903-1904)**

Demanda		Quantitativo	
Demandas	Emprego	72	97
	Imobiliárias	4	
	Indenizatória	4	
	Uso da influência do engenheiro	2	
	Não declaradas	15	

Fonte: Adaptação do “Quadro 1” de SANTOS, Felipe Martin. Op. Cit, 2017, p. 73.

Observação: as correspondências sem datação de ano não foram consideradas neste quadro. Era comum o recebimento de cartões de visita relembrando pedidos já feitos ou apresentando apadrinhados. Em alguns casos, eles eram escritos sem data ou apenas contendo o dia e o mês.

De todos os tipos de bens solicitados, certamente as demandas por emprego eram as que favoreciam o contato do engenheiro com parcelas mais pobres direta ou indiretamente. Há estimativas de que a construção da Avenida Central tenha mobilizado algo em torno de 1800 trabalhadores<sup>474</sup> e a administração da construção da Av. Central ficou centralizada na figura do chefe da Comissão, que tinham como subordinados os

<sup>473</sup> Trecho da carta de Américo Correia. Niterói: 08 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1288, Lata 069.

<sup>474</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit, 2012. p. 93.

chefes de distritos, os chefes de escritórios técnicos, o contador e os grupos auxiliares. O engenheiro dependia da autorização ministerial para medidas relacionadas ao pagamento dos trabalhadores, a venda de material proveniente das demolições e aplicação de despesas que ultrapassassem a quantia de 20.000\$000<sup>475</sup>.

Era raro um missivista indicar a vaga desejava<sup>476</sup> e o argumento frequentemente utilizado era por se tratar de um lugar modesto, que não impactasse de maneira significativa nas despesas das obras e que se justificava por alguma necessidade financeira sua e/ou de seus familiares - algo muito similar ao que vimos nos pedidos feitos a Pereira Passos. Portanto, neste caso de Frontin, observa-se, uma forma de reciprocidade generalizada legitimada por um sentido de proteção e de socorro ao mais fraco, longe de ser um ato puramente caridoso, na medida em que envolviam contrapartidas difusas, amparadas em dívidas morais.

Os pedidos que envolviam questões imobiliárias eram relativos à compra de terrenos<sup>477</sup> e de edifícios na nova avenida<sup>478</sup>. Estes interessados foram sucintos e, diferentemente dos que pediam emprego, a linguagem utilizada por eles indicava uma reciprocidade mais equilibrada. Eram negócios. E, mais uma vez, um assunto “delicado” demais para ser tratado por meio de correspondências. Assim, no máximo, eles se limitavam a apresentar a localização do terreno, como Antônio Dias Pacheco<sup>479</sup>, que solicitava um lote de 10 a 15 metros com um preço razoável ou como fez Cândido

---

<sup>475</sup> Informações contidas nas Instruções para a comissão construtora da Avenida Central. Rio de Janeiro: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1903. Documento encontra-se no **Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB**, lata 1300, pasta 055.

<sup>476</sup> Quando o faziam era para cargos mais modestos como apontador, para trabalhar no serviço de arborização ou como operários. Cf. Carta de Henrique Coutinho. Distrito Federal: 12 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1322, Pasta 034.; Carta de Francisco das Neves. Distrito Federal: 01 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin,, Lata 1288, Pasta 040.; Carta de Francisco das Neves. Distrito Federal: 01 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin,, Lata 1288, Pasta 040; Carta de Manuel Gonçalves França. Distrito Federal: 18 mar 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1288, Pasta 065; Carta de Gustavo Gama. Distrito Federal: 22 mar 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1288, Pasta 066 e carta de Herman. Distrito Federal: 23 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1292, Pasta 119. E Carta de Alberto de Souza Pinto. Distrito Federal: 23 abr 1903. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Lata 1288, Pasta 071.

<sup>477</sup> Carta de Pedro Gracie. Distrito Federal: 14 jan 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1288, Lata 036. Carta de Antônio Dias Pacheco. Distrito Federal: 18 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1288, Lata 037. e Carta de Cândido Gaffré. Distrito Federal: 05 ago 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1322, Lata 033.

<sup>478</sup> Carta de Francisco Joaquim Bithencourt da Silva. Distrito Federal: 19 jun 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1288, Lata 074.

<sup>479</sup> Carta de Antônio Dias Pacheco. Distrito Federal: 19 jan 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**. Pasta: 1288, Lata: 037.

Gaffré<sup>480</sup>, que em nome da amizade, pedia a preferência na compra de um terreno em frente à sede do jornal *O Paiz*.

As demandas indenizatórias foram tratadas como uma questão de reparação, mas também de amizade. Um desses missivistas fugiu à regra, tratando Frontin apenas como “V. Excelência” (sem o floreio do “Ilustríssimo Amigo Senhor Doutor” frequentemente utilizado) para pedir que a sua indenização lhe fosse paga em virtude da obrigatoriedade de mudança de seu escritório – o que considerava uma questão de justiça<sup>481</sup>. Outro pedido que evidencia como a questão do favor se associava a valores de justiça foi a justificativa apresentada por A. J. Sampaio, que pediu indenização para o seu sogro: “Julgo ser uma questão de justiça e peço, por isso, o favor de atendê-lo com a gentileza que o caracteriza”<sup>482</sup>

Frontin teve em suas mãos a mediação de conflitos de natureza imobiliária gerados pelas desapropriações, evitando-se, assim a judicialização das mesmas. Segundo as “Instruções da Comissão Construtora”<sup>483</sup>, o engenheiro tinha a competência de conciliar os conflitos entre os proprietários e o governo federal. Desta forma, sua atuação estendeu-se aos acordos amigáveis de indenização e desapropriação dos imóveis existentes no traçado da Avenida, assim como acionar a justiça em casos de litígios. Além do mais, ele teve a prerrogativa de propor à União a venda dos terrenos marginais à avenida. <sup>484</sup>. O número das indenizações das obras do Cais e Avenida Central eram estimadas em um valor total de 52.450:000\$000<sup>485</sup>.

Os dois pedidos relativos ao empenho de Frontin sobre outras áreas representaram apenas 2% do total de correspondências. E é importante ressaltar que o assédio para tal prática não implicava, necessariamente, no atendimento da mesma. Um missivista pedia para que o engenheiro atuasse junto ao Tribunal da Recebedoria, por conta de um

---

<sup>480</sup> Carta de Cândido Graffé. Distrito Federal: 05 ago 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1322, Lata 033.

<sup>481</sup> Carta de Ananias Albuquerque. Distrito Federal: 29 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1288, Lata 073.

<sup>482</sup> Trecho de carta de A. J. Sampaio. Distrito Federal: 27 fev 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Lata 1288, Pasta 046.

<sup>483</sup> Idem.

<sup>484</sup> Idem.

<sup>485</sup> Cf. ROCHA, Oswaldo Porto. Op. Cit, 1995, p. 60.

processo referente ao filho falecido.<sup>486</sup> A outra demanda tratava de acesso a informações sobre mapeamentos elaborados pela Marinha<sup>487</sup>

O quadro abaixo detalha a origem geográfica desses pedidos de favores.

**Tabela 18: Origem dos pedidos a Paulo de Frontin por Estado/Distrito (1903-1904)**

<b>Estado</b>	<b>Qtd.</b>	<b>(%)</b>
Capital Federal	63	65
Rio de Janeiro	8	8,2
São Paulo	1	1
Minas Gerais	1	1
Paraná	1	1
Sem informação	23	23,8
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>100</b>

Fonte: Série de Correspondências passivas contendo pedidos do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB (1903-1904). Observação 1: Os dados deste quadro começaram a ser levantados ao longo da nossa pesquisa de mestrado, onde tratamos um escopo mais amplo de fontes (de missivas e documentos oficiais que tivessem Paulo de Frontin como titular). Para o doutorado, utilizamos o mesmo banco de informações, mas com foco nos pedidos que continham favores pessoais, a fim de estabelecer um parâmetro de comparação com os dados coletados no arquivo pessoal do engenheiro Pereira Passos.

Estes pleitos partiam, majoritariamente, da própria Capital Federal e do estado do Rio de Janeiro. O quantitativo de 23,8% de não identificadas se deve, principalmente, a cartões de visita que não continham origem e, em sua maioria, eram escritos por comerciantes, profissionais liberais e bacharéis. Por isso, é muito provável que o número de correspondências da Capital seja ainda maior. Esta concentração é explicada, em grande medida, por se tratar de uma obra circunscrita ao espaço da cidade, executada por engenheiros que também se articulavam no Clube de Engenharia, que tinha sede na mesma cidade.

Por conta do elevado número de correspondências e de uma limitação da pesquisa de abordá-las individualmente, organizamos esses missivistas pelo critério de ocupação para compreender a sua composição social. Nos casos em que o missivista possuía mais

---

<sup>486</sup> Trecho da carta de autor não identificado. Santo Antônio: 23 dez 1903. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**. Lata 1292, Pasta 113.

<sup>487</sup> Carta do Gabinete da City Improvements. Distrito Federal: 16 mar 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Lata 1292, Pasta 127.

de uma ocupação – o que era muito comum, privilegiamos a profissão autodeclarada ou cargo ocupado quando escreviam.

**Tabela 19: Ocupação dos missivistas de Paulo de Frontin (1903-1904)**

<b>Profissão/Ocupação/ Título</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>(%)</b>
Engenheiros	16	18,7
Políticos	13	15,2
Militares	13	15,2
Desempregados	8	9,4
Advogados	5	5,9
Comerciantes	5	5,9
Funcionários Públicos	3	3,4
Professores	3	3,4
Eclesiásticos	2	2,3
Juízes	2	2,3
Médicos	2	2,3
Detentores de títulos Nobiliárquicos	2	2,3
Carteiro	1	1,1
Escriturário	1	1,1
Produtor de café	1	1,1
Técnico Agrícola	1	1,1
Ourives	1	1,1
Sem informação	7	8,2
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>100</b>

Fonte: Série de Correspondências passivas contendo pedidos do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB (1903-1904). Observação 1: Idem ao quadro anterior. Observação 2: O quantitativo de missivistas (86) foi menor que o total de correspondências aqui analisadas (97) porque alguns deles escreveram mais de uma vez a Paulo de Frontin.

Os engenheiros (18,7%), os políticos (15,2%) e os militares (15,2%) eram os que mais pediam. O fato dos engenheiros estarem no topo desta lista não representa nenhuma novidade, do ponto de vista quantitativo, mas revela uma forma de entrelaçamento entre as reciprocidades pessoais e os vínculos corporativos. A esse respeito, o cientista político Luigi Graziano estabeleceu um critério de distinção entre as reciprocidades diádicas (o empenho pessoal) daquelas que envolvem a organização de grupos, que se fundam a partir de características comuns de pertencimento, ao executarem ações comuns e com objetivos

próprios.<sup>488</sup> A princípio, por essa perspectiva, as “relações diádica” seriam antagônicas aos laços construídos por um grupo social organizado, na medida em que são fruto da inexistência de uma estrutura institucional, que faz com que tais vínculos surjam por meio da amizade. Logo, haveria uma dicotômica entre o empenho puramente pessoal e o aquele construído através de categorias que articulam os seus interesses por meio de instituições.<sup>489</sup>

No entanto, Graziano propõe romper esse binômio, ao argumentar que a formação de uma rede de clientela não se distingue, necessariamente, dos anseios de uma categoria organizada, pois a mesma pode incorporar os interesses particularistas de dentro de uma categoria profissional.<sup>490</sup> Nesta perspectiva, podemos interpretar esses pedidos pessoais de engenheiros como a associações dos vínculos “diádicos” com um representante do Clube de Engenharia. Neste sentido, as cartas desses engenheiros sugerem relações mais horizontalizadas, por serem bacharéis e partilharem de solidariedades corporativas que não permitiriam um vínculo de extrema subalternidade. Quando consideramos a retórica sobre a visão que faziam de si, percebemos que, de fato, eram relações que tendiam à simetria, mas não de maneira absoluta, pois havia algum nível de variação entre eles.

**Tabela 20: Tratamento dos engenheiros em relação a Paulo de Frontin (1903-1904)**

Posição de Paulo de Frontin pelos engenheiros	Posição dos engenheiros por eles mesmos
"Ilustríssimo Mestre <b>Doutor</b> "	"Amigo e <b>criado</b> "
"Excelentíssimo Senhor <b>Doutor</b> "	Sem informação
"Ilustre e Prezado <b>Amigo</b> Senhor <b>Doutor</b> "	"Atento Admirador <b>Amigo</b> dedicado <b>compadre</b> e <b>criado</b> afetuoso"
"Prezado <b>colega</b> e <b>amigo doutor</b> "	" <b>Amigo</b> velho e <b>colega</b> muito grato"
"Prezado Senhor <b>Doutor</b> "	" <b>Colega</b> afetuoso e <b>amigo</b> muito grato"
"Companheiro <b>amigo</b> senhor <b>Doutor</b> "	" <b>Amigo</b> obrigado (...) <b>colega</b> "
"Prezado Distinto <b>Colega</b> "	" <b>Colega</b> <b>amigo</b> obsequioso"
"Prezado <b>Amigo</b> e <b>Doutor</b> "	"Sempre seu <b>amigo</b> muito grato"
"Prezado <b>Doutor</b> "	"Sempre <b>colega</b> e <b>amigo</b> "

<sup>488</sup> GRAZIANO, Luigi. Op. Cit, 1983.

<sup>489</sup> Idem.

<sup>490</sup> Idem.

"Meu caro Frontin"	"Colega e amigo"
"Meu Caro Mestre <b>Doutor</b> "	"Do seu <b>discípulo</b> e <b>amigo</b> sincero"
"Meu Caro"	" <b>Colega</b> , velho <b>amigo</b> e admirador sincero"
"Meu caro"	"Muito verdadeiro <b>colega</b> admirador"
" <b>Amigo</b> "	"Espero que V. Ex. fará o melhor e disporá do <b>AMIGO</b> "
"Frontin"	"Abraço afetuosamente o <b>Amigo</b> Velho e <b>Colega</b> "
"Frontin"	" <b>Discípulo</b> sempre conhecido."; "Atencioso <b>criado</b> e obrigado"

Fonte: Série de Correspondências passivas contendo pedidos do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB (1903-1904). Observação 1: Idem à obs 1 do quadro anterior. Observação 2: Os dados relativos aos quadros sobre o tratamento dos missivistas deste capítulo tiveram como referência a perspectiva adotada por José Murilo de Carvalho nas tabelas de natureza semelhante sobre as cartas enviadas a Rui Barbosa (1889-1891). Sobre, ver CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit, 2000.

Essas variações de formalidades refletem a distância que esses engenheiros tinham do núcleo da rede de relações de Frontin e uma estratégia para pedir algo. Esta reciprocidade pessoal mais horizontal, que se sustentava por vínculos corporativos se observa na recorrência ao qualificativo “colega”, que não se repete entre os missivistas das demais ocupações.

Nesses intercâmbios, não circulavam apenas os bens materiais referentes à construção da Avenida Central. O que muitos desses engenheiros tinham a oferecer como contrapartida ao seu pleito era a fidelidade e uma dívida moral, que se evidencia nas posições de subalternidade reivindicadas por eles, como de “venerador”, “criado”, “atencioso criado”, “admirador”, “discípulo”, “amigo obsequioso”. Por outro lado, quanto mais próximos do núcleo da rede de relações de Frontin, mais sucintos eles eram na reverência, demonstrando um contato entre iguais, como é o caso da correspondência de Vieira Souto (engenheiro, acionista e ex-diretor da Melhoramentos no Brasil, que atuou na Comissão Construtora das Obras do Porto) em um bilhete de uma frase pedindo ao seu indicado alguns minutos da atenção de Paulo de Frontin<sup>491</sup>. Tais vínculos se

<sup>491</sup> Bilhete de Vieira Souto. Distrito Federal: 17 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1292, Lata 116.

construíam em espaços como a Escola Politécnica e o Clube de Engenharia, como se vê na correspondência de José Antônio Murtinho:

(...) Há dias escrevi-lhe uma carta, pedindo-lhe um lugar para o nosso André Guadie Lay e uma collocation para o Dr. Olavo França, preparador da minha consideração, engenheiro civil pela **nossa Escola** e que é seu conhecido por já ter-lhe sido recomendado há tempos pelo nosso amigo e colega Carlos Sampaio. Nenhuma resposta obtive e por isso fui pessoalmente procurá-lo **no Club de Engenharia** para entender-me consigo a esse respeito (...) <sup>492</sup> (grifo nosso)

A presença dos políticos profissionais revela não apenas uma aproximação de Frontin com o comportamento clientelista clássico, mas também a valiosa oportunidade para a diversificação de sua rede de relações. Não apenas porque esses solicitantes tinham grande capacidade para estabelecer contrapartidas, mas também porque permitiam alianças com figuras que não eram do campo técnico-científico. Esses políticos atuavam, geralmente, apadrinhando outras pessoas, em busca de emprego (9 cartas) e na apresentação de nomes a Frontin (4 cartas). Como demonstra o quadro abaixo, escrevendo do Distrito Federal:

**Tabela 21: Origem dos políticos que escreviam a Paulo de Frontin por estados brasileiros (1903-1904)**

Nome	Estado de origem
Manuel Martins Torres	Rio de Janeiro
Custódio José Coelho de Almeida	
Joaquim Gonçalves Ramos	Minas Gerais
Henrique Sales	
Manoel Joaquim Valadão	Distrito Federal
Alcindo Guanabara	
Hercílio Luz	Santa Catarina
Lauro Muller	
Henrique Coutinho	Espírito Santo
Antônio Francisco Azeredo	Mato Grosso do Sul

<sup>492</sup> Carta de José Murtinho, engenheiro e professor de agronomia da Escola Politécnica. Distrito Federal: 4 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1292, Lata 132.

A. Índio do Brasil	Pará
Victorino Monteiro	Goiás
Álvaro Lopes Machado	Paraíba

Fonte: Série de Correspondências passivas contendo pedidos do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB (1903-1904). Observação 1: Idem à obs 1 do quadro anterior.

Evidencia-se como o fato de o Rio de Janeiro ser a Capital Federal, facilitou a criação de vínculos e compromissos entre as lideranças locais da cidade e de outros estados. Diferentemente dos engenheiros, os políticos se apresentavam de maneira menos hierarquizada e acionavam reciprocidades mais simétricas. O quadro seguinte organiza o tratamento que os políticos fizeram de si e de Paulo de Frontin. É possível notar a ausência de políticos do estado de São Paulo, já que o governo federal era presidido por Rodrigues Alves, um representante da oligarquia paulista e um dos grandes patrocinadores daquelas reformas. Esta aparente ausência reforça a importância do “consórcio” do Clube de Engenharia com aquelas elites políticas e a proximidade destes com o núcleo da rede de relações de Frontin.

**Tabela 22: Tratamento dos políticos em relação a Paulo de Frontin (1903-1904)**

<b>Posição de Paulo de Frontin pelos políticos</b>	<b>Posição dos políticos por eles mesmos</b>
“Excelentíssimo (...) e Senhor <b>Doutor</b> ”	“Muito admirador e muito <b>obrigado</b> ”
“Senhor Engenheiro Chefe da Comissão Construtora da Avenida Central”	“Saúde e Fraternidade”
“Ilustríssimo <b>Amigo</b> e Senhor <b>Doutor</b> ”	“ <b>Amigo</b> atencioso e <b>muito obrigado</b> ”
“Ilustríssimo e Excelentíssimo <b>Doutor</b> ”	“Concidadão, <b>amigo</b> e (...)”
“Frontin”	“ <b>Amigo</b> sincero”
“ <b>Amigo Doutor</b> ”	“Colega <b>obrigado</b> ”
“Prezado <b>Amigo Doutor</b> ”	“ <b>Amigo</b> admirador”
“Meu Caro”	“ <b>Amigo</b> Afetuosíssimo e <b>particularmente obrigado</b> ”
“Ilustríssimo <b>Amigo Doutor</b> ”	“ <b>Amigo</b> muito atento e <b>obrigado</b> ”
“Prezado e <b>Amigo Doutor</b> ”	“Compadre e <b>amigo</b> afetuoso”

“Ilustríssimo e Excelentíssimo <b>Senhor</b> e muito Prezado <b>Amigo</b> ”	“Seu muito amigo e <b>muito obrigado</b> ”
“Meu caro <b>Dr.</b> ”	Sem informação
“Excelentíssimo <b>Senhor Doutor</b> ”	Sem informação
“Distinto <b>Amigo Doutor</b> ”	Sem informação
“Ilustre e prezado <b>Amigo Doutor</b> ”	Sem informação
“Amigo <b>Doutor</b> ”	Sem informação

Fonte: Série de Correspondências passivas contendo pedidos do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB (1903-1904) Observação 1: Idem à obs. 1 do quadro anterior. Obs 2: foram 13 políticos que escreveram 16 missivas.

Este contato mais simétrico se dava em função do prestígio desses missivistas, como indica a recorrência de tratamentos pessoais como “Amigo” e “Doutor”. Os políticos recorriam a estratégias de dádivas, já vistas diversas vezes até aqui, nas quais apelavam à amizade, à dívida de gratidão e à lealdade, mas com uma peculiaridade: não reivindicavam posições de subalternidade. Os políticos encaminhavam seus pedidos de maneira breve e pouco ou quase nada tratavam sobre política, costumando escrever por cartões de visitas (6) e utilizarem papéis com timbres, como o da Intendência Municipal da Capital Federal<sup>493</sup> e cartões gravados com seus cargos, como o de “Deputado por Minas Gerais”, “Senador do Espírito Santo” e monograma com as letras IB, do deputado Índio do Brasil.

O senador pelo Espírito Santo, Henrique Coutinho, mostrou como os políticos se valiam da demonstração de força política e da capacidade de estabelecer contrapartidas para ter o seu pleito atendido. Reivindicando uma relação do “forte-forte”, muito distinta da linguagem adotada do “fraco-forte” observada entre os trabalhadores, os desempregados e até pelos engenheiros.

(...) Não podendo dispor de muito tempo para estar ao lado do Sr. Anphiloquio solicitando esse emprego ou para melhor um emprego com q. ele possa viver, para isso **q. em breve vou assumir as rédeas do governo de meu Estado, não tenho remédio senão importunar a V. Exc.a que gentil e humanitário como é, não deixará de me**

<sup>493</sup> Carta de Manoel Joaquim Valladão. Distrito Federal: 25 fev 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1322, Lata: 032.

**atender** [...] Sempre as ordens de V. Ex.a sou com muito respeito e consideração [...] <sup>494</sup>

Em relação aos militares, conseguimos identificar aqueles que tinham patentes mais altas das Forças Armadas e tinham como seus apadrinhados pessoas em busca de emprego e que solicitavam indenização. Entre eles, estão, da parte do Exército, o Marechal Hermes da Fonseca, relembrando um pedido de emprego <sup>495</sup>, quatro generais, dois maiores e um tenente. Da Armada, identificamos dois tenentes. <sup>496</sup> Vejamos no quadro abaixo o tratamento dos militares:

**Tabela 23: Tratamento dos militares em relação a Paulo de Frontin (1903-1904)**

<b>Posição de Paulo de Frontin pelos militares</b>	<b>Posição dos militares por eles mesmos</b>
“Prezado <b>Amigo Doutor</b> ”	“ <b>Amigo</b> afetuoso e <b>obrigado</b> ”
“ <b>Amigo Doutor</b> ”	“De seu <b>amigo</b> ”
“ <b>Amigo</b> Excelentíssimo Senhor <b>Doutor</b> ”	“ <b>Amigo</b> obrigado do coração”
“Excelentíssimo <b>Doutor</b> ”	“ <b>Amigo</b> admirador e muito grato”
“ <b>Doutor</b> ”	“ <b>Amigo</b> dedicado”
“Excelentíssimo Senhor <b>Doutor</b> André Gustavo Paulo de Frontin”	“ <b>Amigo</b> Respeitador e sincero admirador”
“Excelentíssimo Senhor”	“Saúde e fraternidade”
“ <b>Amigo</b> Excelentíssimo <b>Doutor</b> ”	“ <b>Amigo</b> admirador e (...) grato”
“Meu bom amigo <b>Doutor</b> ”	“ <b>Amigo</b> respeitador obsequioso criado”
“Excelentíssimo Senhor <b>Doutor</b> ”	“Afeiçoado, venerador e criado”
“Excelentíssimo <b>Amigo</b> Senhor <b>Doutor</b> ”	“Vosso <b>amigo</b> muito grato e admirador”

<sup>494</sup> Carta de Henrique Coutinho. Distrito Federal: 05 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**, Pasta 1292, Lata 134.

<sup>495</sup> Carta do Marechal Hermes da Fonseca. Distrito Federal: 12/06/ 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**. Pasta: 1281, Lata: 054.

<sup>496</sup> Sobre os demais, não obtivemos informações precisas sobre patentes, embora alegassem ser militares, o que supomos se enquadrar em algumas hipóteses: ou eram ex-militares e serviram somente como praças, ou pertenceram aos quadros da Guarda Nacional, que foi extinta oficialmente em 1922. Estes não identificados reivindicavam reciprocidades mais verticalizadas.

“Doutor”	Sem informação
Ilegível	Ilegível

Fonte: Série de Correspondências passivas contendo pedidos do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB (1903-1904) Observação 1: Idem à obs 1 do quadro anterior.

O encaminhamento dos pleitos por parte dos militares ocorria em bases mais simétricas - o que tinha relação com as suas patentes. Embora a posição de “criado” tenha sido reclamada pelos majores Antônio José de Mello Junior<sup>497</sup> e Joaquim Vieira de Almeida<sup>498</sup>. Com demonstra o quadro acima, os vínculos reivindicados variavam, mas mantiveram uma lógica de dádivas.

Os demais missivistas ou eram desempregados ou eram profissionais liberais, magistrados, comerciantes, eclesiásticos, produtores e demais trabalhadores, além dos desempregados. Embora tivessem perfis mais diversificados, inclusive, com parcelas mais pobres da cidade, ainda que em menor medida, esses personagens mantiveram um padrão socioeconômico mais horizontalizado e vinham de segmentos sociais mais amplos do que o campo da engenharia e do empresariado, que eram o centro das relações profissionais e pessoais de Frontin.

Por fim, cabe apenas mais uma comparação a respeito da presença de padrinhos que recorriam a Pereira Passos (87%) e a Paulo de Frontin (52%). Esses dados dão revelo à diferença do comportamento destes dois agentes públicos, pois reforça a percepção de um chefe da Comissão Construtora da Avenida Central muito mais inclinado ao contato direto com pessoas que vinham lhe pedir algum favor.

Ao final deste capítulo, podemos considerar que Paulo de Frontin atuou com muito mais afínco que Pereira Passos na mobilização de redes de favores, inseridas em um universo mais amplo de suas relações pessoais. Assim, a recorrência e a intensidade dos pleitos recebidos pelo chefe da comissão construtora da Avenida Central, que vinham de segmentos sociais que extrapolavam o campo técnico-científico é uma evidência da

<sup>497</sup> Carta enviada por Antônio José de Mello Junior. Distrito Federal 19 abr 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**. Pasta: 1322, Lata: 036.

<sup>498</sup> Cartão de visita enviado por Joaquim Vieira de Almeida. Distrito Federal: 7 mar 1904. **Arquivo Privado Paulo de Frontin**. Pasta: 1288, Lata: 050.

construção de um perfil híbrido, que conjugava uma capacidade política de mediar recursos com a sua competência técnica. Assim, Frontin se mostrou habilidoso em criar dívidas pessoais com segmentos mais diversificados da cidade do Rio de Janeiro, por reciprocidades verticais e horizontais.

## Conclusão

Esta tese apresentou dois casos de como as imbricações de laços de parentesco, de amizade, de vínculos corporativos, empresariais e de relações construídas por meio da carreira pública fizeram parte de complexas estratégias sociais de técnicos na Primeira República. Através do mapeamento do núcleo das redes de relações dos engenheiros Pereira Passos e Paulo de Frontin, compreendemos melhor como as reciprocidades pessoais foram dispositivos fundamentais na projeção deles e de algumas pessoas próximas a eles. Assim, ficou demonstrado como esses personagens, que foram figuras centrais para a engenharia e para as transformações urbanísticas do Rio de Janeiro, se orientaram para além de seus saberes especializados.

No primeiro capítulo, reconstruímos e analisamos mapas genealógicos que nos mostraram as origens sociais distintas do ramo familiar dos Passos e dos Frontin ao longo da segunda metade do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

Com raízes na abastada parentela do barão de Mangaratiba (Antônio Pereira Passos), Francisco Pereira Passos construiu, junto com D. Maria Rita de Andrade Passos, uma rica família na cidade do Rio de Janeiro. Vimos que os irmãos do engenheiro deram continuidade às atividades da Fazenda do Bálsamo, em uma realidade agrária e com influência no poder local de São João Marcos, no Vale do Paraíba fluminense. Onde atuaram na produção agrícola, com atividade comercial, ocupando postos na Guarda Nacional, além de manterem casas comerciais e de serviços voltadas à construção civil na cidade do Rio de Janeiro.

Francisco Pereira Passos, por sua vez, construiu uma trajetória como engenheiro, empresário e fez carreira pública, tendo um perfil mais urbano e cosmopolita, representando, assim, uma inflexão em relação ao padrão de continuidade de sua parentela. Este que demonstrou uma certa independência (ainda que não absoluta) e um perfil voltado à ação, que foram traços de sua personalidade. Também identificamos por meio de informações de seus biógrafos, como, através de reciprocidades generalizadas de parentesco, alguns bens imateriais do Barão de Mangaratiba foram herdados pelo filho,

como uma rede de relações que facilitaram a sua inserção no Estado durante o Império e características mais subjetivas de sua personalidade, como um homem de ação, com comportamento centralizador, influenciado por uma realidade patriarcal de uma família escravista do baronato do café. Esses dados nos permitiram considerar que essa inflexão familiar feita por Pereira Passos não foi, propriamente, uma ruptura. O que corroborou para isso foi o fato de o engenheiro firmar uma sociedade com a sua mãe, a baronesa de Mangaratiba, 26 de novembro de 1867, para administrar a fazenda da família, após o falecimento de seu pai em 1866.

Em relação à geração dos irmãos Oliveira Passos (filhos de Pereira Passos), percebemos como foram notáveis as oportunidades aproveitadas pela família para preservar os seus bens materiais e imateriais. Com o falecimento de D. Maria Rita Passos, em 1912, seguida por Francisco Pereira Passos, em 1913, e pelo filho, Paulo de Oliveira Passos, em 1916, foi Francisco de Oliveira Passos quem herdou o comando da empresa da família. Ele que foi iniciado pelo pai em cargos estratégicos da administração pública, como Consultor Técnico da Prefeitura do Rio de Janeiro e, a partir de então, foi um dos vencedores do concurso de elaboração do projeto do Teatro Municipal da Capital, além de chefiar a sua construção e de ter sido o seu primeiro diretor-geral. Também vimos que, durante as décadas iniciais da Primeira República, eles optaram por casamentos em regime de separação total de bens, o que demonstra uma preocupação desses personagens em proteger a fortuna da família.

Os Frontin, por sua vez, tiveram raízes mais pobres e menos influentes que os Passos em meados do século XIX, após os negócios do francês João Gustavo de Frontin fracassarem no Rio de Janeiro. Mas, na virada para o século XX, a trajetória desse ramo familiar foi marcada por uma surpreendente ascensão social, que teve Paulo de Frontin como figura-chave, ao se projetar como uma liderança de engenheiros, empresários e industriais, além de ocupar cargos públicos e de se fazer um dos mais importantes políticos da Capital Federal. Este que foi presidente do Clube de Engenharia, atuou como sócio-diretor e, posteriormente, como presidente por longos anos da Empresa Industrial Melhoramentos do Brasil.

Outro parente que acompanhou essa guinada familiar foi o seu irmão, Pedro Max de Frontin, que chegou ao posto de Almirante da Marinha e foi presidente do Supremo Tribunal Militar entre 1934 e 1938.

Diferentemente dos Pereira Passos, identificamos como os Frontin diversificaram as suas atividades profissionais e o perfil social do núcleo de suas redes de relações, por meio de casamentos com famílias tradicionais, como os Dodsworth e as suas ligações de parentesco com os Tefé. Enquanto os Oliveira Passos deram prosseguimento ao patrimônio do pai e procuraram alienar esses bens no seio da própria família, nenhum dos filhos de Paulo de Frontin com D. Maria Leocádia fez carreira na engenharia ou na política. E o seu grande herdeiro político foi seu sobrinho Henrique de Toledo Dodsworth Filho. Todos os filhos do casal Frontin se casaram em regime de comunhão de bens, o que reforça a percepção de uma maior circulação patrimonial e de complexificação de suas redes de relações por meio de estratégias familiares.

No segundo capítulo, o nosso foco se direcionou às formas de associação do Instituto Politécnico Brasileiro (IPB) e do Clube de Engenharia (CE). Os dados analisados sobre o quadro de sócios do IPB, em 1889, demonstraram uma associação muito vinculada ao Império, como um espaço privilegiado na construção do campo técnico-científico, com objetivos mais amplos e que engendrava uma forma associativa mais aristocrática, pela distinção dada em função do prestígio social e político de seus membros, ainda que eles mantivessem um perfil socioeconômico mais homogêneo. Nesta mesma associação, estiveram parcelas dos sócios efetivos, que eram compostas por agremiados formados pela Escola Politécnica, representantes de um segmento social que ascendeu justamente com o ensino superior, a partir da década de 1870, e que não ocupavam postos de comando do Estado imperial.

Pereira Passos foi um dos sócios fundadores do IPB e se afastou da agremiação desde meados da década de 1870, demonstrando uma certa desconfiança com um desvirtuamento dos objetivos iniciais da agremiação. E os seus filhos sequer se associaram ao instituto. Quando relacionamos esses comportamentos com a trajetória da família Passos, fica mais evidente que esta instituição teve pouco ou, talvez, nenhum papel em seus propósitos de continuidade de atividades na área da engenharia e da indústria durante a Primeira República. Com exceção de Pereira Passos, eles privilegiaram uma formação distante das Escolas do Largo de São Francisco, no Rio de Janeiro, que foi sede da agremiação.

Por outro lado, Paulo de Frontin foi fruto da geração de engenheiros formados na década de 1870 e fez parte de um grupo que ascendeu socialmente após a criação da Escola Politécnica. Além disso, vimos que ele pertenceu à categoria de sócios efetivos do

IPB, que era mais ampla e heterogênea do que a de sócios fundadores. Em meio a esta escalada social de Frontin, esses dados sugerem que a agremiação foi importante para ele ter uma visibilidade inicial naquele segmento e foi uma oportunidade de ampliar a sua rede de relações. Logo em que foi admitido, em 1880, ocupou a tesouraria da associação e só se afastou dessas atividades com a sua ida para o Clube de Engenharia (o que não representou um afastamento dos círculos da Escola Politécnica). Além disso, estavam no IPB figuras muito próximas da sua rede de relações, como o amigo e futuro padrinho de casamento, Carlos Sampaio, o engenheiro Vieira Souto e o Barão de Tefé.

Observamos que, diferentemente do IPB, o Clube de Engenharia surgiu como uma associação civil, que tinha como objetivo debater temas relacionados à infraestrutura, à produção e o mais importante: promover a aproximação de engenheiros e industriais. Eles que se consideravam os agentes do desenvolvimento material do país. O seu quadro social, em 1895, era de 691 associados ativos, o que representava quase o triplo de sócios do IPB, que tinha 253 filiados em 1889. Outra peculiaridade do associativismo do Clube de Engenharia foi a concentração de praticamente todos os seus filiados (98%) em uma mesma categoria. Isso demonstra não apenas um maior alcance social da entidade, como também um padrão de reciprocidades mais horizontais e dinâmicas, favorecendo o pragmatismo na representação desses membros.

Outra característica do C. E. foi o baixo quantitativo de seus sócios honorários, estes que não podiam participar de votações e nem se candidatar para o conselho diretor e para a presidência. O que permitia um maior revezamento de membros deste conselho, que elegia o presidente da agremiação. Embora, ao longo das quatro décadas da Primeira República, o Clube de Engenharia tivesse apenas 7 presidentes, dos quais, Paulo de Frontin se manteve no cargo por três décadas (22/01/1903 a 15/02/1933). Mesmo assim, por todo esse período, o engenheiro foi reconduzido sucessivamente pelos seus pares.

Francisco Pereira Passos foi o primeiro personagem de seu núcleo familiar a entrar nesta entidade, admitido em 1881, como sócio efetivo, se mantendo nesta categoria até o fim de sua vida. Neste mesmo ano, ele foi eleito 1º vice-presidente para o biênio 1881-1882 e reeleito para o exercício de 1882-1883. Logo em seguida, fez parte do Conselho Diretor em três oportunidades: 1883-1884, 1884-1885 e 1893-1896. E em relação à admissão de seus filhos, em 1903, logo após assumir o cargo de consultor técnico da Prefeitura, Francisco de Oliveira Passos, foi aceito no Clube em 16 de maio. E, em 1º de outubro de 1910, Paulo de Oliveira Passos se associou como industrial.

Já Paulo de Frontin entrou na associação, em 1882, quando deixou a tesouraria do IPB, e logo assumiu uma vaga no conselho diretor do C.E. em diversas oportunidades, começando pelo biênio 1886-1887 e por mais cinco mandatos: 1888-1889 (suplente), 1893-1896, 1896-1898, 1899-1900, 1901-1902. A partir de então, Frontin foi eleito presidente, em 1903. Como foi destacado no capítulo 2, durante o período de sua presidência, o engenheiro adotou um perfil enérgico em defesa da categoria e se demonstrou como um habilidoso negociador. Além disso, identificamos personagens do núcleo da rede de relações de Frontin que foram sócios do Clube de Engenharia, como o seu irmão, Pedro Max Fernando de Frontin e outras figuras ligadas a ele por parentesco ou por compadrio, como o Barão de Tefé (almirante e filiado ao Clube como industrial, e Carlos Sampaio, engenheiro que foi um importante ponto de convergência no entrelaçamento dessas redes mais específicas de relações corporativas, familiares e empresariais de Paulo Frontin. Inclusive, vimos que Sampaio parece ter identificado antes de Frontin as vantajosas possibilidades de negócios na aproximação de engenheiros com o empresariado, já que foi um dos fundadores do C. E.

Os dados sobre a participação do núcleo familiar de Paulo de Frontin no Clube de Engenharia revelam que eles tiveram uma relevância muito limitada dentro do associativismo da agremiação. Esta que tinha um alcance muito mais extenso e foi marcada pelo pragmatismo. Na trajetória de Frontin, a agremiação significou um importante espaço para a construção da sua rede de relações, mas não o único, dada a sua participação em postos de comando em outras instituições, como a Escola Politécnica e o Derby Club.

No terceiro capítulo, focalizamos as reciprocidades generalizadas no comportamento empresarial desses dois engenheiros. Pereira Passos que comprou, em 1887, a Serraria de Santa Luzia do engenheiro Etienne Bernachot por 104:000\$000. Um negócio que utilizava tecnologia de máquina a vapor e, inicialmente, prestava serviços de marcenaria, carpintaria e de serraria. Acompanhamos por meio de registros na Junta Comercial do Rio de Janeiro e do retrospecto comercial da imprensa como o empreendimento foi transformado em um negócio familiar, que teve crescimentos significativos de seu patrimônio. Em 1910, Pereira Passos, que já tinha Paulo de Oliveira Passos como sócio, admitiu outros investidores, como Arthur Tourinho Lefevre e Tancredo Cordeiro da Cruz. Segundo o testamento do próprio Pereira Passos, redigido

naquele mesmo ano, os vultosos capitais da companhia representavam cerca de 57% de todos os bens materiais do casal Pereira Passos e Maria Rita Passos.

Além de obterem lucros imediatos, foi possível captar como, no em torno desta serraria e de seu proprietário, circulavam bens imateriais, com a tradição da própria companhia e a credibilidade de Pereira Passos na praça do Rio de Janeiro. Esta firma que foi um importante laboratório para a carreira de seu filho. Por isso, é possível afirmar que o comportamento empresarial de Pereira Passos não se reduziu à maximização de seus ganhos financeiros, embora a empresa tenha crescido ao longo de sua administração, já que, neste período, o engenheiro lançou mão de reciprocidades generalizadas de parentesco para fazer de seu filho, Paulo Oliveira Passos, o grande herdeiro daquele negócio.

Enquanto isso, em 1890, Paulo de Frontin se dedicava a intensas atividades empresariais junto com um grupo de associados do Clube de Engenharia, com a fundação da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil. Em menos de um ano de funcionamento do negócio, Frontin passou a concentrar as responsabilidades de todas as diretorias técnicas da companhia, assumindo o posto de presidente. Isto ocorreu logo nos primeiros sinais da crise do Encilhamento, que fortaleceram a sua ação junto com Carlos Sampaio, à medida em que o patrimônio da Melhoramentos derretia. Frontin se manteve no cargo até o ano de sua morte, em 1933, e desempenhou papel-chave nos planos desse negócio a partir de 1891.

Através do retrospecto do capital da empresa, que nasceu com pretensões arrojadas, foi possível identificar reciprocidades muito mais equilibradas e pragmáticas entre esses engenheiros, que tinham como principal motivação a obtenção de lucro e promover, enquanto agentes privados, uma série de obras de infraestrutura pelo país, como a construção de ferrovias, oficinas, melhoramentos urbanos, a construção do porto do Rio de Janeiro e até na produção agrícola. Tendo a participação ativa de outras figuras como a do engenheiro Vieira Souto e do conselheiro fiscal Conrado Jacob Niemeyer.

Esta documentação analisada nos permitiu constatar que os rumos da *Melhoramentos*, ao longo deste período, se deram, principalmente, pela parceria de Paulo de Frontin com Carlos Sampaio. O primeiro que demonstrava um traquejo para a atuação mais pública, enquanto o segundo desempenhava um papel de hábil negociador nos bastidores. A dupla procurou readaptar os rumos da empresa para evitar a sua falência

durante a Primeira República, consistindo em ações que envolveram não apenas a busca por capital estrangeiro, mas também articulações com o poder público, que incorporou alguns de seus empreendimentos, como a Estrada de Ferro Melhoramentos no Brasil, que se transformou em Linhas Auxiliar da EFCB e das obras do Porto do Rio de Janeiro.

No último capítulo, recorreremos aos pedidos de favores recebidos por Passos e por Frontin quando assumiram funções públicas nas reformas urbanas do Rio de Janeiro durante o governo Rodrigues Alves. Nesta etapa, o nosso objetivo foi compreender o comportamento de Frontin e de Passos diante do assédio através de práticas clientelistas e como essas práticas se relacionaram com as suas próprias redes de relações.

A nossa pesquisa encontrou poucos pedidos de favores nas subséries e dossiês da Coleção Família Passos, referentes ao período em que o engenheiro foi prefeito da cidade. E quando adotamos uma amostragem referente aos anos de 1903 e 1904, identificamos que, enquanto foram preservados 97 pedidos para Paulo de Frontin, sobre Passos foram guardados somente 4. E com base nas demais fontes primárias analisadas naquele capítulo, ficou evidente que, do ponto de vista quantitativo, as práticas de favorecimento pessoal foram raras na cúpula da Prefeitura durante a sua gestão. O que pode ser tomado como evidência de que a de troca de favores não foi o principal elemento de coesão da rede de relações dos Passos. Raramente, Pereira Passos encaminhava os seus próprios pleitos pessoais, embora tivesse no Estado um espaço importante em suas estratégias sociais, como vimos na participação do filho Francisco Oliveira Passos em sua gestão.

Por outro lado, há, no arquivo privado de Paulo de Frontin (IHGB), diversas correspondências contendo pedidos de favores recebidos desde a década de 1880 até 1933, que cobrem, praticamente, toda a sua vida profissional como engenheiro e político. Em relação à amostragem adotada, as 97 missivas selecionadas demonstraram como Frontin esteve muito mais inclinado a receber favores pessoais do que Pereira Passos. Criando uma espécie de crédito generalizado, que lhe tornava mais poderoso e influente. Os engenheiros (18,7%), os políticos (15,2%) e os militares (15,2%) foram os que mais pediam e os demais missivistas se dividiam em profissões mais diversificadas, como profissionais liberais, magistrados, comerciantes, eclesiásticos, produtores, demais trabalhadores e os desempregados. Assim, esses dados nos permitiram afirmar que este expediente foi uma oportunidade para Frontin tornar mais complexa e diversificada a sua rede de relações manejando a troca de favores pessoais.

Ao final deste trabalho, é possível considerar que estes dois personagens por não apostaram unicamente em seus saberes especializados ao traçarem as suas estratégias pessoais e familiares. Assim, o caminho trilhado pela nossa pesquisa nos permitiu testar e comprovar a hipótese de que esses dois personagens estiveram inseridos em redes de relações mais amplas de reciprocidades pessoais, que tiveram em seu núcleo os seus próprios familiares e os seus amigos mais próximos.

No campo das convergências, vimos que essas redes de relações incorporavam redes mais específicas, tecidas por reciprocidades mais equilibradas, como os vínculos empresariais ou por solidariedades construídas por meio da organização de uma categoria profissional e como parte do Estado. Também ficou evidenciado que esses personagens mantinham uma “via de mão dupla” com o núcleo das suas redes relações, na medida em que se influenciavam por estas, ao mesmo tempo em que as suas trajetórias também alteravam as suas redes.

No campo das diferenças, percebemos que esses dois engenheiros imprimiram padrões antagônicos aos fluxos de bens que circulavam nesses circuitos reciprocidades. Durante as primeiras décadas da República, os Passos acabaram optando por comportamentos que levaram à alienação de seu patrimônio material e imaterial em direção ao centro de sua família, ao mesmo tempo em que conseguiram enriquecer e angariar mais prestígios. Um padrão de “guardar para poder dar e dar para poder guardar”, nas palavras de Godelier, quando se referiu aos dons que são subtraídos das trocas mais cotidianas e devem ser conservados por serem valiosos.

Neste mesmo período, os Frontin adotaram fluxos de circulação de bens em movimentos de expansão de suas redes de relações, em que Paulo de Frontin foi uma figura-chave. Pois, além da sua competência técnica, ele mostrou, nas primeiras décadas republicanas, grande habilidade em criar reciprocidades diádicas atravessadas por laços parentesco com famílias tradicionais, através da Empresa Industrial Melhoramentos no Brasil, e de instituições como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, o Instituto Politécnico Brasileiro, o Clube de Engenharia e quando foi parte do Estado, como vimos na construção da Avenida Central do Rio de Janeiro.

## Fontes

### Documentação

<b>Instituição</b>	<b>Arquivo</b>	<b>Séries, dossiês, livros de registros, jornais e legislação</b>	<b>Ano</b>	
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Arquivo Privado Paulo de Frontin	Correspondência Passiva	1889- 1892 e 1903- 1904	
		Correspondência de Terceiros	1889- 1892 e 1902- 1904	
		Recortes de Jornais	1889	
		Atividade Empresarial	1889- 1892 e 1903- 1904	
		Documentos Diversos	1889-1906	
Museu da República	Coleção Família Passos	Série Pereira Passos	Correspondências	1865-1910
			Documentos Pessoais	1910-1916
			Diversos	1910-1916
			Subsérie Administração Municipal	1902-1906
		Subsérie Atividades sociais e políticas	1902-1906	
Série Oliveira Passos	Falecimentos	1912-1917		
Arquivo Nacional	Junta Comercial do Rio de Janeiro	Livros de Registro da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil	1891,1894, 1903	
		Registro da Serraria de Santa Luzia	1891, 1903	
	Judiciário	Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara do Rio de Janeiro	1874	
		Fundo do 3º Ofício de Notas do Rio de Janeiro	1874	
	Registro Civil	Livros de Registro Civil do Rio de Janeiro*	1829-2012	
Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro	Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro	Livros de Matrimônios da Igreja Católica*	1616-1980	
Biblioteca Nacional	Hemeroteca Digital	Revista do Instituto Politécnico Brasileiro	1862 - 1900	
		Revista do Clube de Engenharia	1887, 1895 e 1922	

		Correio Mercantil (RJ)	1859	
		Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro	1854, 1867, 1873, 1874, 187, 1880 e 1885	
		Jornal A Noite (RJ)	1916	
		Revista da Semana (RJ)	1941, 1944	
		Jornal do Commercio	1867, 1869, 1890, 1891, 1892, 1909 1910, 1944	
		Almanack Laermmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)	1891-1914, 1917, 1927, 1930	
		Diário do Comércio	1889	
		Boletim Policial	1913	
		Revista “O Malho”	1905	
		Revista Marítima Brasileira	1939	
		Brasilianas Fotográficas	Fotografia de Augusto Malta - Família Passos	1910
			Menu de casamento Paulo de Frontin	1889
Clube de Engenharia	Repositório da memória institucional	Fichas de filiados	1880-1916	
Câmara dos Deputados	Coleção de Leis do Império do Brasil	Decreto nº 3.031, de 17 de dezembro	1862	
		Decreto nº 8253 de 10 de setembro	1881	
	Decretos e Leis da República brasileira	Lei nº 181, de 24 de janeiro	1890	
		Decreto nº 939, de 29 de dezembro	1902	
		Decreto nº 1.839, de 31 de dezembro	1907	
		Lei nº 3.071, de 1º de janeiro	1916	

\* Disponíveis na plataforma “Family Search”. Disponível em: <https://www.familysearch.org/pt>

## **Livros, teses, dissertações, dicionários e artigos de periódicos**

ABREU, Antônio Izaías da Costa. **A Ex-Vila da Estrela e seu porto**. Petrópolis: Instituto Histórico de Petrópolis, 1996.

ABREU, Maurício de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN-Rio/ Zahar, 1988.

ALMEIDA, Cândido Mendes de (comentador). PORTUGAL. **Código filipino ou Ordenações e leis do reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el-Rey D. Filipe I** /. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Terra e Paz, 2002.

ATIQUE, Fernando. **As engenharias do não engenheiro-: Conrado Jacob de Niemeyer e o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro em perspectiva transnacional (1880-1919)**. Tempo: Revista do Departamento de História da Uff., v. 27, 2021, p. 668-692.

AUSTIN, J. L. **Quando Dizer é Fazer – Palavras e Ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2003.

\_\_\_\_\_, **A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso.** Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, 2016.

\_\_\_\_\_. **A dimensão da ideia de civilização na Reforma Urbana de Pereira Passos.** AEDOS: Revista do Corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (ONLINE), v. 09, 2017.

\_\_\_\_\_. **O prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos.** Revista Intellèctus (UERJ. Online), v. 22, 2015.

\_\_\_\_\_. **Um esboço biográfico de Francisco Pereira Passos. O progresso sob a égide da civilização.** Revista Intellèctus (UERJ. Online), v. 2, 2009.

ATHAYDE, Raymundo T. de. **Paulo de Frontin. Sua Vida e Obra.** Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1962.

\_\_\_\_\_. **Pereira Passos. O Reformador do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1944.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida Barata. **Subsídios para um Catálogo dos Títulos de Nobreza concedidos pela Santa Sé aos Brasileiros.** Colégio Brasileiro de Genealogia - Arquivos Genealógicos - Tabela I, N° 8. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20101011232921/http://cbg.org.br/arquivos\\_genealogicos\\_t\\_01.htm](https://web.archive.org/web/20101011232921/http://cbg.org.br/arquivos_genealogicos_t_01.htm). Último acesso em 12/08/2021.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada.** Petrópolis: Editora Vozes, 2014. Edição digital. 1. 184/2687.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: Um Hausmann Tropical.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases política: política, favor e dependência pessoal.** Rio de Janeiro: Relume-Damará, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **A ilusão biográfica.** In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. - 8a ed.– Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **Esboço de uma teoria da prática.** In: ORTIZ, Renato. (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p.46-81

\_\_\_\_\_. **Marginália: algumas notas adicionais sobre o dom.** Revista Mana, v.2, n.2, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** 8. ed., Campinas: Papirus, 2007.

\_\_\_\_\_. **Será possível um acto desinteressado?** In: Razões práticas sobre a teoria da ação. Oeiras: Editora Celta, 2001. p. 103-117

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento **Diccionario Bibliographico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional. v. 1, 1883.

BRENNNA, Giovanna Rosso Del. O Rio de Janeiro de Pereira Passos. **Uma Cidade em Questão II.** Rio de Janeiro: Index, 1985.

CAMPOS, Maristela Chicharo de. **O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói (1835-1890).** Niterói: Programa de Pós-Graduação em História – UFF, 2004.. (Tese de Doutorado)

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem. A elite política imperial** Rio de Janeiro: Ed. Remule-Dumará (UFRJ), 1996.

\_\_\_\_\_. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.** Dados [online]. Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997.

\_\_\_\_\_. **Rui Barbosa e a Razão Clientelista.** Revista Dados. Rio de Janeiro. n.1.v.43,2000.

\_\_\_\_\_. **Teatro das sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: IUPERJ-VÉRTICE, 1988.

\_\_\_\_\_. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Habitações populares.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Quatro Vezes Cidade.** Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. **O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil.** Rio de Janeiro: Revan-IUPERJ-UCAM, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **A Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política.** São Paulo: Cosac Naify, 2014.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro: 1822-1930.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

COELHO, Maria Claudia. **O valor das intenções. Dádiva, emoção e identidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CORRÊA, Maria Letícia. **Engenharia, economia política e progresso: a trajetória do engenheiro Luiz Rafael Vieira Souto como estudo de caso (1849-1922)**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul/dez 2010. pp. 157-169.

\_\_\_\_\_. **Engenharia, ordem e disciplina sobre a cidade: Vieira Souto e os projetos de “casas para operários” no Rio de Janeiro da década de 1880**. In: CORRÊA, Maria Letícia; ENGEL, Magali Gouveia e SANTOS, Ricardo Augusto. Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012. p. 83-112.

CORRÊA, Sampaio. Francisco **Pereira Passos**. Revista do Clube de Engenharia. N. 23, agosto. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1936, p. 1218-1226.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 6.ed. 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporã: o ensino superior da colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CURY, Vania Maria. **Engenheiros e empresários: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)**. Niterói: PPGH-UFF, 2000 (Tese de Doutorado).

DIAS, Sônia. **Verbetes Francisco de Oliveira Passos**. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PASSOS,%20Pereira.pdf> Acesso em: 13/09/2020.

DONATO, Hernani. **100 anos de Melhoramentos: 1890-1990**. São Paulo, Melhoramentos, 1990.p. 57. Apud KESSEL, Carlos. Op. Cit, 2001. p. 31

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA, Fernando Antônio. **Os vícios da Re(s)pública: negócios e poder na passagem para o século XX**. Rio de Janeiro: Notrya Editora, 1993.

FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)**. Tomo III, vol. 9. São Paulo, Difel, 1975.

\_\_\_\_\_. **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Estruturas de poder e economia (1889-1930).** Tomo III, vol. 9. São Paulo, Difel, 1975.

FERREIRA, Jorge Luis. **A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, v. 3, no 6, 1990.

\_\_\_\_\_. DELGADO, Lucilia de A. N. (orgs). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Luiz Otávio. **Os Politécnicos: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1862-1922).** Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989. (Dissertação de Mestrado em História).

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. **Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

\_\_\_\_\_. e GOMES, Ângela de Castro. **Primeira República: um balanço historiográfico.** Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Vértice, v. 1, n. 4, 1989.

FERREIRA, Luiza. e VILELA, Amanda. **Verbetes Alfredo Américo de Souza Rangel.** Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/souza-rangel-alfredo-americo-de/>. Último acesso: 21/12/2022.

\_\_\_\_\_. **Verbetes Jerônimo Francisco Coelho.** Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/amaral-alexandrino-freire-do/>. Último acesso: 21/12/2022.

FILHO, Adolfo Morales de los Rios. **Dois Notáveis Engenheiros, Pereira Passos e Vieira Souto.** Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1951.

FRAGOSO, J. L. R; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. **Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana**. Rio de Janeiro, BNDES, 1983

FREIRE, Américo Oscar Guichard. **Uma Capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX**. Rio de Janeiro: Revan, 2000,

\_\_\_\_\_. **A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos**. Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 10, 2003.

\_\_\_\_\_. **Paulo de Frontin: discursos parlamentares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

GRAZIANO, Luigi. **A conceptual framework for the study of clientelism**. In: **Internacional Political Science Review**, vol.4, n4, 1983, p. 153-154.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Federal de Rio de Janeiro, 1997.

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3ª edição, 2005.

\_\_\_\_\_. **A política brasileira em busca da modernidade: as fronteiras entre o público e o privado**. In: NOVAIS, Fernando A. (org). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 490-558.

\_\_\_\_\_. **Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados**. In: **Revista dos Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998.

\_\_\_\_\_. **Novas elites burocráticas**. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In \_\_\_\_\_ .  
Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p.143-275.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

H. GARNIER. **O Secretário Brasileiro contendo 306 modelos de cartas sobre todos os assumptos e um formulario de requerimentos e memoriais**. Rio de Janeiro: Livraria H. Garnier, 1904.

HEINZ, F. M. **Positivistas e republicanos: os professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre entre a atividade política e a administração pública (1896-1930)**. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, v. 29, 2009, p. 263-289.

HEYMANN, Luciana Quillet. **As Obrigações do Poder: Relações Pessoais e Vida Pública na Correspondência de Filinto Müller**. UFRJ: dissertação de mestrado, 1997.

HOBSBAWM, Eric. J. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 18º ed., 2014.

HONORATO, Cezar (coord). **O Clube de Engenharia nos momentos decisivos da vida do Brasil**. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1996.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **Sociedade e política na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1999.

JOPPERT, Maurício da. **Paulo de Frontin, o patrono da engenharia brasileira; sua vida, sua obra, sua glória**. Rio de Janeiro: Ministério dos Transporte e Clube de Engenharia, 1972.

JOSÉ, Ygor. **Verbetes Antônio da Silva Moutinho**. Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/moutinho-antonio-da-silva/> Último acesso: 21/12/2022.

\_\_\_\_\_. **Verbetes Hermogenes Azevedo Marques**. Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/marques-hermogenes-de-azevedo/> Último acesso: 21/12/2022.

\_\_\_\_\_. **Verbetes José Medeiros e Albuquerque.** Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/medeiros-e-albuquerque-jose-de/>Último acesso: 21/12/2022.

KROPF, Simone Petraglia. Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade. In: **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro (1870-1937)**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

KESSEL, Carlos. **A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio.** Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

KUSCHNIR, Karina. **Eleições e Representação no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP-MN-UFRJ, 2000.

\_\_\_\_\_. **Clientelismo Urbano?** In: Cotidiano da Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. CARNEIRO, Leandro Piquet. **As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 13, 1999.

LAMARÃO, Sérgio; URBINATI, Inoã Carvalho. **Clube de Engenharia.** In: Dicionário histórico-biográfico da Primeira República – 1889-1930. Coordenação: Alzira Alves de Abreu. FGV, 2015.

\_\_\_\_\_. **Dos trapiches ao Porto. Um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.

LANDÉ, Carl H. **Political Clientelism in Political Studies.** *Retrospect and Prospects.* International Political Science Review, vol. 4, nº 4, 1983. p. 435-454.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto.** 7a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1948].

LEMARCHAND, Rene (org.) **Political clientelism and development: a preliminary analysis.** In: *Comparative politics*. Vol 4 (2), 1972.

\_\_\_\_\_. Introduction: **The Dyadic Basis of Clientelism.** In: SCHMIDT, Steffen W. (org). *Friends, Followers, and Factions*. University of California Press, 1977. p. 13-38.

LENZI, Maria Isabel. **Pereira Passos: notas de viagens.** Rio de Janeiro: Sextante Artes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Francisco Pereira Passos - Possibilidade de um outro olhar.** Revista Rio de Janeiro, (10), 133-141, 2003.

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira.** 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Introdução à obra de Marcel Mauss.** In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar.** Rio de Janeiro: Record, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento.**In: Revista Estudos Históricos, n. 26:. 2000.

LLOYD, Reginald. In: **Impressões do Brasil no século XX: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos.** Londres: **Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd.,** 1913. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g38f.htm>> . Último Acesso: 05/10/2021.

LOPES, Raimundo Hélio. **Verbetes Henrique Alves de Carvalho.** In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em <<

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CARVALHO,%20Henrique%20Alves%20de.pdf>>>; Acessado em 13/10/2020.

LOUREIRO, Elizabeth Cristina Marques de. Dados biográficos. In: **Augusto Malta: catálogo da série negativo em vidro/Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

LUZÓN, Javier Moreno. **El clientelismo político: História de un concepto multidisciplinar**. Revista estudios políticos, n.105, 1999.

MALINOWSKI, Bronisław. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1922].

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. **Ampliando o Estado Imperial: Os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888**, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. **Engenharia Imperial: O Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880)**. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de mestrado).

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **“A velha arte de governar”: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: PPGHIS-UFRJ, 2005 (Tese de Doutorado)

\_\_\_\_\_. **Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX**. In: FRAGOSO, J. L. R.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS, Luiz Dodsworth. **A Presença de Paulo de Frontin**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas de Bastos, 1966.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974 [1924].

MELO, Hildete Pereira de, & MARQUES, Teresa Novaes. **A Partilha da Riqueza na Ordem Patriarcal**. Revista de Economia Contemporânea, IE/UFRJ, vol.5 n° 2 – julho/dezembro, 2001.

MELO, Victor Andrade de. **Cidade esportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro**. Ed. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2001.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Centenário da morte do Barão do Rio Branco**. Brasil. Publicado em: Publicado em 10/02/2012. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/centenario-da-morte-do-barao-do-rio-branco](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/centenario-da-morte-do-barao-do-rio-branco). Último acesso em: 22/12/2022.

MITCHELL, J. **Social Networks**. Annual-Review of Anthropology. Volume 3, 1974, p. 279-299.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do exército**. Rio de Janeiro.: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

MOTTA, Marly. **Verbetes Francisco Pereira Passos**. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em <<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirrepublica/PASSOS,%20Pereira.pdf>>>; Acessado em 13/10/2020.

NEEDELL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro da Virada do Século**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de Oliveira. **Conflitos e disputas pela memória: as ruínas de São João Marcos**. In: Revista Memória em Rede, Pelotas, v.4, n.10, Jan./Jun.2014.

PALMEIRA, Moacir. **Política, facção e compromisso: alguns significados do voto**. In: **Encontro de Ciências Sociais no Nordeste**. Salvador: CRH/FINEP, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os comícios e as políticas de facções**. Rio de Janeiro: Anuário Antropológico, n. 94, 1995.

\_\_\_\_\_. **Voto: racionalidade ou significado?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.20, 1992, p. 26-30.

\_\_\_\_\_. **Política, facção e compromisso: alguns significados do voto.** In: Encontro de Ciências Sociais no Nordeste. Salvador: CRH/FINEP, 1991.

PALMIER, Luiz. **São Gonçalo cinquentenário: história, geografia, estatística.** São Gonçalo: Serviço Gráfico do IBGE, 1940.

PAOLOPOLITANO. **Biografia Histórica do Engenheiro Francisco Pereira Passos.** Niterói, 1941.

PASSOS, Francisco Pereira; JARDIM, Jerônimo Moraes SILVA, Marcelino Ramos da Silva. **Relatórios da Comissão de Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

PECHMAN, Robert. **Verbetes Henrique de Toledo Dodsworth Filho.** In: Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/henrique-de-toledo-dodsworth-filho>> . Acessado em: 22, ago, 2020.

PEIRANO, Mariza (Org.). **O dito e o feito: ensaios de Antropologia dos Rituais.** Rio de Janeiro: Relume- Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_. **De que serve um documento?** In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. **Política no Brasil: visão de antropólogos.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

PINTO, Surama Conde Sá. **A Correspondência de Nilo Peçanha e a Dinâmica Política na Primeira República.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. **O prefeito da Varinha de Condão: A engenharia política de Paulo de Frontin na Prefeitura do Distrito Federal.** Revista do Mestrado de História (Universidade Severino Sombra), v. 10, 2007.

\_\_\_\_\_. **Revisitando " Velhas " Questões: Coronelismo e Clientelismo.** Revista do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES, 1998.

\_\_\_\_\_. **Só para iniciados...o jogo político na antiga Capital Federal.** Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

\_\_\_\_\_. **Verbetes Paulo de Frontin.** In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/FRONTIN,%20%20Paulo%20de.pdf>>. Acessado em : 24/05/2020.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Coronelismo numa Interpretação Sociológica.** In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol. 1. São Paulo, Difel, 1975.

REIS, Elisa Pereira. **Opressão Burocrática: O Ponto de Vista do Cidadão.** Estudos Históricos, n.6, 1990, p. 161-179.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, Oswaldo Porto. **Era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920.** Rio de Janeiro: [S.n]. vol 11, Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

RODRIGUES, Claudia. **O Uso de testamentos nas pesquisas sobre atitudes diante da morte em sociedades católicas de Antigo Regime.** In: .: GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (org). Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 17-49.

SAHLINS, Marshall. **Stone Age Economics.** Chicago: Aldine. 1972.

SANTOS, Felipe M. dos. **Trocas políticas entre "amigos" e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911).** Rio de Janeiro: PPHR-UFRRRJ, 2017. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **História da imigração e pesquisas genealógicas: distanciamentos, aproximações e interações metodológicas possíveis.** MÉTIS: história & cultura. v17.n.33, 2015.

SARMENTO, Eduardo. **O espelho partido da metrópole: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelistas.** Rio de Janeiro: Folha Seca: FAPERJ, 2008.

SERRA, Mozart Vitor Serra (Org). **São João Marcos: patrimônio e progresso**. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cidade Viva. 2011.

SIGAUD, Lygia. **As vicissitudes do "ensaio sobre o dom"**. Mana [online]: vol.5, n.2, 1999.

\_\_\_\_\_. **Se eu soubesse: os dons, as dívidas e suas equivalências**. Ruris, v.1, n.2, set., 2007.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Gastão Pereira da. **Pereira Passos, o Reformador**. Rio de Janeiro, 1943. (mimeo).

TAMBIAH, Stanley. **Culture, Thought and Social Action: an Anthropological Perspective**. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1985.

TANNURI, Luiz Antônio. **O encilhamento**. São Paulo: Hucitec: FUNCAMP, 1977.

TAUNAY, Visconde de (Heitor Malheiros, pseudônimo). **O Encilhamento, Cenas Contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891 e 1892**, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1971.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil (século XVI ao XIX)**. Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

\_\_\_\_\_. **Evolução Histórica da Engenharia no Brasil**. In: Revista do IHGB. Ed. 158 (397), out/dez, 1997.

TOPIK, Steven. **O sistema ferroviário**. In: A presença do Estado na Economia Política do Brasil de 1889 a 1930. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987.

TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

\_\_\_\_\_. **Fontes para a história do Rio de Janeiro: o uso social de um arquivo particular (o Arquivo Pereira Passos)**. Revista do Rio de Janeiro, n.3. Niterói, v.1, mai./ago., 1986.

\_\_\_\_\_. **Fontes para a história do Rio de Janeiro. O uso social de um arquivo particular: o Arquivo Pereira Passos.** Revista do Rio de Janeiro, Revista Rio de Janeiro, n. 10, Niterói, v.1 maio./ago., 2003.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889).** Coleção ANPUH-RS. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX).** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, 2013 ( Tese de Doutorado )

VAZ, Lilian F. **Contribuição ao estudo da produção e transformação da habitação popular. As habitações coletivas do Rio antigo.** Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 1985 (Dissertação de Mestrado).

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VILELA, Amanda. **Verbetes Alexandrino Freire do Amaral.** Dicionário Biográfico da Administração Pública Municipal (DBAPM). Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Módulo: Prefeitura do Distrito Federal. Disponível em: <http://expagcrj.rio.rj.gov.br/amaral-alexandrino-freire-do/>. Último acesso: 21/12/2022.

VISCARDI, Cláudia Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”.** Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

\_\_\_\_\_. **Experiências de economia social: mutualismo, filantropia e corporativismo.** Juiz de Fora. Editora UFJF, 2021.

WEBER, Max. A Política como vocação. In: WEBER, Max. **Ciência e Política, Duas Vocações.** São Paulo: Editora Cultrix, 1996. p. 53-124.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade: fundamentos da sociedade compreensiva.** Brasília: Editora UnB, 1991.

WEINER, Annette. **From words to objects to magic: hard words and the boundaries of social interaction.** Man Review. n. 18, 1983.

# Anexos

## Anexo 1: Lista de Sócios do IPB por Categoria (1889)

### 1.1 - Sócios *Honorários*

Conde D'Eu	Visconde de Mauá
Barão da Passagem	Francisco Octaviano de Almeida Rosa
Barão de Jaceguay	Christioano Benedicto Ottoni
Visconde de Barbacena	Valentim do Rego
Barão de Capanema	

### 1.1.2- *Almirantes*

Joaquim Antônio Cordovil Maurity  
Franciso José Coelho Netto

### 1.1.3 – *Estrangeiros*

Javier Cabello	Francisco Maria Pereira da Silva
Bento Fortunato Coutinho de Almeida d'Eça	Affonso Joaquim Nogueira Soares
José Rodrigues Solano	John Hawkshaw
Manuel Allustante e Lobes	Carlos Neate
Angel Calderon	Henrique de Beaurepaire Rohan
José Morér	Hermann Ende
José Joaquim de Castro	Julius Carl Raschdorff
	Charles Garnier

Ernesto Mouchez

Caetano Maria Batalha

#### **1.1.4 Sem Informação**

José Alves e Nunes.

Carlos da Costa

#### **1. 2- Sócio *Benemérito***

João Ramos de Queiroz

#### **1. 3- Sócios *Fundadores***

##### **1.3.1 *Civis***

Agostinho Victor de Borja Castro

Paulo José de Oliveira

João Nery Ferreira

Evaristo Xavier da Veiga

Domingos de Araújo e Silva

Epiphany Candido de Souza Pitanga

Ernesto Eugenio da Graça Bastos

Francisco Pereira Passos

Ignácio Wallace da Gama Cockrane

Herculano Velloso Ferreira Penna

José de Saldanha da Gama

##### **1.3.2 *Militares***

Ignacio da Cunha Galvão

Joaquim de Souza Mursa

José Thomé Salgado

Luiz José da França

Manoel Luiz de Araújo

Matheus da Cunha

Américo Monteiro de Barros

Antônio Gomes de Mattos Junior

Christiano Pereira de Azevedo Coutinho

Ernesto Gomes Moreira Maia

#### **1.4 – Sócios *Efetivos***

##### **1.4.1 – *Civis***

Antônio Paula Freitas

José Augusto Nascentes Pinto

Francisco José Gomes Calaça

Antônio José do Amaral

Augusto Teixeira Coimbra

Luiz Augusto Monteiro de Barros

Antonio Paulo de Mello Barreto

José Ewbanck da Camara

Antonio Francisco de Paula e Souza  
Henrique Eduardo Hargreaves  
Fabio Hostilio de Moraes Rego  
Emigdio Adolpho Victorio da Costa  
Luiz Rafael Vieira Souto  
Joaquim Galdino Pimentel  
Antonio Alves da Silva e Sá  
Francisco Antonio Monteiro Tourinho  
Miguel Ribeiro Lisboa  
Luiz Schreiner  
Eduardo Habich  
Francisco Lobo Pereira Leite  
José Américo dos Santos  
Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa  
André Gustavo Paulo de Frontin  
Luiz Carlos Barbosa de Oliveira  
Francisco de Paula Bicalho  
Carlos Alberto Morsing  
Arthur Getúlio das Neves  
Carlos Cesar de Oliveira Sampaio  
Licínio Chaves Barcellos  
William Michler

Julio Pinkas  
Manoel Ferreira Garcia Redondo  
Wenceslau Alves Leite de Oliveira  
Bello  
Viriato Belfort Duarte  
Eugène Tisserandot  
Raymundo Teixeira Belford Roxo  
José Freire de Andrada Parreiras Horta  
Joaquim Vieira Ferreira  
Rodolpho Alexandre Hell  
João Baptista Ortiz Monteiro  
João Teixeira Soares  
Benjamim Franklin de Albuquerque  
Lima  
Domingos Sergio de Saboia e Silva  
Adolpho José Del Vechio  
José Agostinho dos Reis  
Paulo Cirne Maia  
Alfredo Lisboa  
Francisco Barreto Picanço da Costa  
André Pinto Rebouças

#### **1.4.2 Militares**

Antônio Maria de Oliveira Bulhões  
Benjamin Constant Botelho de  
Magalhães  
Joaquim Alexandre Manso Sayão  
Francisco Carlos da Luz  
Alfredo de Escragnolle Taunay  
José de Victoria Soares de Andréa  
Manoel de Frias Vasconcellos

Eduardo José de Moraes  
Antônio Manoel de Melo  
Antônio Francisco Duarte  
Manoel Gomes Borges  
Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim  
Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim  
Capitolino Peregrino Severiano da  
Cunha

José Manoel da Silva  
Luiz Felipe Saldanha da Gama  
Luiz Pedreira de Magalhães Castro  
Manoel Pereira Reis  
Antônio Alves Câmara  
Francisco Calheiros da Graça  
João Justino de Proença  
Ignacio Joaquim da Fonseca  
João Martins da Silva Coutinho

Adolpho Pereira Pinheiro  
Cornélio Carneiro de Barros e Azevedo  
João Nepomuceno Baptista  
Balthazar Rodrigues Gambôa  
Sebastião Antônio Rodrigues Braga  
Francisco da Costa Araújo e Silva  
Francisco Manoel das Chagas Doria  
Licínio Athanazio Cardoso

### **1.4.3 –*Militares* com títulos nobiliárquicos**

Barão de Miranda Reis  
Barão de Tefé  
Visconde de Maracaju

### **1.5 *Sócios Correspondentes***

Saturnino Soares de Meirelles  
Pedro Ribeiro de Souza Rezende  
Clemente Wilmot  
João de Carvalho Borges  
Aristides Galvão de Queiroz  
Francisco Keller  
Augusto Ferreira dos Reis  
Claudio de Chaby  
Augusto Carlos Teixeira de Aragão  
Paulo Freitas de Sá  
Manoel Pinto Torres Neves

Alberto Eugenio de Andrada Parreiras  
Horta  
Jorge Benedicto Ottoni  
Antônio Plácido Peixoto de Amarante  
José Carvalho Almeida  
Jacinto Machado Bittencourt  
Manoel Clementino Carneiro da Cunha  
Aranha  
Candido Gonçalves Gomide  
Barão de Águas Claras  
Dionizio da Costa e Silva  
Francisco Bicudo Varella Lessa

Emilio Amaral Henrique Schnoor	Augusto Cesar de Pinna
Guilherme Candido Xavier de Brito	Francisco Van- Erven
Lucrecio Augusto Marques Ribeiro	Rufino Augusto de Almeida
Agostinho Luiz da Gama	Antônio Alves Pereira de Carvalho
José Carlos de Carvalho	Manoel Timotheo da Costa
Arthur Mihich	Alfredo de Paula Freitas
Feliciano Antônio Martins	Arthur Joaquim Pamphiro
Manoel Barata Góes	Antônio Braz da Cunha
Guilherme Francisco Cruz	Antônio Feliciano de Castilho
Vicente Huet de Bacellar Pinto Guede	Francisco Carllos da Silva Cabrita
Herbert Edgell Hunt	Augusto Saturnino da Silva Diniz
Albino Rosieré	Luiz Corrêa de Brito
Manoel Joaquim Teixeira Bastos	Armênio de Figueiredo
Antônio Manoel Gonçalves Tocantins	Manoel Buarque de Macedo
Sebastião Avelino F. Chagas	Candido de Araújo Vianna e Figueredo
Carlos Eugenio de Andrada Guimarães	Bernardo Ribeiro Freitas
José Rebouças	Caetano Pinto da Fonseca Costa
Alfredo Henrique Pacheco	Benedicto Vieira de Campos
Theodoro Fernandes de Sampaio	Theophilo Teixeira de Almeida Calisto de Paula de Sousa
Trajano Augusto de Carvalho	Humberto Saraiva Antunes
Manoel Venancio Campos da Paz	José Emigdio Garcez Palha
Arthur Indio do Brazil	Affonso Glicério da Cunha Maciel
Hilário Massow	Guilherme Peçanha de Oliveira
Henrique Krepelin	Tobias Tell Martins Moscoso
Jules Jean Revy	

Luiz da Rocha Miranda e Silva	Alberto Hargreaves
Arthur Leon Alexandre	Geraldo Candido Martins
Raymundo de Castro Maia	Frederico Mauricio Dranert
Manoel de Mendonça Guimarães	Frederico Corrêa da Camara
Amaro José da Silveira	Luiz Antonio Schimidt Pereira da Cunha
João Pedreira do Couto Ferraz	Arthur Sauer
Gregorio Nazianzeno de M. Cunha	D. Augusto Leopoldo de Saxe Coburgo Gotha
Henrique de Oliveira Amaral	Nelson de Vasconcellos e Almeida
Luiz de Carvalho Mello	Godofredo de Freitas Travassos
Pedro Espirito Santo de Menezes	Alvaro de Menezes
Raymundo de Souza Raposo	Bernardo de Mattos Trindade
Edward Benest Show Benest	Francisco Dias Cardoso
Joaquim Aderbaç da Costa	Rodolpho Páo Brazil
Frank Gotto	Antônio Vieira Cortez
João Caetano da Silva Lars	Estevão Adelino Martins
Barão de Mesquita	José Libinio Lamenha Lins de Souza
José Antonio da Silva Maia	Antônio Carlos Freire de Carvalho
D. Pedro Augusto de Saxe Coburgo Gotha	Álvaro Lopes Machado
Collatino Maruques de Souza Filho	
Carlos Euler Junior	
Eugenio de Barros Raja Gabaglia	

### **1. 6 Sócios Associados**

José Marcellino Pereira de Moraes

José Hermida Pazos

Antonio Teixeira Rodrigues

Guilherme Van-Vleck Lidyserud

José Joaquim Moreira

Leopold Sarthou

Emanuelle Cresta

Manoel Joaquim Moreira

Domingos Moutinho

Américo Salvatori

FONTE: Revista do Clube de Engenharia, nº1, jan-fev, 1895.

## **Anexo 2: Quadro de Sócios do Clube de Engenharia por Categoria e Ocupação (1895)**

### **2.1 Sócios *Honorários***

NOME	DATA DE ADMISSÃO	OCUPAÇÃO
Francisco Picanço	1882	engenheiro
George Earl Church	1885	engenheiro
Pictet Caland	1885	engenheiro
William Milnor Roberts	1881	engenheiro

### **2.2 Sócios *Beneméritos***

NOME	DATA DE ADMISSÃO	OCUPAÇÃO
Adolpho José Del' Vecchio	1888	engenheiro
Antonio Augusto Fernandes Pinheiro	1884	engenheiro
Antonio Paulo de Mello Barreto	1887	engenheiro
Conrado Jacob de Niemeyer	1880	industrial
Eduardo Mendes Limoeiro	1887	engenheiro
Francisco de Paula Mayrink	1888	industrial
Jeronymo R. de Moraes Jardim	1888	engenheiro
Manoel Maria Carvalho	1888	engenheiro
Pedro Betim Paes Leme	1888	engenheiro

## 2.3 Sócios Efetivos

NOME	DATA DE ADMISSÃO	OCUPAÇÃO
Olintho Couto	1881	agrimensor
Victor Virgilio da Silva Lima	1887	agrimensor
Augusto R. Wallerstein Pacca	1887	agrimensor
Joaquim Adolpho Pinto Pacca	1886	agrimensor
Clodomiro Paredes	1886	agrimensor
Bernardo Gavião Pereira	1887	agrimensor
Frederico José Branco	fundador	arquiteto
Antonio Jannuzi	1883	Arquiteto
José de Magalhães	1888	Arquiteto
Antonio Paulino Limpo de Abreu	1885	engenheiro
Eduardo Limpo de Abreu	1884	engenheiro
Adolpho Dilermando de Aguiar	1882	engenheiro
Adolpho Gomes de Albuquerque	fundador	engenheiro
Ismael Torres de Albuquerque	1884	engenheiro
José V. de Almeida Albuquerque	1891	engenheiro
Antonio Pinto de Almeida	1891	engenheiro
Caetano Silvestre de Almeida	1889	engenheiro
Diogo Ferreira de Almeida	1884	engenheiro
Florencio de Almeida	1885	engenheiro
Gabriel Osorio de Almeida	1891	engenheiro
Honorio de Almeida	1887	engenheiro
Joaquim Lopes de Almeida	1883	engenheiro
José de Carvalho Almeida	fundador	engenheiro
José Francisco E. de Almeida Filho	1883	engenheiro
Rufino Augusto de Almeida	fundador	engenheiro
Theophilo Teixeira de Almeida	1894	engenheiro
Hermilo Candido da Costa Alves	fundador	engenheiro
Arthur Alvim	1881	engenheiro
Antonio Candido do Amaral	1884	engenheiro
Henrique de Oliveira Amaral	fundador	engenheiro
Lucio Freitas do Amaral	1888	engenheiro
Antonio de C. Paes de Andrade	1881	engenheiro
Arthur Cesar de Andrade	1881	engenheiro
Eugenio Ferreira de Andrade	1884	engenheiro
Francisco L. Loureiro de Andrade	fundador	engenheiro
José Pedro Vieira de Andrade	1881	engenheiro
Luiz de Andrade Sobrinho	1887	engenheiro
Paulo Luiz Loureiro de Andrade	fundador	engenheiro

Horacio Rodrigues Antunes	1887	engenheiro
Humberto de Saraiva Antunes	1886	engenheiro
Miguel de Teive e Argollo	1881	engenheiro
Arthur de Alencar Araripe	1888	engenheiro
João Gonçalves de Araújo	fundador	engenheiro
Victor Nabuco de Araújo	1881	engenheiro
Prospero Ariani	1894	engenheiro
Emilio Autran	1885	engenheiro
Alberto Macedo de Azambuja	1887	engenheiro
Eduardo Macedo de Azambuja	fundador	engenheiro
Augusto de Azevedo	1894	engenheiro
Augusto A. Gomes de Azevedo	1891	engenheiro
Domingo J. Gonçalves de Azevedo	1882	engenheiro
Francisco T. de Miranda Azevedo	fundador	engenheiro
Henrique Oscar Bahiana	1890	engenheiro
Manoel Maria Bahiana	1887	engenheiro
Arthur Napoleão Baptista	1888	engenheiro
Augusto Maximo Baptista	1883	engenheiro
Manoel Rodrigues Baptista	fundador	engenheiro
Rodolpho Henrique Baptista	fundador	engenheiro
Vicente Baptista	fundador	engenheiro
Barão de Águas Claras	1881	engenheiro
Antonio Augustinha Horta Barboza	1888	engenheiro
Joaquim Silverio de Castro Barboza	fundador	engenheiro
José Caetano Horta Barboza	1884	engenheiro
Julio Augusto Horta Barboza	fundador	engenheiro
Manoel José Alves Barboza	1881	engenheiro
João Vieira Barcellos	1885	engenheiro
Barão Carlos Augusto de Avilez	1882	engenheiro
Barão de São Geraldo [Joaquim José]	1882	engenheiro
Antonio Paulo de Mello Barreto	fundador	engenheiro
Francisco do Rego Barros Barreto	1887	engenheiro
Propicio Pedroso Barreto	1883	engenheiro
Feliciano M. de Mesquita Barros	1881	engenheiro
João do Rego Barros	1887	engenheiro
Ernesto Eugenio da Graça Bastos	fundador	engenheiro
José Praxedes Ribeiro Bastos Filho	fundador	engenheiro
Edouard B. S. Benest	1887	engenheiro
Newton Bennaton	fundador	engenheiro
Geraldo da Gama Bentes	1881	engenheiro

Luiz Berrini	1881	engenheiro
Norberto de Amorim Bezerra	1886	engenheiro
Thomaz Bezzi	1882	engenheiro
Francisco de Paula Bicalho	1881	engenheiro
Jacinto Machado Bittencourt	fundador	engenheiro
José Maria Saldanha de Bittencourt	1885	engenheiro
Julio Cesar Berenguer Bittencourt	1885	engenheiro
Luiz Machado Bittencourt	1882	engenheiro
Alexandre Scott de Blacklow	1883	engenheiro
Quintino Bocayuva	1883	engenheiro
Eduardo dos Guimarães Bonjean	fundador	engenheiro
João de Carvalho Borges	1881	engenheiro
Antonio Lustosa Pereira Braga	1886	engenheiro
Luiz Affonso Braga	1886	engenheiro
Manoel Ferreira Saturnino Braga	1887	engenheiro
Americo Baptista de Mello Brandão	1883	engenheiro
Francisco de Paiva Bueno Brandão	1887	engenheiro
Julio Brandão	1890	engenheiro
Matheus Nogueira Brandão	1883	engenheiro
Modesto Olympio Teixeira Brandão	1881	engenheiro
João Cândido Brazil	1886	engenheiro
Rodolpho C Pau Brazil	1888	engenheiro
Augusto do Rego Toscano de Brito	1888	engenheiro
Francisco S. Rodrigues de Brito	1888	engenheiro
José Francisco de Brito	1886	engenheiro
Luiz Corrêa de Brito	1882	engenheiro
Heraldo Pio Pimenta Bueno	fundador	engenheiro
Antonio Maria de Oliveira Bulhões	fundador	engenheiro
Newton Cesar Burlamaqui	1884	engenheiro
Francisco José Gomes Calaça	1883	engenheiro
Raudal James Callender	1881	engenheiro
Francisco Corrêa da Camara	1888	engenheiro
João José da Cruz Camarão	fundador	engenheiro
Caetano Cesar de Campos	fundador	engenheiro
Constantino da Cruz Cardoso	1887	engenheiro
Daniel Pedro Ferro Cardoso	1882	engenheiro
Antonio Joaquim de Souza Carneiro	1887	engenheiro
Felippe Carpenter	1884	engenheiro
Alfredo Magno de Carvalho	1888	engenheiro

Antonio Carlos Freire de Carvalho	1887	engenheiro
Arthur H. Freire de Carvalho	1887	engenheiro
Arthur de Sá Carvalho	1889	engenheiro
Francisco Pinheiro de Carvalho	1883	engenheiro
João Baptista de Carvalho	1887	engenheiro
José Basilio Magno de Carvalho	fundador	engenheiro
José Brant de Bulhões Carvalho	1882	engenheiro
Manoel Maria de Carvalho	fundador	engenheiro
Vicente José de Carvalho Filho	fundador	engenheiro
Manoel Maria Del' Castillo	1891	engenheiro
João Baptista de Castro	1881	engenheiro
João Crockatt de Sá P. de Castro	fundador	engenheiro
José Lopes de Castro Junior	1883	engenheiro
José Thomaz de Aquino e Castro	1883	engenheiro
Thomaz de Aquino e Castro	1890	engenheiro
Palmerio de Carvalho Catanheda	1894	engenheiro
José Barbalho Uchôa Cavalcante	1881	engenheiro
Dyonisio E. de Castro Cerqueira	1883	engenheiro
José Gonçalves Chaves	1890	engenheiro
Antonio Calandin Chermont	1882	engenheiro
José R. Chermont	1887	engenheiro
Ignacio W. da Gama Cochrane	fundador	engenheiro
Augusto Teixeira Coimbra	1881	engenheiro
Carlos Guedes da Costa	fundador	engenheiro
Emydio Adolpho Victorio da Costa	fundador	engenheiro
Gabriel Emilio da Costa	1887	engenheiro
Joaquim Adherbal da Costa	fundador	engenheiro
José Alexandre de Moura da Costa	1894	engenheiro
Leandro Affonso Robeiro da Costa	1886	engenheiro
Luiz José da Costa	1887	engenheiro
Manoel José Machado da Costa	1887	engenheiro
Manoel Thimotheo da Costa	1887	engenheiro
João Henrique Costard	1883	engenheiro
Edmundo Augusto Torres Cotrim	1882	engenheiro
José Carlos Torres Cotrim	1886	engenheiro
Antonio Joaquim Costa Couto Junior	fundador	engenheiro
José Manoel de Siqueira Couto	1881	engenheiro
Fanor Cumplido	1886	engenheiro
Antonio Braz da Cunha	1881	engenheiro
Ernesto Marcos Tygna da Cunha	1882	engenheiro
Joaquim Antonio da Cunha	fundador	engenheiro

José Joaquim de A. Alves Cunha	1886	engenheiro
Julio Alves da Cunha	1882	engenheiro
Pedro Nolasco Pereira da Cunha	1887	engenheiro
Adolpho José Del' Vecchio	fundador	engenheiro
José Augusto Devoto	1882	engenheiro
Alfredo Fernandes Dias	fundador	engenheiro
Luiz da Rocha Dias	1881	engenheiro
Thephilo Coelho Dias	1887	engenheiro
Augusto Saturnino da Silva Diniz	1884	engenheiro
Francisco Manoel das Chagas Doria	1887	engenheiro
Augusto Duprat	1886	engenheiro
Francisco Van Erven	1882	engenheiro
Jacob van Erven	1884	engenheiro
João van Erven	1882	engenheiro
Luiz van Erven	1885	engenheiro
Gustavo Estienne	1885	engenheiro
Custodio Diogo de Faria	1890	engenheiro
João José Dias de Faria	fundador	engenheiro
Joaquim da Costa Chaves Faria	1888	engenheiro
Luiz Pires Filho Farinha	1883	engenheiro
Francisco A. Cordeiro Araujo Feio	1885	engenheiro
Pedro Alvares de Araújo Feio	fundador	engenheiro
Antonio V. do Nascimento Feitosa	1889	engenheiro
Eduardo de M. Gomes Ferreira	1885	engenheiro
João Feliciano da Costa	fundador	engenheiro
João Nery Ferreira	fundador	engenheiro
Joaquim Vireira Ferreira	fundador	engenheiro
Luiz Vieira Ferreira	fundador	engenheiro
Miguel Vieira Ferreira	fundador	engenheiro
Antonio Fialho	1884	engenheiro
Armenio de Figueiredo	1881	engenheiro
Augusto Ernesto de Figueiredo	fundador	engenheiro
Candido J. de A. Vianna Figueiredo	1888	engenheiro
José Bernardo de Figueiredo	1888	engenheiro
Joaquim de Castro Fonseca	1882	engenheiro
José Agostinho da Fonseca França	1888	engenheiro
José Martinho da Fonseca França	1888	engenheiro
Bemjamin da Gama Souza Franco	1888	engenheiro
Eugenio Alberto Franco	1889	engenheiro
Carlos Americano Freire	1892	engenheiro
José Joaquim da Silva Freire	1883	engenheiro

Napoleão Augusto Muniz Freire	fundador	engenheiro
Affonso Augusto Teixeira Freitas	1887	engenheiro
Alfredo de Paula Freitas	1884	engenheiro
Antonio de Paula Freitas	1881	engenheiro
André Gustavo Paulo de Frontin	1882	engenheiro
Raymundo da Rocha Frota	1887	engenheiro
Alberto Augusto Furtado	1884	engenheiro
Henrique Gale	1882	engenheiro
Henrique Barreto Galvão	fundador	engenheiro
Ignácio da Cunha Galvão	fundador	engenheiro
José Ayrosa Galvão	1884	engenheiro
Tito Barreto Galvão	fundador	engenheiro
Braz Carneiro Nogueira da Gama	fundador	engenheiro
Balthazar Rodrigues Gambôa	1881	engenheiro
Paulo Giurlany	1884	engenheiro
Alexandre dos Reis Araujo Góes	1891	engenheiro
Manoel Barata Góes	1882	engenheiro
Francisco Xavier Gomes	fundador	engenheiro
João Victor de Magalhães Gomes	1882	engenheiro
Nestor Augusto Gomes	1888	engenheiro
Candido Gonçalves Gomide	1881	engenheiro
Joaquim F. Gonçalves Junior	1892	engenheiro
José Maria Mendes Gonçalves	fundador	engenheiro
Frank Gotto	1887	engenheiro
José de Castro Teixeira de Guivêa	1882	engenheiro
Urbano Coelho de Gouvêa	1894	engenheiro
Francisco Calheiros da Graça	1882	engenheiro
João Cordeiro da Graça	1887	engenheiro
John Cameron Grant	1890	engenheiro
Douglas Fray	1890	engenheiro
Guilherme Greenalgh	fundador	engenheiro
João Carlos Greenalgh	1884	engenheiro
Jorge Rademaeker Grunwals	fundador	engenheiro
Aristides Arminio Guaraná	1884	engenheiro
Duarte Huet Bacellar Pinto Guedes	1882	engenheiro
Joaquim Huet B. Pinto	fundador	engenheiro
Vicente Huet B. P. Guedes Filho	1881	engenheiro
William Street Guild	1886	engenheiro
Sebastião Guilhobel	1890	engenheiro
Joaquim Gongalves Guilion	1887	engenheiro
Francisco de Paula Guimarães	1883	engenheiro
João Vireira da Cunha Guimarães	1888	engenheiro
Manoel Mendonça Guimarães	fundador	engenheiro

João Maxximiano Antunes Gurjão	fundador	engenheiro
João Carlos Gutierrez	fundador	engenheiro
Carlos Fleming Hargreaves	fundador	engenheiro
Daniel Henninger	1881	engenheiro
José Freire Parreiras Horta	fundador	engenheiro
Herbert Earl Hunt	fundador	engenheiro
Jeronymo R. de Moares Jardim	1883	engenheiro
Carlos Augusto de Miranda Jordão	fundador	engenheiro
A. H. Kesner	1881	engenheiro
Henrique Augusto Kingston	1888	engenheiro
Julio Koeller	1894	engenheiro
Raynald von Rruger	1881	engenheiro
José Lantigia	fundador	engenheiro
João Caetano da Silva Lara	1888	engenheiro
Manoel Caetano da Silva Lara	fundador	engenheiro
Paulo Larcher	fundador	engenheiro
Guilherme Carlos Lassance	fundador	engenheiro
Miran Latiff	1888	engenheiro
Antonio Marques Baptista de Leão	fundador	engenheiro
Francisco Marques Baptista de Leão	1886	engenheiro
Paulo Leelere	fundador	engenheiro
João Montaury de Aguiar Leite	1881	engenheiro
Tobias Rabello Leite	1891	engenheiro
Luiz Betim Paes Leme	1881	engenheiro
Pedro Betim Paes Leme	fundador	engenheiro
Pedro Dias Gordilho Paes Leme	1881	engenheiro
Alfredo de Léon	1884	engenheiro
Antonio Mauricio Liberalli	1888	engenheiro
Frederico Augusto Liberalli	fundador	engenheiro
Benjamin F. de Alencar Lima	1881	engenheiro
João Cerqueira Lima Junior	1882	engenheiro
Libanio da Silva Lima	1882	engenheiro
Tristão Franklin de Alencar Lima	fundador	engenheiro
Adolpho Limdemberg	1881	engenheiro
Eduardo Mendes Limoeiro	fundador	engenheiro
Manoel do N. Alves Linhares	fundador	engenheiro
Alfredo Lisbôa	fundador	engenheiro
Henrique Marques Lisbôa	1882	engenheiro
Justiniano de Souza Lisbôa	1887	engenheiro
Manoel Vicente Lisbôa	1882	engenheiro
Quintiliano das Chagas Lobato	fundador	engenheiro
Antonio Gomes Santos Lopes	1886	engenheiro

Francisco B. da Cunha Lopes	fundador	engenheiro
José Augusto Ludolf	1888	engenheiro
William Roberto Lutz	1888	engenheiro
Eduardo Lynch	fundador	engenheiro
Manuel Buarque de Macedo	1882	engenheiro
Trajano I. de Villa-Nova Machado	fundador	engenheiro
José de Castro Abreu Magalhães	1888	engenheiro
Luiz Teixeira de Souza Magalhães	1888	engenheiro
Alfredo Eugenio de Almeida Maia	1881	engenheiro
Paulo Cirne Maia	1886	engenheiro
Raymundo de Castro Maia	1886	engenheiro
Jorge Manders	1883	engenheiro
Joaquim Saldanha Marinho Filho	1882	engenheiro
Geraldo Candido Martins	1887	engenheiro
Hilario Massow	1882	engenheiro
Abel Ferreira de Mattos	1883	engenheiro
Luiz Arnaud Ferreira de Mattos	1882	engenheiro
Joseph Mawson	1881	engenheiro
José Dias Maynard	1882	engenheiro
João Ernesto Viriato de Medeiros	1882	engenheiro
Augusto Alvares Pereira de Mello	1886	engenheiro
Carlos Peixoto de Mello	1887	engenheiro
Eduardo de Campos Mello	1887	engenheiro
Luiz Cavalcante Campos	1883	engenheiro
Victor Francisco de Braga Mello	1883	engenheiro
Antonio Pedro de Mendonça	1887	engenheiro
Jeronymo Furtado de Mendonça	1887	engenheiro
José Maria Fragozo de Mendonça	1882	engenheiro
Alvaro de Menezes	1888	engenheiro
Carlos Alberto de Menezes	1884	engenheiro
José Napoles Telles de Menezes	fundador	engenheiro
Frederico M. Duque Estrada Meyer	1881	engenheiro
Miguel Paulo Duque Estrada Meyer	1881	engenheiro
Abdon Filinto Milanez	1882	engenheiro
Raymundo da Floresta de Miranda	fundador	engenheiro
Francisco Paes Leme de Monlevado	1887	engenheiro
A. de Pio Deschamps de Montmoreney	1882	engenheiro
Firmino Theotoneo da Morada	1883	engenheiro
Ernesto Frederico Morand	1882	engenheiro
Eduardo José de Moraes	1881	engenheiro

Feliciano Ferreira de Moraes	1888	engenheiro
Carlos Moreaux	fundador	engenheiro
Joaquim José Moreira Filho	1887	engenheiro
Marciano de Aguir Moreira	1881	engenheiro
Carlos Alberto Morsing	fundador	engenheiro
Ignacio Baptista de Moura	1890	engenheiro
José Arthur Murinelli	fundador	engenheiro
Francisco Baptista do Nascimento	1887	engenheiro
Carlos da Silva Nazareth	1888	engenheiro
Lopo Gonçalves Bastos Netto	1893	engenheiro
Francisco Pinto Torres Neves	1881	engenheiro
Manoel Ferreira Neves	1886	engenheiro
Manoel Pinto Torres Neves	fundador	engenheiro
Carlos Conrado de Niemeyer	fundador	engenheiro
Conrado Jacob de Niemeyer	fundador	engenheiro
Luiz Felipe Alves da Nobrega	1882	engenheiro
João Thomaz Alves Nogueira	1886	engenheiro
George H. Oldam	1882	engenheiro
Agostinho da Silva Oliveira	1883	engenheiro
Alvaro Joaquim de Oliveira	fundador	engenheiro
Januario Candido de Oliveira	1881	engenheiro
José Gonçalves de Oliveira	1887	engenheiro
José Pinto de Oliveira Junior	1885	engenheiro
Luiz Carlos Barbosa de Oliveira	fundador	engenheiro
Luiz Plinio de Oliveira	1882	engenheiro
Christiano Benedito Ottoni Filho	1881	engenheiro
Epiminondas Esteves Ottoni	1885	engenheiro
Jorge Benedicto Ottoni	fundador	engenheiro
Raymundo de Miranda Osorio	fundador	engenheiro
Alfredo de Almeida Pacheco	1890	engenheiro
Alfredo Henrique Pacheco	1885	engenheiro
Anisio de Carvalho Palhano	1882	engenheiro
Jacinto A. de Aguiar Pantoja	fundador	engenheiro
Albino Pereira da Rocha Paranhos	1887	engenheiro
José Pereira da Rocha Paranhos	1881	engenheiro
Francisco Pereira Passos	1881	engenheiro
Childerico Paranhos Pederneiras	fundador	engenheiro
Hippolyto Velloso Pederneiras	fundador	engenheiro
Nicoláo Pederneiras	1886	engenheiro
Príncipe Pedro Augusto	1886	engenheiro
Antonio Penido	1890	engenheiro
Herculano V. Ferreira Penna	fundador	engenheiro
Alvaro Nunes Pereira	1888	engenheiro

Damaso Pereira	1887	engenheiro
Francisco Lobo Leite Pereira	1884	engenheiro
João da C. B. de Araújo Pereira	1884	engenheiro
José dos Reis Silva Pereira	1883	engenheiro
Samuel Gomes Pereira	1888	engenheiro
Vicente Alves de Paula Pessoa Filho	1887	engenheiro
Carlos José da Costa Pimentel	fundador	engenheiro
Joaquim Galdino Pimentel	1887	engenheiro
Adolpho Pereira Pinheiro	1882	engenheiro
Annibal Fernandes Pinheiro	1882	engenheiro
Antonio A. Pinheiro Pinheiro	fundador	engenheiro
Adel Barreto Pinto	1888	engenheiro
Antonio I. da Silva Pinto	1882	engenheiro
João José de Andrada Pinto	1882	engenheiro
Luiz Sobral Pinto	1884	engenheiro
José Ribeiro da Silva Pirajá	fundador	engenheiro
Eugenio Plasolles	1884	engenheiro
José Dias do Prado Junior	1888	engenheiro
Arthur Price	1882	engenheiro
Victor Desiré Pujol	1882	engenheiro
José F. dos Santos Queima	1882	engenheiro
Bernardino Salomé de Queiroga	1888	engenheiro
Aristides Galvão de Queiroz	fundador	engenheiro
Jeronymo Caetano Rabello	1888	engenheiro
José Macedo da Costa	1886	engenheiro
Americo de Souza Rangel	1890	engenheiro
George Ransom	1883	engenheiro
Francisco C. da Costa Real	fundador	engenheiro
André Pereira Rebouças	fundador	engenheiro
Gaspar Rechsteiner	fundador	engenheiro
Manoel Ferreira Garcia Redondo	1884	engenheiro
Fabio Histilio de Moraes Rego	1884	engenheiro
Aarão Leal de Carvalho Reis	fundador	engenheiro
Alvaro R. Marcondes dos Reis	fundador	engenheiro
Claudio Livio dos Reis	1883	engenheiro
José Agostinho dos Reis	1887	engenheiro
Manoel Antonio da Silva Reis	1887	engenheiro
Adriano Nunes Ribeiro	1886	engenheiro
Athanagildo Barata Ribeiro	1881	engenheiro
Walter Rietmann	1882	engenheiro
Alberto Carlos da Rocha	1888	engenheiro
João Ernesto Radocanaki	1888	engenheiro

Alexandre Rodouskg	1884	engenheiro
Antonio Candido Rodrigues	1881	engenheiro
André Roech	1883	engenheiro
William Rogers	1885	engenheiro
Raymundo T. Belford Roxo	fundador	engenheiro
Felix Ravakousky	1892	engenheiro
Antonio Alves da Silva e Sá	1881	engenheiro
Chrysantho Leite de Miranda e Sá	1886	engenheiro
Marcos T. da Costa e Sá	fundador	engenheiro
Paulo Freitas de Sá	1881	engenheiro
Antonio José de Sampaio	1884	engenheiro
Antonio Julio de Oliveira Sampaio	1888	engenheiro
Carlos Cezar de Oliveira Sampaio	fundador	engenheiro
Domingos Francisco dos Santos	1890	engenheiro
Ezequiel Corrêa dos Santos	1884	engenheiro
Hygino José dos Santos	1882	engenheiro
Ignacio Gomes dos Santos	1887	engenheiro
José Américo dos Santos	fundador	engenheiro
José Francisco da Silva Santos	1886	engenheiro
Joaquim G. de Moraes Sarmiento	1883	engenheiro
Henrique Schied	fundador	engenheiro
Herman Schindler	1887	engenheiro
Leopoldo Schirmer	1881	engenheiro
José Carvalho de Souza	fundador	engenheiro
Pantaleão José da Costa e Souza	fundador	engenheiro
Pedro Luiz Pereira de Souza	1886	engenheiro
Julio Stanke	fundador	engenheiro
Kerunbino de Steiger	1886	engenheiro
Ernesto Diniz Street	fundador	engenheiro
Ladislav Stuller	fundador	engenheiro
Antonio Taff	fundador	engenheiro
Simão Tamm	fundador	engenheiro
Torquato X. Monteiro Tapajoz	1887	engenheiro
Oscar de Mendonça Taylor	1888	engenheiro
Henrique Teberge	1887	engenheiro
Manoel Augusto Teixeira	1882	engenheiro
Richard Tiplady	1884	engenheiro
Eugenio Tisserandot	1886	engenheiro
Fortunato de Paula Toledo	1887	engenheiro
Alberto de Noronha Torreão	1889	engenheiro
Ignacio Garcia da Roza Travassos	1887	engenheiro
Theodoro Tufrenson	fundador	engenheiro
Pedro Ubertoni	1885	engenheiro

Christiano do Valle	1887	engenheiro
Edmundo Busch Varella	fundador	engenheiro
Amarilio Olinda de Vasconcellos	fundador	engenheiro
Frederico Smith de Vasconcellos	fundador	engenheiro
Mariano Alves de Vasconcellos	1882	engenheiro
Nelson de Almeida Vaconcellos	1887	engenheiro
Urbano de Vasconcellos	1892	engenheiro
Joaquim Ribeiro da Veiga	1882	engenheiro
João Zeferino Ferreira Velloso	1888	engenheiro
Guilherme José da Costa Vianna	1882	engenheiro
João José Luiz Vianna	1883	engenheiro
José Antonio Rodrigues Vianna	1891	engenheiro
José f. Pereira Vianna	1887	engenheiro
Americo Duarte de Viveiros	1889	engenheiro
Antonio Wagner	1881	engenheiro
Henry Edouard Weaver	fundador	engenheiro
Guilherme Benjamin Weinsckenck	fundador	engenheiro
Riccharð Fluit Welby	1883	engenheiro
James Welligton	fundador	engenheiro
James W. Wells	fundador	engenheiro
Richard Whickells	1883	engenheiro
James Henry Whittley	1884	engenheiro
Hugo Wilson	1881	engenheiro
John Edward Wolff	1886	engenheiro
Augusto Zittlow	1887	engenheiro
Adalbert Orville Derby	1881	geologo
João da Costa Lima e Castro	1892	Hygienista
Guilherme Ahrens	1882	industrial
Emilio Alaphillipe	1888	industrial
Alberto de Almeida & Cia	fundador	industrial
John Bowen Allen	fundador	industrial
Alberto Martins Corrêa de Almeida	1886	industrial
Edmundo de Almeida	1890	industrial
Joaquim da Costa Araújo Junior	1882	industrial
Alfredo Arena	1882	industrial
Arthur Maria Teixeira de Azevedo	1892	industrial
Francisco Eugenio de Azevedo	s/i	industrial
José Maria Teixeira de Azevedo	1892	industrial
Alfredo Bandeira	1888	industrial
Barão de Araújo Maia	1887	industrial
Barão de São Geraldo	1881	industrial
Sarjob Bacerllos	1890	industrial

Vicente Barreiros	1886	industrial
Manoel Paulo dos Santos Barreto	1881	industrial
Antonio Leite Monteiro de Barros	1890	industrial
Antonio Rodrigues de Barros	1886	industrial
Frederico José Tavares	1888	industrial
Henrique Begbie	1882	industrial
Carlos Mauricio Paulo Berla	1881	industrial
Galdino José de Bessa	1881	industrial
Eugenio Biehn	1884	industrial
Domingos Silveiro Bittencourt	1887	industrial
Ernesto Brazile	1888	industrial
Henrique Brianthe	fundador	industrial
Philips Bright	1888	industrial
H. R. Brodie	1883	industrial
Charles Broussois	1886	industrial
Manoel Antonio Pimenta Bueno	fundador	industrial
Carlos Theodoro de Bustamante	1881	industrial
Dominico Campanhani	s/i	industrial
Alberto Vaz de Carvalho	1888	industrial
Antonio Ulysses de Carvalho	1883	industrial
José Carlos de Carvalho	1886	industrial
José Dias Delgado de Carvalho	1887	industrial
Diniz Noronha de Castro	1887	industrial
Bernardo Caymary	1881	industrial
Conde de Figueiredo	1888	industrial
Conde de Santa Marinha	1887	industrial
Charles Conteville	1882	industrial
Luiz Barbosa de Coppet	1890	industrial
Domingos Rodrigues Cordeiro Junior	1891	industrial
Heitor Cordoville	1888	industrial
Paulo Antonio Ribeiro do Couto	1886	industrial
Edmundo P. Cox	1886	industrial
Edgard Dias da Cruz	1888	industrial
Gabriel Ferreira da Cruz	1884	industrial
João Braz da Cunha	fundador	industrial
Ernesto Cybrão	1890	industrial
Eugenio Dahsse	1892	industrial
Henrique Ulique Delforge	1882	industrial
Henrique Alves Delgado	1882	industrial
William B. Deming	fundador	industrial
João Raymundo Duarte	fundador	industrial
Viriato Belfort Duarte	fundador	industrial

Theodoro Duvivier	1883	industrial
Francisco Martins Esteves	1881	industrial
Carlos Euler	1887	industrial
Joaquim de Mattos Faro	1887	industrial
Manoel do Val Pires	1881	industrial
Carlos Martins Ferreira	fundador	industrial
Lindolpho Martins Ferreira	1886	industrial
James B. Finney	1882	industrial
Francisco Ferreira de Assis Fonseca	1881	industrial
Machado & Irmão Fonseca	fundador	industrial
Seaven Lemwing Fogg	1894	industrial
José Joaquim da França Júnior	1888	industrial
João Freck	1887	industrial
Charles Gabriel	1883	industrial
Candido Graffée	1882	industrial
Caetano Junior Garcia	1889	industrial
Alberto del' Giudice	1887	industrial
Paschoeal del' Giudice	1887	industrial
João Ribeiro Gomes	fundador	industrial
José Cândido Gomes	1882	industrial
Juan Morell y Gomes	1890	industrial
Honorio Muniz Guimarães	1892	industrial
Eduardo Guinle	1886	industrial
Alberto P. Hargreaves	fundador	industrial
Octavio Haupt	1885	industrial
Eduardo G. Hime	fundador	industrial
Arthur Hitchings	1891	industrial
José Rodrigues Leite Imbuzeiro	1883	industrial
O. C. James	fundador	industrial
F. W. Jones	fundador	industrial
Pedro Kurezyne	fundador	industrial
Antonio Borges de Lacerda	1881	industrial
Alfredo Martins Lage	1894	industrial
Antonio Martins Lage Filho	1894	industrial
Pedro Leandro Lambert	1884	industrial
Laureys & Cia	1881	industrial
José Augusto R. Leal	1888	industrial
Francisco José Leão	Fundador	industrial
Antonio Augusto de Souza Leite	1882	industrial
Augusto José Leite	1887	industrial
Joaquim Leite Júnior	1887	industrial
Leolpoldo Teixeira Leite	1888	industrial

Fernão Paes Leme	1888	industrial
Manoel Uberlhard Lemgruber	1884	industrial
Alexandre Leslie	1888	industrial
William van Welck Lidgerwood	1884	industrial
Antonio da Silva Lisbôa	1882	industrial
Francisco Lumay	1886	industrial
José Lumay	1886	industrial
Americo de Macedo	1888	industrial
Chas Paul Mackie	fundador	industrial
Domingos P. de A. Magalhães	1884	industrial
Sabino de Almeida Magalhães	1881	industrial
Alfredo Manselle	1883	industrial
Manoel Esperidião da C. Marques	1888	industrial
Pedro Thomas y Martin	fundador	industrial
Bernardino Ferreira Mayrink	1883	industrial
Francisco de Paula Mayrink	fundador	industrial
Manoel de Barros Medeiros	1886	industrial
Matheus Jorge Megaw	1883	industrial
Gustavo Alberto	fundador	industrial
João Alfredo Luiz de Mello	1882	industrial
Domingos Moitinho	fundador	industrial
Honorio Gomes Moniz	1892	industrial
Francisco Ferreira de Moraes	1881	industrial
José P. do Nascimento Matta	1884	industrial
Thomas Nettleship	1881	industrial
Conrado Jacob de Niemeyer	fundador	industrial
Norris & Cia	1881	industrial
Roberto Norton	1886	industrial
Manoel de Freitas Novaes	fundador	industrial
Emilio Nusbaum	1881	industrial
Domingos Alves de Oliveira	1887	industrial
Ernesto Gomes de Oliveira	1886	industrial
Joaquim D. Custodio de Oliveira	fundador	industrial
Manoel Gomes de Oliveira	1883	industrial
Mariano José Pacheco	1885	industrial
Paulino Martins Pacheco	1882	industrial
Gaspar Paille	1885	industrial
Secundino Portella Passos	1886	industrial
José Hermida Pazos	1888	industrial
Misael Ferreira Penna	1881	industrial
Henrique Perrin	1887	industrial
Manoel Cosme Pinto	fundador	industrial

Fonte: Revista do Clube de Engenharia, nº1, jan-fev, 1895.

### Anexo 3: Remetentes dos cartões de pêsames à família Passos (1912-1916)

Francisco Sales
Barão de Tefé
DIRETORIA CLUBE DE REGATAS BOQUEIRÃO
Cesario Alvim Filho
Pinheiro Machado
Irineu Machado
Pedro de Toledo
Rodrigues Alves
Oscar Rodrigues Alves
Funcionários da Agência de São Cristovão
J.M. Peres
Olavo Bilac
Paulo de Frontin
Lampreia
Paulo Fritz
Francisco Sá
Muniz Freire
Sezerdelo Correia
Getulio das Neves
Câmara Municipal de Lisboa
Antônio Cid Loureiro
João Rego Barros
Pinheiro Machado
Getúlio das Neves
Cruz Gastão Diogo
Leão Velloso
Leão Horácio
Julieta
Maria
Yayá
Zazinha
Adelaide
Ziza
Marie

F. P. de Carvalho Aragão
José de Vasconcelos Dias
Luiza
Leolpoldina de Azevedo
Laura
Antonio José Dias Vianna
Miguel Calmon Vianna
Barão e Baronesa de Werneck
Carlos Costa Wigg
Alice Smith de Vasconcellos
Oscar Varady
Ignacio de Campos Valladares
Heitor Vaccani
Antônio Torres
Alfredo Tomé Torres
F. V. Albert Thomas
Eduardo Otto Theiler
Ventura Terra
Manuel Augusto Teixeira
Lino Teixeira
MM Hugh Stehouse
Sylvio Moniz de Souza
Maria Luiza Guerra de Souza
Luiz J. de Souza
José Carvalho de Souza
Oscar de Souza
Adelaide de Oliveira Muniz de Souza
Leolpoldo da Câmara Lima
Manoel de Oliveira Lima
Alfredo Lisboa
Arthur Teixeira de Macedo
Maria Luiza Machado
Sylvio W. Netto Machado
Aniceto Francisco Maçol
Barão de Santa Margarida
Manoel José Ferreira Martins
José Nogueira Pinto
Antônio Ferreira de Souza Pitanga
Eusébio de Queiroz
M. J. de Oliveira Rocha
Eduardo Chrockatt de Sá
Luiz Guedes de Moraes Sarmiento
José Pedro de Souza e Silva

Marianna Gonzaga
Eugenio Gudin
Elysen Guilherme
Celso Guimarães
Monsenor Moura Guimarães
Daniel Henninger
F. J. Herboso
Barão de Ibirocahy
Manoel Gabinio de Carvalho J.
Eugenia Backheuser Kastrup
Mario Carneiro Leão
Barão e Baronesa de Nioac
Alberto Nepomuceno
Conde de Paranaguá
Baroneza de Penedo
José Pereira Graça Couto
Barão de Santa Cruz
Manoel José Espinola
E. Drolhe Fasciotti
João Neri Ferreira
Vicente Ferrer
C. Pinheiro da Fonseca
Raul Gaia
Pires de Almeida
Cardeal Arcoverde
Constancio Barauna
Libania Barauna
Maria Barauna
A. Dias de Barros
Jorge Clington
Eusebio M. da Rocha
Eduardo Lisboa
Mario Fialho de Valadares
José Pedro de Souza e Silva
Luiza Barbosa Bulhões Ribeiro
Frederico Bokel
Eugênio José d'Almeida e Silva
Luis W. Teixeira de Castro
Carmen Jardim Ferreira
Miss Hime
Henrique de Carvalho
Gustavo de Macedo Soares
Eduardo Hque Rudge

Antonio Teixeira da Silva
Affonso Soares
Julio Vieira Zamith
Conde de Affonso Celso
Firmino C. Duque- Estrada
Maurício Henschel
M. de Aguiar Moreira
Nair Moreira
Elvira de Abreu Ferreira
Alfredo Rodrigues Ferreira
Herminia Ilmer
Manoel Arrojado Lisboa
Cecilia Bandeira de Mello
Alfredo Duarte Ribeiro
Paschoal Villaboim
Carolina Pinheiro Bandeira de Mello
Antonio Furquim Werneck de Almeida
Maritana de Vasconcelos
Luiza Cavalcanti de Lacerda
Mario Cavalcanti
LIGA DO COMERCIO - DIRETORIA
Lourenço da Roha
Izabel Baraúna (Baby)
Octavio Ginle
Dr. Aureliano Portugal
Benjamin Amaral de Paula Lima
Roberto Gomes
Barão de Alencar
Carlos Murtinho
João Raymundo Duarte
Annila Vianna de Azevedo
Manoel A. da Motta Maia
Galvão Bueno Filho
Carlos Murtinho
Principe de Belford
Dr Figueiredo Vasconcellos
A. Durval
Carolina Resse
Heitor de Souza
Mario Werneck de Castro
Luiz Ramos
Frederico Antonio Stekel
Laurent Remy

Haroldo Paranhos
Firmino C. Duque- Estrada
Dr. Guarany Goulart
J. Carneiro de Resende
Eugenio Honold
Eduardo de Alvarenga Peixoti
Francisca Nunes da Fonseca
J. Gaspar da Rocha Filho
R. de Freitas Lima
Vivaldi Leite Ribeiro
Francisco Solon
A. B. Lopes Ribeiro
Alberto de Oliveira Maia
João Carlos Muratori
Augusto Malta
Edgard de Azevedo
Eletricistas do Teatro Municipal
COOPERATIVA PASTORIL SUL- MINEIRA
José Bastos
Eduardo da Fonseca Cotching
José Francisco de Macedo Junior
Alfredo P. dos Santos
J. Proença

Fonte: Coleção Família Passos. Museu da República. Código da Pasta: FPpp/cr/pp 0000.00.